

SINTAXE E SEMÂNTICA  
DO VERBO EM LÍNGUAS  
INDÍGENAS DO BRASIL



LUCIANA STORTO  
BRUNA FRANCHETTO  
SUZI LIMA  
(ORGANIZADORAS)

SINTAXE E SEMÂNTICA  
DO VERBO EM LÍNGUAS  
INDÍGENAS DO BRASIL

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas do Brasil /  
Luciana Storto, Bruna Franchetto, Suzi Lima (organizadoras). –  
Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-319-2

1. Brasil – Línguas indígenas 2. Línguas indígenas – Morfologia  
3. Verbos – Semântica 4. Verbos – Sintaxe I. Storto, Luciana. II.  
Franchetto, Bruna. III. Lima, Suzi.

14-04552

CDD-498

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Línguas indígenas : Linguística 498
2. Línguas indígenas : Brasil : Linguística 498

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide  
*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**SETEMBRO/2014**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

*Para Ken e Sally Hale*  
In memoriam



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	9
<i>Luciana Storto, Bruna Franchetto e Suzi Lima</i>	
1. ESTRUTURA ARGUMENTAL NA LÍNGUA KARITIANA . . . . .	17
<i>Luciana Storto e Ivan Rocha</i>	
2. NOMINALIZAÇÃO DOS ARGUMENTOS INTERNO E EXTERNO EM KUIKURO . . . . .	43
<i>Mara Santos e Bruna Franchetto</i>	
3. A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS DA LÍNGUA YUDJA (JURUNA): FORMAÇÃO DOS VERBOS E OS PROCESSOS DE ATRIBUIÇÃO E MUDANÇA DE VALÊNCIA . . . . .	65
<i>Suzi Lima</i>	
4. VERBOS E ESTRUTURA ARGUMENTAL EM APURINÃ (ARUÁK) . . . . .	99
<i>Sidi Facundes e Angela Chagas</i>	
5. ESTRUTURA ARGUMENTAL EM DUAS LÍNGUAS DA FAMÍLIA TUKANO ORIENTAL: KOTIRIA (WANANO) E WA'IKHANA (PIRATAPUYO). . . . .	131
<i>Kristine Stenzel</i>	

6. ESTRUTURA ARGUMENTAL E ALINHAMENTO GRAMATICAL EM MEKENS. ....	167
<i>Ana Vilacy Galucio</i>	
7. ESTE TÍTULO LERIA MAIS CLARAMENTE EM KARAJÁ DO QUE EM XAVANTE OU EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O PROCESSAMENTO DA ALTERNÂNCIA CAUSATIVA .....	197
<i>Marcus Maia, Rosana Costa Oliveira e Sabrina Lopes dos Santos</i>	
8. VERBOS SERIAIS EM KADIWÉU .....	221
<i>Filomena Sândalo</i>	
9. AS POSPOSIÇÕES E A ESTRUTURA DOS EVENTOS .....	237
<i>Andrés Pablo Salanova</i>	
10. A INVESTIGAÇÃO DA ESTRUTURA ARGUMENTAL: POR UMA CONFLUÊNCIA DOS INSTRUMENTAIS ANALÍTICOS. ....	261
<i>Esmeralda Vailati Negrão e Evani Viotti</i>	
SOBRE OS AUTORES .....	287



## APRESENTAÇÃO

Este livro é uma coletânea de artigos escritos por especialistas em línguas indígenas brasileiras, tendo como alvo o público universitário da área de Letras. Sua concepção teve início na conferência internacional intitulada *A Estrutura das Línguas Indígenas Brasileiras*, organizada por Luciana Storto de 17 a 29 de março do ano 2000 com financiamento da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research (EUA)<sup>1</sup> na qual pesquisadores brasileiros e estrangeiros – ex-professores de doutorado em linguística da organizadora, cursado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Estados Unidos – conviveram durante doze dias em imersão total em um hotel na cidade fluminense de Petrópolis, apresentando seus trabalhos, participando de cursos ministrados pelos professores estrangeiros e realizando pesquisa de campo diretamente com consultores indígenas falantes nativos de três línguas indígenas: Karitiana (família Tupi), Karajá (família Macro-Jê) e Kuikuro (família Karib),<sup>2</sup> estudadas na época por Luciana Storto, Marcus Maia (UFRJ) e Bruna Franchetto (Museu Nacional/UFRJ), respectivamente. Os professores do MIT convidados para ministrar cursos

---

1. Com o apoio das seguintes instituições: Funpat, LNCC, UFRJ, Museu Nacional e PPGAS.

2. Por convenção da Associação Brasileira de Antropologia os nomes das línguas indígenas são grafados com maiúscula e com grafemas que representam os sons do alfabeto fonético internacional – como o k e w, por exemplo.

foram Ken Hale (“Práticas de Trabalho de Campo”, “Semântica Lexical, Caso e Concordância”), Wayne O’Neill (“Descobrendo Estruturas Linguísticas na Língua Mãe”), Michel de Graff (“Teorias Sobre Contato Linguístico”) e a professora Maya Honda, do Wheelock College, que co-ministrou o curso com Wayne O’Neill.

Entre os outros participantes da conferência, mencionamos: Amélia Reis Silva, Andrés Salanova, Bruna Franchetto, Carlos Fausto, Cristiane C. Oliveira, Denny Moore, Filomena Sândalo, Luciana R. Storto, Marcela Coelho e Souza, Márcia D. Vieira, Marcus Maia, Marília Facó, Miriam Lemle, Pierre Pica, e Sérgio Meira.

Os consultores indígenas Luiz Carlos Karitiana, Mutua Mehinaku Kuikuro e Ijeseberi Karajá utilizaram os resultados da pesquisa realizada como material didático para as escolas indígenas de suas aldeias e prosseguiram em seus estudos e formação. Luiz Karitiana é professor formado e atua na aldeia central Karitiana, em Porto Velho, Rondônia. Mutua Mehinaku formou-se, em 2010, como mestre em antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) e continua com seu trabalho de professor de língua materna na aldeia de Ipatse. Ijeseberi Karajá colaborou com diversos pesquisadores interessados no estudo da língua, da sociedade e da cultura do seu povo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Museu Paraense Emilio Goeldi e na Universidade Federal de Goiás, trabalhou em elaboração de material didático em Karajá e participou de workshops de educação indígena e linguística ao longo de sua vida. Ijeseberi tinha 40 anos e trabalhava como agente de enfermagem, quando faleceu por afogamento no Rio Araguaia, nas proximidades de sua aldeia em 2006.

O professor Ken Hale foi protagonista em destaque da conferência; suas aulas cativaram todos os participantes e a referência aos seus trabalhos tornou-se inevitável para os que se dedicam à investigação das estruturas argumentais em línguas diversas no âmbito de uma abordagem formal. Poliglota, reconhecido internacionalmente pelos seus estudos de línguas ameríndias e aborígenes da Austrália, teórico influente da linguística gerativa, dedicamos este livro a ele e a sua companheira de toda uma vida, Sally Hale. Ken faleceu em 2001, deixando saudades e uma ausência que não pode ser esquecida. Como exemplo da generosidade e da disponibilidade que sempre o caracterizaram, lembramos que logo após a conferência ele aceitou

o convite para uma entrevista realizada por Luciana Storto e publicada com o título “Diversidade e universalidade linguística” na revista *Mana*, out 2000, vol. 6, n.º 2, pp. 147-162.

No ano de 2000, Storto era pós-doutoranda no Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), no Rio de Janeiro. O apoio do Setor de Linguística desta instituição foi fundamental para o sucesso da conferência. O trabalho realizado ao longo da conferência sobre sintaxe e semântica verbal nas três línguas lá presentes, através de seus falantes, frutificou na produção dos pesquisadores envolvidos e de seus orientandos e colaboradores, a ponto de justificar-se, hoje, a proposta de um livro que apresente os resultados dessas pesquisas. O livro, contudo, inclui trabalhos sobre classes verbais e estrutura argumental em várias outras línguas indígenas faladas em território brasileiro, representando a grande diversidade linguística nele ainda existente e o estado atual do conhecimento sobre o tema em artigos escritos por pesquisadores de diferentes gerações e diversos perfis teóricos. Em suma, pretende-se mostrar ao público universitário brasileiro uma amostra significativa do que se sabe hoje sobre a sintaxe e a semântica dos verbos das línguas indígenas. Foram convidados para contribuir com capítulos para este livro pesquisadores de duas gerações, de comprovada excelência na área de descrição e análise de línguas indígenas: Angela Chagas, Sidi Facundes, Bruna Franchetto, Ana Vilacy Galúcio, Suzi Lima, Marcus Maia, Rosana Costa Oliveira, Ivan Rocha, Andrés Pablo Salanova, Filomena Sandalo, Mara Santos, Sabrina Lopes dos Santos, Kristine Stenzel e Luciana Storto.

A linguística tradicional veiculou durante muito tempo - e ainda veicula - o mito de que línguas como o latim e o grego, faladas por civilizações que estão na base da cultura ocidental, são superiores a outras línguas. Por analogia, é muito comum pensar que povos indígenas têm línguas “simples”, ou “inferiores”. Esperamos que este livro tenha um impacto cultural importante, uma vez que coloca em ênfase parte do patrimônio imaterial - o patrimônio linguístico - dos povos indígenas, difundindo um fato importante, porém desconhecido da maioria das pessoas, de que todas as línguas são igualmente ricas e complexas, independentemente da vida material da sociedade que a fala.

Este livro serve de subsídio para profissionais da área de Letras que desejem comparar o português ou qualquer outra língua que lecionem com as línguas indígenas no Brasil, em busca de exemplos

tanto de universais quanto de diversidade linguística. Ao fazer isso, estes profissionais certamente contribuirão para o abrandamento de preconceitos estabelecidos a respeito dos povos indígenas. O livro servirá, ainda, para as próprias comunidades de falantes, muitas das quais hoje contam com professores nativos formados em cursos de magistério, segundo e terceiro grau. As escolas indígenas carecem de materiais didáticos de qualidade e raramente a língua indígena ocupa o tempo e o espaço que nelas deveria ocupar. Nosso intento é contribuir para que as pesquisas linguísticas desenvolvidas nas universidades possam ser, de alguma maneira, incorporadas aos conhecimentos transmitidos no domínio escolar de índios e não índios.

A divulgação de trabalhos recentes sobre línguas indígenas faladas no Brasil é ainda muito restrita. Nosso objetivo é também o da sua maior difusão, de modo que a metodologia usada nas pesquisas dessas línguas possa se tornar referência para estudos sobre outras línguas, incluindo o português e seu ensino. Este livro beneficia o debate acadêmico acerca das diversas teorias e metodologias usadas para a investigação dos temas relacionados à estrutura argumental através das línguas.

Luciana Storto e Ivan Rocha apresentam as classes verbais identificadas até o momento na língua Karitiana, última representante do ramo Arikém da família Tupi. Os autores apresentam critérios para classificar os verbos em transitivos, intransitivos, e bitransitivos. Identifica-se, ainda, uma subclasse de verbos intransitivos (com um sujeito experienciador, como 'ver', 'saber', 'gostar'), que é semanticamente transitiva, mas sintaticamente intransitiva, já que o objeto destes verbos, quando é usado, é marcado como oblíquo (como o objeto indireto de um verbo bitransitivo). Todos os verbos intransitivos em Karitiana podem ocorrer em construções de cópula. Os verbos transitivos sempre podem ser passivizados, e os verbos bitransitivos podem ser passivizados apenas se o argumento com papel temático alvo se torna o sujeito da passiva, uma vez que, nesta língua, o objeto direto de um verbo bitransitivo é o alvo, e o tema é marcado como argumento oblíquo (objeto indireto). Um morfema causativo pode transitivizar qualquer verbo intransitivo em Karitiana, mas verbos transitivos e bitransitivos só podem ser transitivizados em construções analíticas.

Mara Santos e Bruna Franchetto têm como objetivo a descrição das estruturas internas das nominalizações de argumentos internos e

externos da língua Kuikuro (família Karib). O Kuikuro compartilha com as outras línguas Karib uma enorme produtividade de processos derivacionais, marcados através de formas afixais, em particular no que concerne mudanças de valência. A estrutura de nominalização de argumento interno ou não-agentiva envolve um radical verbal flexionado no particípio ao qual se acrescenta o sufixo nominalizador **-nhũ**, direcionado para os sujeitos intransitivos e objetos. A adição de um categorizador nominal a uma estrutura verbal flexionada na forma participial tem leitura de estado resultante do evento, estado este atribuído ao argumento interno. A estrutura de nominalização de argumento externo, ou agentiva, envolve radicais verbais transitivos e transitivizados, aos quais se acrescentam os sufixos nominalizadores **-tĩhi**, **-ni** e **-nhi**, direcionados para sujeitos transitivos. A nominalização assim produzida mantém o argumento interno (objeto, paciente) do verbo transitivo; quando não definido, o objeto é codificado pelas formas de pronome genérico (**kuk-/ku-/k-**). A nominalização agentiva é o resultado da adição de um categorizador nominal a uma estrutura verbal sem flexão. Os nomes derivados ocorrem nos mesmos contextos morfosintáticos dos nomes primitivos, podendo ocupar a função de argumento de qualquer núcleo.

Suzi Lima apresenta as classes verbais da língua Juruna (também conhecida como Yudjá, do ramo Juruna da família Tupi) a partir de processos sintáticos e morfológicos. O primeiro objetivo é apresentar uma descrição das dezoito classes verbais da língua. O segundo objetivo é, a partir dos fatos da língua, corroborar a proposta de Hale e Keyser (1993; 2002) segundo a qual para a compreensão da sintaxe de uma língua é necessário compreender a estrutura argumental de seus verbos. No que concerne à divisão de classes verbais, foram usados vários critérios. O primeiro foi a consideração das propriedades das raízes verbais, isto é, se os verbos derivam de nomes (**pina** (pente)/**apinu** (pentear)), de adjetivos (**ikĩbe** (claro)/ **ikĩbe maku** (clarear)), ou são acategoriais (**tahu** (correr)). O segundo critério foi o exame dos afixos associados a uma raiz verbal. Em Juruna há tanto morfemas de valência – (**a-**, transitivizador em **apinu**; **ma-** que causativiza apenas verbos inacusativos como **iseãu** (cegar)/**maseãu** (fazer cegar) e **ũ-** que causativiza apenas verbos inergativos como **tahu** (correr)/**ũtahu** (fazer correr)) – como também há morfemas verbalizadores, – isto é, morfemas que transformam uma raiz em verbo e que são sufixais, como o

morfema **k-** em **apiku** (quebrar)). A autora mostra que as propriedades das raízes dos verbos determinam todos os processos morfológicos, sintáticos e semânticos subsequentes à formação do verbo. Desta forma, a duplicação verbal, a supleção verbal, a alternância de voz (anti-passiva) e a alternância de valência dependem das propriedades das raízes verbais.

Sidi Facundes e Angela Chagas analisam a estrutura argumental dos verbos da língua Apurinã (família Aruak ou Arawak) através da descrição e análise dos morfemas que podem ser afixados a verbos transitivos e intransitivos. Os autores argumentam que os morfemas afixados aos verbos salientam também os traços semânticos destas raízes verbais. Os autores mostram que existe uma cisão entre os verbos intransitivos: o argumento da primeira classe de verbos intransitivos é marcado como o objeto dos verbos transitivos enquanto que o argumento da segunda classe de verbos intransitivos é marcado como o sujeito dos verbos transitivos. Os autores argumentam que estas duas classes são também distintas semanticamente: a primeira classe denota estados transitórios, enquanto que a segunda classe denota estados duradouros. Os verbos transitivos também estão divididos em duas classes: aqueles que exigem um argumento locativo com a mesma sintaxe de um argumento objeto e aqueles que exigem um argumento recipiente/beneficiário marcado da mesma forma que o argumento sujeito.

No capítulo sobre a língua Kotiria (ou Wanano, família Tukano oriental), Kristine Stenzel descreve a sua estrutura argumental, exemplificando um sistema misto de marcação de argumentos e explicitando o mapeamento entre as funções gramaticais e semânticas dos participantes nominais e os casos marcados morfológicamente. Particular atenção é dada ao caso “objetivo”, onde a interação de critérios sintáticos, semânticos e de configuração resulta num sistema de marcação diferencial de objetos. A autora propõe uma hipótese explicativa sobre o desenvolvimento diacrônico do chamado “caso objetivo”. Numa perspectiva comparativa, discute o sistema Kotiria como representante do padrão Tukano Oriental, ilustrando os traços compartilhados com outras línguas da família, mas também mostrando os traços sincrônicos que constituem inovações exclusivas da subfamília Kotiria/Wa'ikhana (Piratapuyo).

Ana Vilacy Galucio discute aspectos da estrutura argumental da língua Mekens, uma das cinco línguas do ramo Tupari (família Tupi).

A autora apresenta as classes de verbos da língua e descreve os padrões de alinhamento gramatical dos argumentos nesta língua. Em Mekens, além das tradicionais classes de verbos transitivos e intransitivos, existe uma terceira classe de verbos chamados de verbos não flexionáveis, já que estes verbos podem ser semanticamente transitivos ou intransitivos, mas não seguem o padrão de marcação de argumentos das outras duas classes. Em relação aos padrões de alinhamento morfossintático, a autora argumenta que Mekens apresenta um padrão absolutivo no nível morfológico com marcação de S e O através de prefixos pronominais nos verbos e um padrão nominativo no nível sintático com S e A funcionando como pivôs sintáticos para controle de referência.

Marcus Maia, Rosana Costa Oliveira e Sabrina Lopes dos Santos analisam construções causativas em Karajá (Jê) em comparação ao português através de estudos experimentais. Construções intransitivas, chamadas pelos autores de incoativas, tais como “Este livro vende bem” têm sido analisadas como resultando de movimento de Sintagma Nominal da posição de objeto direto para a posição de sujeito e são, portanto, estruturalmente mais complexas do que suas contrapartes causativas. A partir desta observação, os autores analisam as seguintes questões: (i) se a maior complexidade estrutural das incoativas se traduziria em maior dificuldade de processamento em português brasileiro (PB) e em duas línguas Jê de núcleo final, o Karajá e o Xavante e (ii) se a identificação morfológica das incoativas em Karajá poderia facilitar a sua aceitabilidade. Os resultados de três experimentos de julgamento de aceitabilidade mostram que para falantes de português e Xavante construções incoativas são mais rejeitadas do que construções transitivas. Por outro lado, em Karajá, uma língua que distingue morfológicamente as incoativas, não foram encontradas diferenças significativas nos índices e nos tempos de rejeição. Com base nesses resultados os autores propõem que a marcação morfológica das incoativas compensa a sua maior complexidade sintática, facilitando a sua aceitabilidade.

Filomena Sândalo explora a estrutura das construções de verbos seriais em Kadiwéu (família Guaikurú). Em Kadiwéu a presença ou ausência de sintagmas nominais não distingue verbos transitivos de verbos intransitivos. Ao invés disso, o critério para distinguir essas classes verbais são os processos de reflexivização e antipassivização.

Em sua análise para as construções de verbos seriais, a autora explora testes sintáticos que classificam construções verbais seriais em outras línguas do mundo. O objetivo da autora é argumentar que as construções analisadas por Griffiths (1987, 1991) como sintagmas preposicionais em Kadiwéu, são, na verdade, construções com verbos seriais. A autora mostra que estas construções em Kadiwéu têm as mesmas propriedades que outras construções verbais seriais em outras línguas, a saber: argumentos são compartilhados pelos verbos da sentença, a negação de um núcleo implica na negação de toda a construção e as ações denotadas por cada verbo são simultâneas.

A partir de uma análise das construções causativas do Mëbengokre, o trabalho de Andrés Pablo Salanova propõe uma teoria sobre o uso gramatical das adposições. Segundo o autor, as adposições que introduzem argumentos ou quase-argumentos oblíquos sem atribuir a eles o papel temático “típico” do sentido lexical da adposição caracterizam-se por estarem associadas a projeções particulares no domínio verbal. No caso específico da alternância causativa, uma adposição cujo sentido normal é instrumental, tem um uso gramatical que é semanticamente transparente quando associada a duas projeções: uma visível no morfema anticausativo *aj-* quando associado a verbos de mudança de estado, que funciona aproximadamente como uma voz passiva, e outra, morfológicamente invisível, que transforma substantivos em verbos de mudança de estado. Em ambos os casos, a adposição perde o seu sentido lexical pela associação com a projeção verbal, e funciona simplesmente como licenciadora gramatical do argumento externo do evento causado, deslocado da posição de sujeito da frase pelo causante.

O capítulo de autoria de Esmeralda Vailati Negrão e Evani Vioti apresenta uma visão de estrutura argumental construída dentro de uma perspectiva teórica cognitivista. Por trabalharem com sintaxe e semântica verbal do português brasileiro há décadas, as autoras fazem uma comparação interessante entre esta e outras línguas menos conhecidas, tais como as línguas indígenas aqui descritas, propondo uma metodologia de descrição e análise que acreditam dar conta das semelhanças e diferenças tipológicas.

*Luciana Storto  
Bruna Franchetto  
Suzi Lima*



## ESTRUTURA ARGUMENTAL NA LÍNGUA KARITIANA

*Luciana Storto*

*Ivan Rocha*

### *Introdução*

Este capítulo descreve o estado atual do conhecimento sobre o tema estrutura argumental em Karitiana, uma língua ameríndia brasileira pertencente ao ramo Arikém da família Tupi. Entende-se, pelo termo estrutura argumental, a relação estrutural, definida sintaticamente, entre um verbo e seus argumentos (sujeito, objeto direto, objeto indireto). Apresentamos, aqui, o resultado das últimas pesquisas, ainda inéditas,<sup>1</sup> sobre a sintaxe e semântica verbal da língua (Rocha 2011) e uma análise das suas classes verbais à luz da teoria de estrutura argumental proposta por Hale e Keyser (2002).

O Karitiana é a língua nativa de uma comunidade que habita a Área Indígena de mesmo nome, localizada 95 Km ao sul da cidade de Porto Velho. Apesar da maioria dos 400 falantes viver dentro da terra indígena, há um certo número deles que se deslocou para a cidade de Porto Velho para trabalhar ou estudar. Isso resultou em alguns casamentos com membros de outras etnias (falantes de português ou de outras línguas indígenas), criando uma situação em que os filhos destes casais interculturais, em alguns casos, não falam mais a língua. As

---

1. Uma versão deste artigo em inglês foi entregue aos editores de uma coletânea sobre estratégias de aumento de valência em línguas Amazônicas, mas o volume ainda não foi publicado.

crianças que vivem na Área Indígena ainda adquirem a sua língua nativa como primeira língua, e se tornam bilingues posteriormente, quando entram na escola da aldeia, que tem a maioria de suas aulas ministradas em português. No entanto, esta situação pode mudar rapidamente se as novas gerações forem para a cidade em busca de empregos e educação, e criarem seus filhos monolíngues em português. Por esta razão, o Karitiana pode ser considerado uma língua ameaçada de extinção.

A língua Karitiana é a única representante do subgrupo Arikém dentro da família Tupi, pois as outras duas línguas classificadas por Rodrigues (1986) dentro deste subgrupo - Kabixiana e Arikém - já estão extintas.

### *A literatura sobre a língua*

A língua foi descrita em dissertações de mestrado por Landin (1984), Coutinho-Silva (2008), Sanchez-Mendes (2009), Carvalho (2010), Sanchez-Mendes (2014) e Rocha (2011), Vivanco (2014) e em teses de Ph.D. por Storto (1999), Everett (2006) e Sanchez-Mendes (2014), além de ter sido objeto de estudo de várias publicações dos autores supracitados, de Rachel Landin (Landin e Landin 1973), Müller e colaboradores (Müller, Storto e Coutinho-Silva 2006, Sanchez-Mendes e Müller 2008, Müller e Sanchez-Mendes 2008, Müller e Negrão 2010) e Storto (2001, 2002, 2003, 2005, 2008, 2010, 2012a, 2012b, 2014).

### *Um panorama da gramática*

O Karitiana deve ser classificado tipologicamente como uma língua núcleo-final, pois os sintagmas sistematicamente projetam seus núcleos à direita de seus complementos: sintagmas adposicionais são nucleados por posposições (1), sintagmas verbais, quando nominalizados, ocorrem, na ordem OV (2),<sup>2</sup> conjunções subordinadoras apare-

---

2. Assumimos que os constituintes dentro dos sintagmas verbais nominalizados ocorrem na ordem básica em que foram projetados. Em sentenças finitas, há movimento dos constituintes por várias razões, como veremos.

cem, invariavelmente, no fim das sentenças subordinadas (3), e sintagmas nominais possessivos ocorrem na ordem possuidor-possuido (4):

- (1) Belém pip  
Belém para  
'Para Belém.'
- (2) Opok oky-pa  
inimigo matar-NMLZR  
'Matador de inimigo (instrumento).'
- (3) [Ti'y Marcelo 'y tykiri] Ø-na-pa'ira-t João  
comida Marcelo comer quando 3-DECL-ficar.bravo-NFUT João  
'Quando Marcelo comeu a comida, João ficou bravo.'
- (4) taso ambi  
homem casa  
'Casa de homem.'<sup>3</sup>

Apesar disso, as sentenças na língua apresentam uma ordem de constituintes bastante variável. O verbo finito (marcado pelo tempo não finito) aparece na primeira ou segunda posição em relação a seus argumentos – VOS em (8), VSO em (5), SVO em (6) e (7), OVS em (9), mas nunca em posição final. Conversamente, em orações não-finitas – por exemplo, em todas as orações subordinadas – o verbo ocorre na última posição em relação a seus argumentos – OSV em (3) e (10) ou SOV em (11):<sup>4</sup>

- (5) Ø-pyry-'y-dn taso ti'y  
3-ASSERT-comer-NFUT homem comida  
'O homem comeu a comida.'
- (6) taso Ø-naka-'y-t ti'y  
homem 3-DECL-comer-NFUT comida  
'O homem comeu a comida.'
- (7) [Jonso-t yj-amy tykiri] yjxa Ø-naka-'obm-Ø gop  
mulher-OBL nós-adquirir quando nós 3-DECL-furar-NFUT vespa  
'Quando nós adquirimos uma esposa, furamos (o ninho das) vespas.'

3. Ou 'casa do homem', 'casa dos homens', 'casa de um homem', 'casa de uns homens'. Os nomes comuns em Karitiana denotam entidades singulares ou plurais sem passar por operações de pluralização ou singularização. Podem, ainda, ser interpretados como definidos ou indefinidos sem o auxílio de morfologia.

4. As orações subordinadas são representadas entre colchetes.

- (8) yjpy otatytap Ø-na-popi-t pikom y-'it  
seis 3-DECL-matar.pl-NFUT macaco meu-pai  
'Meu pai matou SEIS<sup>5</sup> macacos.'
- (9) Sojxa a-ta-ompong-Ø Osiip  
porco selvagem CFO-DECL-golpear-NFUT Osiip  
'O Osiip (ritual de iniciação masculina) golpeia PORCOS SELVAGENS.'
- (10) An ihoto oky asooj Osip an nam'yki tykiri  
An i-hoto oky a-sooj  
você 3-ir(neg) matar 2-esposa  
[Osip an na-m-'y-ki tykiri]  
Osiip você HAB-CAUS-receber-NEG SE  
'Você não vai matar (caça) para a sua esposa, se não receber o Osiip.'
- (11) Yjxa imondet byyk otadnamyn otidnan nam'y okoot Osiip  
[Yjxa i-mondet byyk] otadnamyn otidnan  
nós 3-repetir depois quatro meses  
Ø-na-m-'y okoo-t Osiip  
3-DECL-receber iterat-NFUT Osiip  
'Após repeti-lo (o ritual), em quatro meses recebe-se o Osiip de novo.'

Storto (1999) considera que o verbo em Karitiana move-se obrigatoriamente da posição final que ocupa no sintagma verbal (OV) para uma posição funcional no início da sentença, onde aparece flexionado para tempo e concordância e precedido ou não por um dos seus argumentos (VOS, VSO, SVO ou OVS). Em orações subordinadas (SOV ou OSV), o verbo não está flexionado por tempo e concordância, e, por isso, nunca ocorre no início da oração ou na segunda posição em relação a seus argumentos.

A ordem *default* de constituintes nas sentenças declarativas transitivas em Karitiana é SVO, mas nas declarativas intransitivas ela é VS. Neste sentido, sujeitos de verbos intransitivos distribuem-se como objetos. Storto (1999, 2014) mostrou que a posição pré-verbal em sentenças declarativas está associada à semântica de foco (nova infor-

5. A tradução utiliza maiúsculas para indicar que o sintagma em questão foi focalizado sintaticamente, ou seja, foi movido para uma posição funcional de foco no início da sentença para indicar que se trata de nova informação. Quando o sintagma focalizado é o objeto direto, há um morfema rotulado de construção de foco do objeto (CFO) que prefixa o verbo. Em sentenças declarativas, este morfema é a-, e ti- em não-declarativas (por exemplo em orações relativas, complementos nominalizados da cópula, e em fala direta de personagens em uma narrativa).

mação), pois é ocupada por constituintes focalizados e por sintagmas deslocados para esta posição inicial da sentença via movimento-QU, sejam eles argumentos ou adjuntos. Assim, a ordem obrigatória em uma sentença declarativa com foco no objeto (CFO) é OVS, e SVO quando o foco está no sujeito. Sentenças intransitivas com foco no sujeito sempre ocorrem na ordem SV, o que indica movimento do sujeito da ordem declarativa default (VS) para a posição pré-verbal. Com relação às sentenças transitivas, consideramos que há dois tipos de declarativas SVO em Karitiana: sentenças de foco, em que o sujeito foi movido para a mesma posição de foco mencionada acima para as interrogativas QU e intransitivas SV, e sentenças default, em que o foco não desempenha um papel, e o sujeito está em posição pré-verbal por outras razões (Caso ergativo,<sup>6</sup> por exemplo).

Sentenças assertivas, como (5), são usadas como respostas afirmativas a perguntas sim-não (Landin 1984), como marcadores de fronteiras do discurso (ocorrendo tipicamente no início ou final de narrativas) ou para expressar opiniões enfáticas (Storto 2002). O modo assertivo caracteriza-se pela ordem verbo-inicial, o que motivou Everett (2006) a analisá-lo como uma construção de foco verbal, resultante de um movimento do verbo para a periferia esquerda da sentença. No entanto, não está claro se o movimento do verbo nas assertivas difere do movimento verbal que Storto afirma ocorrer nas sentenças finitas em geral.

A concordância reflete os traços do argumento absolutivo (sujeito de verbo intransitivo ou objeto direto de verbo transitivo). Landin (1984) e Everett (2006) diferem de Storto no tratamento que dão a este assunto, e consideram que o Karitiana é uma língua SVO sem concordância, onde os prefixos que aparecem no verbo são sempre pronomes cliticizados. Em ambas as análises, no entanto, os prefixos de pessoa no verbo são sempre analisados como absolutivos, e esta característica morfossintática pode ser usada como um excelente diagnóstico de valência verbal, já que verbos intransitivos prefixam-se de morfemas marcadores de sujeito, e verbos transitivos prefixam-se de morfemas marcadores de objeto. Um verbo bitransitivo em Karitiana tem sempre

---

6. O sistema de Caso em Karitiana é ergativo-absolutivo. Os argumentos absolutivos (sujeitos de verbos intransitivos e objetos diretos) são marcados diferentemente dos argumentos ergativos (sujeitos de verbos transitivos) no sistema de concordância verbal, que reflete os traços de pessoa do argumento absolutivo.

um argumento com papel temático tema como objeto indireto e um argumento com papel temático alvo/recipiente como objeto direto. A concordância verbal dos bitransitivos reflete os traços do argumento alvo (objeto direto), como é esperado no padrão acima descrito.

### *Os resultados de uma pesquisa inédita sobre a estrutura argumental do Karitiana*

Apesar de haver um léxico Karitiana-Português disponível desde 1983 (Landin 1983[2005]), escolhemos não utilizá-lo como fonte de dados para este trabalho, pois as informações nele contidas no que diz respeito à valência verbal diferem, em alguns casos, dos resultados obtidos por Rocha (2011), que realizou um estudo sistemático do assunto. Por exemplo, o verbo *opihok* 'escutar' é considerado transitivo por Landin (1983[2005]) e intransitivo com objeto oblíquo por Rocha (2011).

Rocha foi o primeiro pesquisador a eliciar, de maneira padronizada, paradigmas verbais em uma variedade significativa de construções sintáticas (sentenças declarativas, assertivas e copulares), valências (causativas e passivas) e ordens de constituintes em Karitiana. O questionário utilizado por Rocha elicitou 14 sentenças para cada verbo, num total de 170 verbos – 36 transitivos, 3 bitransitivos e 131 intransitivos. Relatamos, aqui, os principais resultados do estudo, ou seja, as evidências morfossintáticas apresentadas por Rocha para identificar classes verbais e operações de mudança de valência, e uma análise dos padrões encontrados dentro da teoria de Hale e Keyser (2002).

Verbos intransitivos podem ser causativizados através da prefixação do morfema *m-* que adiciona um argumento externo - agente ou causa - ao verbo monoargumental. Neste processo, o único argumento de um verbo intransitivo torna-se o objeto da sua versão causativizada. Como todos os verbos intransitivos podem ser causativizados desta maneira, e nenhum outro tipo de verbo (transitivo ou bitransitivo) pode, o teste de causativização é usado para definir a classe de intransitivos em Karitiana. Um verbo intransitivo também pode ocorrer, em construções de cópula, como núcleo do complemento oracional nominalizado da cópula *aka*, uma distribuição típica de adjetivos na língua. Verbos transitivos e bitransitivos só são permitidos neste ambiente sintático se

antes forem intransitivizados via passivização. Nenhum verbo intransitivo pode ser passivizado em Karitiana, apesar de haver uma pequena classe de intransitivos que se causativizam, opcionalmente, sem o uso de morfologia, e a versão transitiva deles pode ser passivizada. Há, ainda, uma classe de verbos intransitivos que difere dos outros por ter sujeitos com papel temático experienciador e objetos opcionais oblíquos.

Verbos transitivos e bitransitivos podem ser identificados através dos testes de passivização e causativização, já que eles sempre podem ser passivizados via adição do morfema de passiva impessoal *a-*, mas nunca causativizados com *m-*. Quando passivizados, o argumento agente ou causa do verbo transitivo ou bitransitivo deixa de ser um argumento, pois o morfema da passiva absorve este papel temático e carrega em si a semântica de causa ou agente impessoal. O objeto direto de um verbo transitivo ou bitransitivo passa a ser o sujeito da passiva; em verbos transitivos este argumento tem o papel temático paciente (ou tema) e em bitransitivos seu papel temático é alvo (ou recipiente).

Concluimos que o Karitiana tem duas grandes classes de verbos se usarmos como critério as operações de mudança de valência: os verbos que podem ser causativizados, ou seja, os intransitivos, incluindo uma subclasse com sujeitos experienciadores e objetos oblíquos opcionais, e os verbos que podem ser passivizados, ou seja, os transitivos e bitransitivos.

Exemplos de cada classe e subclasse verbal mencionadas acima são apresentados a seguir. Iniciamos pelo verbo intransitivo ‘dançar’, formado pela raiz *terekterek* ‘dança, festa’ e o formador de radical (FR) ou verbalizador *-na*. Apresentamos exemplos de sentenças gramaticais e agramaticais (marcadas por um asterisco) como evidência de seu comportamento sintático, que tomamos como base para uma análise posterior da sua estrutura argumental. Em (12) o verbo ‘dançar’ está sendo usado normalmente, com um único argumento como sujeito, mas em (14) sua valência foi aumentada via a adição do prefixo causativizador *m-*, transitivizando-o. O exemplo (13) mostra que, quando este verbo intransitivo é usado com o prefixo de passiva *a-*, a sentença fica agramatical, já que, como veremos, para ser passivizado um verbo deve ser, no mínimo, biargumental:

- *Intransitivos*

- (12) pyterekteregngan<sup>7</sup> taso  
 ø-py-terekterek-na-n taso  
 3-ASSERT-dançar-FR-NFUT homem  
 'O homem dançou.'
- (13) \*pyraterekteregngan taso  
 ø-pyr-a-terekterek-na-n taso  
 3-ASSERT-dançar-FR-NFUT homem
- (14) ypynterekteregngan (yn) taso  
 y-py-m-terekterek-na-n yn taso  
 1-ASSERT-CAUS-dançar-FR-NFUT 1s homem  
 'O homem me fez dançar.'

A sentença (15) demonstra que um sujeito inanimado também pode ser usado quando o verbo 'dançar' é transitivizado via adição do causativo *m-*:

- (15) ypynterekteregngan hyrýja hārāj  
 y-py-m-terekterek-na-n hyrýj hārāj  
 1-ASSERT-CAUS-dançar-FR-NFUT música boa  
 'A boa música me fez dançar.'

Em (16) o verbo intransitivo foi transitivizado via prefixação do morfema causativo e em seguida passivizado. A passiva torna o verbo intransitivo novamente, como veremos abaixo, adicionando o sentido de que há um agente ou causa impessoal:

- (16) pyramterekteregngan taso  
 ø-pyr-a-m-terekterek-na-n taso  
 3-ASSERT-PASV-CAUS-dançar-FR-NFUT homem  
 'Fizeram o homem dançar.'

7. O modo assertivo é marcado por um prefixo que tem três alomorfes fonologicamente condicionados: *py-* é usado com raízes iniciadas por consoantes em sílabas átonas; *pyr-* é usado com raízes iniciadas por vogais e *pyry-* com raízes iniciadas por consoantes em sílaba tônicas.



As sentenças observadas até o momento estão conjugadas no modo assertivo, que é utilizado obrigatoriamente como resposta a perguntas sim-não. A ordem de constituintes no modo assertivo é verbo-inicial (VS para intransitivas). Além do modo assertivo, há também o modo declarativo, que pode ser considerado o modo *default* na língua. Vemos que a ordem de constituintes SV é agramatical em sentenças declarativas intransitivas como (17). A ordem VS apresentada em (18) é considerada a ordem *default* de uma sentença deste tipo.<sup>8</sup>

- (17) \*taso naterekteregngāt  
 taso        Ø-na-terekterek-na-t  
 homem    3-DECL-dançar-FR-NFUT

- (18) naterekteregngāt taso  
 Ø-na-terekterek-na-t    taso  
 3-DECL-dançar-FR-NFUT    homem  
 'O homem dançou.'

Exemplos (19) e (20) mostram que para transitivizar um verbo intransitivo é necessário causativizá-lo. Sem o morfema causativo o verbo intransitivo não pode ser usado com dois argumentos (como em (19)).

- (19) \*taso naterekteregngāt̃jonso  
 taso        Ø-na-terekterek-na-t        ̃jonso  
 homem    3-DECL-dançar-FR-NFUT        mulher

- (20) taso namterekteregngāt̃jonso  
 taso        Ø-na-m-terekterek-na-t        ̃jonso  
 homem    3-DECL-CAUS-dançar-FR-NFUT        mulher  
 'O homem fez a mulher dançar.'

Um teste para valência em Karitiana é checar se o verbo pode ocorrer como núcelo da mini-orção nominalizada que aparece como complemento do verbo copular *aka*. Caso o verbo possa aparecer nesta posição, como em (21), comprova-se que ele é intransitivo. Verbos intransitivos não podem ser passivizados (22). Veremos adiante que verbos transitivos só podem ocorrer no complemento da cópula se fo-

8. Storto (2014) mostra que SV é possível em uma sentença declarativa quando o sujeito estiver focalizado.

rem antes intransitivizados via adição do prefixo de passiva. Por esta razão, um verbo intransitivo causativizado não pode aparecer na mini-oração complemento da cópula, o que está atestado em (23), a não ser que ele tenha sido passivizado, como em (24):

- (21)

taso

Ø-na-aka-t

[i-terekterek-na-t]

homem

3-DECL-COP-NFUT

NMZ-dançar-FR-CONC.ABS.COP

'O homem dançou.'
- (22)

\*taso

Ø-na-aka-t

[i-a-terekterek-na-t]

homem

3-DECL-COP-NFUT

NMZ-PASV-dançar-FR-CONC.ABS.COP
- (23)

\*taso

Ø-na-aka-t

[i-m-terekterek-na-t]

tomem

3-DECL-COP-NFUT

NMZ-CAUS-dançar-FR-CONC.ABS.COP
- (24)

taso

Ø-na-aka-t

[i-a-m-terekterek-na-t]

homem

3-DECL-COP-NFUT

NMZ-PASV-CAUS-dançar-FR-CONC.ABS.COP

'Fizeram o homem dançar.'

A tabela 1 lista todas as raízes intransitivas testadas por Rocha (2011). O comportamento de cada um destes verbos mostrou-se idêntico ao do verbo ‘dançar’ discutido acima.

Tabela 1

Numero	Raiz intransitiva	trandução/ significado da raiz
1	(´a)so´y	‘ter relação sexual’
2	´a	‘fazer’
3	´edn	‘engravidar’
4	´ok	‘incomodar’, ‘ter preguiça’
5	´ywyn	‘desaparecer’
6	ahy	‘beber’
7	aka	‘cópula’
8	aky	‘estourar’
9	ambo	‘subir’, ‘deitar para dormir’

10	amy	'vestir'
11	andyj	'sorrir'
12	angat	'levantar'
13	anin	'acender'
14	boryt	'sair'
15	boryt	'nascer'
16	botit	'abandonar'
17	by'a	'fazer'
18	dibmin	'passar mal', 'piorar'
19	engy	'vomitar'
20	geryt	'sangrar'
21	haadn	'falar'
22	haap	'amanhecer'
23	hadn okoki	'emudecer'
24	hej	'ir embora', 'deixar', 'abandonar'
25	heren	'aparecer'
26	hibmin	'assar'
27	hip	'cozinhar comida em geral'
28	hop	'quebrar'
29	hop hop	'quebrar (pl)'
30	hy'yt	'envelhecer'
31	hydryn sara'it	'cheirar mal'
32	hyrygnim	'engasgar'
33	hȳryj	'cantar'
34	hyryp	'chorar'
35	hyt	'cheirar bem'
36	hywa	'brilhar'
37	indo	'ficar pronto', 'aprontar'
38	je'yn	'roncar'
39	jygng	'ficar'
40	kaj	'sonhar'
41	karan	'virar'
42	ke'on	'esfriar'
43	kerep	'criar (adotar)'
44	kerep	'crescer'
45	ki	'cópula (ser, estar, ficar – plural)'
46	kikin	'gritar'
47	kirigng	'assustar'

48	kyrysir	'amarelar'
49	kysep	'pular (de cima de algum lugar)'
50	kyyt	'derramar'
51	man	'casar (sujeito feminino)'
52	mōj	'anoitecer'
53	mōj tȳj	'entardecer'
54	nam	'feder'
55	neng	'deitar'
56	non	'contorcer', 'entortar', 'ficar torto'
57	nyrȳj	'acordar'
58	ōgon	'engrossar'
59	ohit	'pescar'
60	oky	'morrer', 'apagar'
61	ongowot	'entristecer'
62	opi'owop	'ensurdecer'
63	opipydn	'ter fome'
64	osoposiik	'pentear cabelo'
65	otidn	'doer'
66	otidn	'arder'
67	owi	'morrer (plural)'
68	pa'it	'brigar'
69	pakōrong	'endurecer', 'criar crosta'
70	pakybm	'suar'
71	pikowogng	'deslisar'
72	pipogon(a)	'clarear'
73	pipop	'queimar'
74	pok	'secar'
75	pom	'beijar'
76	pon	'atirar', 'caçar'
77	poom	'brincar'
78	pop	'apagar (fogo)'
79	pot	'partir (quebrar em dois)'
80	potpot	'ferver'
81	py'ej	'estudar', 'ler', 'escrever'
82	py'ȳwyt	'desmaiar'
83	pyhīriwa	'apontar', 'mirar'
84	pyke	'buscar'
85	pyki	'buscar (variante de pyke)'

86	pymyn	'ficar ocupador'
87	pyndak	'pilar (no pilão horizontal)'
88	pyt'y	'comer'
89	pyyk	'acabar'
90	sara'it	'cansar'
91	se'adn	'ser bonito', 'ficar bonito', 'ser bom'
92	se'ak	'ter sede'
93	se'y	'beber'
94	sembok	'molhar'
95	seng	'ficar de cócoras'
96	signg	'vencer'
97	siik	'pentear', 'alisar'
98	sikirip	'enlouquecer'
99	so	'ficar'
101	som	'avermelhar' / 'amadurecer'
101	sooj	'casar (sujeito masculino)'
102	syk	'azedar'
103	syypowop	'cegar'
104	taktagn	'nadar'
105	tam	'voar'
106	tarak	'andar'
107	tat	'ir', 'ir embora'
108	tej	'puxar', 'esticar' (o arco antes de flechar)
109	tepyk	'mergulhar'
110	terekteregnã	'dançar'
111	timtim(a)	'tossir'
112	yryt	'chegar', 'vir', 'trazer'
113	yt	'nascer'

- *Intransitivos com sujeito experienciador e objeto oblíquo*

Apresentamos, a seguir, uma lista de 18 verbos intransitivos que têm sujeitos experienciadores e objetos oblíquos (Rocha 2011). Semanticamente, estes verbos formam uma classe separada dos intransitivos comuns, pois seus sujeitos podem ser descritos como psicologicamente afetados:

Tabela 2

Número	Verbo em Karitiana	Significado em português
1	so'oot	'ver'
2	so'oot hārāj	'gostar', 'amar' (lit. ver bem)
3	so'oot sara'it	'odiar' (lit. ver mal)
4	pasadn	'amar'
5	pyting	'querer'
6	sondyp	'saber', 'conhecer'
7	pypyyt	'saber', 'ter habilidade em algo'
8	a'ak	'desejar sexualmente'
9	hōrōj	'mentir'
10	kārā	'ter ciúme'
11	koro'op pasap	'ter saudade'
12	opihok	'escutar'
13	opiso	'ouvir'
14	paket	'ter nojo'
15	pi	'temer'
16	pyting okokit	'enjoar'
17	tirira	'tremor de frio, medo ou raiva'
18	pyso	'tocar, pegar com a mão'

O objeto oblíquo destes verbos costuma ser utilizado, apesar de não ser obrigatório. Ele faz referência à entidade ou evento responsável por criar o estado psicológico que afeta o sujeito. Ou seja, no caso de 'ver', o objeto ou cena que foi visto, no caso de 'ficar com ciúmes', a entidade ou evento que causou ciúmes. O objeto em questão é sufixado pela posposição *-ty*, também usada para marcar objetos indiretos de verbos bitransitivos. A composição morfológica destes verbos revela claramente, em alguns casos, que a denotação do verbo envolve um sujeito experienciador. Por exemplo, *opiso* 'ouvir' é formado pelos morfemas *opi* 'orelha' e *so*, e *pyso* 'tocar, pegar' é formado pelos morfemas *py* 'mão' e *so*. O sentido do morfema *so* nestes compostos é 'saber/ter consciência/sentir', ou seja, estar em um estado psicológico de consciência que pode ser traduzido como 'sentir' através do uso da mão ou da orelha. Da mesma forma, 'sentir atração sexual', 'mentir', 'sentir ciúmes', 'saber', 'amar' etc, são verbos que podem ser descritos como estados psicológicos. Em Karitiana, pelo menos alguns destes verbos são formados através do uso do mesmo morfema *so* identificado acima: *so'oot* 'ver', *sondyp* 'saber'.

Apesar destes verbos serem semanticamente transitivos da maneira descrita acima, eles são sintaticamente intransitivos, conforme atestam os paradigmas abaixo, do verbo ‘amar’:

- (25) pypasadnan taso tasoojoty  
 ø-py-pasadn-a-n            taso            ta-sooj-<o>ty  
 3-ASSERT-amar-VT-NFUT    homem            3POSS-esposa-OBL  
 ‘O homem ama a sua esposa.’

- (26) \*pyrapasadnan taso  
 ø-pyr-a-pasadn-a-n            taso  
 3-ASSERT-PASV-amar-VT-NFUT    homem

Em (25) temos uma sentença assertiva VS seguida pelo objeto oblíquo, que é sempre opcional. Em (26), a versão passivizada do verbo ‘amar’ é agramatical, já que não é possível passivizar um verbo intransitivo na língua. Em (27) o mesmo verbo foi causativizado, tornando-se transitivo. A ordem VO(Obl)S é típica destes verbos transitivizados no modo assertivo. O objeto oblíquo aparece entre os dois argumentos da sentença, mas poderia também aparecer na posição inicial, pós-verbal ou final da sentença, já que qualquer sintagma oblíquo tem uma distribuição bastante variável, podendo, como os advérbios, adjuagir-se à esquerda de qualquer projeção máxima da sentença.

- (27) pypasadnan tasooj òwäty taso  
 ø-py-m-pasadn-a-n            ta-sooj            òwä-ty            taso  
 3-ASSERT-CAUS-amar-VT-NFUT    3POSS-esposa            criança-OBL    homem  
 ‘O homem fez a sua esposa amar a criança.’

No exemplo (28) o verbo ‘amar’ foi causativizado, tornando-se transitivo, e subsequentemente passivizado, tornando-se intransitivo com a perda do argumento agente, que, com a adição do morfema de passiva, passa a ser interpretado como impessoal.

- (28) pyrapasadnan taso isoojoty  
 ø-pyr-a-m-pasadn-a-n            taso            i-sooj-<o>ty  
 3-ASSERT-PASV-CAUS-amar-VT-NFUT    homem            3POSS-esposa-OBL  
 ‘Fizeram o homem amar a mulher dele’

Nas declarativas em (29) e (30) temos o mesmo verbo ocorrendo, respectivamente, em versão causativizada (SVO) e *default* (VS):

(29) taso nampasadnat tasooj òwãty

taso	ø-na-m-pasadn-a-t	ta-sooj	òwã-ty
homem	3-DECL-CAUS-amar-VT-NFUT	3POSS-esposa	criança-OBL

‘O homem fez a sua esposa amar a criança’

(30) napasadnat taso (tasoojoty)

ø-na-pasadn-a-t	taso	(ta-sooj-<o>ty)
3-DECL-amar-VT-NFUT	homem	(3POSS-esposa-OBL)

‘O homem ama (sua esposa)’

O verbo ‘amar’ aparece como núcleo da mini-orção complemento da copula em (31), ambiente restrito aos verbos intransitivos. Esta restrição explica a agramaticalidade da sentença (33), na qual o verbo foi causativizado, tornando-se transitivo. Se tal verbo for adicionalmente passivizado, como em (34), a sentença torna-se gramatical pois é intransitiva.

(31) taso naakat ipasadnat (tasoojoty)

taso	ø-na-aka-t	(i-pasadn-a-t)
homem	3-DECL-COP-NFUT	NMZ-amar-VT-CONC.ABS.COP

(ta-sooj-<o>ty)  
(3POSS-esposa-OBL)  
‘O homem ama sua esposa.’

(32) \*taso naakat iapasadnat

taso	ø-na-aka-t	(i-a-pasadn-a-t)
homem	3-DECL-COP-NFUT	NMZ-PASV-amar-VT-CONC.ABS.COP

(33) \*taso naakat impasadnat

taso	ø-na-aka-t	(i-m-pasadn-a-t)
homem	3-DECL-COP-NFUT	NMZ-CAUS-amar-VT-CONC.ABS.COP

(34) taso naakat iampasadnat (isoojoty)

taso	ø-na-aka-t	(i-a-m-pasadn-a-t)
homem	3-DECL-COP-NFUT	NMZ-PASV-CAUS-amar-VT-CONC.ABS.COP

(i-sooj-<o>ty)  
(3POSS-esposa-OBL)  
‘Fizeram o homem amar (a esposa dele).’



- *Transitivos*

Os paradigmas de verbos transitivos exibem um padrão completamente diferente daquele observado nos verbos intransitivos. Eles ocorrem na ordem *default* SVO em sentenças declarativas como (39), mas tipicamente na ordem VSO em assertivas como em (35), podem ser passivizados ((36), (42)) e nunca são causativizados ((37), (38), (43), (44)). Nas construções de cópula, só ocorrem no núcleo da oração complemento da cópula se forem antes passivizados ((41), (42)):

(35) pyrokydn                      taso                      pat  
 3-ASSERT-matar-NFUT      homem                      arara  
 'O homem matou a arara.'

(36) pyaokydn pat  
 Ø-pyr-a-oky-dn                      pat  
 3-ASSERT-PASV-matar-NFUT                      arara  
 'A arara foi morta' ou 'mataram a arara.'

(37) \*pymbokydn òwã/pat taso  
 Ø-py-m-oky-dn                      ò                      wã/pat                      taso  
 3-ASSERT-CAUS-matar-NFUT                      criança/arara                      homem

(38) \*pyrambokydn taso  
 Ø-pyr-a-m-oky-dn                      taso  
 3-ASSERT-PASV-CAUS-matar-NFUT                      homem

(39) taso naokyt boroja  
 taso                      Ø-na-oky-t                      boroja  
 homem      3-DECL-matar-NFUT                      cobra  
 'O homem matou a cobra.'

(40) naaokyt boroja  
 Ø-na-a-oky-t                      boroja  
 3-DECL-PASV-matar-NFUT      cobra  
 'A cobra foi morta' ou 'mataram a cobra.'

(41) \*taso naakat iokyt  
 taso                      Ø-na-aka-t                      (i-oky-t)  
 homem      3-DECL-COP-NFUT                      NMZ-matar-CONC.ABS.COP

- (42) taso naakat iaokyt  
 taso Ø-na-aka-t (i-a-oky-t)  
 homem 3-DECL-COP-NFUT NMZ-PASV-matar-CONC.ABS.COP  
 'O homem foi morto.'
- (43) \*taso naakat imbokyt  
 taso Ø-na-aka-t (i-m-oky-t)  
 homem 3-DECL-COP-NFUT NMZ-CAUS-matar-CONC.ABS.COP
- (44) \*taso naakat iambokyt  
 taso Ø-na-aka-t (i-a-m-oky-t)  
 homem 3-DECL-COP-NFUT NMZ-PASV-CAUS-matar-CONC.ABS.COP

A tabela 3 lista os verbos transitivos testados por Rocha (2011) e que seguem o padrão acima descrito para o verbo 'matar'.

Tabela 3

Número	Verbo	Significado em português
1	'y	'comer'
2	'y	'gastar'
3	ahoj	'rir'
4	atik	'jogar fora'
5	boit	'enfeitar (com pintura e adereços)'
6	byjyt	'amassar'
7	hãrājxa	'enfeitar (consertar objetos, arrumar a casa)'
8	hee	'abandar'
9	hey	'soprar'
10	ĵa	'estar sentado'
11	kapidyp	'perguntar', 'procurar'
12	kim	'torrar (alimento)'
13	ko	'quebrar'
14	kynō	'fechar'
15	kyrot	'responder'
16	mī	'bater em alguém'
17	ohok	'descascar'
18	okop	'quebrar'
19	oky	'matar'
20	opyj	'deixar'
21	ot	'pegar (singular)'

22	otet	'cozinhar'
23	pesek	'apertar'
24	pii	'pegar (plural)'
25	pinir(i/a)	'beliscar com a unha'
26	pipāram	'costurar'
27	pitik	'esvaziar'
28	pyotagng	'ajudar'
29	pyp	'tecer'
30	seka	'espremer'
31	sokoĩ	'dar nó'
32	sooxa	'casar'
33	tak	'pilar'
34	ting	'bater timbó'
35	top	'libertar'
36	yt	'cavar'

- *Bitransitivos*

Verbos bitransitivos comportam-se da mesma maneira que verbos transitivos, exceto pelo fato de apresentarem um objeto oblíquo. Os três verbos testados por Rocha nesta classe são *hit* 'dar', *oign* 'presentear' e *hithit* 'emprestar'. O verbo bitransitivo concorda com seu objeto direto, que tem o papel semântico de alvo ou recipiente e o tema é o objeto indireto (marcado como um objeto oblíquo). A ordem *default* de constituintes observada em sentenças assertivas é VO(Obl)S (45) e nas declarativas ela é SVO (Obl), como em (49). Um verbo bitransitivo não pode ser causativizado, como vemos em (47), (48), (52) e (53), mas pode ser passivizado ((46), (51)):

- (45) ypyryhityn yn boetety taso  
y-pyry-hit-<y>n                yn boet-<e>ty        taso  
1-ASSERT-dar-NFUT        colar-OBL                homem  
'O homem deu o colar para mim.'

- (46) pyrahityn boetety taso  
Ø-pyr-a-hit-<y>n                boet-<e>ty                taso  
3-ASSERT-PASV-dar-NFUT    colar-OBL                homem  
'Deram colar para o homem.'

- (47) \*pyrymhityn̄jonso boetety taso  
 Ø-pyry-m-hit-<y>n                      ãjonso              boet-<e>ty              taso  
 3-ASSERT-CAUS-dar-NFUT              mulher              colar-OBL              homem
- (48) \*pyramhityn̄jonso boetety taso  
 Ø-pyr-a-m-hit-<y>n                      boet-<e>ty              taso  
 3-ASSERT-PASV-CAUS-dar-NFUT              colar-OBL              homem
- (49) taso              nakahit õwã boetety  
 taso              Ø-naka-hit-Ø              õwã              boet-<e>ty  
 homem      3-DECL-dar-NFUT              criança              colar-OBL  
 'O homem deu colar para a criança.'

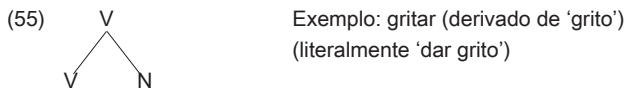
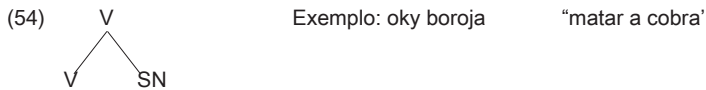
Seguindo o padrão das transitivas, orações bitransitivas também não podem ocorrer como complemento da cópula (50), a não ser que o verbo seja antes passivizado (51):

- (50) \*taso naakat ihit boetety  
 taso      Ø-na-aka-t              (i-hit-Ø              boet-<e>ty)  
 homem    3-DECL-COP-NFUT              NMZ-dar-CONC.ABS.COP              colar-OBL
- (51) taso naakat i-a-hit boetety  
 taso      Ø-na-aka-t              (i-a-hit-Ø              boet-<e>ty)  
 homem    3-DECL-COP-NFUT              NMZ-PASV-dar-CONC.ABS.COP              colar-OBL  
 'Deram colar para o homem.'
- (52) \*taso naakat imhit boetety  
 taso      Ø-na-aka-t              (i-m-hit-Ø              boet-<e>ty)  
 homem    3-DECL-COP-NFUT              NMZ-CAUS-dar-CONC.ABS.COP              colar-OBL
- (53) \*taso naakat iamhit boetety  
 taso      Ø-na-aka-t              (i-a-m-hit-Ø              boet-<e>ty)  
 homem    3-DECL-COP-NFUT              NMZ-PASV-CAUS-dar-CONC.ABS.COP              colar-OBL

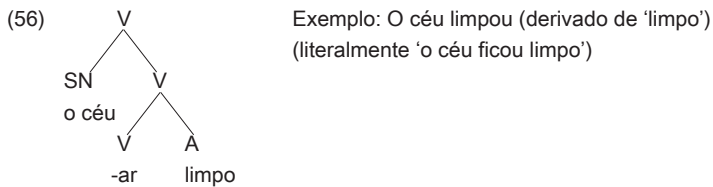
### *Uma análise teórica das classes verbais do Karitiana*

Hale e Keyser (2002) utilizam 3 projeções sintáticas (estruturas argumentais formadas por núcleos, especificadores e complementos) para dar conta do comportamento sintático e semântico de certos tipos de verbos encontrados nas línguas do mundo. É importante saber que,

para os autores, sujeitos agentes são considerados externos à estrutura argumental dos verbos, pertencendo a um nível mais alto de projeção sintática. Por esta razão, sujeitos agentes não estão representados na projeção da estrutura argumental dos verbos apresentados abaixo. Verbos transitivos, na teoria, seriam formados apenas pela projeção de um núcleo verbal e seu complemento nominal, representados em (54), e verbos intransitivos inergativos (ativos) teriam a mesma estrutura que os transitivos, só que o complemento do verbo seria um núcleo (por exemplo, de categoria gramatical nome), formando um núcleo verbal complexo (no caso do exemplo, denominal), como em (55):

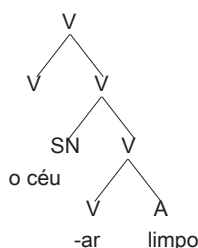


Já os verbos intransitivos inacusativos (estativos), na teoria de Hale e Keyser, seriam formados por um núcleo verbal, seu complemento e um especificador. O núcleo verbal, nestes casos, é composto, formado por um verbo e um núcleo complemento (por exemplo, um adjetivo) como em (56):



O argumento interno da estrutura verbal está em uma posição sintática em que pode ser o único argumento do verbo intransitivo deadjetival em (56), mas pode se tornar objeto da versão transitiva do verbo inacusativo quando um verbo transitivo toma a estrutura (56) como complemento, o que está representado em (57):

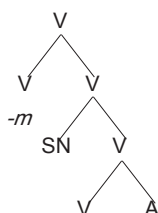
(57)



Exemplo: O vento limpou o céu  
(literalmente 'o vento fez o céu ficar limpo')

Em Karitiana, vimos que todos os verbos intransitivos e apenas eles podem transitivizar-se via a adição de um morfema causativo *m*-. Consideramos, portanto, que o verbo que transitiviza a estrutura inacusativa em Karitiana é o próprio núcleo *m*-, que se funde com o verbo formando com ele um núcleo composto.

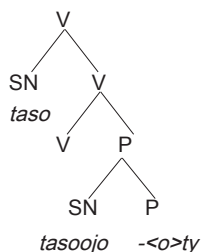
(58)



Como não parece haver uma classe de inergativos em Karitiana, propomos, seguindo Rocha (2011), que a estrutura (54) só se aplica aos verbos transitivos na língua, e todos os verbos intransitivos apresentam a estrutura (56).

Verbos intransitivos com objetos oblíquos também podem ser representados com a estrutura (56) com uma modificação: o complemento de V é um sintagma posposicional formado pela posposição oblíqua e seu complemento:

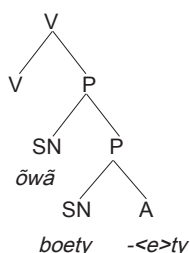
(59)



Exemplo: pypasadn taso tasoojoty  
'O homem ama sua mulher.'

Verbos bitransitivos teriam a estrutura de um transitivo combinada com a projeção de um sintagma posposicional como complemento. O sintagma em questão deve ter dois argumentos – um que é o especificador (alvo ou recipiente) e outro o complemento da posposição oblíqua (tema):

(60)



Exemplo: taso nakahit õwã boetety

'O homem deu colar para a mulher.'

As ordens de constituintes nas sentenças são o resultado da aplicação subsequente das regras descritas na primeira parte do capítulo às estruturas argumentais aqui apresentadas: o verbo flexionado sempre se move para a periferia esquerda (C) e um argumento, se focalizado, deve se mover para o especificador desta posição (Spec, CP). Nas sentenças declarativas transitivas, o sujeito deve ocupar esta posição, a não ser que o objeto esteja focalizado. Nas sentenças asertivas nenhum sintagma pode se mover para a posição pré-verbal. Adjuntos, como sintagmas posposicionais (argumentos oblíquos), podem aparecer *in situ* ou adjungidos à esquerda de qualquer projeção máxima na sentença.

## Bibliografia

- COUTINHO-SILVA, Thiago (2008). *Aspectos dos sintagmas nominais em Karitiana: a quantificação universal*. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- HALE, Kenneth e STORTO, Luciana (1997). "Agreement and spurious antipassives." *Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*, n.º 20 – Homenagem a Aryon Dall'igna Rodrigues.
- HALE, Kenneth e KEYSER, Jay (2002). *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge, MA: Linguistics Inquiry Monograph 39, MIT Press.

- EVERETT, Caleb (2006). *Gestural, Perceptual and Conceptual Patterns in Karitiana*. Tese de Ph.D em Linguística. Houston, TX: Universidade de Rice.
- LANDIN, David (1984). "An outline of the syntactic structure of Karitiana sentences." *Estudos sobre línguas Tupi do Brasil*. Brasília: Ed. R. Dooley, SIL.
- \_\_\_\_\_. (1983[2005]). *Léxico Karitiana-Português, Português-Karitiana*. Brasília: SIL.
- LANDIN, David e LANDIN, Rachel (1973). "A preliminary description of the Karitiana phonological structure", in: *Arquivo linguístico*, n.º 163. Brasília: SIL.
- CARVALHO, Andrea Marques de (2010). *O auxiliary aspectual tyka do Karitiana*. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SANCHEZ-MENDES, Luciana (2009). *A quantificação adverbial em Karitiana*. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SANCHEZ-MENDES, Luciana e MÜLLER, Ana (2008). "The meaning of pluractionality in Karitiana." *Proceedings of SULA IV*. Amherst: Universidade de Massachusetts.
- SANCHEZ-MENDES, Luciana (2014). *A modificação de Grau em Karitana*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo e Université Paris 8.
- MÜLLER, Ana e NEGRÃO, Esmeralda (2010). "On Distributivity in Karitiana." *Proceedings of SULA V – Semantics of Under-Represented Languages in the Americas*. Amherst, MA: GLSA, Departamento de Linguística da Universidade de Massachusetts, UMass, pp. 121-143.
- MÜLLER, Ana e SANCHEZ-MENDES, Luciana (2008). "Pluractionality in Karitiana." *Sinn und Bedeutung 12 – Proceedings of SuB 12*. Oslo: Departamento de Literatura, Área de estudos e línguas Europeias, Universidade de Oslo, pp. 442-454.
- MÜLLER, Ana; STORTO, Luciana e COUTINHO-SILVA, Thiago (2006). "Número e a Distinção Contável-Massivo em Karitiana." *Revista da Associação Brasileira de Linguística*, vol. 5, ns.º 1/2, pp. 185-213.
- ROCHA, Ivan (2011). *A Estrutura Argumental da Língua Karitiana: desafios descritivos e teóricos*. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Aryon (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Editora Loyola.



- STORTO, Luciana (1999). *Aspects of a Karitiana Grammar*. Tese de Ph.D em Linguística. Massachusetts, EUA: Massachusetts Instituto de Tecnologia, MIT.
- \_\_\_\_\_. (2001). "Duas classes de verbos intransitivos em Karitiana", in: QUEIXALOS, F. (ed.) (2001). *Des noms et des verbes en Tupi-Guarani: état de la question*. Lincom-Europa.
- \_\_\_\_\_. (2002). "Algumas categorias funcionais em Karitiana." Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história. Brasília: Atas do I Encontro Internacional de Grupos de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, Tomo I.
- \_\_\_\_\_. (2003). "Interactions Between Verb Movement and Agreement in Karitiana (Tupi Stock)." *Revista Letras*, vol. 60, Curitiba, pp. 411-433.
- \_\_\_\_\_. (2005). "Caso e concordância nas línguas Tupi." *Estudos Linguísticos XXXIV*. Campinas: Unicamp, pp. 59-72.
- \_\_\_\_\_. (2008). "Marcação de concordância absolutiva em algumas construções sintáticas em Karitiana." *Ameríndia 32: La Structure des langues amazoniennes*.
- \_\_\_\_\_. (2010). "Copular constructions in Karitiana: a case against case movement". In: LIMA, S. (org.) *University of Massachusetts Occasional Papers 41*. Universidade de Massachusetts, pp. 205-226.
- \_\_\_\_\_. (2012a). "Duplicação em Karitiana", in: OLIVEIRA, Roberta Pires de e MEZARI, Meiry Perucchi (orgs.) (2012). *Nominais Nus: um olhar através das Línguas*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 213-234.
- \_\_\_\_\_. (2012b). "Subordination in Karitiana." *Ameríndia 35*, Paris, pp. 219-237.
- \_\_\_\_\_. (2014). Information Structure and Constituent Order in Karitiana Clauses. In *Information Structure and Reference Tracking in Complex Sentences*. John Benjamins Publishing Company. 163-191.
- VIVANCO, Karin (2014). *Orações relativa em Karitana: um estudo experimental*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.



## NOMINALIZAÇÃO DOS ARGUMENTOS INTERNO E EXTERNO EM KUIKURO

*Mara Santos  
Bruna Franchetto*

### *Introdução*

O objetivo deste capítulo<sup>1</sup> é descrever as estruturas internas das nominalizações de argumento interno e argumento externo, identificando os morfemas lexicais e funcionais envolvidos, em Kuikuro, uma das variedades da língua karib alto-xinguana falada por cerca de setecentas pessoas que habitam cinco aldeias na região dos formadores orientais do rio Xingu, porção sul da Terra Indígena do Xingu, Estado de Mato Grosso. A língua karib alto-xinguana compartilha com as outras línguas da família karib uma notável produtividade de processos derivacionais, realizados em formas afixais, em particular no que concerne verbalizações e nominalizações.

Os fatos Kuikuro são interpretados teoricamente à luz da Morfologia Distribuída (MD), proposta por Halle (1990), Halle e Marantz (1993, 1994); Harley e Noyer, (1999). A MD propõe uma arquitetura da gramática em que um único sistema gerativo é responsável tanto pela estrutura da palavra quanto pela estrutura da sentença. Neste modelo,

---

1. O capítulo resulta da revisão de parte do capítulo III da Tese de Doutorado de Mara Santos, intitulada 'Morfologia Kuikuro – Gerando nomes e verbos' (Santos 2007), orientada por Bruna Franchetto, que deu início à pesquisa linguística e etnográfica sobre o Kuikuro em 1977.

a Morfologia interpreta o *output* da derivação sintática, onde a palavra é o resultado de operações (sintáticas) de movimento e concatenação de raízes não-categorizadas com feixes de traços morfossintáticos. A MD nos permitiu uma melhor visão da rica estrutura das palavras *kuikuro* e uma maior integração dos fatos morfológicos à sintaxe, apontando para uma relação mais interessante com a fonologia.

Na primeira parte do artigo delineamos um perfil gramatical da língua *karib alto-xinguana* e especificamente do *Kuikuro*, de modo a introduzir adequadamente a análise das nominalizações de argumento interno e de argumento externo, tópicos da segunda e da terceira parte, respectivamente. Segue uma descrição sucinta das formas que preencham obrigatoriamente as posições de argumento interno em ambas as nominalizações. Concluimos que é a natureza inacusativa de todos os verbos intransitivos que determina a forma da nominalização direcionada ao seu argumento, idêntica àquela direcionada ao argumento interno (paciente) de verbo transitivo, constituindo outra manifestação da ergatividade dessa língua.

#### *Aspectos relevantes da gramática kuikuro*

O *Kuikuro*, assim como as outras variedades da língua *karib alto-xinguana*, é altamente aglutinante e de núcleo final. Ela apresenta características de uma língua ergativa (Franchetto 1986, 2010): de um lado, os argumentos em função de sujeito de verbo intransitivo e de objeto de verbo transitivo ocorrem rigidamente antes do verbo, constituindo com este uma unidade fonológica, e não exibem nenhuma marcação morfológica de caso (absolutivo); de outro lado, o sujeito (agente ou causa original) de verbo transitivo é marcado (caso ergativo) por uma posposição e tem autonomia e mobilidade, podendo ocorrer tanto após o verbo como antes dele. Um conjunto único de prefixos realiza os traços de pessoa em nomes, verbos e posposições.

Assumimos que em *Kuikuro* as partes do discurso chamadas de verbo e nome são assim identificadas a partir do contexto sintático no qual se encontram. A palavra é resultado da combinação de uma Raiz ( $\sqrt{R}$ ) com um núcleo funcional definidor de categoria. A palavra verbal, cuja estrutura máxima é esquematizada abaixo, apresenta, como prefixos, marcadores de pessoa e detransitivizadores, e, como sufixos,

verbalizadores, transitivizadores, modo e aspecto, número, ‘tempo’ (futuro) e negação:

Estrutura da palavra verbal:

(Prs)-(DTR)-RAIZ-Vcat-(TR)-|MOD-(ASP(T))|-(NMLZ)-(VBLZ)-(Num)-(FUT)-(NEG)<sup>2</sup>

(1) *at-tagi-<sup>n</sup>kgugi-Ø-küN-ko-ingo-la*<sup>3</sup>

2DTR-fala-duro-VBLZ-PNCT-PL-FUT-NEG

‘vocês não devem usar palavras duras entre vocês’

Os nomes Kuikuro são ‘nus’, ou seja, eles não estão associados obrigatoriamente a qualquer material funcional, sendo indeterminados por número e definitude. A palavra nominal pode ter prefixos (marcadores de pessoa) e sufixos (relacional, plural e coletivo, negação, Tempo). A palavra nominal derivada (deverbal) apresenta uma estrutura ainda mais complexa que, além dos sufixos nominalizadores, herda toda ou parte da morfologia do verbo original (afixos detransitivizadores e transitivizadores, sufixos verbalizadores e aspectuais).

Estrutura expandida da palavra nominal:

(Prs)-(DTR)-RAIZ-Ncat-(REL)-(TR)-|MOD-(ASP(T))|-(NMLZ)-(Num)-(FUT/PAST)-NEG

(2) *t-et-inha-ha-Ø-nhü-ko-ingo-la*

PTP-3.DTR-comida-VBLZ-PTP-AINR-PL-FUT-NEG

‘futuro não-comedores / aqueles que não irão comer’

O predicado [argumento.interno V] representa uma unidade sintática, onde a relação essencial entre o núcleo verbal e seu argumento obrigatório – S(ujeito) de um verbo intransitivo ou O(bjeto) de um verbo transitivo – é estabelecida, com ordem e adjacência rigorosas. Esta relação é apenas um caso da unidade de qualquer núcleo (V, N, PP) e seu argumento, o que resulta em um único ‘corpo’ sintático e fonológico:

2. Distinguimos a categorização ‘baixa’ (Ncat, Vcat), quando uma raiz é diretamente categorizada como nome ou como verbo, por morfemas funcionais fonologicamente realizados ou não, da recategorização através de verbalizadores ou nominalizadores explícitos, que são também morfemas funcionais.
3. Os dados kuikuro são transcritos usando a ortografia corrente estabelecida pelos professores indígenas com a assessoria dos linguistas. As correspondências não óbvias entre grafemas e símbolos do IPA são: ü (i), j (j), g (flap uvular), ng (ŋ), nh (ɲ), nkg (ʎg); N representa um traço nasal subespecificado.

- (3a) [*itaō ũngü-lũ*]  
mulher dormir-PNCT  
'a mulher dormiu'
- (3b) *u-ũngü-lũ*  
1-dormir-PNCT  
'eu dormi'
- (4a) [*kangamuke ahetinho-mba-lũ*]      *taō heke*  
criança ajudante-VBLZ-PNCT      mulher ERG  
'a mulher ajudou a criança'
- (4b) [*u-ahetinho-mba-lũ*]      *i-heke*  
1-ajudante-VBLZ-PNCT      3-ERG  
'ele me ajudou'
- (5) *kangamuke kanga-gũ*  
criança peixe-REL  
'o peixe da criança'
- (6) *kangamuke gepo*  
criança perto  
'perto da criança'

O caso absolutivo do argumento interno (S/O) é estrutural (*default*) e todos os verbos intransitivos são de tipo inacusativo. O argumento externo ((A)gente) é marcado pela posposição *heke*; o caso ergativo realizado por *heke* é inerente. O argumento externo não é obrigatório e tem a sua própria autonomia e mobilidade quando não pronominal, já que pode ser separado da unidade OV por advérbios e partículas e pode aparecer na periferia esquerda da frase (CP); quando pronominal ele ocorre obrigatoriamente após o predicado, podendo ser dele separado por certas partículas (Franchetto e Santos 2009; Franchetto 2010).

A existência de cinco classes morfológicas é um aspecto importante da gramática *kuikuro*. Elas organizam conjuntos de formas explicitamente ordenados, que atravessam diversos processos flexionais e derivacionais. Um deles é a flexão verbal aspectual do modo descritivo (aspectos pontual, continuativo e perfeito). Os alomorfes de aspecto se distribuem em cinco classes flexionais exclusivamente morfológicas, não existindo qualquer condicionamento fonológico que possa ser

considerado responsável por tal alomorfia. O mesmo fenômeno pode ser observado na alomorfia das formas que chamamos de ‘participiais’, dos nominalizadores de argumento externo (agente) e de argumento interno (paciente, tema, ator); dos sufixos de flexão nominal (‘posse’, relação ou dependência). Veja-se abaixo a alomorfia do sufixo de participípio segundo as classes:

Quadro 1 – classes morfológicas e alomorfia do sufixo de participípio:

CLI: -i	CLII: -ti	CLIII: acento*	CLIV: -si	CLV: acento
<i>t-igi-nh-i</i> (tendo) cantado	<i>t-inkgugi-ti</i> (tendo sido) enganado	<i>tü-té</i> (tendo) ido	<i>t-ugi-si</i> (tendo sido) soprado	<i>t-ipó</i> (tendo sido) furado
<i>tü-kinhul-i</i> (tendo ficado) enciumado	<i>t-opokine-ti</i> (tendo sido) abandonado	<i>t-agí</i> (tendo sido) jogado	<i>t-at-agugi-si</i> (tendo sido) rachado	<i>tü-hatí</i> (tendo) saído
<i>tü-kats-i</i> (tendo) trabalhado	<i>t-ongi-ndi</i> (tendo sido) escondido	<i>t-engé</i> (tendo sido) comido	<i>t-aküngi-si</i> (tendo sido) escolhido	<i>t-apü</i> (tendo) amadurecido

\* Nas classes flexionais III e V o expoente fonológico do participípio é o acento de altura, que se realiza na última sílaba da palavra, ou seja, na última sílaba do radical verbal (considere-se que o acento é, geralmente, previsível, ocorrendo na penúltima sílaba da palavra).

Observe-se que a forma participial se caracteriza também pelo prefixo *t-/tü-*, uma forma cuja análise está ainda em andamento; nossa hipótese é a de que ele realiza um traço [anafórico] (glosado AN), já que não parece tratar-se de uma simples homofonia com o prefixo reflexivo de 3ª pessoa que ocorre com nomes.

No que concerne especificamente às estruturas de nominalização, a sua morfologia mostra que há uma clara distinção entre a de argumento interno (S/O) e a de argumento externo (A). Os nomes assim derivados ocorrem nos mesmos contextos sintáticos de qualquer outro nome, podendo ter função de argumento de qualquer núcleo (verbo, nome, posposição). Tais nominalizações caracterizam as construções ‘subordinadas’ (relativas) e interrogativas de argumento interno e externo.

## Nominalização de argumento interno

Este tipo de nominalização, que poderia ser chamada também de não-agentiva, envolve um verbo flexionado com sua forma de particípio ao qual se acrescenta o sufixo nominalizador *-nhü* (glosado AINR), direcionado para os argumentos S e O. A adição do recategorizador nominal *-nhü*, a uma estrutura verbal flexionada na forma participial, produz uma construção interpretada como significando o estado resultante do evento atribuído ao argumento interno (S e O).

O núcleo nominalizador seleciona radicais verbais transitivos e transitivizados, intransitivos e detransitivizados, flexionados na forma participial e precedidos pelo marcador de 3ª anafórica *tü-*. O quadro 2 retoma o quadro 1, acrescentando, agora, o nominalizador *-nhü* às formas participiais.

Quadro 2 – Nominalização de argumento interno:

CLI: -i + nhü	CLII: -ti + nhü	CLIII: acento+ nhü	CLIV: -si + nhü	CLV: acento+ nhü
<i>t-igi-nh-i-nhü</i> cantor	<i>t-inkgugi-ti-nhü</i> enganado	<i>tü-té-nhü-ko-pe</i> os que foram	<i>t-ugi-si-nhü</i> soprado	<i>t-ipó-nhü</i> furado
<i>tü-kinhul-i-nhü</i> enciumado	<i>t-opokine-ti-nhü</i> abandonado	<i>t-agí-nhü</i> jogado	<i>t-at-agugi-si-nhü</i> rachado	<i>tü-hati-nhü</i> saído
<i>tü-kats-i-nhü</i> trabalhador	<i>t-ongi-ndi-nhü</i> escondido	<i>t-engé-nhü</i> comido, comestível	<i>t-aküngi-si-nhü-pe</i> escolhido	<i>t-apü-nhü</i> maduro

Como se vê no quadro acima, a nominalização de argumento interno tem a seguinte estrutura morfológica: *tü-/t-+radical verbal participio+-nhü*. Como dissemos, a adição de um recategorizador nominal a uma estrutura verbal flexionada na forma participial tem leitura de estado resultante do evento, estado atribuído ao argumento interno. Gildea (1998, p. 142) reconstrói a proto-forma karib *\*mi*, descrevendo -a, também, como sendo um nominalizador que deriva nomes das formas participiais *\*t-V-ce*, com significado de ‘alguém que está no estado indicado pelo particípio’.



No exemplo (7a), temos um radical verbal intransitivo, *apüngu* ‘morrer’, com morfologia participial (PTP); a interpretação é de estado resultante do evento ‘morrer’. Em (7b) ao particípio *tapüngi* é sufixado o nominalizador *-nhü* e o que antes era uma estrutura verbal se torna uma estrutura nominal. Vejam, a seguir, as fases de derivação da nominalização de Argumento Interno:

- (7a) *ekege t-apüng-i leha* (forma PTP)  
onça AN-morrer-PTP CMPL  
‘a onça já morreu/tendo morrido’
- (7b) *ekege leha t-apüng-i-nhü* (forma nominalizada AINR)  
onça CMPL AN-morrer-PTP-AINR  
‘a onça (está) morta’

A nominalização AINR tem significado predicável e se refere ao argumento interno (S, O). O nominalizador *-nhü* seleciona radical com semântica estativa resultativa, focalizando o objeto interno do verbo. Em (7b), a tradução ‘a onça está morta’ pode ser parafraseada como ‘a onça está no estado de não mais estar viva’. Sendo *apünguN* um verbo intransitivo-inacusativo, não há nenhuma informação sobre o causador do estado atual da onça. Os nomes derivados a partir das formas participiais sugerem, muitas vezes, uma leitura de adjetivo, expressando uma propriedade do argumento envolvido; não existem adjetivos nas línguas karib, como afirma a maioria de seus pesquisadores. No caso do Kuikuro, trata-se de nomes com leitura resultativa de um evento imediatamente precedente, resultado que afeta o argumento e que ainda se reflete na sua condição ‘presente’.

Veja-se a seguir outros exemplos com verbos intransitivos e transitivos, detransitivizados e transitivizados:

i) Verbos intransitivos:

- (8) *tü-het-i-nhü*  
AN-gritar-PTP- AINR  
‘aquele que gritou’
- (9) *ti-je-ti-nhü*  
AN-nadar-PTP- AINR  
‘aquele que nadou’

ii) Verbos transitivos:

- (10) *t-ongiN-ti-nhü* > *tongĩ<sup>n</sup>dinhü*  
AN-esconder-PTP- AINR  
'o que foi escondido' ('segredo')

- (11a) *t-enge-nhü*  
AN-comer-PTP- AINR  
'o comido' (comestível)

- (11b) *kakaga hungu t-enge-nhü*  
galinha carne AN-comer-PTP- AINR  
'carne de galinha é comestível'

- (12) *t-ahehi-si-nhü*  
AN-escrever-PTP-AINR  
'o escrito/filmado' (livro/filme)

iii) Nominalização com verbos intransitivizados:

- (13) *t-eg-ipo-nhü-pe*  
AN-2/3DTR-furar-PTP-AINR-ex  
'aquele que se furou'

- (14) *t-at-ahehi-si-nhü*  
AN-2/3DTR-escrever-PTP-AINR  
'escritor'

Observe-se que no exemplo (12), com o verbo transitivo *ahehi* ('escrever/filmar/fotografar'), a nominalização não-agentiva resulta no nome 'escrito/livro ou filmado/filme ou fotografado', o resultado da ação de escrever ou filmar afetando o objeto. Já no exemplo (14), com o verbo intransitivizado – 'escrever', com sentido incoativo – a nominalização deve ser interpretada como significando 'escritor', aquele que está no estado de escrever (algo, objeto não especificado).

iv) Nominalização com verbos transitivizados. Em Kuikuro há dois morfemas transitivizadores, *ne* e *ki* (Santos, 2002):

– Nominalização com verbos transitivizados pelo morfema *-ne*:

- (15) *t-angu-ne-ti-nhü*  
AN-dançar-TR-PTP-AINR  
'aquilo que se faz dançar'(música)

- Nominalização com verbos transitivizados pelo morfema *-ki*:

- Oferecemos, agora, algumas ocorrências da nominalização *-nhũ* em contextos naturais, retiradas do nosso corpus de ‘textos’.

Pergunta:

- Resposta:

- (Kagaiha, linhas 0606 /0607 / 0608)

- (Kagaiha, linhas 0713/0714)

- (22) *ülepene anga                      tû-hogi-si                      i-heke-ni*  
 depois jenipapo                      AN-encontrar-PTP                      3-ERG-PL  
 ‘depois disso, tendo eles encontrado jenipapo’

*anga=tsüha    t-uhugu-ti-nhü                      anga                      anga*  
 jenipapo=ME AN-tornar.se.preto-PTP    jenipapo    jenipapo  
 ‘aquele jenipapo, aquele que enegrece, jenipapo, jenipapo’

Os nomes que formam verbos a partir de diferentes verbalizadores explícitos terão leituras diferentes ao concatenarem-se ao nominalizador *-nhü*. Vejamos o que acontece com o nome *ila(N)* “comida/alimento”, suas verbalizações e sucessiva nominalização:

- (i) O radical nominal *ila(N)* com o verbalizador transitivo *-te-*, cujo significado é ‘fazer algo para X’, forma um verbo transitivo; a nominalização focaliza o objeto paciente:

- (23) *t-ilaN-te-nhü    > tila<sup>n</sup>denhü*  
 AN-comida-VBLZ-PTP-AINR  
 ‘o que pode ser cozinhado/cozinhável’ (um tipo de alimento)

- (ii) O radical nominal *ila(N)* com o verbalizador intransitivo *-tuN-*, cujo significado é ‘estar no estado X’, forma verbo intransitivo que pertence à Classe Morfológica Flexional I; o nominalizador se acrescenta à forma participial:

- (24) *t-ilaN-tuN-i-nhü    > tila<sup>n</sup>dinhü*  
 AN-comida-VBLZ-PTP-AINR  
 ‘o que tem propriedade de poder cozinhar’ (por ex. uma panela)

Os nomes derivados do particípio apresentam diferentes características morfossintáticas nas línguas karib. Em Kuikuro, essas formas se comportam segundo uma lógica clara. Em primeiro lugar, como qualquer nominal, podem ocupar qualquer posição argumental. Em segundo lugar, as nominalizações são usadas nas ‘relativas’ de Argumento Interno intransitivo (Franchetto 2002; 2004):

- (25) *Mutua heke    itão                      ingi-lü                      t-ügü-ni-nhü*  
 Mutuá ERG    mulher    ver-PNCT    AN-doente-PTP-AINR  
 ‘Mutuá viu a mulher que está doente’

Essa nominalização, acompanhada pela cópula *-i*, é também característica de interrogativas de Argumento Interno intransitivo (Franchetto 2002):

(26) *tũ t-atsaku-nhũ-i*

Q AN-correr-AINR-COP

'quem é que corre (que tem a capacidade de correr, que está no estado de correr)?'

Concluimos que todas as construções de nominalização de argumento interno, aqui descritas e exemplificadas, têm em comum o traço de estatividade que vem da base dessas nominalizações, o participípio, resultando num nominal que descreve a propriedade ou a condição do referente do argumento interno.<sup>4</sup>

#### *Nominalização de argumento externo*

A estrutura de nominalização de argumento externo, ou agentiva, envolve radicais verbais sem flexão ou flexionados no Aspecto Continuativo<sup>5</sup>, aos quais se acrescentam os sufixos nominalizadores *-tinhi*, *-ni* e *-nhi*, glosados AENR, direcionados para o argumento A. A alomorfia deste sufixo é determinada pelas classes morfológicas já mencionadas, sendo que estas, agora, se reduzem a três (a Classe I é excluída por ter somente verbos intransitivos):

4. A contraparte negativa do morfema *-nhũ* é a forma *-mbüngũ*, um nominalizador negativo. Meira (comunicação pessoal) sugeriu que *-mbüngũ* seja derivado, diacronicamente, de *-nhũ+hüngũ* > *-N+hüngũ* > *-mbüngũ*. Lembramos que *-hüngũ* é sufixo de negação que ocorre com nomes. O primeiro passo (*-nhũ+hüngũ* > *-N+hüngũ*) teria decorrido de perda silábica, enquanto o segundo (*N+hüngũ* > *-mbüngũ*) seria o resultado de um processo fonológico. Eis alguns exemplos, nos quais se vê a base participial da nominalização negativa:

*tüikutsinhũ* 'o pintado'

*tũ-iku-tsi-mbüngũ'* 'aquele não pintado'

AN-seiva-PTP-NEG

*titakinhũ* 'largo, amplo'

*t-ita-ki-mbüngũ* 'estreito' (literalmente, o que não é largo)

AN-largo-POSP-NEG

5. Em Kuikuro, nome derivado apresenta projeções funcionais que se encontram também nos verbos (Franchetto e Santos 2009).

Quadro 3 – O nominalizador agentivo e suas classes morfológicas:

	CLII -tinhi ~ - <sup>n</sup> dinhi	CLIII -ni	CLIV -nhi	CLV -ni
VT	<i>k-ongi-<sup>n</sup>dinhi</i> escondedor	<i>kuk-e-ni</i> matador	<i>kuk-i-nhi</i> brigão	<i>k-ipo-ni</i> furador
	<i>k-undi-tinhi</i> zombador	<i>k-enge-ni</i> comedor	<i>aküngi-nhi</i> escolhedor	<i>k-ihipüte-ni</i> comprador
	<i>k-anhe-tinhi</i> perdedor	<i>agi-ni</i> jogador	<i>k-upihi-nhi</i> arranhador	
DTR	<i>k-ije-ne-tinhi</i> atravessador de coisas		<i>k-ingunkgingu-ki-nhi</i> que faz pensar	
	<i>k-ahi-ne-tinhi</i> que faz secar		<i>k-imüküngu-ki-nhi</i> que provoca cara feia	
	<i>k-akule-ne-tinhi</i> que faz coar		<i>k-ipügelu-ki-nhi</i> que faz tremer	

A nominalização assim produzida mantém o argumento interno (objeto, paciente) do verbo transitivo; quando não definido, o objeto é codificado pelas formas de pronome genérico (GEN) *kuk-/ku-/k-*.<sup>6</sup> A nominalização AENR é o resultado da adição de um recategorizador nominal a uma estrutura verbal:

- (27) *kuk-e-ni*  
GEN-matar-AENR  
'matador (de alguém)'

A seguir exemplificamos a nominalização agentiva para cada classe morfológica:

1- CLII:

- (28) *k-ongiN-tinhi* > *kongf<sup>n</sup> dinhi*  
GEN-esconder-AENR  
'escondedor'

2- CLIII:

- (29) *kuk-e-ni*  
GEN-matar-AENR  
'matador'

6. A forma de pessoa genérica é igual à forma de dual inclusivo [+ego, +tu] (Franchetto, 1986) ou [+autor, +participante] se usarmos a proposta de Halle (1997).

3- CLIV:

- (30) *ku-ki-nhi*  
GEN-ralar.mandioca-AENR  
'raladora de mandioca'

4- CLV:

- (31) *k-ipo-ni*  
GEN-furar-AENR  
'furador (pessoa que fura)'

Como já mencionamos a nominalização agentiva se aplica também a verbos transitivizados:

- (32) *giti=ha ege-i k-ahi-ne-tinhi*  
sol=CP DDIST-COP GEN-secar-TR-AENR  
'o sol foi aquilo que fez secar'

- (33) *k-akule-ne-tinhi*  
GEN-coar-TR-AENR  
'aquele que faz coar' (objeto usado para coar líquido)

- (34) *k-angahegu-ne-tinhi*  
GEN-pular-TR-AENR  
'aquele/aquilo que faz pular'

- (35) *k-ingunkgingu-ki-nhi*  
GEN-pensar-TR-AENR  
'aquele/aquilo que faz pensar'

- (36) *k-imüküngu-ki-nhi*  
GEN-provocar.cara.feia-TR-AENR  
'aquele que provoca cara feia'

- (37) *k-ipügelu-ki-nhi*  
GEN-fazer.tremer-TR-AENR  
'aquilo que faz tremer' (pode ser medo, frio, felicidade, doença)

Podemos observar nos exemplos (38) e (39) que as nominalizações agentivas apresentam em suas estruturas, além do Argumento Interno, modificadores aspectuais e isto se deve à presença de um SV interno. Nos exemplos abaixo o Aspecto Continuativo (-*tagü*) ocorre, obrigatoriamente em sua forma 'reduzida' (-*ta*):

(38) *utoto=ha ekise-i akinha iha-ta-tinhi*  
 homem=CP D3DIST-COP história contar-CONT-AENR  
 ‘aquele é o homem que está contando a história’

(39) *tü-ma inh-angu-ne-ta-tinhi-i wāke*  
 AN-DUB 3-dançar-TR-CONT-AENR-COP PASS  
 ‘quem estava fazendo ela dançar?’

Em (40), à nominalização é sufixado o morfema *-ko* pluralizando o argumento:

(40) *k-ane-te-ni-ko=ha ekise-i*  
 12-chefe-VBLZ-AENR-PL=CP D3DIST-COP  
 ‘ele é aquele que nos chefia (a todos nós)’

Por fim, os nomes derivados com *-tinhi*, *-ni* e *-nhi* são a regra nas relativas e nas interrogativas de agente:

(41) *tüma ongiN-tinhi >ongl<sup>1</sup> dinhi*  
 Q esconder-AENR  
 ‘quem escondeu?’ (quem foi o escondedor?)

(42) *tüma i-hosi-ha-ne-ta-tinhi wāke*  
 Q 3-sorrir-VBLZ-TR-CONT-AENR PASS  
 ‘quem estava fazendo ela sorrir?’

Não queremos abandonar a nominalização agentiva sem falar de um sufixo que ocorre exclusivamente com ela: *-mbüngü*. De fato, este não pode ocorrer com nominalizações de argumento Interno:

(43) *\*tü-ikutsí-nhü-mbüngü*  
 AN-seiva-VBLZ-PTP-AINR-REF  
 ‘aquele que é o pintado’

O sufixo *-<sup>m</sup>büngü* é homófono ao alomorfe fonologicamente condicionado do sufixo de negação *-hüngü*, após consoante nasal (*N-hüngü* > *-<sup>m</sup>büngü*). Ele mesmo não é *output* de qualquer processo fonológico e parece já ter se ‘lexicalizado’ no contexto restrito das nominalizações agentivas. Resta ainda fazermos uma análise diacrônica





## Os prefixos de pessoa nas nominalizações de argumento externo e de argumento interno

Apresentamos, acima, as nominalizações de argumento interno (S, O) e de argumento externo (A). Vimos que a grade argumental (argumento interno) tem que ser saturada por nominais plenos independentes ou prefixados.

(50a) *t-ongiN-ti-nhü* > *tongindinhü*  
AN-esconder-PTP- AINR  
'o escondido ('segredo') (O)

(50b) *k-ongiN-tinhi* > *kongindinhi*  
GEN-esconder-AENR  
'escondedor' (A)

(51a) *t-ipügelu-ki-si-nhü*  
AN-fazer.tremer-VBLZ-TR-PTP- AINR  
'o que sofre ou pode sofrer a ação de fazer tremer' (pessoa) (O)

(51b) *k-ipügelu-ki-nhi*  
GEN-fazer.tremer-TR-AENR  
'o que faz tremer' (pode ser medo, frio, felicidade, doença) (A)

Nos exemplos (50a) e (51a) temos nominalizações de argumento interno, enquanto em (50b) e (51b) contêm nominalizações de argumento externo. Observe-se a ocorrência dos prefixos *t-* e *k-*, em posição de argumento interno do verbo. O primeiro, caracterizado por traço de anaforicidade, é parte do participio (*tongindi* 'escondido', *tipü-gelukisi* 'tremido') base da nominalização de argumento interno (não-agentiva). O prefixo *k-* em (50b) e (51b) indica que o argumento interno do verbo transitivo 'esconder' é um objeto genérico ('esconder algo', 'fazer tremer algo').

(52a) *giti=ha*      *ege-i*      *k-ahi-ne-tinhi*  
sol=CP      DDIST-COP      GEN-secar-TR-AENR  
'o sol é aquele que faz secar (algo)' (A)

(52b) *ipai=ha*      *ege-i*      *t-ahi-nhü*  
lagoa=CP      DDIST-COP      AN-secar-PTP-AINR  
'esta é a lagoa que secou' (O)

Nos exemplos (52a) e (52b), o verbo *ahi* ‘secar’ transitivo tem nominalizados os seus argumentos externo e interno, respectivamente, observando que, em (52a) o agente *giti* (sol) está explícito, enquanto em (52b) *ipa* (‘lagoa’) já não é argumento interno, mas está coindexado com a forma anafórica *t-* do Particípio.

Os exemplos abaixo (53-54) constituem evidência adicional para a nossa análise. Trata-se de ‘relativas’ realizadas através de nominalizações. A agramaticalidade de (53b) se deve a uma tentativa de criar coreferência entre o ‘sujeito’ da oração principal e o ‘sujeito’ da subordinada. O verbo transitivo nominalizado, porém, só pode ter como seu argumento um objeto (paciente), já que o agente é argumento externo da unidade [argumento.interno Verbo]. A forma pronominal genérica preenche a posição de argumento interno. Em (53a) e (54) as nominalizações de agente e de objeto, respectivamente, estão coindexadas corretamente com os argumentos da oração principal.

(53a) *kangamukei*    *akiti-ngo=ha*                      *kagutaha*                      *hügahegü-i*  
criança                      gosta-NMLZ=CP                      tatu                      flecha.asa-COP  
*kuk-in-nhi=ha*    *ekise-i*  
AN-chupar-AENR=CP                                      D3DIST -COP  
‘a criança gosta de caju, ele é chupador (de caju)/ a criança que é chupadora é aquela que gosta de caju’

(53b) \**kangamukei*    *akiti-ngo=ha*                      *kagutaha*                      *hügahegü-i*  
criança                      gosta-NMLZ=CP                      tatu                      flecha.asa-COP  
*ti-iN-nhi=ha*    *ege-i*  
AN-chupar-AENR=CP                                      DDIST-COP

(54) *kangamuke*    *akiti-ngo=ha*                      *kagutaha*                      *hügahegü-i*  
criança                      gosta-NMLZ=CP                      tatu                      flecha.asa-COP  
*ti-in-si-nhü=ha*    *ege-i*  
AN-chupar-PTP-AINR=CP                                      DDIST-COP  
‘a criança é aquela que gosta de caju, que é chupável (chupado)’

### *Considerações finais*

Neste capítulo, apresentamos as formas de nominalizações do argumento interno (S,O) e do argumento externo (A) em Kuikuro, variedade de uma língua karib meridional. Os nomes derivados ou reca-

tegorizados são resultados de nominalizações a partir da junção de um morfema funcional, com fonologia explícita, a um radical verbal.

Vimos que a grade argumental dos radicais verbais que servem de base para as nominalizações deve ter a posição de argumento interno saturada por nominais plenos independentes ou pelos prefixos - *kuk-/ku-/k-* ou *tü-/t-* - glosados como Genérico e Anafórico, respectivamente. Quanto às nominalizações, vimos que a de argumento externo (A) seleciona radicais verbais sem flexão ou flexionados no Aspecto Continuativo e é realizada pela sufixação dos morfemas -*tinhi*, -*nhi* e -*ni*. Por outro lado, a nominalização de argumento interno (S/O) se realiza a partir da sufixação do morfema nominalizador -*nhü* a um radical verbal com flexão de participio e com semântica estativa resultativa, sendo a nominalização direcionada ao argumento interno (S e O) e gerando nomes com leituras resultativas. O sentido da forma participial – glosada PTP – é de algo concluído, o que a aproxima do aspecto perfectivo (sufixo -*pügü* e seus alomorfes), mas a isto acrescenta-se a ideia de um resultado que é condição, estado, propriedade do referente coindexado com o prefixo anafórico *t(ü)*-, que ocupa a posição de argumento interno.

Partindo da consideração de que nosso entendimento é, em geral, mediado pela tradução, as nominalizações direcionadas para o A(gente) ou argumento externo de verbo transitivo e para o argumento objeto de verbo transitivo não nos colocam problemas de compreensão. As traduções de *kengeni* por ‘comedor (de carne), carnívoro’ e *tengenhü* por ‘comido, comestível’ capturam, de fato, respectivamente, a agentividade do argumento externo e o estado em que se encontra o objeto/paciente; os sufixos -*dor* e -*do* em português carregam significados muito próximos. Quando o correspondente em português é um verbo inacusativo, a tradução também não apresenta um obstáculo: *tapünginhü* é ‘morto’. Já a nominalização direcionada para o argumento único de verbo intransitivo parece desafiar a nossa compreensão, como no caso de *tijetinhü* (verbo mono-argumental *ije*, ‘nadar’) com a mesma morfologia de ‘morto’, mas traduzível somente por ‘nadador’ e não por ‘nadado’. Em português o sufixo -*dor* é claramente agentivo e ‘nadar’ é verbo intransitivo inergativo. Em Kuikuro, porém, todos os verbos intransitivos são inacusativos; assim, a nominalização revela a estrutura argumental comum a verbos como ‘nadar’, de um lado, e ‘morrer’, do outro. Estamos, assim, diante de mais um aspecto da na-

tureza ergativa da língua karib alto-xinguana, aqui exemplificada pela variedade Kuikuro.

#### Abreviaturas para glosas

1	prefixo de primeira pessoa
12	prefixo de primeira pessoa dual inclusiva
13	prefixo de primeira pessoa dual exclusiva
2	prefixo de segunda pessoa
3	prefixo de terceira pessoa
3AN	terceira pessoa anafórica (forma livre)
AENR	nominalização de argumento externo
AINR	nominalizador de argumento interno
AN	anafórico
CL	classe flexional (I, II, III, IV e V)
CMPL	completivo (aspecto) ( <i>leha</i> )
CONT	continuativo (aspecto)
COP	cópula
CP	fronteira de CP (camada complementizadora, clítico <i>ha</i> )
DPROX	dêitico de proximidade (do falante)
DDIST	dêitico de distância (do falante)
D3DIST	dêitico de 3ª pessoa (distante do falante)
ERG	ergativo ( <i>heke</i> )
ex	sufixo nominal <i>-pe</i> (passado nominal)
FUT	futuro
GEN	pessoa genérica
NEG	negação
NMLZ	nominalizador
ME	marcador epistêmico
MO	marcador de objeto
PRF	perfectivo
PL	plural
PTP	particípio
PNCT	pontual (aspecto)
REF	referencial
REL	relacional
TR	transitivizador
VLZ	verbalizador

#### Outros símbolos

>	transcrição ortográfica com representação de output fonético
*	construção agramatical
√R	raiz

## Bibliografia

- FRANCHETTO, Bruna (1986). *Falar Kuikúro. Estudo etnolinguístico de um grupo karíbe do Alto Xingu*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ.
- \_\_\_\_\_. (2002). "Kuikuro: uma língua ergativa no ramo meridional da família karib (Alto Xingu)", in: QUEIXALÓS, Francesc (org.) *Ergatividade na Amazônia I*. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas (UnB), pp. 15-44.
- \_\_\_\_\_. (2010). "The Ergativity Effect in Kuikuro (Southern Carib, Brasil)", in: QUEIXALÓS, Francesc and GILDEA, Spike (eds.) *Ergativity in Amazonia*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 121-158.
- FRANCHETTO, Bruna e SANTOS, Mara (2001). "Estruturas argumentais em Kuikuro (Karib do Alto Xingu)", in: CABRAL, Ana Suelly e RODRIGUES, A. (orgs.) *Estudos sobre Línguas Indígenas*. Belém: UFPA, pp. 101-115.
- \_\_\_\_\_. (2003). "Natureza dos argumentos e mudança de valência a partir de uma classificação (semântica) dos 'verbos' Kuikuro", in: QUEIXALÓS, Francesc (org.) *Ergatividade na Amazônia II*. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas (Unb), pp. 101- 154.
- \_\_\_\_\_. (2009). "Tempo Nominal em Kuikuro (Karib Alto-Xinguano)." *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, terceira edição. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_especial\\_3\\_tempo\\_nominal\\_em\\_kuikkui.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_especial_3_tempo_nominal_em_kuikkui.pdf). Acesso em: 20/11/2013.
- \_\_\_\_\_. (2010). "Carthography of Expanded CP in Kuikuro (Southern Carib, Brazil)", in: CAMACHO, José; GUTIÉRREZ-BRAVO, Rodrigo and SANCHEZ, Liliana (eds.) *Information Structure in Languages of the Americas*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 87-114.
- Gildea, Spike (1989). *Simple and Relative Clauses in Panare*. A Thesis University of Oregon.
- \_\_\_\_\_. (1998). *On Reconstructing Grammar. Comparative Cariban Morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press.
- HALLE, Morris (1997). *Distributed Morphology: Impoverishment and Fission*. MIT Working Papers in Linguistics 30, pp. 425-439.
- HALLE, Morris and MARANTZ Alec (1993). "Distributed morphology and the pieces of inflection", in: HALE, K. and S. KEYSER, J. (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, Mass: MIT Press, pp. 111-176.
- \_\_\_\_\_. (1999). "Distributed Morphology." *Glott International*, vol. 4, Issue 4.

- MEIRA, Sérgio e FRANCHETTO, Bruna (2005). "The Southern Cariban Languages and the Cariban Family." *International Journal of American Linguistics*, vol. 71, n.º 2. Chicago: Chicago University Press, pp. 127-190.
- SANTOS, G. M. F. (2002). *Morfologia Kuikuro: as categorias 'nome' e 'verbo' e os processos de transitivização e intransitivização*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Morfologia Kuikuro – Gerando nomes e verbos*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.





# A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS DA LÍNGUA YUDJA (JURUNA): FORMAÇÃO DOS VERBOS E OS PROCESSOS DE ATRIBUIÇÃO E MUDANÇA DE VALÊNCIA<sup>1</sup>

Suzi Lima

## Introdução

Este artigo apresentará uma discussão acerca da estrutura argumental dos verbos da língua Yudja considerando a formação destes verbos, suas propriedades e restrições, assim como seu comportamento sintático. Um argumento basilar para a constituição deste trabalho é o fato que a formação dos verbos desencadeará outros processos sintáticos, uma vez que o comportamento sintático de um verbo é resultado das propriedades de sua estrutura argumental. Por esta razão, para a compreensão da sintaxe de uma língua é necessário compreender a estrutura argumental de seus verbos. Visto isso, objetivamos apresentar neste trabalho as classes verbais da língua Yudja a partir da perspectiva teórica de Hale e Keyser (1995, 2002).

- 
1. Este trabalho é um dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada A estrutura argumental dos verbos na língua Juruna (Yudja): da formação dos verbos para a análise das estruturas sintáticas realizada na Universidade de São Paulo sob orientação da professora Luciana Storto e com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) ([http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-08072008-152745/publico/DISSERTACAO\\_SUZI\\_OLIVEIRA\\_DE\\_LIMA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-08072008-152745/publico/DISSERTACAO_SUZI_OLIVEIRA_DE_LIMA.pdf)).

## Dados

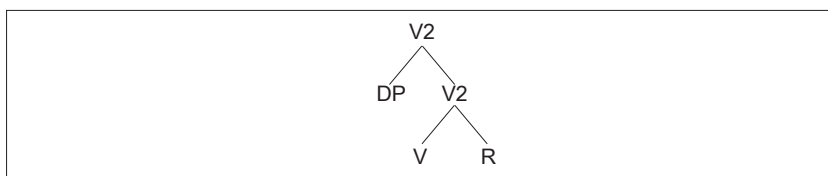
O trabalho é baseado na língua Yudja (autodenominação do grupo também conhecido por Juruna) a qual pertence à família Juruna, tronco Tupi. A língua é falada por 294 falantes da etnia homônima Yudja/ Juruna. Os Yudja moram no Parque indígena do Xingu (doravante PIX). Todos os dados sem identificação ao longo do texto são dados testados por mim, em trabalho de campo. Os dados serão apresentados na ortografia da língua proposta por Fargetti (2001).

### *Classes verbais da língua Yudja: formação de raízes*

Para compreender a sintaxe sentencial de uma língua – isto é, a estruturação dos verbos e seus respectivos argumentos e núcleos funcionais – é necessário compreender as configurações sintáticas de seus itens lexicais. Com isto, estamos dizendo que não apenas as sentenças têm estrutura, mas também que um item que compõe as sentenças, como o verbo, também é formado de forma hierárquica e estrutural. As configurações sintáticas de um item lexical é o que se convencionou chamar na literatura de estrutura argumental (Hale e Keyser 2002, p. 1).

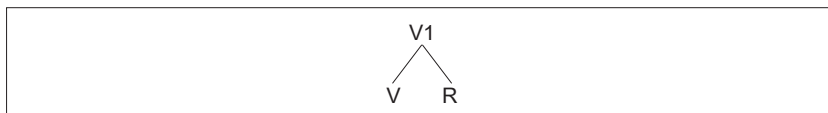
Para que seja formado um verbo, da perspectiva de Hale e Keyser (2002), é necessário que haja uma raiz (R) e um núcleo verbal (V). Tal como vemos a seguir:

Figura 1. Estrutura diádica



Hale e Keyser 2002.

Figura 2. Estrutura monádica



Hale e Keyser 2002.

Inicialmente pensemos sobre a raiz (representada por 'R' nas estruturas (1) e (2)). A raiz pode ser entendida como a parte do verbo que carrega traços semânticos e fonológicos, assim como as propriedades da categoria 'verbo'. Tendo isso em vista, esta análise inclui uma divisão interna à raiz, qual seja base semântico-fonológica e verbalizador.

A base semântico-fonológica traz as informações referentes ao tipo de evento que será denotado pelo verbo formado a partir dela. Isto acarreta dizer que é a base semântico-fonológica que informa se o verbo denotará uma atividade, um estado, um *accomplishment*, um *achievement*,<sup>2</sup> por exemplo. Além disso, a base trará informações fonológicas desse verbo, como o padrão tonal e silábico. A base semântico-fonológica de um verbo pode ser acategorial ou categorizada – nominal, adjetival, posposicional, por exemplo.

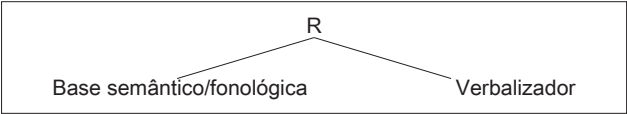
O verbalizador, por sua vez, é um morfema (fonologicamente realizado ou não) responsável por atribuir (ou mudar) a categoria 'verbo' à base semântico-fonológica. É fundamental dizer que os verbalizadores não atribuem ou mudam a valência dos verbos em Yudja. Para isto, há outros morfemas na língua que ocupam a posição de V1 ou V2 (vide estruturas (1) e (2)). Dessa forma, os morfemas verbalizadores estão associados, apenas, à atribuição de categoria 'verbo' enquanto que os núcleos verbais V1 e V2, como veremos mais a diante, estão associados à mudança e à atribuição de valência.

Para mostrar estruturalmente como seria a formação de uma raiz verbal, podemos ver o esquema a seguir:

2. O uso destes termos está pautado nas propostas de Arad (1996), Smith (1997), Tenny (1994), e Vendler (1967). Resumidamente, há cinco tipos de aspecto de situação, (os quais estão associados ao tipo de evento ou / estado denotado pelo verbo), apresentados, a seguir, com seus respectivos traços característicos (Smith 1997):

Tipo	Traço	Exemplo
Estativo	estático, durativo	saber a resposta; amar a Maria
atividade	dinâmico, durativo, atélico	rir
accomplishment	dinâmico, durativo, télico	construir a casa; aprender Grego
semelfactivo	dinâmico, instantâneo, atélico	bater na porta
achievement	dinâmico instantâneo, télico	ganhar a corrida, vencer a prova

Figura 3. Estrutura da raiz verbal (pré-atribuição de valência)



A partir da análise da relação entre a base semântico-fonológica e os verbalizadores, é possível identificar as seguintes classes verbais da língua Yudja:

Tabela 1. Verbos a partir de bases semântico-fonológicas acategoriais

Verbalizador	Exemplo
{-h-}	<i>Etahu</i> ‘nadar’, <i>Atxuhu</i> ‘assar’, <i>masehu</i> ‘terminar’
{-k-}	<i>Djidaku</i> ‘bater’, <i>puduku</i> ‘andar’, <i>pīdiku</i> ‘pescar’
{-d-}	<i>Apidu</i> ‘quebrar’, <i>apedu</i> ‘depilar’, <i>atxadu</i> ‘roçar’
{-t-}	<i>Bīdītu</i> ‘cair’, <i>edītu/ yadītu</i> ‘assustar’
{-n-}	<i>Hunu</i> ‘torrar’, <i>ikupenu</i> ‘fechar’
Fonologicamente nulo	Verbos terminados com o fonema a: * <i>lapa</i> ‘derramar’, <i>awa</i> ‘buscar’ Verbos terminados com o fonema /i/: <i>lamumi</i> ‘afundar’, <i>lusi</i> ‘rasgar’ Verbos terminados com o fonema /i/: <i>upī</i> ‘cavar’, <i>wīwī</i> ‘brincar’ Verbos terminados com o fonema /e/: <i>iwae</i> ‘casar’, <i>bese</i> ‘virar’ Verbos terminados com o fonema /u/: <i>depu</i> ‘empurrar’, <i>e’u</i> ‘entrar’

\* Vale reiterar que, em primeira análise, não hipotetizamos que estas vogais sejam morfemas verbalizadores, mas antes que sejam fonemas que compõem a base semântico-fonológica do verbo. Esta base semântico-fonológica, por sua vez, está associada a um verbalizador fonologicamente nulo.

Tabela 2. Verbos formados a partir de adjetivos

Verbalizador	Exemplo
<i>maku</i>	<i>Akīlu maku</i> ‘esverdear’ ( <i>akīlu</i> ‘verde’)
Fonologicamente nulo	<i>ipi’i</i> ‘magro/ emagrecer’

Tabela 3. Verbos formados a partir de nomes

Verbalizador	Exemplo
Processo de fusão entre verbalizador e objeto	<i>Amana ala</i> ‘chover’ ( <i>amana</i> ‘chuva’; <i>ala</i> ‘cair’)
Fonologicamente nulo	<i>Ese’ese</i> ‘tosse/ tossir’
Processo de mudança tonal	<i>Karia</i> ‘dança’ (Tom: alto-baixo-baixo) <i>Karia</i> ‘dançar’ (Tom: alto-baixo-alto)
Processo de inserção do sufixo -u	<i>Aduria</i> ‘velho’, <i>aduriu</i> ‘envelhecer’

Tabela 4. Verbos formados a partir de preposições

Verbalizador	Exemplo
Fonologicamente nulo	Dju wĩ ( <i>dju</i> 'com'; <i>wĩ</i> 'vir')

Tabela 5. Verbos formados a partir de outros verbos

Verbalizador	Exemplo
Fonologicamente nulo	Akĩrĩ txa ( <i>akĩrĩ</i> 'cortar'; <i>txa</i> 'ir')

Como podemos observar nos dados acima, a inserção de verbalizadores em Yudja é sufixal. Em contrapartida, os morfemas de valência são prefixais. Desta forma, a sequência de morfemas formadores de verbos na língua Yudja pode ser sintetizada da seguinte forma:

Tabela 6. Estrutura dos verbos na língua Yudja

Segmentação morfológica dos verbos					Forma verbal final
Intransitivo	Transitivo	Base semântico-fonológica	Verbalizador	Modo*	
L-	-a-	-pi-	-d-	-u	<i>Lapidu</i> 'quebrar' (intransitivo)
	A	-pi-	-d-	-u	<i>Apidu</i> 'quebrar' (transitivo)

\* Fargetti (2001) descreve que a língua apresenta dois morfemas de modo, dos quais *-u* é o morfema de modo *realis* e *-a* é o morfema de modo *irrealis*.

Os morfemas verbalizadores são recorrentes em outras línguas. Observando os dados de outras línguas Tupi, vemos que Xipaya – língua irmã da língua Yudja descrita por Carmen Rodrigues (1995) – também apresenta verbalizadores; inclusive, há morfemas verbalizadores cognatos entre Yudja e Xipaya. Como exemplo, podemos tomar os morfemas *-k-* e *-h-*, os mais produtivos nas duas línguas. Vejamos alguns exemplos da língua Xipaya:

Tabela 7. Verbos em Xipaya com o morfema -h-

Verbo em português	Verbo em Xipaya	Morfemas		
		<i>Base semântico-fonológica</i>	<i>Verbalizador</i>	<i>Modo</i>
Aquecer	Kuhu	Ku-	-h-	-u
Conhecer/ Saber	Bahu	Ba-	-h-	-u

(Tabela desenvolvida a partir dos dados presentes no trabalho de C. Rodrigues 1995)

Tabela 8. verbos em Xipaya com o morfema -k-

Verbo em português	Verbo em Yudja	Morfemas		
		<i>Base semântico-fonológica</i>	<i>Verbalizador</i>	<i>Modo</i>
Bater	didaku	Dida-	-k-	-u
Queimar	Ma'maku	Ma'ma-	-k-	-u

(Tabela desenvolvida a partir dos dados presentes no trabalho de C. Rodrigues 1995)

Outras línguas do mundo, tais como Tohono O'odham (Papago), Miskitu e Navajo, também apresentam morfemas verbalizadores (Hale e Keyser 2002), tal como vemos a seguir:

Tabela 9. Inserção de morfemas verbalizadores em Tohono O'odham

Nome	Verbo intransitivo	Verbo transitivo (aplicativos)
<i>ki</i> : 'casa'	<i>ki:t</i> 'construir a casa'	<i>ki:cud</i> 'fazer casa para x'
<i>hoa</i> 'cesta'	<i>hoat</i> 'fazer a cesta'	<i>hoacud</i> 'fazer a cesta para x'
<i>si:l</i> 'sela'	<i>si:lt</i> 'fazer a sela'	<i>sil: cud</i> 'fazer a sela para x'
<i>juñ</i> 'cactus doce'	<i>junt</i> 'fazer cactus doce'	<i>juñcud</i> 'fazer cactus doce para x'

(Hale e Keyser 2002, pp. 133-134)

Tabela 10a. Inserção de morfemas verbalizadores em Miskitu e Navajo

• *Verbos que alternam*

Nome	Miskitu		Navajo	
	Intransitivo	Transitivo	Intransitivo	Transitivo
Ferver	Pya-w-	Pia-k-	-béézh	-t-béézh
Quebrar	kri-w-	Kri-k-	ii-dlaad	ii-t-dlaad
Secar	Lâ-w-	Lâ-k-	-gan	-t-gan

(Hale e Keyser 2002, p. 111)

Tabela 10b. inserção de morfemas verbalizadores em Miskitu e Navajo

• *Verbos que não alternam*

Nome	Miskitu	Navajo
Chorar	In-	-cha
Tossir	Kuhb-	-d-l-kos
Gritar	Win-	d-l-ghosh

(Hale e Keyser 2002, p. 111)

Como podemos ver a partir da tradução dos dados acima, nas línguas Navajo e Miskitu, os morfemas verbalizadores estão associados a classes verbais definidas (inergativo [verbo intransitivo cujo único argumento, sujeito, é externo], inacusativo [verbo intransitivo cujo único argumento, sujeito, é um argumento interno], transitivo [verbo com um sujeito e um objeto]) e também à valência do verbo. Observando os verbalizadores da língua Yudja, é possível dizer que alguns estão associados a determinadas classes verbais (como o verbalizador *ma* que só ocorre com verbos deadjetivais). Contudo, nenhum deles está associado à atribuição ou mudança de valência verbal diretamente. Em Yudja, os processos de atribuição e mudança de valência são necessariamente realizados por prefixos e verbalizadores são sempre sufixais, como vimos anteriormente. Os prefixos de valência da língua Yudja são apresentados a seguir:

- *e e-/l-, transitivizador e intransitivizadores, respectivamente. Estes morfemas, tal como veremos adiante, podem co-ocorrer entre si indicando se o verbo formado é transitivo ou intransitivo (ou ainda se foi intransitivizado):*

Tabela 11. Morfemas transitivizadores e intransitivizadores

<i>e-ditu</i>	'assustar' (intransitivo)
<i>(i)a-ditu</i>	'assustar' (transitivo)
<i>l-a-pinu</i>	'pentear' (intransitivo)
<i>a-pinu</i>	'pentear' (transitivo)

- *ma- e ũ-, morfemas causativizadores;*

Tabela 12. O morfema *ma-*

<i>txuxi</i>	'queimar' (intransitivo)
<i>Ma-txuxi</i>	'fazer queimar' (causativo)

- *Mudança de ordem entre o verbalizador e a base semântico-fonológica (o que reitera o fato que os morfemas de valência sempre estão à esquerda da base semântico-fonológica do verbo<sup>3</sup>);*

Tabela 13. Mudança de ordem

<i>akilu maku</i>	'esverdear' (intransitivo)
<i>maku akilu</i>	'esverdear' (transitivo)

- *Supleção, ou seja, mudança completa da base fonológica da raiz verbal, com manutenção da base semântica, em dois contextos: 1) alternância de valência; 2) pluralidade de argumentos/eventos;*

Tabela 14. Supleção

<i>u'i</i>	'torrar' (intransitivo)
<i>hunu</i>	'torrar' (transitivo)
<i>ala</i>	'cair' (forma não marcada para número)
<i>etu</i>	'cair'(plural)

- *Alternância labile, ou seja, uma mesma forma verbal é utilizada para intransitivos e transitivos (Piñón 2001);*

(1) *lkupenu* 'fechar' (transitivo e intransitivo)

3. Nem todos os falantes reconhecem o movimento do verbalizador *maku* como uma forma de atribuir valência transitiva a verbos derivados de adjetivos formados com o verbalizador *maku*. Este é um ponto em aberto nesta análise para futura investigação.



Os exemplos apresentados exemplificam que o processo de categorização da raiz como verbo não acarreta atribuição de valência em Yudja. Os morfemas prefixais à base semântico-fonológica são os responsáveis pela atribuição de valência, e os verbalizadores, que são sufixais, não cumprem este papel. Há, no entanto, restrições impostas pelas bases semântico-fonológicas e pelos verbalizadores que determinarão quais morfemas de valência estarão associados a cada verbo – já que o processo de formação de raiz (base semântico-fonológica + verbalizador) é anterior ao processo de atribuição de valência. A tabela abaixo exemplifica este fato:

Tabela 15. Verbalizadores Yudja e as classes verbais

Tipo de formação verbal	Forma verbos transitivos?	Forma verbos inergativos?*	Forma verbos inacusativos?
<b>1.</b> Verbos formados com <i>-h-</i>	Sim Senahĩ kīihu ubahu homem pescar saber "Homem sabe pescar"	Sim Una tahu 1s correr "Eu corri"	Sim Papera masehu papel acabar "O papel acabou"  lidja papera masehu mulher papel acabar "A mulher acabou com o papel"
<b>2.</b> Verbos formados com <i>-k-</i>	Sim lidja e-huka i-paraku mulher 2s-vestido 3s-costurar "A mulher costurou seu vestido"	Sim Ali lakariariku criança sorrir "A criança sorriu"	Sim Iya i-txiaku Água 3s-esfriar "A água esfriou"  Itxiaka iya i-ma-txiaku" frio água 3s-caus-esfriar "O frio fez a água esfriar"
<b>3.</b> Verbos formados com <i>-d-</i>	Sim Una abĩa endu 1s música ouvir "Eu ouvi música"	Não -----	Sim Pĩkaha l-a-pidu banco l-T-quebrar "O banco quebrou"  João pĩkaha a-pidu João banco T-quebrar "João quebrou o banco"

<b>4. Verbos formados com o morfema -t-</b>	Sim	Sim	Sim
	Ali du-wā i-tūtū Criança 3s-dedo 3s-chupar “A criança chupou seu dedo”	Ali bīdītu Criança cair “A criança caiu”	U-kā apetu 1s-perna sangrar “Minha perna sangrou”  U-kā akiriaha apetu 1s-perna corte sangrar “O corte sangrou minha perna”
<b>5. Verbos formados com -n-</b>	Sim	Sim	Sim
	I-hūnū na te 3s-torrear 1s 3s “Eu torrei isso”	Ali panā Criança descansar “A criança descansou”	Ikupenu akayawī Fechar porta “A porta fechou”  Ikupenu na akayawī be fechar 1s porta dat “Eu fechei porta”
<b>6. Formação de verbos deadjetivais a partir do verbalizador <i>maku</i></b>	Não	Não	Sim
	-----	-----	Ka'a upa yūpī maku árvore folha amarelo fazer “A folha da árvore amarelou”  kuadī akupa ka'a upa maku yūpī sol quente árvore folha fazer amarelo “A quentura do sol amarelou folha da árvore”
<b>7. Formação de verbos deadjetivais a partir de verbalizador fonologicamente nulo</b>	Não	Não	Sim
	-----	-----	Abeata txuratu Roupa secou “A roupa secou”  Kuwade abeata i-ma-txutratxu sol roupa 3s-caus.secar “O sol secou a roupa”
<b>8. Verbos a partir de nomes (Incorporação de objeto)</b>	Não	Sim	Não
	-----	kaībi amana ala ontem chuva cair “Choveu ontem”	-----

<b>9.</b> Formação de verbos denominais a partir de verbalizador nulo	Não	Sim  ese'ese na tossir 1s "Eu tossi"	Não
<b>10.</b> Formação de verbos denominais a partir de mudança tonal	Não	Sim  Karia na dançar 1s "Eu dançei"	Não
<b>11.</b> Formação de verbos denominais a partir do sufixo {-u}	Não	Sim  Ali da kamenu criança pl conversar "As crianças conversaram"	Não
<b>12.</b> Verbos terminados em {-a}	Sim  Una aimbata ita 1s rede comprar "Eu comprei rede"	Sim  Iidja e'a Mulher morrer "A mulher morreu"	Sim  Iyja I-a-pa Água I-T-derramar "A água derramou"  Iidja iyja a-pa Mulher água T-derramar "A mulher derramou água"
<b>13.</b> Verbos terminados em {-i}	Sim  João pitxa pi João peixe flechar "João flechou o peixe"	Sim  João itxibĩ kuperi João muito trabalhar "João trabalhou muitas vezes"	Sim  Piza I-a-mumi Canoa I-T-afundar "A canoa afundou"  Amana piza a-mumi Chuva canoa T-afundar "A chuva afundou canoa"
<b>14.</b> Verbos terminados em {-e}	Sim  Udase na te Contar 1s 3s "Eu contei isto"	Sim  Piza bese Canoa virar "A canoa virou"	Não  -----

<b>15. Verbos terminados em {-u}</b>	Sim João Pedro depu João Pedro empurrar “João empurrou Pedro”	Sim Ena e'u 2s voltar “Você voltou”	Sim lidja i-kūdāū mulher 3s-desmaiar “A mulher desmaiou”  Kuađi iidja i-ma-kūdāū sol mulher 3s-caus-desmaiar “O sol fez a mulher desmaiar”
<b>16. Verbos terminados em {-i}</b>	Sim Epĩa upi na buraco cavar 1s “Eu cavei buraco”	Sim Senahĩ wĩ Homem chegar “O homem chegou”	Sim lusĩrĩrĩ pitxa fritar peixe “O peixe fritou”  lidja pitxa lūsĩrĩrĩ Mulher peixe fritar “A mulher fritou o peixe”
<b>17. Verbos formados a partir de adposições</b>	Sim Ena i-djuwĩ yāhā puju uhu 2s 3s-trazer rel feijão cozinhar “O feijão que você trouxe cozinhou”	Não -----	Não -----
<b>18. Verbos formados a partir de outros verbos</b>	Sim Senahĩ axi nakĩri txa Homem lenha buscar lenha “O homem buscou lenha”	Não -----	Não -----

\* Os verbos desta coluna – inergativos – são causativizados, quando possível, por -ũ-; este morfema só está associado a verbos que não realizam alternância simples, logo, inergativos. Este fato será discutido posteriormente neste artigo.

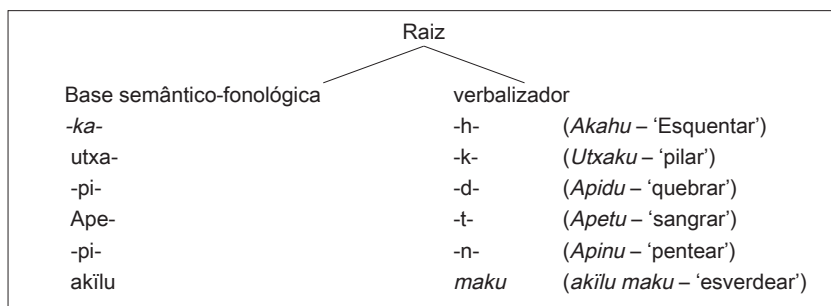
\*\* Vale dizer que nenhuma sentença mostrada ao longo da análise apresentará artigos definidos (o/a/os/as) nas traduções, uma vez que Yudja não apresenta este tipo de determinante. Vale dizer que mesmo os dados de outros autores que apresentem traduções com artigos definidos em sua versão original serão apresentados sem estes artigos aqui.

\*\*\* O morfema -ma só causativiza inacusativos em Yudja, como discutiremos posteriormente.

Algumas padrões podem ser observados a partir da tabela acima. Primeiramente, verbos denominais, ou seja, cuja base semântico-fonológica é um nome, necessariamente serão inergativos, independentemente do tipo de verbalizador associado às bases (linhas: 8 a 11). Verbos deadjetivais por sua vez necessariamente serão verbos inacusativos, independente do morfema (ou processo) verbalizador (linhas: 6 e 7). Nota-se também que os verbos derivados de bases semântico-fonológicas acategoriais são menos restritivas e podem estar associadas a mais de um tipo de classe verbal, ou seja, transitivo, inergativo e inacusativo (linhas: 1 a 5 e 12 a 18). Em conclusão, a base semântico-fonológica impõe fortes restrições em relação ao tipo de valência a qual uma raiz verbal pode ser associada. Existem ainda os verbos derivados de adposições (17) ou de uma conjunção de verbos (18), mas o corpus com este tipo de verbo é muito restrito para fazermos qualquer generalização sobre o tipo de verbo que pode ser formado nestas categorias.

A partir do que observamos até o momento, argumentamos nesta análise que a função do verbalizador é somente inserir a categoria *verbo* na base semântico-fonológica acategorizada (como no verbo *ubahu*, ‘saber’) ou mudar a categoria de uma base semântico-fonológica que já esteja categorizada como *nome* ou *adjetivo*, atribuindo-lhe traços verbais (como no caso do verbo *kamenu* ‘conversar’, denominal, derivado do nome *kamena* ‘conversa’). Uma das funções do verbalizador inclui atribuir a uma base semântico-fonológica a propriedade de atribuição de Caso, por exemplo. Os verbalizadores são, portanto, núcleos funcionais. Para exemplificar o processo estrutural de formação da raiz verbal, isto é, a junção de uma base semântico-fonológica a um verbalizador, considere a estrutura (4) abaixo:

Figura 4. Decomposição da raiz verbal



Nos exemplos acima, a base semântico-fonológica traz informações sobre o evento denotado e os verbalizadores (fonologicamente realizados ou não) atribuem categoria verbal às bases que podem ser acategoriais ou categorizadas. Para que a raiz seja formada, portanto, há o processo de *conflation*<sup>4</sup> entre a base semântico-fonológica e o verbalizador, que resulta na raiz do verbo que receberá informações de valência nos próximos passos da derivação. Uma vez que a raiz é formada, ela é inserida no processo de atribuição de valência ao verbo, processo este que parte de dois núcleos V2 (para verbos inacusativos) e V1 (para verbos inergativos e transitivos), os quais discutiremos a seguir.

#### *Os núcleos verbais V1 e V2: atribuição e mudança de valência*

A fim de discutir a formação e restrições sintáticas dos verbos através das línguas, Hale e Keyser (2002) procuram mostrar que os verbos são formados pelo processo de *conflation* entre um núcleo verbal (V1 ou V2), que pode ser fonologicamente realizado ou não, e uma raiz (R). A raiz, como vimos na seção anterior, é dividida entre base semântico-fonológica e verbalizador. Nesta seção vamos discutir os núcleos verbais, os quais vão restringir o tipo de alternância, simples ou complexa, que um verbo pode realizar muito embora da perspectiva de Hale e Keyser (2002) estes dois tipos de alternância podem ser representadas da mesma forma. As alternâncias simples e a complexa tem as seguintes definições:

- *Alternância transitivo-incoativa (ou alternância simples) (Hale e Keyser 2002): processo segundo o qual um verbo intransitivo passa a transitivo. Exemplo: 'O vaso quebrou (incoativa)'/ 'João quebrou o vaso' (transitivo)).*

4. Conflation é um processo proposto por Hale e Keyser (2002), baseados no processo de incorporação de Baker (1988). Ele pode ser resumido em um processo de fusão entre dois núcleos funcionais ou entre um núcleo e seu complemento. Este conceito será utilizado tanto para o processo de formação de raízes como no processo de atribuição de valência. Para uma definição literal de Hale e Keyser, retomamos a seguinte passagem: "the process according to which the phonological matrix of the head of a complement C is introduced into the empty phonological matrix of the head that selects (and is accordingly sister to) C" (2002, p. 13).

- *Causativização (ou alternância complexa) (Hale e Keyser (2002; 108); Levin e Rappaport-Hovav (1995; 293), Harley (1996))*: processo segundo o qual um verbo intransitivo passa a transitivo através da inserção de um causee (argumento causador, ou agente). Exemplo: 'O vaso quebrou'/ João fez o vaso quebrar'.

As alternâncias de valência são determinadas pelo complexo [raiz (R) + núcleo verbal]. Vejamos as estruturas propostas pelos por Hale and Keyser (2002):

Figura 5. Estrutura diádica<sup>5</sup>

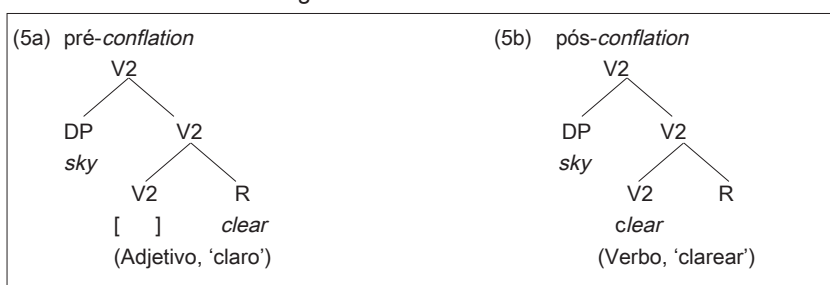


Figura 6. Estrutura monádica



A proposta de Hale e Keyser mostra que os núcleos verbais V1 e V2 estão associados à valência do verbo. Os autores (Hale e Keyser 2002, p. 115) procuram discutir o processo da alternância relacionando -o ao fato de a raiz verbal ser ou não predicativa, ou seja, se a raiz verbal exige ou não a projeção de um argumento interno. Dessa forma, os verbos que participam da alternância simples são aqueles que são compostos por raízes que não são nominais (como adposições ou adjetivos) ou que não fornecem evidências de serem nominais. A partir disso, Hale e Keyser propõem que “o comportamento de um dado verbo em relação à

5. A ordem da sentença na estrutura superficial não é relevante para o processo de estruturação destas projeções básicas do verbo (Hale e Keyser 2002, p. 148).

*transitivização simples é determinado pelas propriedades dos elementos de que ele é composto*” (Hale e Keyser 2002; 148 – tradução nossa). Isto é, o fato das raízes serem predicativas ou não determinará se haverá um argumento interno na estrutura (como em (5)). Vale retomar que entendemos por argumento (ou especificador) interno, neste nível da derivação, o especificador projetado por V2 em estruturas inacusativas (nas estruturas em (6) *sky* é o especificador interno).

No que compete aos verbos que alternam, o argumento ‘tema’ é constante na alternância e presente nas duas partes (incoativa e transitiva). Este fato sugere que o sujeito (na estrutura superficial) destes verbos – quando intransitivos – é gerado como complemento na estrutura profunda (DS). Ou seja, o sujeito das sentenças inacusativas é interno à estrutura lexical. No caso do exemplo (5), *sky* ‘céu’ é gerado como especificador interno do verbo; ele pode ser usado como sujeito em *the sky cleared* ‘o céu clareou’ ou como objeto como em *the sun cleared the sky* ‘o sol clareou o céu’. Em ambos os casos, *sky* é gerado na posição de especificador interno; *sun*, por outro lado, é gerado como especificador externo, na sintaxe sentencial.

Os verbos que não alternam (inergativos) e verbos transitivos simples têm estrutura monádica<sup>6</sup> (vide 6). Essas categorias verbais só terão especificador externo, o qual não faz parte da estrutura lexical desse verbo e que será gerado apenas na sintaxe sentencial devido a exigências de Caso e concordância, pós-formação do verbo. Logo, verbos com estrutura monádica não participam da alternância transitiva simples porque falta a eles um argumento interno que possa ser tanto o sujeito das inacusativas como o objeto das transitivas. De qualquer forma, o especificador externo do verbo só é projetado na sintaxe dado o princípio de acordo com o qual o verbo não projeta um especificador, mas tão somente seu complemento (na posição de especificador interno) em virtude de suas propriedades lexicais (Hale e Keyser 2002, p. 129).

Portanto, na proposta de Hale e Keyser, como vimos, o que distingue um verbo que alterna de um que não alterna é justamente a estrutura na qual um verbo será inserido – monádica ou diádica – associada ao fato que o tipo de estrutura será delimitado pela natureza

6. É importante ressaltar que verbos transitivos também têm estrutura monádica, tal como os inergativos. Este fato é argumentado por Hale e Keyser e retomado por Chomsky (1995; 315-316) o qual afirma que “verbos intransitivos (inergativos) são transitivos escondidos”.

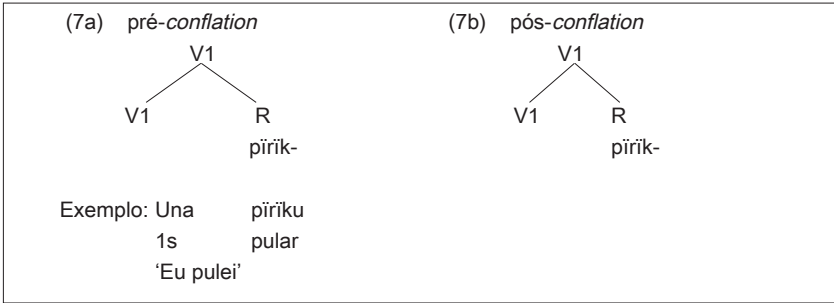


da raiz verbal. Para Hale e Keyser (2002) verbos derivados de raízes predicativas – adjetivais ou verbais ‘puras’<sup>7</sup> – aceitam alternância em oposição aos verbos derivados de raízes nominais. Desta perspectiva, se um verbo tem uma raiz verbal ‘pura’, depreendemos suas propriedades do comportamento do verbo na sintaxe. Por exemplo, se em uma determinada língua um verbo derivado de uma raiz acategorial realiza alternância simples, então ele tem mais propriedades de verbos deadjetivais do que de verbos denominais. Feita a apresentação da proposta teórica, iniciaremos a análise dos verbos da língua Yudja a partir da teoria de Hale e Keyser.

*A formação dos verbos inergativos, inacusativos e transitivos*

Inicialmente discutiremos os verbos que não realizam alternância. A maioria dos verbos inergativos da língua Yudja têm derivação zero. Isto significa dizer que V1 é fonologicamente não realizado. O fato de verbos inergativos serem projetados a partir de V1 decorre de traços dessas raízes. Verbos inergativos podem derivar de nomes (tais como *ese’ese* ‘tosse/tossir’) e é fato que os nomes, como vimos anteriormente, não têm propriedade predicativa. Isto ocorre porque os nomes denotam tipicamente entidades e elas correspondem a argumentos, não a predicados, em configurações sintáticas. Isto equivale dizer que eles não requerem um argumento sobre o qual incidem. Dessa forma, estes verbos são formados com estrutura monádica, sem a projeção de um especificador interno, tal como vemos a seguir (a partir do verbo ‘pular’, *pīriku*):

Figura 7. Verbo inergativo

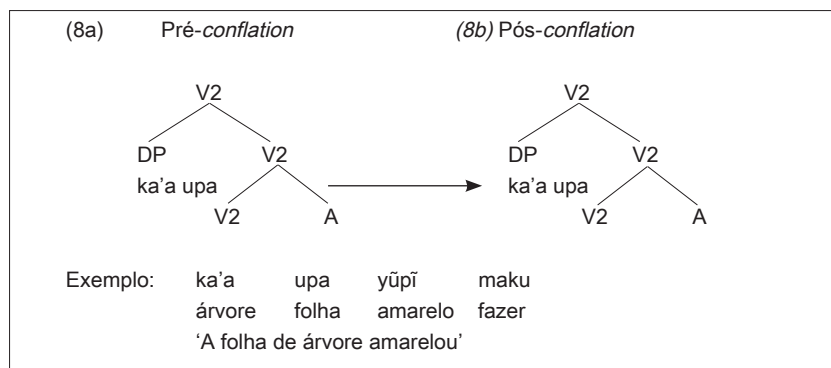


7. Uma raiz verbal ‘pura’ é um verbo que não deriva de nomes, adjetivos ou preposições.

Há evidências através das línguas – tal como mostra Hale e Keyser (2002) a partir dos exemplos das línguas Navajo, Miskitu, Basco e Inglês – de que verbos que apresentam propriedades da categoria nome estão na classe dos inergativos, pois não aceitam alternâncias simples ('Eu suei'; \* 'A mulher me suou') – e o mesmo pode ser observado em Yudja e português. Uma outra propriedade comum à maioria dos verbos denominais em Yudja é terem derivação zero, isto é, serem idênticos aos nomes, mesmo após a atribuição de valência. Finalmente, os verbos com estrutura monádica (inergativos) e diádica (inacusativos) têm morfemas de alternância complexa (causativização) distintos: o morfema {ũ-}, por exemplo, está associado a verbos que não realizam alternância simples, enquanto que o morfema {ma-} está associado a verbos que realizam alternância simples (confira Fargetti 2001, pp. 186-198, a qual fez a primeira descrição desses morfemas nesta língua).

Diferente dos verbos derivados de nomes ou que se comportam como verbos derivados de nomes são os verbos deadjetivais. Os adjetivos têm a propriedade de poderem ser atribuídos a entidades; eles são predicados ou modificadores e exigem uma entidade para satisfazer essa propriedade. Dessa perspectiva, portanto, os adjetivos devem aparecer em uma estrutura argumental na qual um DP é projetado, definindo uma relação de sujeito-predicado (vide estrutura (8)), enquanto que os nomes não realizam esse tipo de exigência quando nucleiam a raiz de uma projeção que formará um verbo (vide estrutura (7) acima):

Figura 8. Formação do verbo *yũpĩ maku* (amarelar)



Apesar de a maioria dos verbos que têm raiz adjetival permitir alternância, nem todos os verbos que alternam têm raiz adjetival. Isto

pode ser observado em Yudja, a partir dos verbos sobre os quais não temos evidência da natureza da raiz, tais como: *uhu/wĩyũ* ‘cozinhar’, *apiku/ lapiku* ‘quebrar’, *ikupenu* ‘fechar’, que podem ser casos de raízes verbais ‘puras’.

As raízes que são ‘puramente’ verbais (ou seja, que são acategoriais) são variáveis: algumas delas exigem, outras não, a projeção do sujeito interno (Hale e Keyser 2002, p. 157). Na língua O’odham (Hale e Keyser 2002, p. 132), por exemplo, nem todos os verbos que alternam (*hu:m/ hu:mid* ‘esvaziar’, *ha:g/ ha:gid* ‘derreter’, *mehe/ mehid* ‘queimar’ etc.) têm raiz adjetival comprovada, muito embora se comportem como verbos deadjetivais. Devido a esse fato, é possível hipotetizar que esses verbos que não são deadjetivais têm a mesma estrutura argumental dos deadjetivais. Em Yudja, por exemplo, a estrutura argumental do verbo pode ser definida a partir de alguns elementos que salientam o comportamento sintático do verbo, como por exemplo se um determinado verbo realiza alternância simples e qual morfema causativizador está associado à raiz, tal como discutimos anteriormente. Portanto, tal como apontam Hale e Keyser (2002; 138) é o comportamento do verbo e não apenas sua base semântico-fonológica (acategorial/pura, nominal, adjetival ou adposicional) que nos dá evidências para discutir sua estrutura argumental.

Os verbos inacusativos em Yudja – sejam os deadjetivais sejam os de raiz acategorial – apresentam o mesmo comportamento sintático, tal como causativizar-se com o morfema *ma-* e serem passíveis de realizar alternância transitiva simples. No grupo dos verbos inacusativos, há dois comportamentos morfológicos possíveis:

Tipo 1: verbos inacusativos cuja alternância depende de morfemas transitivizadores e intransitivizadores

- (2) a. Intransitiva  
       Axi I-a-mihu  
       fogo I-T-apagar  
       “O fogo apagou”  
       b. Transitiva  
       Amana axi a-mihu  
       chuva fogo T-apagar  
       “A chuva fez o fogo apagar”

**Tipo 2:** verbo inacusativo com morfemas de derivação zero (alternância *labile*)

- Estruturalmente, os verbos deadjetivais (ou verbos que se comportam como deadjetivais porque permitem alternância simples) dos tipos 1 e 2 apresentados acima vão ter a configuração estrutural apresentada em (9) baseada nos exemplos em (3):

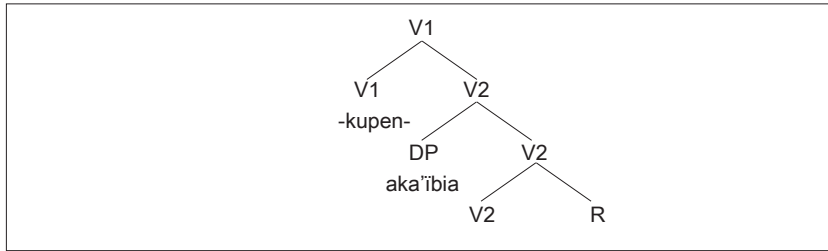
```

graph TD
    V1_1[V1] --> V1_2[V1]
    V1_1 --> V2_1[V2]
    V2_1 --> DP[DP]
    V2_1 --> V2_2[V2]
    DP --> aka[aka'ibia]
    V2_2 --> V2_3[V2]
    V2_2 --> R[R]
    V2_3 --> kupa[-kupa-]

```

Editora Mercado de Letras

Figura 9b. Pós-conflation (transitiva)



Essas estruturas mostram que a forma intransitiva de um verbo inacusativo como *ikupenu* ‘fechar’, vai ser estruturada como (9a) onde o DP interno vai funcionar como o sujeito da sentença. A forma transitiva é estruturada como em (9b) onde o DP interno vai funcionar como o objetivo na sintaxe. Vale notar que, em qualquer um dos casos, o morfema de modo só é inserido em TP, não durante a formação do verbo.

Temos, ainda, a supleção verbal que tem duas funções na língua: alternância transitivo-incoativa e indicar pluralidade de eventos ou argumentos. Em verbos transitivos e inergativos, a supleção indica pluralidade de eventos ou argumentos (como em *tahu/wāna* ‘correr’ e *kua/upiku* ‘dar’), por exemplo). Quando a supleção está associada à alternância de valência, ela ocorre em verbos inacusativos, tal como vemos nos casos a seguir:

- (4) puju      uhu  
 feijão      cozinhar  
 “O feijão cozinhou”

- (5) lidja      puju      wīyū  
 mulher      feijão      cozinhar  
 “A mulher cozinhou feijão”

Para explicar a supleção verbal através da teoria de Hale e Keyser para os casos de alternância transitiva-intransitiva, propomos que os verbos supletivos vão ter a mesma estrutura argumental dos verbos inacusativos. Adicionamos porém que vai existir uma regra morfológica que insere uma nova forma fonológica no núcleo composto, quando a raiz passa de intransitiva para transitiva. Esta regra está associada apenas às raízes verbais que tenham traços que determinam que o verbo realiza supleção ao invés de mudança de valência por prefixação

ou através de morfemas não realizados fonologicamente. Partindo dos exemplos expostos em (4-5), podemos propor as estruturas a seguir:

Figura 10a. *Pré-conflation*

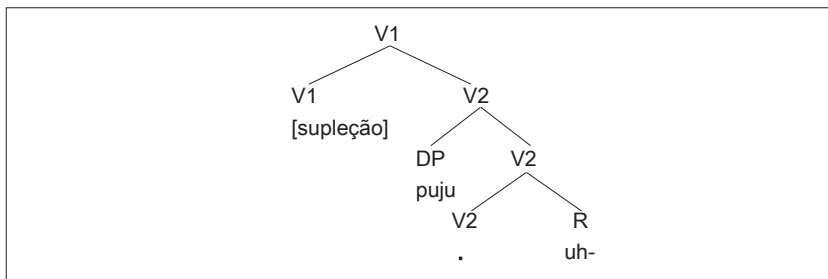


Figura 10b. *Pós-conflation (Intransitiva)*

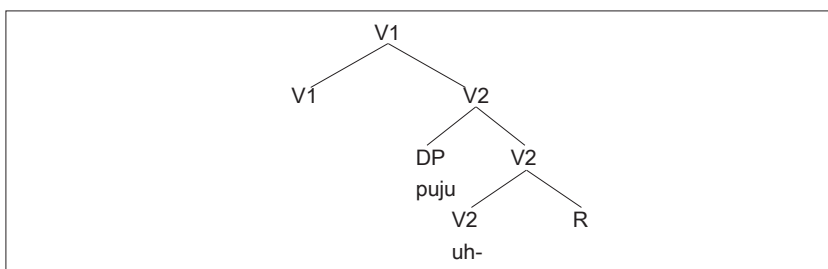
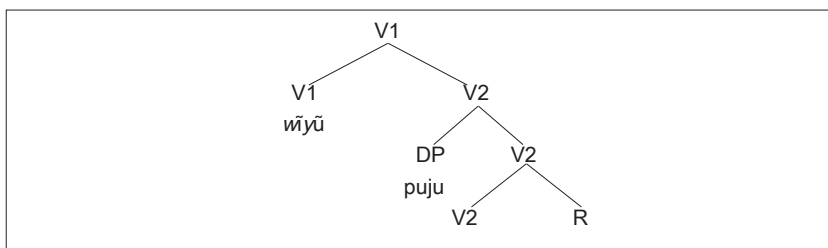


Figura 10c. *Pós-conflation (transitiva)*



Até o momento, descrevemos nesta seção a formação de verbos inergativos e verbos inacusativos. Um terceiro tipo de verbo são os verbos transitivos que em Yudja podem ter um morfema transitivizador fonologicamente realizado (com o prefixo de valência *a*-<sup>9</sup>) ou fonologicamente nulo:

9. Há a possibilidade de existir um outro morfema transitivizador, qual seja *u-* (*udjaku* 'estourar', *upiku* 'dar' etc.), dada a frequência de verbos transitivos que ocorrem com este morfema, mas esta hipótese ainda está em estudo.

- (6) a. Verbos transitivos (prefixo de valência transitiva: *a-*)
- |              |                      |
|--------------|----------------------|
| <i>Akuhu</i> | esquentar            |
| <i>Apinu</i> | pentear              |
| <i>Akirĩ</i> | quebrar (por dentro) |
| <i>Asaku</i> | descascar            |
- b. Verbos transitivos (prefixo de valência transitiva fonologicamente nulo):
- |                   |                  |
|-------------------|------------------|
| <i>Pĩdĩdiku</i>   | pegar peixe      |
| <i>Kuwataku</i>   | quebrar (objeto) |
| <i>Txuxitxuxi</i> | queimar          |
| <i>Masehu</i>     | acabar           |

Finalmente, há os verbos transitivos simples. Os verbos transitivos, assim como os inacusativos, podem ter um morfema transitivizador fonologicamente realizado (tipo 1) ou fonologicamente nulo:

*Tipo 1:* Verbo transitivo com morfema transitivizador *a-*

- (7a) João      ba'ĩ              a-baku  
 João      paca              T-matar  
 "João matou a paca"

*Tipo 2:* Verbo transitivo com morfema de valência fonologicamente nulo

- (7b) Ena      ba'ĩ              ixu  
 2s      paca              comer  
 "Você comeu paca"

Na perspectiva de Hale and Keyser (2002), verbos transitivos tem uma estrutura monádica, tal como os verbos inergativos:

Figura 11. Verbos transitivos com estrutura monádica (a partir do exemplo 7a)

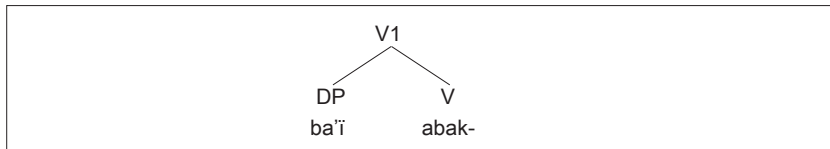
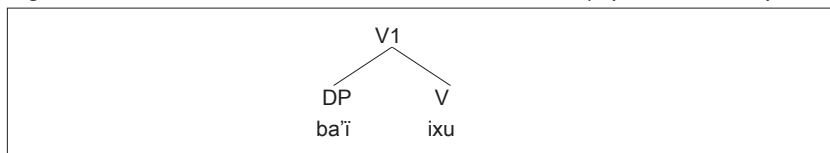
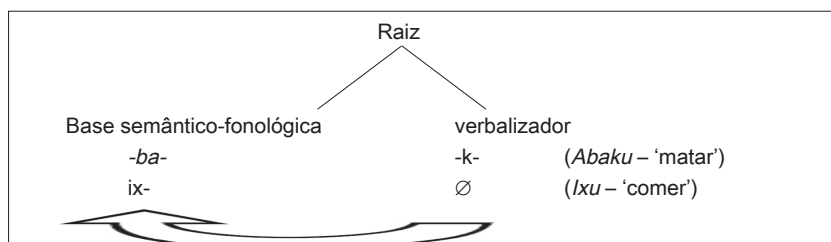


Figura 12. Verbos transitivos com estrutura monádica (a partir do exemplo 7b)



Nas estruturas acima, *abak-* e *ixu* passaram por dois diferentes processos de *conflation*. Considere primeiramente o verbo *abaku* ‘matar’. O verbo *abaku* pertence a classe dos verbos cuja à base semântico-fonológica é afixado o morfema verbalizador *-k-*. No caso do verbo *ixu* ‘comer’, o morfema verbalizador é fonologicamente nulo. Este processo de formação de raiz verbal apresentado na seção 1 é apresentado no diagrama abaixo, para estes dois verbos em questão (lembrando que o morfema de modo *realis* *-u* só é inserido na sintaxe):

Figura 13. Decomposição da raiz verbal dos verbos *abaku* ‘matar’ e *ixu* ‘comer’



Após a formação da raiz, assim como vimos para os verbos das categorias inergativa e inacusativa, há a atribuição de valência. Quando as raízes *ix-* e *-bak-* movem para o núcleo verbal V1, elas recebem o morfema de valência transitivizador *a-* ou  $\emptyset$  (morfema fonologicamente nulo). Vale notar que a base semântico-fonológica traz consigo uma série de informações (traços) semânticas e fonológicas do verbo a ser formado e assim essas propriedades vão restringir se esta base, uma vez que se torne um verbo, vai requerer um morfema associado apenas a verbos transitivos, ou um morfema associado a verbos inacusativos ou inergativos. Em outras palavras, os traços da base semântico-fonológica associado aos morfemas verbalizadores determinarão as propriedades de valência do verbo (se ele será inergativo, inacusativo ou transitivo). Desta forma, no momento da projeção monádica de um verbo inergativo ou transitivo simples (os quais tem a mesma estrutura), as propriedades da raiz do verbo vão determinar se aquela raiz se trata de um verbo transitivo que exige um complemento e que requer um morfema transitivizador (que pode ser fonologicamente realizado ou não) ou se o verbo se trata de um verbo inergativo que não requer um complemento. Em todos os casos apresentados – inergativos, inacusativos e transitivos – o sujeito é inserido posteriormente, na sintaxe. Neste sentido, ele não é um argumento gerado na estrutura argumental do verbo.



### *Formação de transitivos complexos (causativizações)*

Vimos acima a formação dos verbos transitivos, inergativos e dos verbos inacusativos, estes últimos sendo os verbos que realizam alternância transitivo-incoativa. Vimos anteriormente que a língua Yudja apresenta três comportamentos possíveis em relação aos processos de alternância transitivo-incoativa: a supleção (*uhu* incoativo/ *wĩyũ* transitivo ‘cozinhar’), a afixação (*ludjakui* ncoativo/ *udjaku* transitivo ‘estourar’) e, finalmente, a alternância *labile* (*ikupenu* ‘fechar’). No que compete à alternância complexa (causativização) de verbos intransitivos (inergativos e inacusativos), temos apenas o processo de afixação de dois morfemas distintos que estão em distribuição complementar (*ũ-* e *ma-*). No caso das causativizações de verbos transitivos, há o verbo auxiliar *ada* (“mandar”), que ocupa a posição de causativizador (Fargetti (2001; 186)):

- (8) a. Tahu      apĩ  
          correr    cachorro  
          “O cachorro correu” (Fargetti 2001, p. 186)
- b. Una    apĩ                      y=ũ-tahu                      anu  
      1s    cachorro        3s=caus.-correr                      asp  
          “Eu fiz o cachorro correr” (Fargetti 2001, p. 186)
- (9) a. Anĩ    iyu  
      3s    dormir  
          “Ele dormiu” (Fargetti 2001, p. 190)
- b. Sewaki    i=ma=iyu                      he                      anu  
      Sewaki    3s=caus.=dormir    3s                      asp  
          “Sewaki o fez dormir (Sewaki o dormiu)” (Fargetti 2001, p. 190)
- (10) lidja      ali                      ada                      iyakuha                      awi  
      mulher    criança                      mandar                      mingau                      beber  
          “A mulher fez/mandou menino beber mingau”. (Fargetti 2001, p. 193)

É válido ressaltar que a existência de dois causativizadores divide classes verbais na língua Yudja, algo que também ocorre em outras línguas Tupi, tal como verificou Seki (2000) na língua Kamaiurá (família Tupi-Guarani, tronco Tupi).

A análise de Fargetti (2001) para os dois causativizadores da língua Yudja é dizer que “*ũ-* ocorre com verbos que parecem indicar

uma maior agentividade do “causado” (*causee*, em inglês); {*ma-*} com verbos de uma maior agentividade do “causador” (*causer*, em inglês)”. Nosso objetivo na presente análise, para além das classes que estes verbos dividem na língua Yudja, é hipotetizar qual estrutura contempla os três tipos de causativização.

Iniciaremos apresentando as principais características das sentenças causativas. Há, produtivamente, a marcação de concordância de objeto, tanto em causativas realizadas com o morfema *ũ-* como em causativas com o morfema *ma-*. Estes morfemas de concordância marcam o argumento interno, isto é, o objeto da causativa e estão prefixados nos morfemas de causativização. Por outro lado, frente aos dados observados até o momento, estes morfemas de concordância não ocorrem em causativas com verbos transitivos. Vejamos a seguir dois verbos intransitivos causativizados para cada morfema causativizador:

- *Verbo inacusativo causativizado*

(11) a. Abeata txuratxu

roupa secar

“A roupa secou”

b. Kuwade abeata i-ma-txuratxu

sol roupa 3-caus.-secar

“O sol fez a roupa secar”

(12) a. lidja ũlāmi

mulher emagrecer

“A mulher emagreceu”

b. Kanea’ua iidja i-malāmi

doença mulher 3s-caus.-emagrecer

“A doença emagreceu a mulher”

- *Verbo inergativo causativizado*

(13) a. Piza txuruku

canoa virar completamente

“A canoa virou completamente”

b. Amana piza i-ũ-txuruku

chuva canoa 3s-caus.-virar completamente

“A chuva fez a canoa virar completamente”

- (14) a. lidja bikaru  
mulher emagrecer  
“A mulher emagreceu”
- b. Kanea'ua lidja i-ũ-bikaru  
doença mulher 3s-caus.-emagrecer  
“A doença emagreceu a mulher”

Vimos na seção anterior que as alternâncias do tipo simples em Yudja são projetadas via inserção de núcleos verbais (V1 e V2). Hipotetizaremos que as alternâncias complexas também são formadas através da inserção destes núcleos. Uma forte evidência para esta hipótese decorre do fato de os morfemas de alternância complexa serem prefixados diretamente na raiz verbal e se tornarem agramaticais quando co-ocorrem com morfemas de alternância simples, tal como vemos com o verbo “perder/sumir”:

Tabela 16. Morfemas de alternância

Verbo	Intransitivizador	Transitivizador	Raiz	Causativização
Perder/ sumir (lahua – intransitivo) (ahua – transitivo)	I-	-a-	-hua	I-ma-hua *Ima-lahua *Ima-ahua

Além dos processos de causativização de verbos intransitivos, há também o processo de causativização de verbos transitivos. Note que, neste caso, o causativizador (*ada*) não está prefixado ao verbo propriamente dito, mas aparece diante do objeto da sentença transitiva original, tal como vemos a seguir:

- (15) a. ali [ba'ĩ uatxukaha]  
criança [paca perseguir]  
“O menino perseguiu a paca”
- b. Pedro ali ada [ba'ĩ uatxukaha]  
Pedro criança caus. [objeto verbo]  
“Pedro fez o menino perseguir a paca”  
(literalmente: “Pedro mandou o menino perseguir a paca”)

A partir de fatos como em (15b), há evidências para se dizer que o objeto da sentença transitiva foi incorporado ao verbo e, portanto, o

causativizador ocorre prefixado ao composto resultado da incorporação (objeto + verbo). Esta incorporação, inclusive, é explicada por exigências semânticas dos núcleos verbais. O núcleo *ada* exige, apenas, um objeto que ocupará a posição de DP de V2. O objeto da sentença transitiva original, contudo, não é um “competidor” deste outro objeto porque ele já foi incorporado pelo verbo (no exemplo *ba’i* (“paca”) foi incorporado por *uatxukaha*, “perseguir”) e, logo, o verbo passa a ter comportamento sintático de um verbo intransitivo. Em síntese, é possível equiparar o processo de causativização em verbos intransitivos à causativização dos verbos transitivos. Em outras palavras, a mesma estrutura pode ser usada para explicar os três tipos de causativização (alternância complexa) e também os casos de alternância simples, tal como vemos abaixo, a começar com os verbos intransitivos inacusativo (16) e inergativo (17):

- (16) Kanea’ua    iidja    i-ma-lāmi  
 Doença        mulher    3s-caus.-emagrecer  
 “A doença fez a mulher emagrecer”

Estruturas:

Figura 14a. Pré-conflation

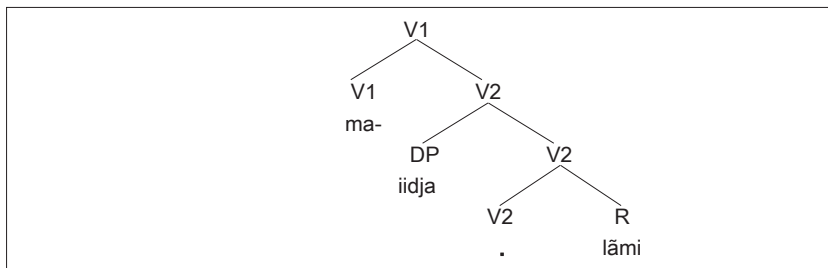
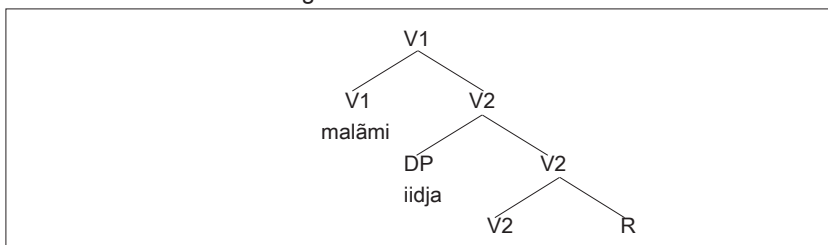


Figura 14b. Pós-conflation



- (17) Kanea'ua iidja i- ũ -bikaru  
doença mulher 3s-caus.-emagrecer  
"A doença fez a mulher emagrecer"

Figura 15. Pré-conflation:

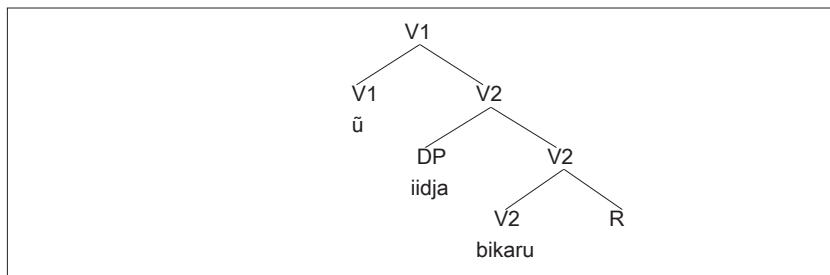
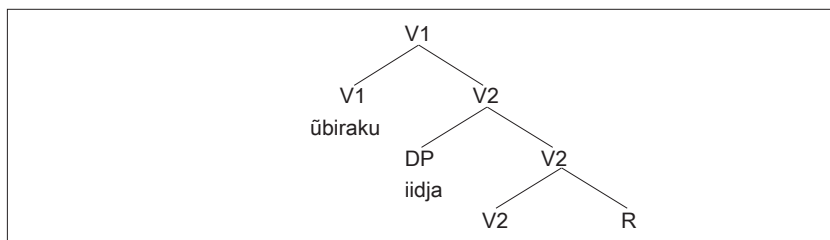


Figura15b. Pós-conflation



Deixamos as estruturas causativas transitivas para serem apresentadas por último pela necessidade de se explicar em detalhe a projeção do objeto do verbo causativizado. Apesar de serem sintaticamente idênticas, as causativizações intransitivas e transitivas têm a diferença de que o causativizador daquelas, conforme vimos, e um morfema prefixados e o desta um verbo leve preposto ao verbo básico e seu respectivo objeto. O que ocorre, nestes casos de incorporação, é a projeção inicial de um verbo transitivo que sofreu incorporação, seguida da projeção do verbo causativizado que toma como raiz (R) o resultado da projeção do verbo transitivo (V1), tal como vemos a seguir:

- (18) Pedro ali ada [ba'ĩ uatxukaha]  
Pedro criança caus. [objeto verbo]  
"Pedro fez o menino perseguir a paca"  
(literalmente: "Pedro mandou o menino perseguir a paca")

Estrutura:

Figura 16a. *Pré-conflation*

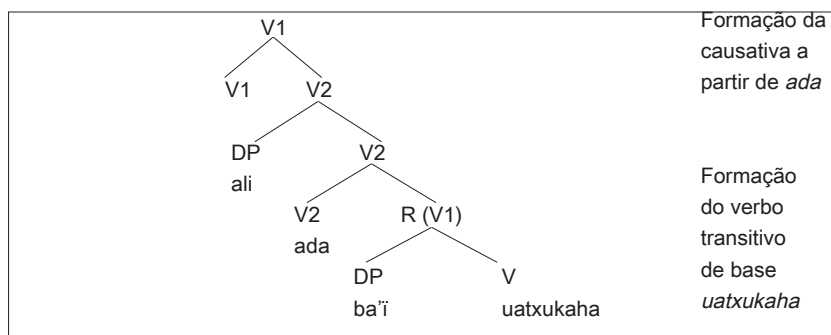
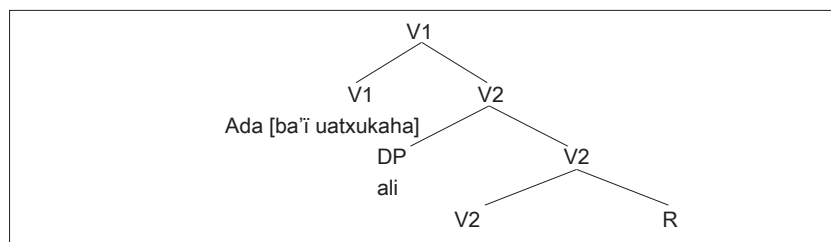


Figura 16b. *Conflation* do verbo *ada*



Como adiantamos anteriormente, sendo as estruturas de sentenças que realizam alternância simples idênticas às de alternância complexa, é possível dizer que a leitura de transitiva simples ou complexa dependerá não da estrutura (isto é, se V2 está encaixado em V1 nos dois tipos de alternância), mas do morfema que estiver na posição de V2: se tivermos a inserção do morfema *-l* e *a-* sabemos que é o caso de alternância simples. Contudo, se o morfema inserido for *~u-*, *ma-* ou *ada* então a leitura será de alternância complexa. Também é importante ressaltar que a causativização de verbos inergativos mostra um importante fato sobre a estrutura argumental dos verbos: muito embora a propriedade nominal de um verbo inergativo iniba este verbo de ser inserido em uma estrutura V2, o morfema causativo prefixado a ele exige um objeto. Dessa forma, este verbo é inserido em uma estrutura V2, para que as exigências do núcleo verbal sejam satisfeitas. Desta forma, a raiz não traz informação sobre o número de argumentos que ela requer. Quem o faz são os núcleos verbais. Sendo assim, é possível sintetizar:

Tabela 17. Morfemas de alternância: sumário

Morfemas	Exigência
<i>a-</i> , <i>~u-</i> , <i>ma-</i> , <i>ada</i>	Exige dois argumentos, um deles projetado internamente, que será o objeto.
<i>l-</i>	Exige apenas um argumento que será projetado externamente.

### *Considerações finais*

Neste artigo discutimos as propriedades associadas à formação dos verbos e suas respectivas restrições sintáticas e morfológicas. Apresentamos as estruturas argumentais de formação dos verbos da língua Yudja a partir da inserção dos verbalizadores e também dos processos de atribuição e mudança de valência verbal.

Podemos aqui sintetizar algumas questões fundamentais:

#### 1. Qual a natureza das raízes formadoras dos verbos?

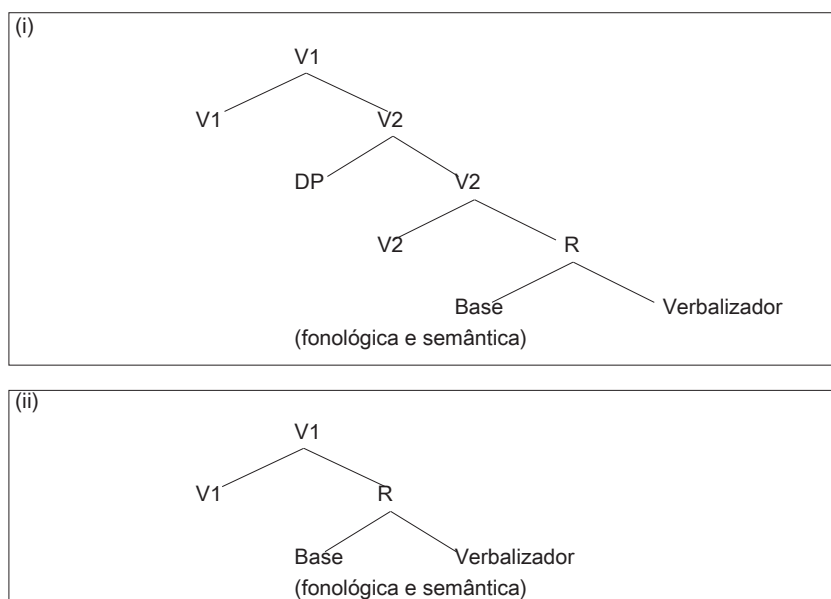
As raízes são compostas de duas partes: a parte lexical da raiz – que chamamos aqui de base semântico-fonológica - traz informações de caráter semântico (como tipo de evento denotado, por exemplo) e fonológico do verbo; a outra parte da raiz – que chamamos aqui de verbalizador – atribui a categoria verbo à parte lexical da raiz e, por conseguinte, atribui a esta raiz propriedades sintáticas. É para o resultado da combinatória destes duas partes que será, em um segundo momento, atribuída a valência dos verbos. A raiz, a partir de seus traços, restringirá os morfemas de valência associados a ela. Por exemplo, o morfema de transitividade simples (*a-*) é incompatível com verbos derivados de nomes em Yudja.

#### 2. Qual a função dos verbalizadores que se unem à parte lexical das raízes?

Os verbalizadores têm apenas caráter funcional. Possibilitam que a raiz possa atribuir Caso e, ademais, explicitam a divisão de classes verbais na língua.

### 3. Como é o processo de formação estrutural dos verbos da língua Yudja?

Como vimos, inicialmente há a formação da raiz verbal e, em um segundo momento, de acordo com as propriedades da base semântico-fonológica associada ao verbalizador, há a atribuição de valência dos verbos, com os núcleos V1 (para verbos transitivos e inergativos) e V2 (para verbos inacusativos). Em síntese, teríamos:



### 4. Quais consequências a formação dos verbos acarretam para a sintaxe desta língua?

As restrições das raízes verbais implicarão nas relações de alternância da língua, tanto em relação à valência como em relação à mudança de voz e aos processos de pluracionalidade de eventos. Conhecer a estrutura argumental dos verbos, portanto, permite o conhecimento das estruturas sintáticas da língua.

No que compete a análise teórica dos processos de formação dos verbos, procuramos mostrar que estes itens não são componentes atômicos na sintaxe, mas que apresentam estrutura, assim como as sentenças e, por essa razão, os núcleos são complexos e são determi-



nantes para a derivação das estruturas sintáticas. Desta perspectiva, os fenômenos morfológicos, sintáticos e semânticos que ocorrem nos verbos decorrem das propriedades das raízes, as quais carregam os traços centrais que restringem as estruturas sintáticas de cada núcleo verbal.

### *Abreviações*

*T* (transitivizador)  
*I* (intransitivizador)  
*caus.* (causativizador)  
*s* (singular)  
*pl* (plural)  
*dat* (dativo)  
*rel.* (relativizador).

### *Bibliografia*

- ARAD, Maya. (1996). "A minimalist view of the syntax-lexical semantics interface." *UCL Working Papers in Linguistics* 8.
- BAKER, M. C. (1988). *Incorporation : a theory of grammatical function changing*. Chicago: The university of Chicago Press.
- BURZIO, L. (1986). "Intransitive verbs and auxiliaries", in: *Italian syntax*, Dordrecht: Reidel.
- FARGETTI, C. (1992). M. *Análise fonológica da língua Juruna*. Campinas: UNICAMP (dissertação de mestrado).
- \_\_\_\_\_. (2001). *Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.
- HALE, K. and KEYSER, S. J. (1993). "On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations", in: HALE, K. and KEYSER, J. (orgs.) *The View From Building 20. Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: Mass: MIT Press, 2002.
- HARLEY, H. (1996). "Sase bizarre: the Japanese causative and structural case", in: KOSKINEN, P. (ed.) *Proceedings of the 1995 Canadian Linguistics Society meeting*, University of Toronto Working Papers in Linguistics.

- LEVIN, B. and RAPPAPORT-HOVAV, M. (1995). *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Massachusetts: The MIT Press.
- LIMA, S. O. (2008). *A estrutura argumental dos verbos na língua Juruna (Yudja): da formação dos verbos para a análise das estruturas sintáticas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_. (2008a). "Prefixos verbais e a concordância na língua Yudja." *Apresentação no XXIII Encontro Nacional da ANPOLL, Goiânia/ UFG*.
- Piñón, C. (2001). "A finer look at the causative-inchoative alternation", in: *Proceedings of semantics and linguistics theory 11*, Rachel Hastings, Brendan Jackson, and Zsófia Zvolenszky (eds.), Ithaca, N.Y.: CLC Publications.
- SMITH, Carlota. (1997). *The parameter of aspect*. 2ª ed. Dordrecht: Kluwer.
- STORTO, L. (1999). *Aspects of Karitiana grammar*. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology.
- TENNY, C. (1994). *Aspectual roles and the syntax-semantics interface*. Kluwer, Dordrecht.
- VENDLER, Z. (1967). "Verbs and Times." *Linguistics in philosophy*. New York: Cornell University Press.

## VERBOS E ESTRUTURA ARGUMENTAL EM APURINÃ (ARUÁK)

*Sidi Facundes  
Angela Chagas*

### *Introdução*

Verbos em Apurinã podem ser divididos em classes tradicionais correspondendo a intransitivos e transitivos, mas quando analisados em maior profundidade revelam subclassificações que fogem aos padrões canônicos associados à marcação dos seus argumentos. Utilizaremos as marcações canônicas e não canônicas para caracterizar verbos dos tipos padrão e não padrão, respectivamente, e examinaremos os fatores que se relacionam a tais fenômenos. Ao final, mostraremos como as subclasses verbais estão fortemente relacionadas à semântica aspectual desses verbos.

A língua Apurinã é falada pelo povo de mesmo nome (autodenominado *pupŷkarywakury*), principalmente em comunidades espalhadas ao longo de vários tributários do rio Purus, no sudoeste do Estado do Amazonas. A população ultrapassa 2.000 pessoas, mas apenas aproximadamente um quarto dessa população – principalmente os idosos – fala a língua. Os dados utilizados neste trabalho foram coletados em diversas pesquisas de campo realizadas junto a várias comunidades Apurinã, envolvendo tanto os autores quanto vários alunos da Universidade Federal do Pará que contribuíram para a descrição dessa língua. Estudos prévios sobre a língua incluem Pickering (1974), Aber-

dour (1985), Facundes (2000a), Souza (2004), Barreto (2006), Brandão (2006), Vital (2006), Chagas (2004, 2007) entre outros. Facundes (2000a) consiste em uma gramática preliminar da língua na forma de tese de doutorado. O tópico do presente trabalho foi abordado preliminarmente nessa tese, no contexto da descrição gramatical da língua. Chagas (2007) apresenta um trabalho mais atualizado e aprofundado dos verbos descritivos e no qual se baseia a análise desses verbos apresentada neste trabalho.

Os instrumentos teórico-metodológicos utilizados neste trabalho se baseiam em um modelo descritivo intitulado Basic Linguistic Theory e na linguística tipológico-funcional. Os principais representantes de ambos os modelos teóricos são Dixon (1997), Dryer (2008), Comrie (1981), Givón (2001), entre outros. Seguindo esses modelos, utilizamos os conceitos e métodos tradicionalmente usados na descrição de línguas, acrescentando novos conceitos estritamente para fazer referência a fenômenos ainda não amplamente descritos na literatura, e buscamos motivar funções e estruturas gramaticais a partir da interface com outros domínios da língua ou comunicação humana, como a semântica e a pragmática.

### *A categoria dos verbos*

Antes de falarmos de subclasses verbais, precisamos demonstrar que verbos de fato são diferentes de outras classes de palavras, na língua Apurinã. Diferente de línguas como o português, que possui nomes, verbos, adjetivos e advérbios com características morfológicas, sintáticas e semânticas próprias, os itens lexicais em Apurinã dividem-se apenas em nomes e verbos. Em sua maioria, palavras descritivas, em geral, traduzidas como adjetivos em línguas indoeuropeias, formam uma subclasse dos verbos (como no exemplo (1)). Já os conceitos classificatórios são expressos por nomes que denotam forma ou textura/consistência de objetos no universo (como em (2)). Funções tipicamente adverbiais são expressas por diversas partículas que carecem de morfologia nominal e verbal (3) (Facundes 2000; Chagas 2004). Em (1), vemos que o adjetivo “frio” em português é traduzido como ‘estar frio’ em Apurinã, e que “amargo” é traduzido como ‘estar amargo’:

## (1) Termos Descritivos Expressos por Verbos

- a. y-txikare                      nhipukuru  
      3m.o-estar.frio                comida  
      A comida está fria.'
- b.    ny-keraka  
      1sg-estar.magro  
      Eu estou magro.'

Em (2), na primeira coluna, temos as formas dos nomes classificatórios; na segunda coluna, temos as traduções dessas formas para o português; nas colunas seguintes, temos o uso desses nomes classificatórios referindo-se a propriedades físicas de elementos da fauna, partes do corpo e de elementos manufaturados, respectivamente:

## (2) Conceitos de Propriedades Expressos por Nomes Classificatórios (NC, adaptados de Brandão 2006)

NC	Glosa	Domínio semântico de plantas	Elementos do corpo	Elementos manufaturados
a. -ke	vara; fino e longo	iūpate- <u>ke</u> 'cajueiro'	ukanu- <u>ke</u> 'braço dela'	iumiti- <u>ke</u> 'haste do arpão'
b. -ky	caroço; semente; redondo e pequeno	ĩkawary- <u>ky</u> 'caroço do tucumã'	kiti- <u>ky</u> 'dedo do pé'	ĩpara- <u>ky</u> 'bala (de arma)'
c. -mata	pele; superfície plana	-----	uky- <u>mata</u> 'pálpebra'	kiti- <u>mata</u> 'sandália'

Em (3), temos aĩkika, uma partícula que expressa a noção de maneira ou modo. Trata-se de uma partícula em Apurinã por fazer parte de um número limitado de palavras que não tem morfologia própria ou outras características sintáticas específicas, além de ter maior liberdade de posicionamento na sentença, em comparação a verbos e nomes:

(3) Noções “Adverbiais” Expressas por Partículas (Facundes 2000, p. 369)

- a. arĩkika      sãki-rewa-ta-kary      kyky      apu-pe  
lentamente    fala-INTR-VBLZ-RELZ      homem      chegar-PFTV  
'O homem que fala lentamente chegou.'
- b.    sãki-rewa-ta-kary      kyky      apo-pe      arĩkika  
fala-INTR-VBLZ-RELZ      homem      chegar-PFTV      lentamente  
'O homem que fala chegou lentamente.'

Verbos distinguem-se de nomes em várias de suas propriedades morfológicas e sintáticas. Embora exista em Apurinã uma classe especial de morfemas presos que são empregados tanto em nomes quanto em verbos, nomes e verbos também possuem afixos exclusivamente verbais, e afixos exclusivamente nominais, respectivamente. A classe especial de morfemas presos, intitulados morfemas “flutuantes” nos trabalhos anteriores, a classe inerentemente nominal de afixos, e a classe inerentemente verbal de afixos foram descritas em detalhe em Facundes (2000, 2004). Os dados em (4), como ilustração, apresentam o padrão de marcação dos nomes em construções possessivas nominais. Esse padrão é exclusivo dos nomes. Os sufixos {-tx}i e {-re} podem ser empregados em alguns verbos, mas nesse caso o resultado é a derivação de nomes – o que confirma o status exclusivamente nominal da base na qual esses sufixos são empregados. A forma {-ry} é encontrada em ambos verbos e nomes, porém isso, constitui um caso de tríplice homonímia, pois em nomes {-ry} pode corresponder ao morfema de gênero masculino ou ao marcador de forma nominal não possuída. Já nos verbos, {-ry} corresponde ao objeto de terceira pessoa masculina, segmentável em {-r} ‘polaridade positiva’ e {-y} ‘3M.O’.

(4) Marcação Nominal em Construções (Não) Possessivas

Padrão	Forma Possuída	Forma Não Possuída
a. Possuíveis com forma possuída não marcada	-Ø kema <u>kywy-Ø</u> anta cabeça-POS 'cabeça da anta'	-txi i-ie <u>kywỹ-txi</u> M-DEM cabeça-N.POS 'essa cabeça'

b. Obrigatoriamente possuídos com forma não marcada	-Ø hātaku-ru <u>yny-ru</u> jovem-F mãe-F 'mãe da moça'	-----
c. Obrigatoriamente não possuídos com forma não marcada	-----	-Ø i-ie <u>kema</u> F-DEM anta 'essa anta'
d. Possuídos com forma não possuída não marcada	-te, -ne, -re a- <u>kypatxi-te</u> 1PL-chão-POS 'nosso chão'	-Ø i-ie <u>kypatxi-Ø</u> F-DEM chão-N.POS 'esse chão'
	y- <u>katsutaty-ne</u> 3M-capim-POS 'capim dele'	i-ie <u>katsutaty-Ø</u> F-DEM capim-N.POS 'esse capim'
	u- <u>kyky-re</u> 3F-homem-POS 'marido dele'	i-ie <u>kyky-Ø</u> F-DEM homem-N.POS 'esse homem'
e. Possíveis com marcação em ambas as formas possuídas e não possuídas	-re kyky <u>hāpuky-re</u> homem flauta-POS 'flauta do homem'	-ry i-ie <u>hāpuky-ry</u> F-DEM flauta-N.POS 'essa flauta'

Os dados em (5) ilustram o verbalizador {-ta}, que figura entre os vários morfemas que são exclusivamente empregados em verbos. Como mostram os dados, além de ser sufixado a bases verbais, quando sufixado a uma base nominal, {-ta} deriva um verbo, o que indica tratar-se de um morfema inerentemente verbal:

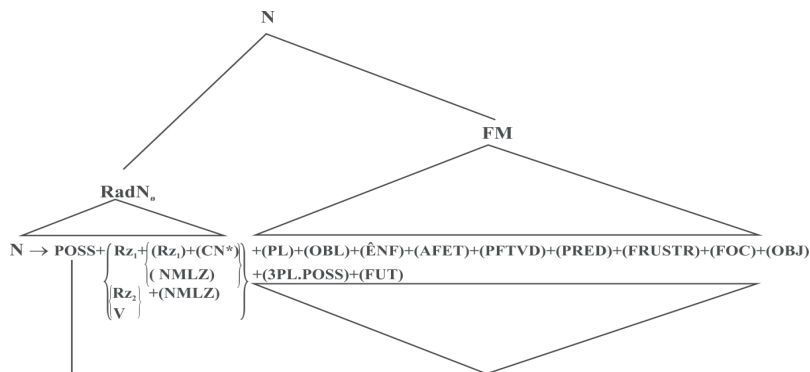
#### (5) Sufixo Verbal -ta

- |  |   |
|--|---|
| a. <u>nhi-nhipuku -ta</u><br>1SG-comer-VBLZ<br>'eu como' | aa. <u>nhipuku-ry</u><br>comer-n. POS<br>'comida' |
| b. <u>sana-ta</u><br>'estar com sede'                    | bb. <u>sana</u><br>'sede'                         |

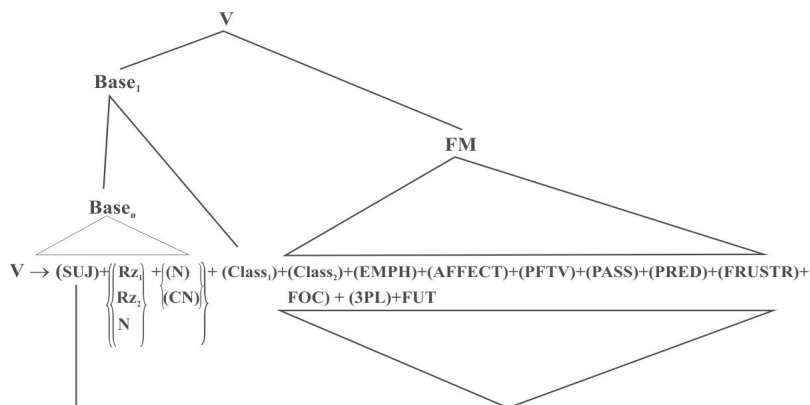
A combinação das diversas formas empregadas em verbos e nomes segue estruturas de palavra altamente complexas, e que estão além do escopo deste trabalho. Por essa razão, os diagramas em (6) ilustram apenas as estruturas gerais inerentes de nomes e de verbos, e somente para efeito de contextualização.

## (6) Estrutura Interna Inerente de Nomes e Verbos

a.



b.



Como visto em (6a), um nome pode consistir apenas de uma raiz livre (R1); de uma raiz livre acrescida de outra raiz livre, mais, opcionalmente, um ou mais nomes classificatórios (NC) mais ainda, facultativamente, a marca de plural (PL); de uma raiz livre mais um sufixo formador de radical mais, opcionalmente, a marca de plural; de uma raiz presa (R2) ou de um verbo (V), mais um sufixo formador de radical



(FR) nominal mais, opcionalmente, a marca de plural. Já o verbo pode consistir apenas em uma raiz livre (R1); de uma raiz livre ou raiz presa ou de um nome, mais, opcionalmente, um nome ou nome classificatório, mais diferentes combinações de vários sufixos inerentemente verbais das classes 1 e 2. Informações específicas sobre cada morfema envolvido nas estruturas abaixo foram detalhadamente descritas em Facundes (2000; 2004).

Em termos sintáticos, nomes podem ser modificados por demonstrativos (e.g. coluna de formas não possuídas em 4a, c, d, e) ou genitivos (e.g. coluna de formas possuídas em 4a, b, e), como núcleos de Sintagmas Nominais (SN's). Em contraste, verbos podem ser acompanhados dos argumentos nucleares sujeito e objeto, sendo que SN's pós-verbais sujeito e SN's pós-verbais objeto exigem correferência marcada no verbo. Como ilustração disso, em 7a-b (onde formas correferenciais são sublinhadas), quando sytu aparece após o verbo, a marca correferencial de sujeito {u-} é empregada no verbo, o que não acontece quando sytu aparece em posição pré-verbal. Em 7b, kema aparece após o verbo e a marca correferencial correspondente ao objeto {-ry} é empregada no verbo. As propriedades de sujeitos e objetos na língua serão discutidas mais adiante

## (7) Verbos e Seus Argumentos Sintáticos

- a.    u-serena    sytu  
       3F-dançar   mulher  
       A mulher dançou.'
- b.    sytu    etyka-ry    kema  
       mulher   ver-3M.O   anta  
       A mulher vê a anta.'

Tendo apresentado propriedades gramaticais ilustrativas das distinções entre verbos e nomes, trataremos na próxima seção das propriedades específicas do verbo que permitem identificar subclasses da referida categoria.

### *Classes de verbos: similaridades e distinções*

Verbos em Apurinã podem ser inicialmente divididos em classes distintas com base no número dos argumentos sintáticos obrigatoriamente exigidos. Porém, antes de apresentarmos essa classificação, é necessário motivar a distinção entre sujeito e objeto na língua como argumentos sintáticos nucleares do verbo.

### *Assimetrias entre sujeito e objeto*

Em (7), ilustramos brevemente marcas correferenciais empregadas no verbo e que distinguem SN sujeito de SN objeto. Em (8), apresentamos os pronomes independentes e as marcas correferenciais empregadas no verbo. As marcas de correferencialidade, mas não os pronomes independentes, distinguem entre sujeito e objeto. Tais marcas de correferencialidade são obrigatoriamente empregadas no verbo sempre que houver um SN sujeito ou objeto em posição pós-verbal (como ilustramos em (7)). O status dessas marcas gramaticais pode ser informalmente descrito como reminiscente de pronomes presos, com algumas características afixais, conforme descrevemos a seguir.

Em cláusulas em que há um SN (sujeito ou objeto) em posição pós-verbal (como *anãpa* em (7a) e *kema* em (7b)), a marca gramatical correferencial correspondente ao SN deve estar presente no verbo, como acontece com os sufixos pessoais que aparecem nos verbos em línguas latinas; já em cláusulas com um SN (sujeito ou objeto) preverbal (como *anãpa* em 7b), a marca correferencial correspondente ao SN não pode ser empregada no verbo, como se tal marca tivesse o status sintático de pronome independente. Com esse comportamento clítico que mescla propriedades tipicamente morfológicas e propriedades tipicamente sintáticas, essas marcas correferenciais empregadas nos verbos, ilustradas em (8), seguem um padrão de marcação que distingue entre sujeito e objeto.

### (8) Pronomes Independentes, Marcas de Correferencialidade e suas Funções Gramaticais

Pessoa,	Formas Número-Pessoais		
Gênero & Número	Pronomes Independentes	Marcadores de Correferencialidade	
	Sujeito / Possuidor / Objeto	Sujeito / Possuidor	Objeto
1sg	nuta myteka 'Eu corro.'	ny-myteka 'Eu corro.'	y-myna-nu 'Ele me traz.'
	nuta māka 'minha roupa'	ny-māka 'minha roupa'	
2sg	pithe myteka 'Você corre.'	py-myteka 'Você corre.'	y-myna-i 'Ele te traz'
	pithe māka 'sua roupa'	py-māka 'tua roupa'	
3m.sg	ywa myteka 'Ele corre.'	y-myteka 'Ele corre.'	y-myna-ry 'Ele o trouxe.'
	ywa māka 'roupa dele'	y-māka 'roupa dele'	
3f.sg	uwa myteka 'Ela corre.'	u-myteka 'Ela corre.'	y-myna-ru 'Ele a trouxe.'
	uwa māka 'roupa dela'	u-māka 'roupa dela'	
1pl	atha myteka 'Nós corremos.'	a-myteka 'Nós corremos.'	y-myna-wa 'Ele nos trouxe.'
	atha māka 'nossa roupa'	a-māka 'nossa roupa'	
2pl	hīte myteka 'Vocês correm.'	hī-myteka 'Vocês correm.'	y-myna-i 'Ele trouxe vocês.'
	hīte māka 'roupa de vocês'	hī-māka 'roupa de vocês'	

3m.pl	ynawa myteka 'Eles (as) correm.'	y-myteka-(na) 'Eles correm.'	y-myna-ry 'Ele os trouxe.'
		y-māka -(na) 'roupa deles'	
3f.pl	ynawa māka 'roupa deles (as)'	u-myteka-(na) 'Elas correm.'	y-myna-ru 'Ele as trouxe.'
		u-māka-(na) 'roupa delas'	

---

Esse padrão de marcação de correferencialidade descrito acima também se manifesta na base verbal de cláusulas relativas, como ilustram os dados em (9), em que o SN (sublinhado) é acompanhado de uma marca correferencial (sublinhada) no verbo cuja forma depende do status gramatical do SN (sujeito ou objeto) (Facundes 2006):

(9) A Marcação de Correferencialidade nos Relativizadores de SN Sujeito e SN Objeto

- a. sytu kyky karuta-karu apu-pe  
mulher homem ferir-RELZ.F.S chegar-PFTV  
'A mulher que feriu o homem chegou.'
- b. sytu kyky karuta-kytu apu-pe  
mulher homem ferir-RELZ.F.O chegar-PFTV  
'A mulher ferida pelo homem já chegou.'
- c. sytu kirāta-rewa-ta-karu mireka  
mulher roncar-INTR-VBLZ-RELZ.F.S acordar  
'A mulher que ronca está acordada.'

Em construções reflexivas, o morfema reflexivizador {-wa} é empregado no verbo ocupando a posição da marca de correferencialidade

de objeto. Como resultado, em tais construções o SN objeto é sempre obrigatoriamente omitido, enquanto que o SN sujeito pode aparecer ou ser substituído pela marca de correferencialidade de sujeito. Em (10a), o pronome independente é o SN sujeito, o reflexivizador {-wa} ocupa o lugar da marca de correferencialidade de objeto, e o SN objeto é omitido. Já em (10b), além do reflexivizador, a marca de correferencialidade de sujeito é empregada. Com isso, podemos concluir que construções reflexivas também distinguem entre sujeito e objeto. Portanto, SN sujeitos e SN objetos constituem relações gramaticais distintas em Apuriná e podem ser usadas na descrição de classes verbais com base no número e tipo de relações gramaticais que cada verbo exige.

#### 10. Construções Reflexivas e a Distinção entre Sujeito e Objeto

- a.     ywa   harita-ta-wa  
           3M.O   bater-VBLZ-REFL  
           ‘Ele se bate.’

- b.     nhi-iũka-ta-wa  
           1SG.S-mancha-VBLZ-REFL  
           ‘Ele se pinta.’

Até aqui, o que demonstramos é que o SN sujeito transitivo se comporta de forma similar ao SN sujeito intransitivo, e de forma diferente do SN objeto. Entretanto, mais adiante veremos que o comportamento de parte dos verbos cuja semântica envolve conceitos de propriedade exige uma subdivisão entre os argumentos de verbos intransitivos.

#### *Transitividade verbal*

Tendo estabelecido a distinção entre sujeito e objeto na língua, podemos proceder com a análise que nos permitirá classificar os verbos em termos dos seguintes parâmetros:

## (11) Parâmetros para Distinção entre Verbos

- a. Intransitivos: Requerem apenas um argumento nuclear (sujeito ou “objeto”)
- b. Transitivos padrão: Requerem dois argumentos nucleares (sujeito e objeto)
- c. Ambiditransitivos: Requerem dois argumentos nucleares (sujeito e objeto), e um segundo argumento objeto é opcional

### *Verbos Intransitivos*

Verbos intransitivos na língua Apurinã podem ser preliminarmente divididos em duas subclasses: a dos verbos intransitivos padrão (vip) e a dos verbos intransitivos descritivos (vid). Há distinções tanto de caráter semântico, quanto morfossintático entre essas duas subclasses de verbos.

A distinção semântica existente entre os dois subgrupos de verbos intransitivos consiste no fato de que os vip expressam ações, eventos, processos, ou seja, as noções que falantes de línguas indoeuropeias normalmente esperariam ser codificadas por verbos, como ilustram os dados em (12). Em contraste, os vid codificam noções que qualificam entidades (concretas ou abstratas) no mundo, a exemplo do que fazem os adjetivos nas línguas indoeuropeias, como se pode ver em (13). Tanto VIP como VID consistem em bases não derivadas (i.e. com raízes inerentemente verbais), como *serena* em 12a e *ere* em 13a) ou derivadas (i.e. marcadas pelo afixo verbalizador *-ta*), como *nhipuku* em 12b e *tuma* em 13b):

## (12) Verbos Intransitivos Padrão

- |    |                  |    |                     |             |
|----|------------------|----|---------------------|-------------|
| a. | <i>ny-serena</i> | b. | <i>i-nhipuku-ta</i> | <i>kyky</i> |
|    | 1SG-dançar       |    | 3M.SG-comer-VBLZ    | homem       |
|    | ‘Eu danço.’      |    | ‘O homem correu.’   |             |

### (13) Verbos Intransitivos Descritivos

- |    |                   |    |                        |
|----|-------------------|----|------------------------|
| a. | ere- <u>nu</u>    | b. | <u>ny</u> -tuma-ta     |
|    | ser.bonito-1sg.o  |    | 1sg-estar.cansado-VBLZ |
|    | ‘Eu sou bonito/a’ |    | ‘Eu estou cansado/a’   |

A distinção morfossintática diz respeito ao tipo de marca correferencial que pode ser empregada em cada uma das subclasses de intransitivos. Como vimos em (8), a língua Apurinã possui duas séries de marcas de correferencialidade: uma que se agrega à esquerda da raiz verbal como correferência de SN sujeito; e outra que se agrega à direita da raiz como correferência de SN objeto. Há complexas variações alomórficas dessas marcas de correferencialidade envolvendo apagamento, elevação ou nasalização da vogal, palatalização da consoante, ou uma combinação desses processos (Facundes 2000a), e que, por não serem relevantes para a distinção gramatical entre verbos, não são descritas neste trabalho. A Tabela 1 resume o quadro de marcas (subjacentes) de correferencialidade:

Tabela 1: Marcadores de Correferencialidade de Sujeito e Objeto

Pessoa/ Gênero	MARCAS DE CORREFERENCIALIDADE SUBJETIVAS/POSSESSIVAS		MARCAS DE CORREFERENCIALIDADE OBJETIVAS	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1	ny-	a-	-nu	-wa
2	py-	hĩ-	-i	-i
3M	y-	y-...(-na)	-ry	-ry
3F	u-	y-...(-na)	-ru	-ru

O que distingue as subclasses intransitivas é que todos os VIP só podem carregar as marcas correferenciais de sujeito (14a-b). Entre os VID há os que carregam as marcas correferenciais de sujeito (15a-aa), os que carregam as marcas correferenciais de objeto (15b-bb), e ainda os que podem carregar uma ou outra marca (15c-cc).

#### (14) Verbos Intransitivos Padrão

a.	<u>ny</u> -myteka 1SG-correr 'Eu corro.'	aa.	*myteka- <u>nu</u> correr-1SG (Eu corro)
b.	<u>n</u> -ymaka-ku 1SG-dormir-FUT 'Eu dormirei.'	bb.	*ymaka-ku- <u>nu</u> dormir-FUT-1SG (Eu dormirei)

#### (15) Verbos Intransitivos Descritivos

a.	<u>ny</u> -matukynawa-ta 1SG-estar.enraivecido-VBLZ 'Eu estou enraivecido.'	aa.	*matukynawa-ta- <u>nu</u> estar.enraivecido-VBLZ-1SG (Eu estou enraivecido)
b.	papate- <u>nu</u> <u>nuta</u> ser.tímido-1SG   1SG 'Eu sou tímido.'	bb.	* <u>ny</u> -papate <u>nuta</u> 1SG-ser.tímido   1SG (Eu sou tímido)
c.	<u>ny</u> -kiumanhitxi 1SG-estar.velho 'Eu estou velho.'	cc.	kiumanhitxi- <u>nu</u> ser.velho-1SG 'Eu sou velho.'

Tendo por base o tipo de marca de correferencialidade empregada nos verbos intransitivos descritivos, podemos subdividi-los em três categorias menores, a saber: os descritivos subjetivos (marcam seu argumento sintático da mesma forma que o SN sujeito de verbos transitivos – ver 15a); os descritivos objetivos (marcam seu argumento da mesma forma que o SN objeto de verbos transitivos – ver 15b) e os descritivos ambivalentes (que marcam seu argumento ora como SN sujeito transitivo, ora como SN objeto – 15c-cc).

A principal implicação deste fenômeno na língua é que ele divide o modelo de marcação de relação gramatical (i.e. sujeito e objeto) da mesma em subpadrões distintos, uma vez que os verbos transitivos e intransitivos tipo padrão seguem o sistema de caso nominativo-acusativo (em que os sujeitos são acompanhados das mesmas marcações



correferenciais no verbo, que são diferentes das marcações de correferencialidade de objeto também empregadas no verbo), enquanto que os descritivos seguem o sistema de intransitividade cindida (em que o sujeito intransitivo se divide entre aqueles acompanhados da mesma marca correferencial de sujeito transitivo, e aqueles acompanhados da marca correferencial de objeto). Esse fenômeno constitui um caso de s-cindido, no qual os verbos intransitivos são divididos em dois grupos, um ocorrendo exclusivamente com as marcas de sujeito e outro ocorrendo exclusivamente com as marcas de objeto, independente da semântica de tal verbo, num contexto particular de uso (Dixon 1994, p. 71), conforme se pode ver em (16-17). Em (16), os dados em (a-c) ilustram os verbos que aceitam as marcas correferenciais de sujeito, e os dados em (aa-cc) demonstram que esses mesmos verbos não aceitam as marcas correferenciais de objeto:

#### (16) Verbos Intransitivos Descritivos Subjetivos

a.	y-typāka 3M-estar.sentado 'Ele está sentado.'	aa.	*typāka-ry estar.sentado-3M.O (Ele está sentado.)
b.	ny-natxi-ta 1SG-estar.com.fome-VBLZ 'Eu estou com fome.'	bb.	*ymaka-ku- <u>nu</u> estar. com.fome-VBLZ-1SG.O (Eu estou com fome.)
c.	p-amiana-ta 2SG-estar.doente-VBLZ 'Você está doente.'	cc.	*amiana-ta-i estar.doente-VBLZ-2SG (Você está doente.)

Já em (17), temos o inverso, onde os dados em (a-c) ilustram os verbos que aceitam as marcas correferenciais de objeto, e os dados em (aa-cc) demonstram que esses mesmos verbos não admitem as marcas correferenciais de sujeito, o que ilustra uma cisão no comportamento dos verbos intransitivos com respeito à marcação morfológica de seus argumentos nucleares (i.e. sujeito e objeto).

### (17) Verbo Intransitivo Descritivo Objetivo

a.	ere-i		aa.	*p-ere	
	ser.bonito-2sg			2sg-ser.bonito	
	'Você é bonito.'			(Você é bonito.)	
b.	pāawana-ry	xiripitxi	bb.	*y- pāawana	xiripitxi
	ser.pontiagudo-3M.o	flecha		3M-ser.pontiagudo	flecha
	'A flecha é pontiaguda.'			(A flecha é pontiaguda.)	
c.	pa-tima-ry	manitxi	cc.	*y-pa-tima	manitxi
	vBLZ-ser.rápido	veado		3M-vBLZ-ser.rápido	veado
	'O veado é ligeiro.'			'O veado é ligeiro.'	

Finalmente, além dos verbos descritivos subjetivos e objetivos, há os verbos ambivalentes que são aqueles cujo tema verbal pode ser acompanhado ora das marcas correferenciais de sujeito, ora das marcas correferenciais de objeto no verbo, dependendo de certas características semânticas desses verbos na situação em que forem usados, o que caracteriza um caso de s-fluido na terminologia de Dixon (1994, p. 71) e Payne (1997, p. 147). Para Dixon (op. cit), nos casos em que o sujeito é agente, ele recebe a marcação de sujeito, e quando ele é paciente, recebe a marcação de objeto. Em Apurinã, isso significa que os verbos descritivos ambivalentes se comportam às vezes como descritivos subjetivos, às vezes como descritivos objetivos, como vemos nos exemplos a seguir:

### (18) Verbos Intransitivos Descritivos Ambivalentes

a.	Subjetivo	aa.	Objetivo
	ny-maxika		maxika-nu
	1sg-estar.preocupado		ser.preocupado-1sg
	'Eu estou preocupado'		'Eu vivo preocupado.'
			Lit.: 'Eu sou preocupado.

b.	Subjetivo	bb.	Objetivo
	ny-pĩkare-ta		pa-pĩkare-nu
	1sg-estar.com.medo-vBLZ		VLZ-ser.medroso-1sg
	'Eu estou com medo.'		'Eu sou medroso.'

Essas três subclasses de verbos descritivos podem consistir tanto em bases não derivadas (16a, 17a, 18a-c) quanto em bases derivadas. No caso das bases derivadas, temos atestados apenas descritivos subjetivos sufixados, através do afixo verbalizador {-ta} (16b-c); descritivos objetivos, ao contrário, são derivados por meio de prefixação através de uma série de afixos verbalizadores (17c, 20a-c, 22b, 23b, 24a-f) e (18c-d), e descritivos ambivalentes com o sufixo {-ta} (21a) ou prefixos verbalizadores (21b).

Essa distinção na marcação de correferencialidade recorrente nos verbos intransitivos é determinada pela semântica particular de cada uma de suas subclasses. A distinção semântica entre as subclasses de descritivos na língua envolve o aspecto lexical que cada uma delas possui, uma vez que tal distinção consiste no fato de que os descritivos subjetivos, na maioria dos casos, expressam estados mais passageiros ou transitórios, fazendo referência a posições (19a), estados fisiológicos (19b) e estados físicos ou psicológicos (19c), isto é, estados nos quais o sujeito envolvido não permanece por muito tempo.

#### (19) Descritivos Subjetivos

a.	y-typāka	b.	a-natxita
	3m-estar.sentado		1pl-estar.com.fome
	'Ele está sentado.'		'Nós estamos com fome.'
c.	py-thyma-ta		
	2sg-estar.cansado-vblz		
	'Tu estás cansado.'		

Já os descritivos objetivos codificam estados mais duradouros, inerentes ou, em alguns casos, permanentes, como potencial para velocidade (20a), cor (20b), textura/consistência (20c), tamanho (20d), sensação gustatória, peso, valor, forma, fisionomia/forma corporal, idade e temperatura. Portanto, a semântica dos verbos descritivos ob-

jetivos nos sugere que a entidade envolvida possui quase que em definitivo ou inerentemente as características expressas pelo verbo:

## (20) Descritivos Objetivos

- |   |  |
|---|--|
| <p>a.    pa-tima-ry                    manitxi<br/>             VBLZ-ser.rápido-3M    veado<br/>             ‘O veado é ligeiro.’</p>     | <p>b.    puūkamara-ry                mākaxi<br/>             ser.vermelho-3M.O    roupa<br/>             ‘A roupa é vermelha.’</p> |
| <p>c.    ka-tāta-ry                    ximaky<br/>             VBLZ-ser.escamoso-3M.O    peixe<br/>             ‘O peixe é escamoso.’</p> | <p>d.    axipity-nu<br/>             ser.pequeno/baixo-1SGW<br/>             ‘Eu sou baixo.’</p>                                   |

Os descritivos ambivalentes, por outro lado, codificam estados que podem ser de dois tipos: tanto adquiridos, passageiros e transitórios (21a, c), quanto inerentes, duradouros e permanentes (21b, d):

## (21) Descritivos Ambivalentes

- |  |  |
|--|--|
| <p>a.    ny-pĩkare-ta<br/>             1SG-estar.com.medo-VBLZ<br/>             ‘Eu estou com medo.’</p> | <p>b.    pa-pĩkare-nu<br/>             VBLZ-ser.medroso-1SG<br/>             ‘Eu sou medroso.’</p> |
| <p>c.    ny-hereka<br/>             1SG-estar.bom<br/>             ‘Eu estou bom (curado).’</p>          | <p>d.    hereka-nu<br/>             ser.bom-1SG<br/>             ‘Eu sou bom.’</p>                 |

Como mostram os exemplos acima, a distinção semântica existente entre os verbos intransitivos descritivos corresponde mais ou menos ao uso dos verbos copulativos *ser* e *estar* em português: ou seja, em Apurinã, se o elemento descrito “é” alguma coisa, ou se ele possui a característica mencionada, então, sua semântica será codificada por um verbo que admite a presença de uma marca de correferência de objeto; por outro lado, se ele apenas “está” em algum estado, isto é, se apresenta apenas temporariamente as características expressas pelo verbo, então será codificado, em Apurinã, por um verbo que admite a presença de uma marca correferencial de sujeito. Seria necessário

um levantamento envolvendo variedades distintas para determinar se existe influência do português na interpretação semântica desses verbos, o que ultrapassa os objetivos deste trabalho. Entretanto, a consistência nas interpretações dadas pelos falantes consultados sugere que a distinção semântica como base do emprego de marcas correferenciais em verbos descritivos é originária de Apurinã e independe de possíveis influências do português.

Os verbos descritivos subjetivos e descritivos objetivos (19-20), portanto, são verbos que possuem como parte do significado de sua base (derivada ou não derivada) uma noção semântica unilateral, isto é, cuja base de cada verbo expressa apenas um de dois conceitos em termos da oposição transitório versus duradouro, já que o sentido oposto de cada verbo (quando existente na língua) é expresso por uma base verbal distinta, como confirmam os exemplos em (22-23). Em outras palavras, para um verbo descritivo subjetivo ou objetivo que possui uma semântica de estado transitório, não existe uma forma de derivar o sentido duradouro (ou vice-versa) usando a mesma base verbal, pois o sentido oposto (quando codificado na língua) é expresso por outro verbo.

Essa característica distingue os verbos descritivos objetivos e subjetivos dos verbos descritivos ambivalentes, pois nestes últimos a mesma base verbal pode expressar tanto transitoriedade quanto permanência, sendo que verbos ambivalentes com bases derivadas por {-ta} são interpretados como transitórios, e aqueles derivados pelos verbalizadores prefixais são interpretados como duradouros. Isso sugere que o sufixo {-ta} quando empregado com verbos descritivos está associado à transitoriedade, enquanto que a série de prefixos verbalizadores (24) empregados nos verbos descritivos está associada à permanência.

Essa análise, contudo, apenas motiva as formas derivadas dos verbos descritivos. A motivação das formas não derivadas requer a inclusão dos sentidos de transitoriedade ou permanência na raiz dos verbos descritivos subjetivos e objetivos para identificar quais verbos assumem um ou outro padrão. Isto é, a língua simplesmente lista no seu léxico um grupo de raízes que participarão na formação dos verbos descritivos não derivados subjetivos, e outro grupo de raízes que participarão na formação dos verbos descritivos objetivos.

Finalmente, um terceiro grupo de raízes listadas separadamente participará na formação de verbos descritivos ambivalentes. Parte do

sentido lexical desse terceiro grupo de raízes inclui a não especificação de sentido transitório ou duradouro, o qual é adquirido pelo emprego das marcas correferenciais (no caso das bases não derivadas) e do sufixo verbalizador {-ta} ou dos prefixos verbalizadores (no caso das bases derivadas).

(22) a. Subjetivo

ny-keraka  
1SG-estar.magro  
'Eu estou magro.'

b. Objetivo

ma-xinyke-nu  
NEG-carne-1SG  
'Eu sou magro.'

(23) a. Subjetivo

ny-enenĩka  
1SG-estar.alegre  
'Eu estou alegre.'

b. Objetivo

pu-xuku-nu  
VBLZ-ser.alegre-1SG  
'Eu sou alegre.'

(24) Não Ocorrência dos Morfemas Prefixais com Verbos Descritivos  
Objetivos:

a. ka-txiku-ru	'Ela é suja.'	aa. *u-ka-txiku
b. pu-pyse-nu	'Eu sou cheiroso.'	bb. *ny-pu-pyse
c. pa-txua-ry	'Ele é muito doce.'	cc. *y-pa-txua
d. my-tima-ry	'Ele é muito ligeiro.'	dd. *y-my-tima
e. ma-ere-ty	'Ele não é bonito / ele	ee. *y-ma-ere
f. ma-wẽ-ereka-ru	'Ela é boa.'	ff. *y-ma-wẽ-ereka

Há ao menos uma exceção ao uso de {-ta}, ilustrado em (25a), onde temos um verbo descritivo ambivalente em que o sufixo verbalizador é acompanhado da marca de correferência objetiva. Neste caso, podemos supor que a presença de sufixo verbalizador é quem determina a interpretação do verbo como tendo sentido transitório, e a razão da presença da marca de correferência objetiva e não da marca de referência subjetiva {y-} é algo idiossincrático dessa raiz verbal.

(25) Exceção: Uso de {-ta} Acompanhado de Marca de Correferência Objetiva

a.	txua-ta-ry	kafe	aa. pu-txua-ry	txipary
	doçura-VBLZ-3M.O	café	VBLZ-doçura-3M.O	banana
	'O café está doce.'		'A banana é doce.'	

Finalmente, essa oposição entre transitoriedade e permanência pode ser descrita como aspecto lexical ou categorias de aktionsart (Comrie 1976). Aktionsart é uma das formas nas quais o aspecto lexical do verbo está estruturado em relação ao tempo (Bybee 1985, p. 21, *apud* Frawley 1991, pp. 294-295). Segundo Vendler (1957, *apud* Van Valin e Lapolla 1997, p. 92), existem quatro tipos de aktionsarten: estados, achievements, accomplishments, atividades. Os verbos descritivos de Apurinã expressam estados (permanentes ou temporários).

Em Apurinã, a distinção semântica entre os verbos descritivos subjetivos e os objetivos é representada pela mudança aspectual entre tais verbos. Sobre tal mudança, temos os verbos que apresentam casos de aktionsart definida, ou seja, possuem a semântica aspectual já lexicalizada, apresentando formas distintas para expressar as mesmas propriedades, dependendo delas serem duradouras ou passageiras. Esses verbos são descritivos objetivos e subjetivos, respectivamente.

Em oposição a esses verbos, existem aqueles cuja semântica aspectual não está lexicalizada, ou seja, possuem aktionsart indefinida, uma vez que apresentam as mesmas raízes para expressarem uma propriedade que pode tanto ser inerente, quanto adquirida. Esses são os verbos descritivos ambivalentes.

Como vimos acima, esta oposição de aktionsart diz respeito às propriedades que podem ser inerentes, adquiridas, ou não especificadas, de tal forma que é possível encontrar verbos descritivos subjetivos e objetivos com raízes completamente distintas expressando a mesma noção de propriedade, porém com distinção quanto a sua inerência/aquisição. Portanto, está claro que o tipo de aktionsart determina a série de marcas correferenciais selecionadas a ocorrer com tais verbos. Assim, podemos dizer que a semântica aspectual do verbo é que determina qual série de marcas de correferencialidade é empregada no verbo.

Além dos verbos intransitivos padrão e intransitivos descritivos, há um terceiro grupo de verbos na língua que apresentam três características em comum que, em diferentes combinações, os distinguem dos demais verbos intransitivos: (i) são verbos intransitivos, mas que semanticamente exigem um segundo argumento que é sempre um locativo (localidade, origem ou destino); (ii) o argumento locativo é sintaticamente opcional; e, (iii) opcionalmente esses verbos recebem a marca correferencial de objeto, mas sempre na forma da terceira pessoa masculina.

Falantes de Apurinã atestam que não há qualquer diferença de sentido nos dados em (26a-c). Em (26a), temos a forma verbal *sa 'ir'* prefixada pela marca de correferência de sujeito {ny-} e tendo como segundo argumento o locativo de destino *tapawa-muny 'para Tapauá'*. Já em (26b), temos novamente {ny-sa} e o mesmo locativo de destino, mas desta vez a forma verbal é acompanhada também da marca de correferência de objeto de terceira pessoa masculina, {-ry}. Em (26c), podemos ver que a forma {-ry} pode estar presente no verbo mesmo quando o locativo de destino ocorre em posição pré-verbal – diferente-mente de marcas de correferencialidade usadas em referência a sujeito e objeto. Os dados adicionais (26d-e) servem apenas para mostrar que o verbo *sa 'ir'* assume a forma alomórfica {sy} (que também aparece em outras sentenças mais adiante) diante da marca de aspecto perfectivo {-pe}; essa variação é, portanto, morfológicamente condicionada. Na falta de termo mais adequado, chamamos esses verbos de intransitivos locativos.

## (26) Verbo 'ir' e a Marcação do Argumento Locativo

- |  |  |
|--|--|
| <p>a.    ny-as    tapawa-muny.<br/>             1SG-ir   Tapauá-META<br/>             'Vou para Tapauá.'</p>                                     | <p>b.    ny-sa-ry    tapawa-muny.<br/>             1SG-ir-3O.M Tapauá-META<br/>             'Vou para Tapauá.'</p>                 |
| <p>c.    tapawa-muny   ny-sa-ry.<br/>             Tapauá-META   1SF-ir-3O.M<br/>             'Vou para Tapauá.'</p>                              | <p>d.    ny-sy-pe-ka    tapawa-muny.<br/>             1SG-ir-PFTV-PRED   Tapauá-META<br/>             'Eu já fui para Tapauá.'</p> |
| <p>e.    tapawa-muny   ny-sa-panhi-ka-ku.<br/>             Tapauá-META   1SG-ir-IMPFTV-PRED-FUT<br/>             'Eu ainda vou para Tapauá.'</p> |  |



Em textos percebemos que há uma tendência em empregar o {-ry} no verbo sa 'ir' quando há um destino em particular envolvido, explicitamente expresso (27a) ou não (27c-d). O sufixo {-ry} tende a não ser empregado nesse verbo quando não há um destino específico ou quando o destino não é importante no contexto dado. No último caso, o sentido do verbo corresponde a 'sair' ou 'ir embora' em português. No entanto, outros fatores mais discursivo-pragmáticos parecem estar associados ao uso da marca correferencial nesses verbos, e que ainda carecem de investigação.

(27) Uso da Marca Correferencial em Verbos Intransitivos Locativos em Textos

s-V		LOC			
a.	(i)	kune não	hỹ-sy-pe 2PL-ir-PFTV	ikirãa-mukary, aí-META	
		LOC	s-V-loc.o	S	V
	(ii)	<u>weraã</u> loc	kuna não	hỹ-sy-pe-ry... 2pl-ir-pftv-3m.o	ynuwa 3pl sa ir
		'Não vão pra lá, não vão lá. Aí (já de manhã) elas saíram'.			
		s-V-loc.o			
b.	hãty	kanany-iuka-ra	u-sa-ry		
	um	ano-loc-foc	3f-ir-3m.o		
	'Ela vai (lá) no outro ano.'				
		meta	s-V-o		
c.	u-tikinhi	py-sa-ry			
	3f-atrás	2f-ir-3m.o			
	'Vá atrás dela.'				

Outros verbos que seguem o padrão intransitivo locativo são yna 'vir' (28a-b) e awa 'ficar, existir' (c-e). O verbo yna é marcado por {-ry} em (28a), mas não em (28b). O verbo awa é marcado por {-ry} em (28c) e em suas primeira e última ocorrências em (28d), mas não em sua segunda ocorrência em (28d):

## (28) Outros Verbos Intransitivos Locativos

- s-V-loc.o
- a. u-yna-ry  
3f-vir-3m.o  
'Ela voltou.'
- b. kuna mitxi s-V LOC  
não primeiro u-yna wai  
3f-vir aqui  
'Ela nunca veio aqui.'
- c. iie nu-ymatykyru LOC S V-loc.o  
esse 1sg-avô awapuku nuta awa-ry  
1sg ficar-o  
'Eu vou ficar na aldeia do meu avô.'
- d. txaimary ASSOC ASSOC V-o ASSOC s-V-o  
assim ywa-katika nh-ithary-kata awa-ry; ny-wākatati-kata n-awa  
3m.sg-assoc 1sg-primo-assoc ficar-m.o 1sg-xará-assoc 1sg-ficar
- S-V-o LOC  
n-awa-ry wai nh-ithary-takute  
1sg-ficar-3m.o aqui 1sg-primo-perto  
'Assim, estou com ele, o meu primo; estou com o meu xará... estou aqui, perto do meu primo.'

Tratamos esses verbos como membros de uma terceira subclasse intransitiva, distinta dos verbos intransitivos padrão e dos verbos descritivos, em função de admitirem um segundo argumento (locativo) e a presença da marca de correferencialidade de objeto (limitada a terceira pessoa masculina),

### *Verbos Transitivos*

Diferentemente dos verbos intransitivos, os verbos transitivos admitem um SN objeto como segundo argumento (não locativo) nuclear; apresentam marcas de correferencialidade de objeto (listadas na Tabela 1); e, em alguns casos, um segundo objeto. Como antecipado

em (11), tais características nos permitem identificar dois tipos de verbos transitivos: transitivos padrão e ambiditranstivos.

## (29) Verbos Transitivos Padrão e seus Argumentos Nucleares

- |    |                               |        |      |  |            |
|----|-------------------------------|--------|------|--|------------|
|    | O                             |        | S    |  | V          |
| a. | kema                          | kywy   | mipa |  | etama-ta   |
|    | anta                          | cabeça | Mipa |  | olhar-vblz |
|    | 'Mipa olha a cabeça da anta.' |        |      |  |            |
- 
- |    |                                |  |             |  |         |
|----|--------------------------------|--|-------------|--|---------|
|    | S                              |  | V-o         |  | O       |
| b. | anãpa                          |  | akytsape-ry |  | n-yry   |
|    | cachorro                       |  | morder-3m.o |  | 1sg-pai |
|    | 'O cachorro mordeu o meu pai.' |  |             |  |         |
- 
- |    |                                      |  |                   |  |                |
|----|--------------------------------------|--|-------------------|--|----------------|
|    | s-V-o                                |  | O                 |  |                |
| c. | pi-iaikiruky-ta-ry                   |  | <u>a-nyrymane</u> |  | <u>awinhi.</u> |
|    | 2sg-arrodear-vblz-3m.o               |  | 1pl-parente       |  | casa           |
|    | 'Arrodeará a casa do nosso parente.' |  |                   |  |                |
- 
- |    |                             |  |                   |
|----|-----------------------------|--|-------------------|
|    | S                           |  | V-o               |
| d. | kaikiripe                   |  | akatsawari-ta-nu. |
|    | jacaré                      |  | morder-vblz-1sg.o |
|    | 'O jacaré quase me mordeu.' |  |                   |
- 
- |    |  |               |  |            |
|----|--|---------------|--|------------|
|    |  | O             |  | s-V        |
| e. | iie                                    | a-mekanhirura |  | ny-myna    |
|    | dem                                    | 1pl-neta      |  | 1sg-trazer |
|    | 'Foram as minhas netas que eu trouxe.' |               |  |            |
- 
- |    |                             |  |                      |  |            |
|----|-----------------------------|--|----------------------|--|------------|
|    | O                           |  | s-V                  |  | S          |
| f. | u-tywi                      |  | <u>u-makatxakape</u> |  | <u>uwa</u> |
|    | 3F-coisa                    |  | 3F-tirar             |  | 3sg.F      |
|    | 'Ela tirou as coisas dela.' |  |                      |  |            |
- 
- |    |                 |
|----|-----------------|
|    | s-V-o           |
| g. | nhi-nhikape-ry  |
|    | 1sg-comer-3m.o  |
|    | 'Eu já o comi.' |

Verbos transitivos padrão exigem, além do SN sujeito (mipa em 29a, anãpa em 29b, kaikiripe em 29d), um SN objeto (kema kywy em

29a, iie amekanhirura em 29e, utywi em 29f); ou apenas as suas marcas correferenciais correspondentes (pi em 29c, ny em 29e, nhi e ry em 29g); ou combinações desses SN em posição pós-verbal e suas marcas correferenciais (ry e nyry em 29b, ry e anyrymane awinhi em 29c, u e uwa em 29f; formas correferenciais são sublinhadas). Ocorrências simultâneas de ambos SN sujeito e objeto são bem raras, e quando atestadas a ordem é OSV, como vemos em (29a) onde kema kywy funciona como objeto e mipa como sujeito. Portanto, quando o SN sujeito ou objeto ocorre após o verbo, a marca correferencial correspondente é empregada no verbo. Além disso, na presença de marcas correferenciais correspondentes, SN sujeito ou SN objeto, são sintaticamente opcionais, e sua presença (ou não) é determinada por aspectos discursivo-pragmáticos (não tratados neste trabalho). Com o fim de focar apenas os aspectos morfológicos relevantes, em (29) e nos demais dados que seguem, identificamos através de segmentação e glosa apenas os morfemas relevantes à transitividade verbal.

Fugindo do padrão dos verbos transitivos, alguns verbos usualmente requerem três argumentos semânticos: o agente (argumento causador volitivo da ação), o tema (argumento afetado pela ação deslocando-se física ou metaforicamente no espaço) e o argumento recipiente, beneficiário ou locativo. Esses verbos podem ter o SN recipiente/beneficiário/locativo marcado por uma posposição, como acontece com pitamukary e iie takariaã em (30). Como frequentemente apenas o sujeito e um segundo argumento (em geral o recipiente/beneficiário) são sintaticamente expressos em cada sentença, esses verbos são denominados de ambiditransitivos (anteriormente chamados “potencialmente ditransitivos”, Facundes 2000).

### (30) Verbos Ambiditransitivos com Recipientes Marcados por Preposições

	s-V-o	O	REC	
a.	ny-syka- <u>ru</u>	<u>ny-serepi</u>	pita-mukary	
	1SG-dar-3F.O	1SG- flecha	2SG-para	
	'Eu te dei minha flecha.'			

	S	V-o	O	LOC
b.	atha	taka-ny- <u>ry</u>	<u>kumerype</u>	iie takatari-ã.
	1pl	colocar-novamente-3m.o	massa.de.mandioca	esse forno-loc
	'Nós colocamos a massa de mandioca de novo no forno.'			

Entre esses verbos, *syka* ‘dar’ (31a-b) e *waraka* ‘ensinar’ (31c) podem empregar marcas correferenciais para marcar recipientes/beneficiários (mas não locativos). Em (31a), as marcas de correferencialidade {u-} e {ry} são empregadas no verbo auxiliar, *txa* (fato que ocorre quando um verbo auxiliar está presente em uma sentença), e {-ry} corresponde ao argumento beneficiário. Nos casos em que o recipiente/beneficiário é marcado pela forma correferencial no verbo, o tema (quando explicitamente manifesto) é expresso por um SN, como *kutary* em (31a-b) e *nhimatuyre* em (31c). Como acontece com os demais verbos na língua, nos verbos ambiditransitivos a presença de uma marca correferencial no verbo torna sintaticamente opcional a presença do SN correspondente, inclusive o SN recipiente/beneficiário, como podemos ver em (31a-b) onde o SN recipiente não está explicitamente expresso. Em (31d) vemos ainda que quando o SN tema *iākita* ‘sabedoria’ é incorporado no verbo *kamata* ‘fazer’, a forma correferencial no verbo pode marcar recipiente / beneficiário.

### (31) Verbos Ambiditransitivos com Marcas Correferenciais de Objeto

- a.           V           s-AUX-o.rec   O  
           syka       u-txa-ry       kutary  
           dar       3f-aux-o.m     paneiro  
           ‘Ela deu o paneiro para ele.’
- b.           O           s-V-o.rec  
           kutary     u-syka-pe-nu  
           paneiro   3f-dar-pftv-1sg.o  
           Ela me deu o cesto.’
- c.           S           V-o.rec       O.REC   O  
           nuta       waraka-i       hīte     nh-imatuyre  
           1sg       ensinar-3o     2pl     1sg-conhecimento  
           ‘Eu lhes ensino o meu saber’
- d.           s-V-o.incorp-o.rec                           O.REC  
           ny-kama-iākya-ta-i                           hīte  
           1sg-fazer-sabedoria-VBLZ-2PL.OREC       2PL  
           ‘Ensino vocês’

Portanto, os verbos ambiditransitivos se diferenciam dos verbos transitivos padrão, já que somente aqueles admitem um terceiro argumento acompanhado da marca de correferencialidade de objeto empregada no verbo.

### *Considerações finais*

Com base nos dados descritos acima, concluímos que verbos intransitivos e transitivos em Apurinã podem ser divididos em subtipos que incluem aqueles que recebem marcações canônicas (Aikhenvald, Dixon e Onishi, 2001) e aqueles que são marcados não canonicamente. Aqueles canonicamente marcados consistem em intransitivos padrão cujo único argumento é marcado da mesma forma que o argumento sujeito dos verbos transitivos, e dos transitivos padrão cujo argumento sujeito é marcado da mesma forma que o argumento sujeito do verbo intransitivo e cujo segundo argumento nuclear é marcado de forma distinta do argumento sujeito transitivo e do argumento sujeito intransitivo. Já os verbos marcados não canonicamente consistem em verbos intransitivos cujo único argumento é marcado da mesma forma que o argumento objeto do verbo transitivo, de verbos intransitivos que semanticamente exigem um argumento locativo que pode ser acompanhado da marca correferencial de terceira pessoa masculina objeto no verbo, e dos verbos transitivos ambiditransitivos que admitem um terceiro argumento que pode ser expresso com a marca correferencial de argumento objeto.

A motivação da cisão entre os verbos intransitivos está no aspecto lexical, de modo que verbos descritivos que expressam estados transitórios seguem o padrão canônico com o argumento marcado como sujeito, enquanto que os verbos descritivos que expressam estados mais duradouros ou permanentes seguem o padrão não canônico em que o argumento é marcado como objeto. Entre os verbos transitivos, os verbos não canônicos consistem naqueles que semanticamente exigem um argumento recipiente/beneficiário que pode ser marcado da mesma forma que o argumento objeto. Portanto, os diferentes padrões de marcação que evidenciam distintas classes verbais podem ser entendidos como motivados pela natureza semântica dos verbos envolvidos. Nos casos em que esses verbos admitem marcações ca-

nônicas e não canônicas, tais marcações assumem funções discursivo-pragmáticas – que ainda carecem de uma análise mais sistemática.

Finalmente, verbos para conceitos como ‘quebrar’, ‘comer’, ‘beber’, ‘abrir’ etc. que são classificados como ambitransitivos em várias línguas por admitirem usos sem o objeto (cf. Quebrei o vidro vs. O vidro quebrou) não formam uma classe distinta das demais em Apurinã. Alguns desses verbos na língua apresentam duas formas lexicais distintas, sendo uma transitiva e outra intransitiva, ou admitem o uso de sufixos aplicativos, recursos que permitem à língua expressar conteúdos similares àqueles dos verbos ambitransitivos em outras línguas.

### *Bibliografia*

- ABERDOUR, K. (1985). “Referential devices in Apurinã discourse.” *Porto Velho working papers*. Brasília: David Fortune, SIL, pp. 43-91.
- BARRETO, Érica (2006) *Variação em Apurinã: aspectos linguísticos e fatores condicionantes*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará.
- BRANDÃO, Ana Paula Barros (2006). *Dicionário da fauna e flora Apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará.
- CHAGAS, Angela (2004). *Classificação das palavras descritivas Apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Aspectos semânticos, morfológicos e morfossintáticos das palavras descritivas Apurinã*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará.
- COMRIE, B. (1976). *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Language universals and linguistic typology*. Oxford, Brasil Blackwell.
- DIXON, Robert M.W. (1994). *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1997). *The rise and fall of languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DRYER, Matthew S. (no Prelo). “Descriptive theories, explanatory theories, and basic linguistic theory”, in: AMEKA, Felix; DENCH, Alan e EVANS,

- Nicholas (eds.) *Catching language: issues in grammar writing*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- FACUNDES, Sidney da Silva (2000a). "On argument expression in Apurinã (Arawak)", in: VOORT, Hein van der e KERKE, Simom van de (eds.) *Indigenous languages of lowland South America*. The Netherlands: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS), Universiteit Leiden, pp. 265-296.
- \_\_\_\_\_. (2000b). *The language of the Apurinã people of Brazil (Arawak)*. Unpublished Ph.D Dissertation. Buffalo: SUNY.
- \_\_\_\_\_. (2002). "Morfemas flutuantes em Apurinã (Aruák)." *LIAMES*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (2004). "Estatuto de formas pronominais em Apurinã (Aruák)." *Boletim do GELCO II*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, pp. 815-823.
- \_\_\_\_\_. (2006). "Estratégias de relativização em Apurinã (Aruák)." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, vol. 1, n.º 1. Belém: MPEG.
- GIVÓN, T. (2001). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: Jonh Benjamins Publishing Company.
- PICKERING, Wilbur and Pickering, Ida (1971). "Apurinã Grammar." Tese de Mestrado. Arquivo Linguístico Nr. 008. Brasília: SIL.
- SOUSA, Elziana (2004). *Um estudo preliminar sobre o gênero em Apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará.
- VITAL DE CASTRO, Thiago Pereira. (2006). *Uma proposta Preliminar de Tipologia Textual para a Língua Apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará.



## *Abreviações e símbolos*

#:	fronteira de palavra
ASSOC:	associativo
AUX:	verbo auxiliar
BEN:	beneficiário
REC:	recipiente
DEM:	demonstrativo
F:	feminino
FOC:	foco
FUT:	futuro
LOC:	locativo
IMPFTV:	imperfectivo
INCORP:	incorporado
INTR:	intransitivizador
M:	masculino
N:	nome
NC:	nome classificatório
NEG:	negação
N.POS:	não possuído
O:	objeto
PFTV:	perfectivo
PL:	plural
POS:	possuído
PRED:	predicado
R:	raiz
RELZ:	relativizador
S:	sujeito
SG:	singular
V:	verbo
VBZ:	verbalizador

Com exceção dos seguintes símbolos, os demais símbolos usados na transcrição dos dados seguem as convenções do International Phonetic Alphabet (IPA): y: vogal alta central não arredondada, nh: consoantes alveopalatal, x: sibilante alveopalatal; th: consoante pós-alveolar e levemente palatal; tx: africada alveopalatal.



## ESTRUTURA ARGUMENTAL EM DUAS LÍNGUAS DA FAMÍLIA TUKANO ORIENTAL: KOTIRIA (WANANO) E WA'IKHANA (PIRATAPUYO)<sup>1</sup>

*Kristine Stenzel*

### *Introdução*

As línguas da família Tukano Oriental (TO) são faladas na bacia do Rio Uaupés no noroeste amazônico, na região da fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Esta é uma região conhecida por seu multilinguismo, resultante de um contato intenso entre os falantes de línguas de três famílias distintas, seja através de normas sociais de casamento exogâmico – entre grupos ribeirinhos TO e Aruák – ou através de relações de troca de bens e serviços – entre os grupos TO e os grupos Nadahup (Makú).<sup>2</sup>

1. A pesquisa das línguas Kotiria (Wanano) e Wa'ikhana (Piratapuyo) recebeu apoio financeiro do Endangered Languages Fund, da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, da National Science Foundation (grant 0211206), da NSF/NEH Documenting Endangered Languages Program (FA-52150-05), do CNPq, e do Hans Rousing Endangered Languages Documentation Program–SOAS/University of London (MDP-0155), bem como apoio institucional e logístico no Brasil do Instituto Socioambiental e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Programa de Pós-Graduação em Linguística).
2. Os grupos TO são os Bará (Waimajã), Barasana/Eduria (Taiwano), Desano, Karapana, Kotiria (Wanano), Kubeo, Makuna, Pisamira, Siriano, Retuarã/Tanimuka, Tatuyo, Tukano, Tuyuka, Wa'ikhana (Piratapuyo) e Yurutí. Os grupos Aruák são os Baniwa/Kurripako, Kawayari, Tariana, e Yukuna. Os grupos Nadahup são os Hup, Yuhup,

Línguas TO são tipologicamente nominativo-acusativas e exibem padrões misturados de marcação de argumentos. Há *head marking* do sujeito através de morfemas *portmanteau* que exprimem informação de categorias gramaticais como pessoa, gênero, número, tempo/aspecto e modalidade oracional, e há *dependent marking* de todos os outros argumentos.<sup>3</sup> A estrutura argumental das línguas TO conta, em geral, com um conjunto pequeno de casos marcados morfológicamente: um único caso “locativo”, um caso “instrumental/comitativo”, e um caso “objetivo” abrangente cujo marcador *-de/re*<sup>4</sup> ocorre sufixado tanto a objetos de verbos transitivos e ditransitivos quanto a alguns argumentos locativos de verbos de movimento (oblíquos) e a expressões temporais (adjuntos). A marcação de objetos ocorre de forma diferencial (um fenômeno conhecido na literatura como “Differential Object Marking” ou DOM), em decorrência de distinções de referencialidade baseada em definitude e animacidade. Os dados apresentados são das línguas Kotiria (Wanano) e Wa’ikhana (Piratapuyo),<sup>5</sup> línguas-irmãs que formam um subgrupo (KOT/WAI) dentro da família Tukano Oriental.

A parte 1 desse artigo mostra o padrão nominativo-acusativo das línguas TO, exemplificando o seu sistema misturado de *head/dependent marking*, e descreve a estrutura argumental das línguas Kotiria e Wa’ikhana, explicitando o mapeamento entre os papéis gramaticais e semânticos dos participantes nominais e os casos marcados, e mos-

- 
- Dâw, e (talvez) Kakua. Utilizamos o termo Nadahup para a família seguindo Epps (2008), já que a denominação mais conhecida, “Makú”, é considerada pejorativa.
3. *Head-marking* é definido como a marcação da relação sintática no núcleo do sintagma; neste caso, é a identificação morfológica do sujeito na palavra verbal. *Dependent-marking* é a marcação da relação sintática no elemento dependente, como o uso do sufixo de caso “objetivo” nos objetos direto e indireto em línguas TO. Morfemas *portmanteau* expressam simultaneamente mais de um tipo de informação gramatical, sem serem internamente segmentáveis.
  4. Nesse trabalho, a letra “r” nas representações de Kotiria e Wa’ikhana corresponde a um tepe alveolar [r].
  5. Estes dois grupos são conhecidos por vários nomes na região e na literatura: Wanano/Uanano/Guanano e Piratapuyo. No entanto, lideranças das comunidades, junto a diretores, professores e alunos das escolas indígenas, têm optado pela adoção do uso exclusivo de seus nomes tradicionais, Kotiria “povo d’água”, e Wa’ikhana “povo peixe” para referência étnica e linguística, pedindo que pesquisadores e outros assessores externos respeitem e apoiem essas importantes decisões políticas como expressão de auto-determinação e de valorização cultural. Acatamos esses pedidos nesse artigo.

trando alguns traços sincrônicos que constituem inovações internas ao subgrupo KOT/WAI. A parte 2 focaliza os detalhes do caso “objetivo”, descrevendo os vários tipos de constituintes marcados pelo morfema multifuncional *-de/re*. A parte 3 mostra que no caso de objetos, a interação de critérios sintáticos, semânticos e de ordem de constituintes resulta num sistema de marcação diferencial (DOM). A parte 4 propõe uma hipótese explicativa do desenvolvimento diacrônico do sistema, discute os casos “locativo” e “instrumental/comitativo”, e oferece uma visão comparativa entre as estruturas argumentais de línguas TO e as de algumas outras línguas faladas na mesma região geográfica, considerando a possibilidade de adequação estrutural areal através de contato.

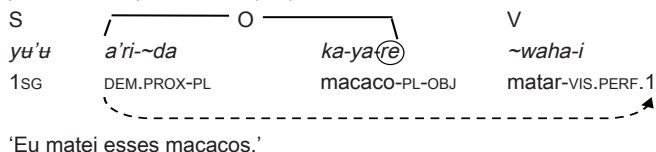
### *O perfil tipológico das línguas Tukano Oriental*

As línguas TO são reconhecidamente do tipo nominativo-acusativo (Aikhenvald 2007; Gomez-Imbert 2011), e exibem padrões misturados de marcação dos participantes nominais em termos de suas funções gramaticais. Nos exemplos (1)-(4) vemos que não há marcação morfológica do sujeito (S) nominal; tampouco há diferenciação entre sujeitos de orações intransitivas (1) e (3) e transitivas (2) e (4) ou entre sujeitos de verbos ativos e de verbos de estado, como ocorre nas línguas Aruák faladas na mesma região (Aikhenvald 2007, p. 244). A identificação do sujeito se dá através de morfemas *portmanteau* que ocorrem como sufixos finais do verbo. No subgrupo KOT/WAI, esses sufixos exprimem concordância da categoria de pessoa do sujeito (sem distinção de número), informações das categorias de aspecto (perfectivo/imperfectivo) e de modalidade oracional, que, em (1)-(4), é da categoria de evidência *visual* (ver detalhes em Stenzel 2006, 2008a).

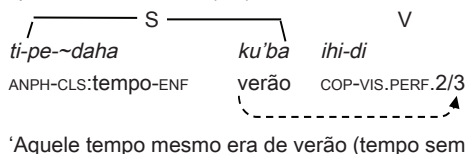
- (1) *yɥ'ɥ hiha koiro.* (KOT)<sup>6</sup>  
 S V  
*yɥ'ɥ hi-ha ko-iro*  
 1SG COP-VIS.IMPERF. 1 parente-NOM.SG  
 -----  
 'Sou seu parente.'

6. A primeira linha de cada exemplo utiliza a ortografia prática atualmente adotada para cada língua (KOT ou WAI). Na segunda linha, de segmentação morfológica,

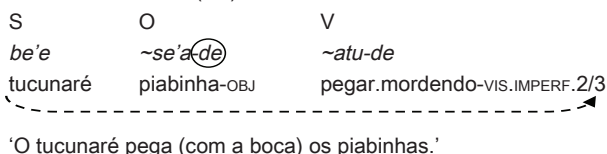
- (2) *yʉ'u a'rina kayare wāhai.* (KOT)



- (3) *tipenaha ku'ma ihidi.* (WAI)



- (4) *be'e se'āde atūde.* (WAI)



Na maioria das línguas TO, os paradigmas de marcadores de categorias evidenciais (uma das quatro subcategorias de modalidade oracional) são mais complexas do que no subgrupo KOT/WAI, pois codificam também informações de gênero, número e tempo (ao invés de aspecto). Podemos ver o contraste paradigmático nas tabelas 1 e 2, que mostram, respectivamente, os sufixos da categoria *visual* em Kotiria/Wa'ikhana e em Tukano, uma outra língua irmã. A neutralização das distinções de gênero e número, e o desenvolvimento de uma distinção primeira/não-primeira pessoa (o padrão geral TO sendo terceira/não-terceira pessoa) na categoria de evidência *visual*, são traços distintivos do subgrupo KOT/WAI.<sup>7</sup>

indica-se os morfemas nasalizados com ~ precedente, e em ambas as linhas, ' indica uma oclusão glotal. Na terceira linha ofereço uma tradução livre da frase. Os exemplos provêm dos meus acervos de dados primários, coletados em campo com os Kotiria e Wa'ikhana entre 2000 e 2010.

7. Porém, devemos notar que tanto em Kotiria quanto em Wa'ikhana, há um segundo paradigma de morfemas que concordam com o sujeito. Estes morfemas são utilizados em construções verbais em afirmações irrealis (outra categoria de modalidade oracional) e em nominalizações, e são claramente remanescentes do padrão TO geral. Nesse segundo paradigma, são retidas informações relativas a gênero e número, bem como o contraste entre terceira/não-terceira pessoa encontrado de forma geral em outras línguas TO. Para maiores informações, ver capítulo 10 de (Stenzel 2013).

Tabela 1. Sufixos da categoria evidencial *visual* no subgrupo KOT/WAI

	peessoa	1	2/3
	aspecto	PERF IMPERF	PERF IMPERF
KOTIRIA		<i>-i</i> <i>-ha</i>	<i>-re</i> <i>-ra</i>
WA <sup>1</sup> IKHANA		<i>-u</i> / <i>-i</i> <i>-aha</i>	<i>-di</i> <i>-de</i>

Tabela 2. Sufixos da categoria evidencial *visual* em Tukano (Ramirez 1997, p. 120)

PRESENTE				PASSADO RECENTE				PASSADO REMOTO			
1/2	3MSG	3FSG	3PL	1/2	3MSG	3FSG	3PL	1/2	3MSG	3FSG	3PL
-'	-mi	-mo	-ma	-a-pi	-a-mi	-a-mo	-a-ma	-wĩ	-wõ	-wã	-wi

Os exemplos (2) e (4) acima também mostram que objetos de verbos transitivos tendem a ocorrer em posição pré-verbal e levam o marcador de caso objetivo *-de/re*.<sup>8</sup> Assim, no VP, o sujeito é *head-marked* por morfologia de concordância enquanto o(s) objeto(s), e, como veremos, outros tipos de argumentos e adjuntos, são *dependent-marked* por recursos morfológicos.

Outro traço tipológico de línguas TO é que estas codificam um conjunto limitado de funções gramaticais por meio de um conjunto ainda menor de marcadores. Na tabela 3 vemos as estruturas argumentais de várias categorias de verbos em Kotiria e Wa'ikhana, com indicação dos papéis gramaticais (PG) e semânticos (PS) dos participantes prototipicamente associados a cada categoria, bem como os meios de marcação utilizados (M). Os papéis semânticos – agente, causa, paciente, experienciador, beneficiário, receptor, comitativo, instrumento, locativo (alvo) e temporal – se associam a um número muito menor de papéis gramaticais: os argumentos sujeito (S), objeto (O) e oblíquo (OBL),<sup>9</sup> e os adjuntos locativo, temporal, comitativo e instrumento. Como já foi mencionado, os meios utilizados para indicar relações gra-

8. Em Kotiria, [d] e [r] ocorrem em distribuição complementar: [d] em início de palavra/raiz e [r] em posição interna/intervocálica; portanto, o marcador de caso objetivo ocorre sempre como /re/ (com alofone [rẽ] em ambientes nasais). O mesmo processo de flapping ocorre também em Wa'ikhana, porém inconsistentemente, tendo como resultado duas variantes [de]~[re] em ambientes orais ([nẽ]~[rẽ/ẽ] em ambientes nasais). Identifico o morfema em WAI pela sua forma subjacente /de/ apesar de ser grande a frequência do alofone [re] entre falantes.
9. O termo “oblique” é utilizado exclusivamente para locativos marcados como argumentos pela combinação de sufixos locative e objetivo *-pu-de/re*, assim diferenciando *argumentos* locativos de *adjuntos* locativos, que levam apenas os sufixos locativos *-pu/-i*.

maticais são, para o sujeito, morfologia de concordância no verbo, e, para todos os outros participantes nominais – argumentos ou adjuntos – morfologia de caso.

Tabela 3. Estrutura argumental de verbos em Kotiria e Wa'ikhana

ARGUMENTOS				
CLASSE DO VERBO	PG: SUJEITO M: concordância	PG: OBJETO <sub>1</sub> M: (-de/re)	PG: OBJETO <sub>2</sub> M: -de/re	PG: OBLÍQUO M: -pu-de/re
INTRANSITIVO				
DE ESTADO	PS: paciente			
ATIVO/MOVIMENTO	PS: agente			
PERCEPÇÃO/ PROCESSOS MENTAIS	PS: experienciador			
TRANSITIVO				
ATIVO	PS: agente/causa	PS: paciente		
PERCEPÇÃO/ PROCESSOS MENTAIS	PS: experienciador	PS: paciente		
COMPLEXO	PS: agente	PS: paciente	PS: recep/ ben	PS: loc-alvo "alativo" (KOT)
NÃO-PROTOTÍPICOS				
TRANS. DE ESTADO	PS: paciente			PS: loc-ref.
TRANS. DE MOVIMENTO	PS: agente			PS: loc-alvo "alativo" (KOT)
ADJUNTOS				
PS: LOCATIVO M: -pu/-i		PS: TEMPORAL M: (-pu)-de/re	PS: COMITATIVO/INSTRUMENTO M: --be're (KOT) --be'da (WAI)	

NOTA: PG = papel gramatical; PS = papel semântico; M = tipo de marcação

### O caso “objetivo” e o marcador multifuncional –de/re

Vemos na tabela 3 que um único morfema, –de/re, é utilizado tanto em Kotiria quanto em Wa'ikhana, com cognatos em todas as línguas TO (ver tabela 5 na parte 4), como uma espécie de marcador de caso multiuso. Este morfema marca não apenas argumentos gramaticais obrigatórios – o(s) objeto(s) de verbos transitivos simples ou ditransitivos complexo – mas também constituintes temporais e constituintes locativos em construções transitivas não-prototípicas, envolvendo verbos de estado ou de movimento. Exemplificamos cada caso a seguir.



## Argumentos de orações transitivas simples

Entendemos que um verbo transitivo requer dois argumentos nominais, o primeiro com o papel gramatical de sujeito (S) e o segundo com o papel gramatical de objeto (O). Um verbo transitivo prototípico expressa uma ação e o seu argumento S tem o papel semântico de agente, sendo S aquele que incita ou executa a ação, como em (5) e (6), de Wa'ikhana, com os verbos ativos *i'ya* “comer” e *~kee* “cortar”.<sup>10</sup>

- (5) *tikido aburide i'ya*. (WAI)  
 S O V  
*ti-kido* ***abu-ri-de*** *i'ya-aga*  
 ANPH-SG resíduo-PL-OBJ comer-ASSERT.IMPERF  
 ‘Ele (um tipo de peixe) come os resíduos (no fundo do rio).’

- (6) *tuude keẽu*. (WAI)  
 S O V  
 Ø ***tuu-de*** *~kee-u*  
 tronco-OBJ cortar-VIS.PERF.1  
 ‘Derrubamos (cortando) a árvore.’

O segundo argumento em uma oração transitiva prototípica com um verbo ativo é um objeto (O), que na maioria dos casos tem o papel semântico de paciente *afetado* ou *modificado* pela ação expressa pelo verbo: os “macacos” em (2), as “piabinhas” em (4), e os “resíduos” e a “árvore” em (5) e (6). Podemos contrastar estes objetos afetados com os objetos de verbos de percepção sensorial ou de processos mentais (cujos argumentos S são experienciadores), que são participantes *não afetados* como resultado da ação expressa pelo verbo. Em (7), o verbo de percepção *~yu* “ver” tem um objeto paciente não-afetado *ti-ro-re* “ele”; o verbo em (8) *chu-dua-~ba* “querer/desejar comer” pertence à categoria de verbos de processos mentais, e o seu objeto, *waso-re* “fruta da seringueira” é também um paciente não-afetado.

10. Nos casos de sujeitos de verbos transitivos sem agentividade (por exemplo, se no exemplo (6) tivesse sido o *vento* que derrubou a árvore) o papel semântico do sujeito seria o de “causa”.

(7) *ñua tirore. phiro khōaa.* (KOT)

S	V		O
Ø	~yɥ-a	<b>tí-ro-re</b>	phi-ri-ro ~khoa-a
	ver-ASSERT.PERF	ANPH-SG-OBJ	ser.grande-NOM-SG estar.deitado-ASSERT.PERF

‘(Ele) o viu. O (curupira) grandalhão estava estirado (no chão).’

(8) *yɥ’u wahsore chuduamaka.* (KOT)

S	O	V
yɥ’u	<b>waso-re</b>	chu-dua-~ba-ka
1SG	fruta.seringa-OBJ	comer-DESID-FRUS-ASSERT.IMPERF

‘Queria comer fruta da seringueira.’

Uma revisão dos constituintes O até agora exemplificados mostra que não há restrições quanto aos tipos de nominais que podem ser marcados como exercendo o papel gramatical de objeto: podem ser das classes semânticas de nomes animados – “macacos”, “piabinhas”, e “o (curupira) grandalhão” ou inanimados – “resíduos”, “árvore” e “fruta da seringueira”. Em termos formais, podem ser nomes lexicais, como em (4)-(6) e (8), pronomes, como em (7), ou sintagmas nominais mais complexos, como em (2). Confirmamos também as tendências notadas anteriormente, de que objetos ocorrem mais frequentemente em posição imediatamente pré-verbal (exemplo (7) exibindo uma ordem alternativa menos comum) – e são marcados pelo sufixo *-de/re*.

### *Argumentos de orações transitivas complexas*

Verbos ditransitivos, ou “complexos”, têm estruturas argumentais com três participantes: o sujeito e dois objetos, ou o sujeito, um objeto e um oblíquo (locativo). O verbo Kotiria *wa* “dar” (9)-(10) é um exemplo prototípico de um verbo ditransitivo com dois objetos. Verbos do tipo “dar” se referem a eventos nos quais o S agentivo movimenta ou transforma um objeto paciente (O<sub>pac</sub>, normalmente inanimado, que chamaremos de “objeto direto”) até, ou em benefício a, um segundo objeto (normalmente animado, que chamaremos de “objeto indireto”) com papel semântico de “receptor” ou “beneficiário” (O<sub>rec/ben</sub>). Vemos que em Kotiria, os dois objetos são marcados pelo sufixo *-re*.<sup>11</sup>

11. Adotamos a terminologia “objeto direto” e “objeto indireto” somente para facilitar o reconhecimento da distinção, em termos de papéis semânticos, entre os dois ob-

- (9) *mu'u yahiripho'nare yu'ure waga.* (KOT)

	O <sub>pac</sub>	O <sub>rec</sub>	V
<b>~bu'u</b>	<b>yahiri-pho'da-re</b>	<b>yu'u-re</b>	<b>wa-ga</b>
2SG(POSS)	coração-OBJ	1SG-OBJ	dar-IMPER
'Dê-me seu coração.'			

- (10) *tiore ture waa.* (KOT)

S	O <sub>rec</sub>	O <sub>pac</sub>	V
Ø	<b>ti-ro-re</b>	<b>tu-re</b>	<b>wa-a</b>
	ANPH-SG-OBJ	pau-OBJ	dar-ASSERT.PERF
'(O curupira) deu a ele (o homem) um pau (mágico).'			

Tanto em Kotiria quanto em Wa'ikhana, é também possível modificar a estrutura argumental de um verbo transitivo simples, aumentando a sua valência através do uso de um marcador benefactivo *-bosa* (cognato nas duas línguas), como vemos em (11). Nesse exemplo elicitado, o verbo *do'a* "cozinhar" é redefinido como ditransitivo através do uso dessa raiz em uma construção de raízes serializadas, indicando que a ação do verbo é feita especificamente em benefício de alguém. Notamos que em (9)-(11), tanto os objetos pacientes quanto os objetos beneficiários levam o mesmo sufixo *-re*.

- (11) *yu'u wa'ire do'abosaita mu'ure.* (kot)

S	O <sub>pac</sub>	V	O <sub>ben</sub>
<b>yu'u</b>	<b>wa'i-re</b>	<b>do'a-bosa-i-ta</b>	<b>~bu'u-re</b>
1SG	peixe-OBJ	cozinhar-BEN-(1/2)MASC-INTENT	2SG-OBJ
'Vou cozinhar o peixe para você.' (forma da frase com falante masculino)			

No entanto, dois exemplos provindos de narrativas Wa'ikhana mostram que, diferente de Kotiria, em Wa'ikhana, nem sempre os dois objetos são marcados em construções ditransitivas. Em cada uma das orações em (12), o O<sub>pac</sub> (peixe) ocorre sem o sufixo *-de/re*, enquanto o O<sub>rec</sub> é marcado. Em (13), um exemplo de fala natural com o benefactivo *-bosa*, somente o O<sub>ben</sub> leva o marcador *-de/re*; o O<sub>pac</sub> (canoa) não é marcado. Esses exemplos sugerem que, em Wa'ikhana, há maior flexibilidade de marcação de objetos em construções ditransitivas, com uso obrigatório do sufixo de caso objetivo somente nos constituintes no

jetos de um verbo ditransitivo. Devemos notar, no entanto, que o mesmo marcador morfológico de caso *-de/re* é utilizado para ambos.

papel de O<sub>rec/ben</sub>. Veremos na parte 4.3 que tal distinção ocorre também em outras línguas da região.

- (12) *uhkākikodgā tidode o'o, yu'u wehēdikina o'o, mahata a'taetii.* (WAI)

S	O <sub>pac</sub>	O <sub>rec</sub>	V
Ø	<b>~uka-kido~ga</b>	<b>ti-do-de</b>	<i>o'o</i>
	UM-SG-DIM	ANPH-SG-OBJ	dar

	O <sub>pac</sub>	V (e)	V
<b>yu'u</b>	<b>~wehe-di~kida</b>	<i>o'o</i>	<b>~baha-a'ta-eti-i</b>
1SG.POSS	matar-NOM-PL	dar	subir-Vir-IMPERF-VIS.PERF.1

‘Eu dei um peixinho para ele, dei meus peixes todos, (e) vim subindo.’

- (13) *mu'u yu'ude yuhkusa uhkādīa yeebosaedaboari?* (WAI)

S	O <sub>ben</sub>	O <sub>p</sub>	V
<b>~bu'u</b>	<b>yu'u-de</b>	<b>yuku-sa</b>	<b>~uka-dīa</b>
2SG	1SG-OBJ	árvore-CLS:OCO	um-CLS:canoa

‘Não poderia fazer uma canoa para mim?’

Verbos de movimentação de objetos do tipo “trazer/levar” são ditransitivos em Kotiria, mas, curiosamente, não parecem ser em Wa'ikhana. Verbos desse tipo denotam eventos nos quais um sujeito agentevo movimenta um objeto paciente até um alvo locativo específico. Em Kotiria e Wa'ikhana, tais eventos são expressos por construções formadas com o verbo *~da* (KOT) / *~dee* (WAI) “pegar/carregar”, que frequentemente ocorre serializado com outros verbos de movimento direcional, como vemos em (14)-(17). Os verbos *~da/~dee* não pedem obrigatoriamente um constituinte locativo (ver (32b) abaixo), mas, em Kotiria, se há um constituinte locativo identificado, este é sempre marcado pela combinação de sufixos locativo *-pu* e de caso objetivo *-re* (14)-(15). Essa combinação de sufixos indica que o nominal tem o papel gramatical de locativo oblíquo (e é um caso “alativo” em potencial).

É interessante notar que, na construção paralela em Wa'ikhana em (16), o constituinte locativo é marcado somente com o marcador locativo *-pu*. Precisamos de dados adicionais de Wa'ikhana e exemplos comparativos com outras línguas da família TO para podermos afirmar se essa diferença de marcação indica o desenvolvimento de um caso locativo oblíquo do tipo “alativo” em Kotiria, ou sua perda em Wa'ikhana.

- (14) *tiro nara tire tiphire wehsepure.* (KOT)

S	V	O		OBL
<i>ti-ro</i>	<i>~da-ra</i>	<i>ti-re</i>	<i>ti~phi-re</i>	<i>wese-pu-re</i>
ANPH-SG	pegar-VIS.IMPERF.2/3	ANPH-OBJ	ANPH-CLS:lâmina-OBJ	roça-LOC-OBJ

‘Ele sempre leva o facão para a roça.’

- (15) *to wa'ikiro wāhariroditare sã nathuai wu'upure.* (KOT)

O		S	V	OBL
<i>to</i>	<i>wa'i-kiro ~waha-ri-ro-dita-re</i>	<i>~sa</i>	<i>~da-thua-i</i>	<i>wu'u-pu-re</i>
DEF	animal-SG matar-NOM-SG-SOL-OBJ	1PL.EXC	pegar-voltar-VIS.PERF.1	casa-LOC-OBJ

‘Trouxemos para casa somente o animal morto.’

- (16) *... neemahawa'aye tee wu'upu.* (WAI)

S/O <sub>pac</sub>	V	LOC	
Ø	<i>~dee~baha-wa'a-aye</i>	<i>tee</i>	<i>wu'u-pu</i>
	pegar-MOV.para.cima-ir-ASSERT:PERF	até	casa-LOC

‘(O velho) levou (o homem que chegou de visita) até sua casa.’

Há alguns padrões que podemos identificar na ordem de constituintes nos exemplos com verbos ditransitivos e com constituintes locativos. Em primeiro lugar, aparentemente há maior flexibilidade no posicionamento de constituintes  $O_{rec/ben}$  do que de constituintes  $O_{pac}$ , que tendem a ocorrer na posição imediatamente pré-verbal. Em (9) e (12),  $O_{rec}$  ocorre entre  $O_{pac}$  e V; em (10) e (13),  $O_{rec/ben}$  antecede  $O_{pac}$  e V; e em (11),  $O_{ben}$  ocorre em posição pós-verbal. É provável que essa flexibilidade de ordenamento do objeto indireto de um verbo ditransitivo decorra do fato de que esse argumento ( $O_{rec/ben}$ ) consistentemente recebe o marcador de caso objetivo *-de/re*, identificando-o como argumento gramatical do verbo. Sabemos que em algumas línguas (Português e Inglês, por exemplo) é a ordem de constituintes que exerce essa mesma função de identificação de argumentos, e veremos na parte 3.1 abaixo que em línguas TO, a ordem de constituintes OV pode ter um papel secundário na identificação de um nominal (não-marcado morfologicamente) como objecto direto ( $O_{pac}$ ). No entanto, não há nenhuma evidência de que em línguas TO há uma ordem específica que identifique o objeto indireto. Esse é sempre identificado pelo marcador de caso, e seu posicionamento na oração é flexível. Já os constituintes locativos, sejam estes argumentos oblíquos ou adjuntos simples, tendem a ocorrer em posição pós-verbal.

Consideraremos agora alguns casos de verbos com estruturas argumentais não-prototípicas, especificamente verbos de estado e verbos de movimento que ocorrem com argumentos oblíquos (locativos marcados com *-pu-de/re*). Vimos em (14)-(15) que, em Kotiria, nominais locativos podem ser marcados como argumentos oblíquos de verbos ditransitivos do tipo “levar/trazer”. Locativos marcados com *-pu-re* também ocorrem em orações com verbos de estado e de movimento tipicamente *intransitivos*. Com verbos de movimento, o papel semântico do argumento locativo (marcado com *-pu-re*) é “alvo”, e com verbos de estado, o argumento locativo indica uma localidade de destacada referência no discurso.

Orações sintaticamente transitivas com verbos de estado indicam “estados de localização espacial”,<sup>12</sup> e o constituinte locativo funciona como um ponto de referência espacial significativo no discurso, ao qual o sujeito está diretamente relacionado (Givón 2001, p. 137). Construções desse tipo são altamente marcadas e relativamente raras, mas encontramos exemplos delas tanto em Kotiria quanto em Wa’ikhana. Pragmaticamente, tais construções estabelecem relações de deixis distante, de referência anterior ou de destacada importância no discurso, como vemos em (17) e (18).

Em (17), de um texto que descreve os hábitos das onças, o autor afirma que os animais caçados pela onça são aqueles que estão ou que ficam *topure nuhkupu* “lá no mato”. Ao marcar essa referência locativa com a combinação de sufixos *-pu-re*, indica-se que esse é o contexto espacial referencial básico, a partir do qual, de fato, todos os hábitos das onças devem ser entendidos. Em (18), um exemplo paralelo em Wa’ikhana, estabelece-se, através do constituinte oblíquo, uma referência espacial fundamental para a narrativa, em que o personagem principal faz uma longa viagem até a aldeia de um grupo de parentes para realizar uma troca de bens.

(17) *opure nuhkupu hiro wa’ikinare chura tiro yairo.* (КОТ)



12. “States of spatial location” no original.

O	V	S	
<i>wa'i-~kida-re</i>	<i>chu-ra</i>	<i>ti-ro</i>	<i>yai-ro</i>
animal-PL-OBJ	comer-VIS.IMPERF.2/3	ANPH-SG	onça-SG

'A onça come (outros) bichos estando/vivendo lá no mato.'

- (18) *tina topu nuhkupude so'õpu ihidi.* (WAI)

S	OBL			V
<i>ti-~da</i>	<i>to-pu</i>	<i>~duku-pu-de</i>	<i>~so'o-pu</i>	<i>ihidi</i>
ANPH-PL	ANPH-LOC	mato-LOC-OBJ	DEIC.DIST-LOC	COP-VIS.PERF.2/3

'Eles (um grupo de parentes) ficavam/moravam lá longe no mato. . .'

Como verbos de estado, verbos de movimento são prototipicamente intransitivos, e, muitas vezes, nem ocorrem com constituinte locativo explícito se as propriedades lexicais do próprio verbo ou do contexto tornam claro o local referente. Em outras frases com verbos de movimento, há constituintes locativos adjuntos, marcados somente pelo marcador *-pu/-i*.<sup>13</sup> No entanto, alguns verbos de movimento podem ser analisados como sendo sintaticamente *transitivos*, de maneira que requerem um argumento oblíquo marcado com *-pu-re*. Tais verbos expressam “eventos de movimento espacial”,<sup>14</sup> seus argumentos oblíquos sendo “ponto de referência espacial em relação ao qual o sujeito se movimenta” (Givón 2001, p. 137, tradução nossa). Na maioria dos casos, orações sintaticamente transitivas com verbos de movimento – verbos como *kho'a* “voltar” (19), *sũ* (KOT)/*esa* (WAI) “chegar lá” (20)–(21), ou *wi'i* “chegar aqui” (22) indicam movimento *télico* em direção a um alvo específico, um local de destino ou de origem. Quando tais referências locativas são identificadas ou introduzidas no discurso pela primeira vez, normalmente ocorrem como NPs plenos, como em (20)–(21). É interessante notar também que, em (22), o alvo locativo do movimento não é um lugar estático e sim uma pessoa, como indica a marcação morfológica com *-pu-re* de *ti pakoro* “a mãe deles”.

- (19) *ã yo õpure yu'u kho'awi'ikuka.* (KOT)

		OBL	S	V
<i>~a</i>	<i>yo</i>	<i>~o-pu-re</i>	<i>yu'u</i>	<i>kho'a-wi'i-ku-ka</i>
então	fazer	DEIC.PROX-LOC-OBJ	1SG	retornar-COMPL-(1/2)MASC-PREDICT

'Assim voltarei para cá.' (forma da frase com falante masculino)

13. O sufixo locativo *-i* ocorre somente em Kotiria e indica um referente locativo visível, próximo ao falante, ou já identificado. Seu uso é muito menos comum do que o sufixo *-pu*, que deve ser considerado o marcador locativo *default*.

14. “Events of spatial movement” no original.

- (20) *tina wehsepure sũ, yuhkurire khãra.* (KOT)

S	OBL	V <sub>mov</sub>	O	V
<i>ti~da</i>	<b><i>wese-pu-re</i></b>	<i>~su</i>	<i>yuku-ri-re</i>	<i>~kha-ra</i>
ANPH-PL	roça-LOC-OBJ	chegar	árvore-PL-OBJ	cortar-VIS.IMPERF.2/3

‘Quando (os homens) chegam na roça, eles cortam as árvores.’

- (21) *tee topude ewupa to mahaya ehsado.* (WAI)

	OBL				
<i>tee</i>	<b><i>to-pu-de</i></b>	<b><i>ewupa</i></b>	<i>to</i>	<i>~baha-ya</i>	<i>esa-do</i>
até	ANPH-LOC-OBJ	ewupa	DEF	arara-CLS:igarapé	chegar-SG

‘(Ele foi) até a aldeia de Ewupa, chegando ao igarapé arara.’

- (22) *tiro ti pahkoropure wi'i sũ'aga.* (KOT)

S	OBL		V <sub>mov</sub>	(e)	V
<i>ti-ro</i>	<b><i>ti</i></b>	<b><i>pako-ro-pu-re</i></b>	<i>wi'i</i>		<i>~su'a-a</i>
ANPH-SG	3PL.POSS		mãe-SG-LOC-OBJ	chegar	grudar-ASSERT.PERF

‘Ele (um ser malévolo) chegou (e) grudou na mãe deles.’

### Constituintes temporais

Finalmente, com expressões temporais – adjuntos que têm funções adverbiais e que tendem a ocorrer em posição inicial da frase – completamos o rol de constituintes nominais marcados pelo sufixo de caso objetivo *-de/re*. Tais expressões são frequentemente compostas com nomes inerentemente temporais, como *~bicha* “hoje” (KOT), *~bi* (KOT) ou *~bie* (WAI) “agora”, e se referem a instâncias temporais singulares ou limitadas (essencialmente perfectivas), como em (23)-(26). Expressões que se referem a espaços temporais não-limitados (essencialmente imperfectivos) – até agora mais frequentemente encontrados nos dados de Kotiria do que nos de Wa'ikhana – ocorrem também com o locativo *-pu*, como vemos em (27)-(28).

- (23) *mihchare* (KOT)

*~bicha-re*  
hoje-OBJ  
‘Hoje . . .’

- (24) *miedode* (WAI)

*~bie-do-de*  
agora-SG-OBJ  
‘Hoje . . .’



- (25) *mihchakākāre* (KOT)  
 ~bicha~ka~ka-re  
 hoje-DIM-EMPH-OBJ  
 'Agorinha . . .'
- (26) *típede* (WAI)  
 ti-pe-de  
 ANPH-CLS:tempo-OBJ  
 'Naquele período/tempo (da minha vida) . . .'
- (27) *mípure* (KOT)  
 ~bi-pu-re  
 agora-LOC-OBJ  
 'Agora/nos tempos atuais. . .'
- (28) *phanopure* (KOT/WAI)  
 ~phado-pu-re  
 ser.antes-LOC-OBJ  
 'Nos tempo antigos/no passado . . .'

Nessa seção, vimos que uma grande variedade de constituintes ocorre com o marcador do caso objetivo *-de/re*: não só argumentos objeto e oblíquo, como também nominais temporais referenciais. Com tal grau de multifuncionalidade, não é incomum encontrar frases como (29), em que *todos* os constituintes nominais levam esse sufixo.

- (29) *ti ñamire hi'na khā'aropure tirore ya'ua.* (KOT)
- |           |                 |               |                        |                 |   |                      |
|-----------|-----------------|---------------|------------------------|-----------------|---|----------------------|
| [TMP]     |                 |               | OBL                    |                 | O | V                    |
| <i>ti</i> | <i>~yabi-re</i> | <i>~hi'da</i> | <i>~kha'a-ro-pu-re</i> | <i>ti-ro-re</i> |   | <i>ya'u-a</i>        |
| ANPH      | noite-OBJ       | EMPH          | sonhar-NOM-LOC-OBJ     | ANPH-SG-OBJ     |   | advertir-ASSERT.PERF |
- ' . . . naquela mesma noite, (algo/alguém) o advertiu num sonho.'

A proliferação de glosas diferentes para o marcador *-de/re* na literatura é reflexo dessa multifuncionalidade. Alguns autores, priorizando as funções sintáticas do sufixo, o identificam como um marcador de caso “acusativo/dativo/oblíquo” (por exemplo, Sorensen 1969; Gomez-Imbert 1982, 2011; Morse e Maxwell 1999; Stenzel 2008b, 2013). Outros focalizam as funções pragmáticas e rotulam *-de/re* como um marcador de “especificidade” (Barnes 1999, 2006), um marcador dos “complementos referenciais” (Waltz e Waltz 1997; Ramirez 1997), ou um marcador dos constituintes “não-sujeitos” (Aikhenvald 2007).

Sem dúvida, termos como “marcador de especificidade” ou “marcador de complementos referenciais” exprimem funções importantes do morfema, mas, ao mesmo tempo, desviam a atenção do que aqui consideramos a sua função essencial de marcador de caso. Por sua vez, o termo “marcador não-sujeito” é inadequado para representar os fatos, pois implica uma diferenciação do sujeito de todos os outros argumentos, quando o que observamos é que o sistema diferencia caso objetivo de todos os outros casos (sendo que há ainda casos locativo e comitativo/instrumental marcados em todas as línguas da família).

Quanto à definição de *-de/re* como de marcador do caso objetivo, citamos os critérios sugeridos por Zuñiga (2007), que estabelecem uma distinção relevante entre os casos acusativo e objetivo. O caso acusativo pode se caracterizar por “marcação de objetos sem restrições ligadas ao seu status referencial de animacidade” enquanto o caso objetivo se define por “marcação de objetos [...] baseada em uma ou ambas as hierarquias [de animacidade ou definitude, e que] pode operar utilizando marcadores de caso já existentes na língua com outras funções” (Zuñiga 2007, p. 212, tradução nossa). Dados os padrões de marcação atestados em línguas TO, exemplificados na parte 2 acima e a parte 3 a seguir, tal distinção nos parece adequada e é a que orienta a escolha da terminologia adotada nesta análise.

### *Marcação diferencial de objetos (DOM)*

Os parâmetros: ordem de constituintes e referencialidade (definitude, animacidade e topicalidade)

Na parte 2, vimos que, tanto em orações transitivas simples quanto em orações ditransitivas, nominais com o papel gramatical de objeto (direto, O<sub>pac</sub>) tendem a ocorrer em posição imediatamente pré-verbal e a serem marcados com o sufixo de caso objetivo *-de/re*. No entanto, (30)-(31) nos mostram que nem todos os objetos diretos são assim marcados.

(30) *buh sarida yoa itai ni ha.* (KOT)

S	O		V
Ø	<b>busa-ri-da</b>	<i>yoa-i-ta-i</i>	<i>~di-ha</i>
	enfeitar-NOM-CLS:filiforme	fazer-(1/2)MASC-INTENT-(1/2)MASC	PROG -VIS.IMPERF.1

‘Vou fazendo (farei) um colar.’ (forma da frase com falante masculino)

(31) *yü'u pahkü yuhkusa yeemahsidi.* (WAI)

S		O	V
<i>yü'u</i>	<i>pahkü</i>	<b>yuku-sa</b>	<i>yee~basi-di</i>
1SG.POSS	pai	árvore-CLS:oca	fazer-saber-VIS.PERF.2/3

‘Meu pai pode/sabe fazer canoa.’

Estes e outros exemplos com objetos não-marcados sugerem que, além de marcação morfológica, pode haver algum outro meio de indicar que um nome exerce o papel gramatical de objeto direto. Con-

sideramos as frases em (32), de um texto que relata as atividades nos dias de festa numa comunidade Kotiria. O exemplo (32a) tem a ordem de constituintes OV prototípica, com um O *chua* “comida” não-marcado, enquanto em (32b), o mesmo nome ocorre como objeto de uma sequência de verbos transitivos – *~da~sa* “levar para dentro” e *chu* “comer”, e nessa frase, é marcado com o sufixo *-re*.

- (32) a. *hipitiro chua natara.* (KOT)  
 S O V  
*hi-piti-ro* ***chua*** *~da-ta-ra*  
 COP-COL-SG comida pegar-vir-VIS.IMPERF.2/3  
 ‘Todo mundo traz comida.’
- b. *tina nasã chuare chu yoara.* (KOT)  
 S V O (e) V aux  
*ti~da* *~da~sa* ***chua-re*** *chu* *yoa-ra*  
 ANPH-PL pegar-MOV.p/dentro comida-OBJ comer fazer-VIS.IMPERF.2/3  
 ‘Eles levam a comida para dentro (e) comem.’

As sentenças (30)–(32a) nos levam a considerar a hipótese de que a ordem de constituintes também exerce um papel, mesmo que secundário, na identificação dos objetos. Os exemplos sugerem que qualquer constituinte nominal ocupando a posição imediatamente pré-verbal em uma oração sintaticamente transitiva será interpretado como sendo o objeto direto, mesmo que este nominal não seja morfologicamente marcado por *-de/re*. De fato, os dados indicam que a *única* posição em que um objeto pode ocorrer sem ser morfologicamente marcado é diretamente antes do verbo. Em qualquer outra posição, objetos são sempre marcados, como os objetos pós-verbais em (7), (32b) e (33)–(34), e como os constituintes iniciais nas orações em (15) e (35).

- (33) *niinaha yu'u pahkude.* (WAI)  
 V [ O ]  
*~dii~daha* ***yu'u*** ***paku-de***  
 dizer-ENF 1SG.POSS pai-OBJ  
 ‘Falei assim ao meu pai . . .’
- (34) *wĩhsoa chuka buhtia ditare.* (KOT)  
 S V [ O ]  
*~wiso-a* *chu-ka* ***buti-a-dita-re***  
 esquilo-PL comer-ASSERT.IMPERF ser.duro-PL-SOL-OBJ  
 ‘Esquilos comem somente coisas duras.’

(35) *yü me'remahkainare yü'u ñutinii wa'atii.* (KOT)

O		S	V	
<b>yü</b>	<b>~be're~baka~ida-re</b>	yü'u	~yü--tidi-i	wa'a-ati-i
1SG.POSS	COM-pertencer-NOM.PL-OBJ	1SG	ver-visitar-(1/2)MASC	ir-IMPERF-VIS.PERF.1

'Eu ia ver (visitar) meus amigos/parentes.'

A hipótese de que a ordem de constituintes participa da identificação de objetos é reforçada por evidência de processos de incorporação nominal.<sup>15</sup> Além dos objetos não-marcados (porém fonologicamente independentes) em (30)-(32a), encontramos casos de verbos com nomes incorporados, como os em (36), de Kotiria. Esses exemplos mostram que a derivação de verbos com nomes incorporados envolve fusão tanto semântica quanto fonológica: a combinação N+V constitui uma só palavra fonológica, tendo uma única melodia tonal, como as transcrições fonéticas indicam (o acento agudo indica tom alto; para detalhes de processos tonais, ver Stenzel 2007).

- (36) a. *die~ku* [diékũ] "ovo-botar"  
 b. *wa'i~-kida~waha* [waʔikĩnáwǎǎǎ] "animal-matar" ou "caçar"  
 c. *~daho~sa* [nǎñóǎ] "beiju-fazer"  
 d. *~dabo-da're* [nǎmódaʔre] "esposa-fazer"

Há dois paralelos importantes entre (30)-(32a) e os exemplos de verbos com nomes incorporados em (36). Podemos constatar, primeiro, que todos os objetos ocorrem em posição pré-verbal e não recebem o marcador de caso objetivo *-re*. Segundo, vemos que todos os objetos são semanticamente genéricos ou não-específicos. Ou seja, vemos que somente nomes não-referenciais – independentes ou incorporados – ocorrem sem marcação morfológica em posição pré-verbal. Isso nos leva a postular se o marcador de caso objetivo, além de identificar o nome como objeto gramatical, também o marca semanticamente como referencial.<sup>16</sup>

15. Processos de incorporação de nomes são identificados em várias línguas TO: ver, por exemplo (Barnes 1999, p. 220, Miller 1999, pp. 108-9, e Morse e Maxwell 1999, pp. 70-71).

16. Gomez-Imbert chega a mesma conclusão para Tatuyo (1982, pp. 63-65) e Barasana (1997, p. 10, 2003, p. 182), assim como Miller para Desano (1999, pp. 57-59), utilizando o termo *discourse specificity*.

Os dados de fato indicam que há um contínuo de marcação de objetos por critérios semânticos de referencialidade (que engloba noções de definitude e, como veremos abaixo, animacidade), como mostra a tabela 4. Num extremo, encontramos objetos semanticamente referenciais e fonologicamente independentes; estes são sempre marcados morfologicamente com *-de/re* e não têm posição fixa na ordem de constituintes (ver (2), (4) e (7)). No outro extremo, encontramos objetos não-referenciais que são fonologicamente e semanticamente incorporados na posição pré-verbal, como os exemplos em (36). Entre os extremos há casos intermediários, como os nomes fonologicamente independentes, porém não-referenciais e não-marcados em (30)-(32a).

Tabela 4. O contínuo de referencialidade e seus correlatos fonológicos e sintáticos

objeto referencial ←————→ objeto não-referencial		
▪ é sempre marcado com <i>-de/re</i>	▪ pode ou não ser marcado com <i>-de/re</i>	▪ não é marcado com <i>-de/re</i>
▪ é fonologicamente independente	▪ é fonologicamente independente	▪ é fonologicamente e semanticamente incorporado ao verbo
▪ não tem posição linear fixa	▪ ocorre preferencialmente em posição pré-verbal	▪ ocorre sempre em posição pré-verbal

Contínuos semânticos desse tipo são encontrados em muitas línguas do mundo, mostrando que nem sempre há distinções binárias do tipo referencial/não-referencial ou definido/indefinido, e sim graus variados de desses traços semânticos, como constata Comrie (1989, pp. 135-36). O grau mais alto de definitude/referencialidade pressupõe a identificação plena da entidade, tanto da parte do falante quanto do locutor. Assim, nomes próprios e pronomes, que podem ser analisados como *inerentemente* referenciais, são sempre marcados quando exercem o papel gramatical de objeto, por exemplo, os objetos em (7), (9)-(13) e (29). No mais, objetos especificamente determinados, como os em (2), (14) e (15), ou possuídos, como os em (9), (12), (22), (33), e (35), também entram na categoria de nomes referenciais e, portanto, levam o marcador de caso quando são objetos gramaticais. Nomes menos especificados, porém codificados de tal maneira a indicar que pertencem a um conjunto definido identificável – o que Comrie chama de *definite superset* – também ocorrem com o sufixo *-de/re*, como é o caso do nome quantificado em (37). Sendo obrigatoriamente marcados, objetos dessas duas categorias – nucleados por nomes inerente-

mente referenciais e por nomes identificáveis como pertencentes a um “conjunto definido” – podem ocorrer em posições não-canônicas (por exemplo, posição pós-verbal).

(37) *tiro tiaro kayare wāhaa.* (KOT)

S	O		V
<i>ti-ro</i>	<i><b>tia-ro</b></i>	<i><b>ka-ya-re</b></i>	<i>~waha-a</i>
ANPH-SG	três-SG	macaco-PL-OBJ	matar-ASSERT.PERF

‘Ele matou três macacos’.

Seguindo o contínuo, quanto *menos* referencial for o objeto, menos chance há deste ser marcado por *–de/re*. A ausência de marcação morfológica, em primeiro lugar, indica que “a identificação do referente não é possível ou relevante” (Comrie 1989:136, tradução nossa) e, em segundo lugar, aumenta a importância da ordem dos constituintes como meio de indicação de relações gramaticais; ou seja, cria-se uma ligação OV mais estreita. E quanto mais frequente for uma combinação OV, mais chance há desta resultar na fusão fonológica e semântica que reconhecemos como incorporação plena.

Estes critérios de marcação refletem dois parâmetros típicos de sistemas DOM, aqueles relacionados ao status de *constituente* – em que nominais O “independentes” são marcados e nominais “integrados” ou “conectados” ao verbo não são – e à *referência* – em que a marcação é determinada por noções inter-relacionadas de “individualidade” e “definitude” (Bossong 1991, pp. 158-59). Estes dois parâmetros, todavia, não explicam o que acontece no território intermediário do contínuo no sistema que estamos examinando, onde encontramos exemplos como (38)-(39).

(38) *wa’ikinare mahkasitotaa.* (KOT)

S	O	V
Ø	<i><b>wa’i-~kida-re</b></i>	<i>~baka-sito-ta-a</i>
	animal-PL-OBJ	procurar-MOV.circular-vir-ASSERT.PERF

‘(Ele) foi por aí procurar/caçar animais.’

(39) *mipure yu’u chua bohkatu’suha.* (KOT)

S		O	V
	<i>~bi-pu-re</i>	<i>yu’u</i>	<i><b>chua</b></i>
	agora-LOC-OBJ	1SG	comida
			<i>boka-tu’su-ha</i>
			achar-completar-VIS.IMPERF.1

‘Agora encontrei comida . . .’

Nossa análise até agora nos levaria a supor que um objeto não-referencial/indefinido e em posição pré-verbal (onde pode haver identificação por ordem de constituintes) não deveria requerer marcação morfológica. No entanto, vemos o objeto pré-verbal e indefinido “animais” em (38) marcado com *-re*, e o igualmente pré-verbal e indefinido “comida” em (39) não marcado. Para entender estes exemplos, precisamos considerar um terceiro parâmetro, o que Bosson (1991, pp. 158-59) chama de *inerência* – em que a marcação é determinada por traços semânticos inerentes ao nome, traços como [ $\pm$  humano], [ $\pm$  animado] e [ $\pm$  discreto], que são frequentemente agrupados sob o termo “hierarquia de animacidade”.

Resta-nos entender a relação entre estes parâmetros no caso das línguas TO. Ramirez, por exemplo, analisa “animacidade” como sendo o traço determinante no sistema DOM em Tukano, afirmando que *-re* “é a marca do(s) complemento(s) [não-sujeitos] quando este(s) se apresentar(em) numa posição bastante alta na *escala de individuação*” (1997, p. 224, ênfase nossa). Nomes altos nessa escala (os que podem ser “individualizados”) – nomes próprios, pronomes, animados humanos, animados não-humanos, e inanimados contáveis – são candidatos à marcação com *-re*; nomes genéricos ou incontáveis não o são.

Voltando aos exemplos de Kotiria em (38)-(39), poderíamos supor que a marcação de “animais” e a não-marcação de “comida” decorre justamente de diferenças numa escala desse tipo. “Animal”, um nome não-humano, com formas singular e plural, estaria mais alto na escala de “individuação” do que o nome incontável “comida”. Portanto, o primeiro seria candidato a marcação por *-re* e o segundo não. Mas devemos lembrar os exemplos em (32), onde vemos que mesmo um nome incontável pode ser marcado com *-re* se, no discurso, este estiver alcançado o status de nome referencial ou definido (ou se ocorrer em posição não-canônica). Devemos notar também que nomes com referentes animados, como “animal” em (36b), e até nomes com referentes humanos, como “esposa”, em (36d), podem ocorrer como constituintes não-referenciais, incorporados e não-marcados. Estes casos sugerem que, em Kotiria, pelo menos no nível conceitual abstrato, há precedência do parâmetro de referencialidade sobre o de animacidade.

De fato, como observa Comrie (1989, p. 199), na maioria das línguas com sistemas DOM, os padrões de marcação refletem interações entre vários parâmetros, os mais salientes sendo a animacidade

própriamente dita, e graus de definitude. No entanto, outros parâmetros semânticos, como a topicalidade ou relevância do nome no discurso, também podem ser importantes, como a extensão do uso de *-de/re* a constituintes temporais em línguas TO claramente indica. Zuñiga (2007, p. 220) afirma que, de forma geral, em línguas Tukano, o objeto “topicalizado” é o que será marcado com *-re*. Miller (1999, pp. 58-59) também discute a função “topicalizadora” de *-re* em Desano, e Aikhenvald (2007, p. 251) afirma que, na marcação de constituintes locativos e temporais em línguas TO, distinções pragmáticas são *determinantes*.

Ainda nos faltam análises detalhadas das funções desse marcador em muitas línguas da família, mas, com base nos dados atualmente disponíveis, podemos concluir que a marcação de objetos – que à primeira vista parece uma operação morfológica simples – se revela um traço complexo, que requer, da parte do falante, uma avaliação constante de distinções de referencialidade a nível de discurso e a plena conscientização das propriedades semânticas inerentes dos nomes.

### *Perspectivas comparativas e históricas*

#### O desenvolvimento diacrônico do sistema

A presente análise propõe que o sufixo *-de/re*, mesmo tendo uma variedade de funções semânticas e pragmáticas, é, acima de tudo, um marcador de caso objetivo, como foi definido na parte 2. De fato, *-de/re* é identificado como marcador de caso em todas as línguas TO,<sup>17</sup> como mostra a tabela 5, onde também encontramos informações sobre a ordem de constituintes e marcação de caso nas línguas da família.<sup>18</sup> Essa tabela mostra que muitas das tendências discutidas e

17. A exceção ao padrão geral TO é a língua Retuarã, onde *-re* ocorre em sujeitos de verbos ativos (transitivos ou intransitivos), e em qualquer O com referente humano. Os não-humanos não são marcados, assim como sujeitos de verbos de estado (Strom 1992). Esses desvios do padrão geral TO sugerem a promoção da semântica de animacidade na marcação com *-re* acima de quaisquer funções sintáticas ou pragmáticas, e provavelmente refletem mudanças de adequação ao sistema aruaquiano ativo-estativo provocadas por contato intenso com falantes de Yucuna (Aruák).

18. Fontes: Kotiria e Wa'ikhana: dados próprios; Kubeo (Morse e Maxwell 1999); Desano (Miller 1999); Barasano (Jones e Jones 1991; Gomez-Imbert 1997); Tatuyo (Gomez-Imbert 1982); Tukano (Sorensen 1969; Ramirez 1997), Retuarã (Strom 1992). Também foram consultadas as resenhas gramaticais encontradas em *Len-*



exemplificadas em Kotiria e Wa'ikhana – a possibilidade de objetos não-marcados em posição pré-verbal, marcação obrigatória de objetos em outras posições e marcação obrigatória de objeto indireto ( $O_{rec/ben}$ ) – são comuns à maioria das línguas da família (com exceção da língua Retuarã). Vemos também que, em termos de ordem de constituintes, a posição de sujeito é variável em muitas línguas, mas todas compartilham um núcleo OV.<sup>19</sup>

Estas semelhanças sugerem um cenário diacrônico em que a ordem de constituintes tenha sido, no passado, um meio mais prevalente na marcação de objetos, e que a ordem OV de uma oração transitiva tenha sido mais rígida do que observamos sincronicamente. Assim, com o sujeito identificado por estratégias de concordância e o objeto identificado por ordem de constituintes, é provável que *-de/re* tenha sido originalmente um marcador de objeto indireto em construções ditransitivas. Tipologias de hierarquias de caso de fato mostram que a marcação morfológica de objeto indireto (dativo) é comum em sistemas que identificam os casos nominativo e acusativo por outros meios (Blake 1994[2001, pp. 142-149]).

No cenário hipotético proposto, com o tempo, as noções de referencialidade inerentemente ligados a objetos indiretos (quase sempre animados humanos e frequentemente ocorrendo em forma pronominal) teriam sido reanalisadas como sendo propriedades semânticas do próprio marcador *-de/re*. Com essa reanálise, espalhou-se o seu uso a qualquer objeto direto referencial, e, depois, a argumentos locativos oblíquos e a constituintes temporais significativos a nível de discurso. Com o aumento da marcação morfológica de objetos, o uso de ordem de constituintes para expressar papéis gramaticais deixou de ser cen-

---

*guas Indígenas de Colombia, Una Visión Descriptiva* (González de Pérez e Rodríguez de Montes 2000); para Tatuyo, Bará, Carapana, Barasana e Makuna (Gomez-Imbert e Hugh-Jones 2000); Kubeo (Ferguson, Hollinger, Criswell e Morse 2000), Pisamira (González de Pérez 2000); Siriano (Criswell e Brandrup 2000); Tukano (Welch e West 2000); Tuyuka (Barnes e Malone 2000), Kotiria/Wanano (Waltz e Waltz 2000); e Yuruti (Kinch e Kinch 2000).

19. Waltz e Waltz (2000) indica SOV como a ordem básica em Kotiria, mas os meus dados revelam uma variação interessante que aponta uma ligação entre critérios pragmáticos e a posição linear do sujeito. Sujeitos sendo introduzidos ou re-introduzidos no discurso, que aparecem, em geral, como NPs plenos, tendem a ocorrer antes do V (ou antes do núcleo OV em orações transitivas), enquanto sujeitos conhecidos, muitas vezes referenciados por pronomes, tendem a ocorrer em posição pós-verbal. Em conversações e narrativas, sujeitos-Ø também são muito comuns.

tral, o que resulta numa maior flexibilidade na ordem de constituintes. No entanto, o uso de ordem de constituintes não se perdeu completamente; os dois meios de codificação de argumentos persistem paralelamente, resultando em muitas instâncias do que parece ser marcação dupla (objetos com *-de/re*, em posição imediatamente pré-verbal). Finalmente, o enfraquecimento da ordem rígida OV e o fortalecimento da marcação morfológica de todo objeto referencial (direto ou indireto), por sua vez, permitiu a reanálise de qualquer objeto não-marcado em posição pré-verbal como não-referencial/indefinido e resultou na mistura sincrônica de objetos pré-verbais marcados e não-marcados discutida na parte 3.

Há vários precedentes para esse cenário diacrônico. Bossong (1991, pp. 154-58) oferece exemplos de línguas das famílias Latina, Semítica, Indo-Ariana e Ameríndia em que marcadores do caso dativo claramente dão origem a marcadores de caso acusativo com aplicação diferencial. Ele mostra também que, em muitas dessas línguas que desenvolveram sistemas DOM, meios de codificação anteriores (por exemplo, ordem de constituintes) continuam existindo, constituindo sistemas relativamente estáveis de marcação dupla, ou até tripla. Quanto à reanálise de objetos não-marcados como indefinidos, de Swart (2007, pp. 173-94) cita várias línguas nas quais o uso ou ausência de marcação de caso provoca interpretações diferentes do parâmetro definido/indefinido.

Tabela 5. Ordem de constituintes e marcação de argumentos em línguas Tukano Oriental

Língua	Ordem Básica	Orden(s) Alternativas	Marcação de Objeto(s)	Outros Marcadores de Caso
Kotiria (Wanano)	SOV	S-inicial p/ ref. novo e S-final p/ ref. conhecido	Ø/-re pré-V, -re em outras posições e p/ O <sub>2</sub>	locativo -pu; -i com/instr --be're
Wa'ikhana (Piratapuyo)	SOV		Ø/-d/re pré-V, -d/re em outras posições e p/ O <sub>2</sub>	locativo -pu com/instr --be'da
Tukano	SOV		Ø/-re pré-V, -re em outras posições e p/ O <sub>2</sub>	locativo -pi com/instr --be'da
Waimajã (Bará)	SOV	OVS (possível)	-re	locativo -pi com/instr --beda

Desano	SOV		-re	locativo -ge com/instr --bera
Siriano	SOV		-re	locativo -piiroge com/instr --beera
Karapana	OVS	SOV	Ø pré-V prefixos O no V	locativo -pi com/instr --beda
Tatuyo	OVS	SOV	-re e prefixos O no V	locativo -pi com/instr --beda
Tuyuka	SOV		-re	locativo -pi com/instr --beda
Kubeo	OVS	VSO	Ø/-re pré-V -re em outras posições e p/ O <sub>2</sub>	locativo -i, -ra genitivo -i com/instr -ke
Yurutí	OV	S-inicial p/ ref. novo e S-final p/ ref. conhecido	-re	locativo -pi genitivo -ja/-ka com/instr --beda
Pisamira			-re	locativo -pi fonte --bak com/instr --beda
Barasana/ Eduuria (Taiwano)	OVS (rígida)		Ø pré-V, -re em outras posições e p/ O <sub>2</sub>	locativo -hu com/instr --raka
Makuna	SVO/ OVS		-re	locativo -hu com/instr --raka
Retuarã	SOV	OS-V (com prefixo S no V) OVS (em construções negativas)	-re somente em S <sub>A</sub> , O, e O <sub>2</sub> humanos	locativo --ra, -reka, -pi fonte -ka instrumento -pi comitativo -ka possessivo -rika

### Os casos “locativo” e “comitativo/instrumental”

Além de informações sobre ordem de constituintes, a tabela 5 também atesta a relativa unidade da estrutura argumental das línguas TO, com um caso objetivo marcado morfológicamente com *-de/re* (nota-se também o desenvolvimento atípico de prefixos marcadores de objeto em Karapana e Tatuyo) e casos locativo e comitativo/instrumental com marcadores morfológicos cognatos na grande maioria das línguas. Já vimos exemplos com constituintes no caso locativo marcados com *-pu* (adjuntos) ou *-pu-re* (oblíquos), em Wa'ikhana (16), (18), (21) e Kotiria (14)-(20), (29), e vemos exemplos com o marcador de caso comitativo/instrumental em (40)-(44).

O marcador *--be're* (KOT) / *--be'da* (WAI) pode indicar dois tipos de relação entre dois nomes. A primeira é uma relação “comitativa” (de acompanhamento), com os participantes exercendo, conjuntamente, um só papel gramatical (mais frequentemente de sujeito), como em (40)-(41). A segunda é caracterizada pelo uso “instrumental” de um nome prototipicamente inanimado por outro normalmente animado, como em (42)-(44).

- (40) *yu'u namonome'na ihiu.* (WAI)

<i>yu'u</i>	<b><i>--dabo-do--be'da</i></b>	<i>ihi-u</i>
1SG.POSS	esposa-SG-COM/INST	COP-VIS.PERF.1

‘Estava com minha mulher.’

- (41) *sã yoropu yu'u phuku me're thu'oi.* (KOT)

<i>--sa</i>	<i>yoa-ro-pu</i>	<b><i>yu'u</i></b>	<b><i>phuku--be're</i></b>	<i>thu'o-i</i>
1PL.EXC	ser.comprido-SG-LOC	1SG	pai-COM/INST	ouvir-VIS.PERF.1

‘Nós, de longe, eu com meu pai, ouvimos (o barulho de um ataque de onça).’

- (42) *dahsidome'na yo'yedo ka'medi.* (WAI)

<b><i>dasi-do--be'da</i></b>	<i>yo'ye-do</i>	<i>--ka'be-di</i>
camarão-SG-COM/INST	pescar-SG	DEON-VIS.PERF.2/3

‘Tem que pescar (aracú, um tipo de peixe) com camarão.’

- (43) *a'ri phīme're naro kha'mare.* (KOT)

<b><i>a'ri--phi--be're</i></b>	<i>--da-ro</i>	<i>--kha'ba-re</i>
DEM.PROX-CLS:lâmina-COM/INST	pegar-SG	DEON-VIS.PERF.2/3

‘(Você) precisa tirar (seu coração) com essa faca.’

- (44) *kotiria yame're bu'e hi'na.* (KOT)

<b><i>kotiria</i></b>	<b><i>ya--be're</i></b>	<i>bu'e</i>	<i>--hi'da</i>
kotiria	pertence-COM/INST	estudar	EXRT

‘Vamos estudar usando/em nossa própria (língua) kotiria.’

### *Sistemas paralelos na região do Uaupés*

Constatamos que o padrão básico TO consiste de um conjunto restrito de casos: o “subjetivo/nominativo”, marcado por concordância verbal, o “objetivo”, abrangente e com distinções semânticas internas, o “locativo” e o “comitativo/instrumental”. É interessante notar que, na região geográfica onde os grupos TO vivem, encontramos sistemas paralelos em línguas da família Nadahup e em Tariana, uma língua

Aruák, já moribunda, que tem sido fortemente modificada por contato com línguas TO. Em contraste com o Baniwa – a língua-irmã geográfica e linguisticamente mais próxima e que mantém o padrão aruák de marcação de argumentos por prefixos pronominais no verbo – o Tariana desenvolveu um sistema de casos e de marcação DOM em que constituintes não-sujeito topicalizados e definidos levam sufixos morfológicos, refletindo uma clara adequação estrutural ao padrão TO (ver Aikhenvald 2002, pp. 101-07; 2003, pp. 139-63; 2007, pp. 247-52).

Das línguas Nadahup faladas na região do Uaupés, Hup (descrita em Epps 2008) e Yuhup (descrita em Ospina Bozzi 2002) são as que mantêm maior contato com línguas TO (ver Epps 2007 e Zuñiga 2007, pp. 221-24). Como as línguas TO, Hup e Yuhup são tipologicamente nominativo-acusativas, têm marcadores de caso e sistemas DOM, elementos estruturais não encontradas em outras línguas da família<sup>20</sup> e que sugerem a possibilidade de modificações históricas decorrentes de contato. No entanto, mesmo apresentando alguns elementos estruturais semelhantes às línguas TO, há diferenças significativas em termos da organização interna dos sistemas.

Diferentemente dos sistemas de marcação de argumentos em línguas TO e Aruák, nem Yuhup nem Hup tem *head-marking* de argumentos no verbo.<sup>21</sup> No mais, em Yuhup não há marcação morfológica que indique os papéis semânticos ou as funções sintáticas dos outros constituintes nominais. Os papéis gramaticais de participantes no VP são inferidos pelo contexto ou de acordo com expectativas relacionadas às suas propriedades semânticas: o status de “agente” é conferido ao nominal que ocupa a posição mais alta numa conjunção de hierarquias de animacidade, poder e definitude – tipicamente um humano ou animado saliente (por seu tamanho, habilidade, força, etc.) – enquanto o nominal mais baixo – tipicamente um animado menos saliente ou um inanimado – recebe status “não-agentivo”. Se os participantes na situação predicativa estão de acordo com essas expectativas, ou seja, se o sujeito é mais agentivo do que o objeto (o caso na grande maioria

20. Para uma análise de Dâw, ver (Martins 2004). Informações sobre Kakua se encontram em (Cathcart 1972).

21. Mas é interessante notar que em Kakua, o sujeito é marcado por prefixos no verbo, um traço mais parecido com o padrão aruakiano (Cathcart 1972 in: Zuñiga 2007, pp. 223-24). É bastante provável ter sido essa língua influenciada por contato com Baniwa, grupo historicamente dominante no território onde os Kakua atualmente se encontram (ver Wright 2005).

das orações), nenhum dos dois é explicitamente marcado. O marcador “acusativo” em Yuhup só é usado em casos de *não conformidade*, quando o sujeito e objeto têm valores agentivos iguais ou estão em relação oposta às expectativas (por exemplo, quando o objeto é mais agentivo do que o sujeito). Nesse sentido, o sistema é analisado como sendo de marcação “inversa” (Ospina Bozzi 2002, pp. 139-47). Por sua vez, em construções ditransitivas em Yuhup, o objeto indireto ( $O_{\text{rec/ben}}$ ) é o participante marcado morfológicamente na grande maioria dos casos. Só há marcação de objeto direto se esse for animado, outra instância de marcação inversa, já que o objeto direto em construções ditransitivas é prototipicamente inanimado.

A marcação de relações gramaticais em Hup já é semelhante, semântica e estruturalmente, ao padrão TO. Hup compartilha com Yuhup a não-marcação do sujeito no verbo, mas difere de sua língua-irmã pelo fato de que não há marcação “inversa” de objetos. Em Hup, há um sufixo que marca “vários tipos de participantes não-sujeito, [incluindo] pacientes prototípicos, recipientes, beneficiados e outras entidades diretamente afetados” (Epps 2008, p. 167, tradução nossa). Como no padrão TO, o sufixo de caso objetivo ocorre obrigatoriamente em objetos indiretos em orações ditransitivas e na maioria de objetos simples em orações transitivas, os critérios de marcação sendo distinções de referencialidade. Nota-se que, em Hup, predomina o parâmetro de animacidade: nominais humanos, pronomes e demonstrativos são obrigatoriamente marcados, sendo a marcação opcional apenas com animais e agramatical com inanimados não especificamente quantificados (Epps 2007, p. 283; 2008, pp. 170, 176-78). Lembramos que, em Kotiria e outras línguas TO, o parâmetro básico é de referencialidade (com animacidade como parâmetro secundário), e que a marcação de inanimados é frequente.<sup>22</sup>

Epps também mostra que Hup tem um marcador, quase idêntico ao sufixo de objeto, que é utilizado em oblíquos direcionais (alativos/ablativos), e outro sufixo oblíquo geral que marca nominais com os papéis instrumental, comitativo e locativo (Epps 2008, p. 166). Assim, de fato, há um paralelo estrutural sincrônico entre Hup e línguas TO no sentido de que os conjuntos de marcadores envolvidos na codifi-

22. Para uma discussão mais detalhada desses e outros contrastes entre os sistemas DOM em línguas TO e Nadahup, ver (Stenzel 2008b).

cação de argumentos são extremamente econômicos. Cada sistema compõe-se de apenas três marcadores, pelo menos um dos quais tem funções múltiplas. Mas, mesmo sendo igualmente parcimoniosos, há diferenças internas entre esses sistemas que apontam caminhos de desenvolvimento diacrônico diversos.

Em Hup, a semelhança entre os marcadores de objeto e direcional sugere uma origem comum e um processo de extensão do emprego do marcador de nominais com o papel semântico de alvo a nominais com o papel sintático de objeto direto, um desenvolvimento diacrônico atestado em várias línguas do mundo (Epps 2008, p. 183, Bossong 1991, p. 157, nota de rodapé 41). Mas não há dados que sugiram um processo diacrônico paralelo no caso do marcador de caso objetivo em línguas TO. O uso do sufixo *-de/re* em constituintes locativos, sempre *junto* ao locative *-pu*, indica extensão semântica na direção oposta, com as noções semânticas de referencialidade associadas a certos objetos gramaticais se espalhando a referentes locativos significativos.

Com base nessas observações comparativas, podemos começar a avaliar afirmações relativas à origem e à difusão desses sistemas, como a citação seguinte de Aikhenvald: “[A] marcação de não-sujeitos, semanticamente e pragmaticamente baseada, é um traço *espalhado de línguas Tukano a todas as outras línguas da área*” (2007, p. 251, tradução e ênfase nossa). Por um lado, vimos que existem, em línguas não geneticamente relacionadas, sistemas que se parecem, primeiro, por terem uma economia de categorias argumentais e de meios de marcação, e, segundo, por terem desenvolvido sistemas DOM. É, portanto, possível que esses possam ser considerados traços estruturais areais do Uaupés difundidas por contato. Por outro lado, devemos lembrar que sistemas DOM são extramamente comuns nas línguas do mundo, e que internamente, os sistemas aqui descritos não têm organização igual, o que pode indicar desenvolvimento talvez influenciado ou atenuado – porém não necessariamente *determinado* – por contato. Lembramos que os sistemas DOM em línguas TO se orientam em direção a uma hierarquia de referencialidade/definitude, tendo animacidade como parâmetro secundário. Tal orientação faz sentido, já que a marcação diferencial de objetos em línguas TO não existe para resolver ambiguidades quanto à identidade dos participantes. Simplesmente não há essa ambiguidade – em línguas TO, o sujeito é sempre identificado por morfologia de concordância e o sistema DOM não tem

papel ativo no reconhecimento dos papéis dos participantes nominais. No mais, não devemos ignorar ou minimizar a importância da ordem de constituintes na marcação de objetos em línguas TO, que sugere um cenário diacrônico para o desenvolvimento de DOM a partir de *-de/re* como marcador gramatical de caso, com posterior reanálise e extensão semântica.

O caso parece ser exatamente o contrário em Yuhup, que não utiliza nem ordem de constituintes nem concordância verbal como meios de identificação de argumentos. Nessa língua, a função do sistema DOM é justamente eliminar possíveis dúvidas quanto aos papéis gramaticais dos participantes nominais. Não é surpreendente, portanto, que o sistema “inverso” dessa língua se oriente a distinções de animacidade, pois essas refletem propriedades inerentes de nomes, e assim indicam a possibilidade maior ou menor de um nome ter o *status* de agente ou paciente num dado evento predicativo. Quanto a Hup, seu sistema de marcação se assemelha ao modelo TO no uso mais sistemático de meios morfológicos para indicar papéis gramaticais, mas o seu sistema DOM reflete a mesma orientação para expressar distinções de animacidade (ao invés de definitude) encontrada em Yuhup.

Portanto, não há como afirmar categoricamente que a origem dos sistemas DOM em *todas* as línguas da região é o contato com línguas TO. Sem dúvida, há evidência que indique ajustes estruturais, atribuíveis a contato com Tukano, na história mais recente das línguas Hup e Tariana. Mas essa última, de fato, representa um caso extremo de convergência estrutural e semântica. O Tariana, como é falada (e descrito) sincronicamente, representa o estágio final de um longo processo de mudança, e devemos ter cuidado para não tomar os padrões de influência atestados nessa língua como modelo representativo de contato e mudança linguística na região. De fato, podemos ver em trabalhos de Epps (2007), Zuñiga (2007) e Stenzel e Gomez-Imbert (2009) que ainda não há consenso entre pesquisadores quanto aos fatos e padrões de difusão na região. Aguardamos, ainda, análises detalhadas de línguas ainda não descritas (há casos em todas as famílias), e estudos que focalizem situações específicas de contato entre línguas, para que possamos avaliar hipóteses gerais e aprofundar nosso entendimento das complexas relações históricas e linguísticas que caracterizam esse canto do noroeste amazônico.



## *Abreviaturas*

1/2/3	primeira/segunda/ terceira pessoa
ANPH	anafórico
ASSERT	asserção
BEN	benefactivo
CLS	classificador
COL	coletivo
COM	comitativo
COMPL	completivo
COP	cópula
DEIC	dêítico
DEM	demonstrativo
DEON	deôntico
DESID	desiderativo
DIM	diminutivo
DUB	dubitativo
ENF	enfático
EXC	exclusivo
EXRT	exortativo
FEM	feminino
FRUS	frustrativo
IMPER	imperativo
IMPERF	imperfectivo
INST	instrumento
INT	interrogativo
INTENT	intenção
LOC	locativo
MASC	masculino
MOV	movimento
NEG	negativo
NOM	nominalizador
OBJ	objetivo
PERF	perfectivo
PL	plural
POSS	possessivo
PREDICT	predição
PROG	progressivo
PROX	próximo
SG	singular
SOL	solitário
VIS	visual

## Bibliografia

- AIKHENVALD, A. Y. (2002). *Language contact in Amazonia*. New York: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. (2003). *A grammar of Tariana, from northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (2007). "Semantics and pragmatics of grammatical relations in the Vaupés linguistic area", in: AIKHENVALD, A. Y. e DIXON, R. M. W. (orgs.) *Grammars in contact: a cross-linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press, pp. 237-266.
- BARNES, J. (1999). "Tucano", in: DIXON, R. M. W. e AIKHENVALD, A. Y. (orgs.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 207-226
- \_\_\_\_\_. (2006). "Tucanoan languages", in: BROWN, K. (org.) *Encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Elsevier, pp. 130-142.
- BARNES, J. e MALONE, T. (2000). "El Tuyuca", in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. pp. 437-450.
- BLAKE, B. J. (1994[2001]). *Case*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOSSONG, G. (1991). "Differential object marking in romance and beyond", in: KIBBEE, D. e WANNER, D. (orgs.) *New Analyses in Romance Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins. pp. 143-170.
- CATHCART, M. (1972). "Cacua grammar." Manuscrito não-publicado. SIL.
- COMRIE, B. (1989). *Language universals & linguistic typology*. Chicago: University of Chicago Press.
- CRISWELL, L., e BRANDRUP, B. (2000). "Un bosquejo fonológico y gramatical del Siriano", in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, pp. 395-415.
- DE SWART, P. (2007). *Cross-linguistic Variation in Object Marking*. Tese de Doutorado. Nijmegen: Radboud Universiteit.
- EPPS, P. (2008). *A Grammar of Hup*. Mouton Grammar Library 43. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- \_\_\_\_\_. (2007). "The Vaupés melting pot: tucanoan influence on Hup", in: AIKHENVALD, A. Y. e DIXON, R. M. W. (orgs.) *Grammars in contact: a cross-linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press, pp. 267-289.

- FERGUSON, J.; HOLLINGER, C.; CRISWELL, L. e MORSE, N. L. (2000). "El Cubeu", in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogota: Instituto Caro y Cuervo, pp. 357-370.
- GIVÓN, T. (2001). *Syntax. An Introduction*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- GOMEZ-IMBERT, E. (1982). *De la forme et du sens dans la classification nominale en tatuyo (langue tukano orientale d'amazone colombienne)*. Tese de doutorado (Troisième Cycle). Paris: Ecole Pratique des Hautes Etudes - IVe Section, Université Paris-Sorbonne.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Morphologie et phonologie barasana: approche non-linéaire*. Tese de doutorado. Paris: Université Paris 8.
- \_\_\_\_\_. (2003). «Une langue du nord-ouest amazonien: le barasana.» *Faits de langues 21: Méso-Amérique, Caraïbes, Amazonie*, vol. 2. Paris: Ophrys, pp. 171-183.
- \_\_\_\_\_. (2011). "La famille tukano", in: BONVINI, E.; BUSATTIL, J. e PEYRAUBE, A. (orgs.) *Dictionnaire des langues du monde*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 1454-1460.
- GOMEZ-IMBERT, E. e HUGH-JONES, S. (2000). "Introducción al estudio de las lenguas del Piraparaná (Vaupés)", in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogota: Instituto Caro y Cuervo, pp. 321-356.
- GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. (2000). "Bases para el estudio de la lengua Pisamira", in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogota: Instituto Caro y Cuervo, pp. 373-391.
- GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) (2000). *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- JONES, W. e JONES, P. (1991). *Barasano Syntax. Studies in the languages of Colombia 2*. Dallas: Summer Institute of Linguistics.
- KINCH, P. G. e KINCH, R. A. (2000). "El Yurutí", in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogota: Instituto Caro y Cuervo, pp. 469-487.
- MARTINS, S. (2004). *Fonologia e gramática Dâw*. Tese de Doutorado. Amsterdam: Vrije Universiteit.

- MILLER, M. (1999). *Desano grammar. Studies in the languages of Colombia* 6. Arlington: Summer Institute of Linguistics/University of Texas.
- MORSE, N. L. e MAXWELL, M. B. (1999). *Cubeo grammar. Studies in the languages of Colombia* 5. Arlington: Summer Institute of Linguistics/University of Texas.
- OSPINA BOZZI, A. M. (2002). *Les structures élémentaires do Yuhup Makú, langue de l'amazone colombienne: morphologie et syntaxe*. Tese de Doutorado. Paris: Université Paris 7.
- RAMIREZ, H. (1997). *A fala Tukano dos Ye'pâ-Masa, tomo I: gramática*. Manaus: CEDEM.
- SORENSEN, A. P. Jr. (1969). *Morphology of Tucano*. Tese de doutorado. New York: Columbia University.
- STENZEL, K. (2006). "As categorias de evidencialidade em Wanano (Tukano Oriental)." *Liames* 6, pp. 7-28.
- \_\_\_\_\_. (2007). "Glottalization and other suprasegmental features in Wanano." *International Journal of American Linguistics* 73, pp. 331-366.
- \_\_\_\_\_. (2008a). "Evidentials and clause modality in Wanano." *Studies in Language* 32(2), pp. 404-444.
- \_\_\_\_\_. (2008b). "Kotiria 'differential object marking' in cross-linguistic perspective." *Amerindia* 32, pp. 153-181.
- \_\_\_\_\_. (2013). *A reference Grammar of Kotiria (Wanano)*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- STENZEL, K. e GOMEZ-IMBERT, E. (2009). "Contato linguístico e mudança linguística no noroeste amazônico: o caso do Kotiria (Wanano)." *Revista da ABRALIN* 8, pp. 71-100.
- STROM, C. (1992). *Retuarã Syntax: studies in the language of Colombia* 3. Arlington: Summer Institute of Linguistics/University of Texas.
- WALTZ, N. e WALTZ, C. (1997). *El agua, la roca y el humo: estudios sobre la cultura wanana del Vaupés*. Santafé de Bogotá: Instituto Linguístico de Verano.
- \_\_\_\_\_. (2000). "El Wanano," in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, pp. 453-467.
- WELCH, B. e WEST, B. 2000. "El Tucano," in: GONZÁLEZ DE PÉREZ, M. S. e RODRÍGUEZ DE MONTES, M. L. (orgs.) *Lenguas Indígenas de Colombia, una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, pp. 419-436.

- WRIGHT, R. M. (2005). *História indígena e do indigenismo no alto rio Negro*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Instituto Socioambiental.
- ZUÑIGA, F. (2007). "The discourse-syntax interface in northwestern Amazonia. Differential object marking in Makú and some Tucanoan languages," in: WETZELS, L. W. (org.) *Language endangerment and endangered languages: linguistic and anthropological studies with special emphasis on the languages and cultures of the andean-amazonian border area*. Leiden: Publications of the Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS), University of Leiden. pp. 209-227.



## ESTRUTURA ARGUMENTAL E ALINHAMENTO GRAMATICAL EM MEKENS

*Ana Vilacy Galucio*

### *Introdução*

A língua Mekens é uma das cinco línguas que compõem a família Tupari, do tronco Tupi. O tronco Tupi é um dos maiores agrupamentos genéticos da América do Sul, tradicionalmente classificado (Rodrigues 1984/1985) em 10 famílias linguísticas (Arikém, Awetí, Juruna, Mawé, Munduruku, Mondé, Puruborá, Ramarama, Tupari e Tupi-Guarani). Com o avanço dos estudos histórico-comparativos das línguas Tupi, novos subagrupamentos foram propostos. As famílias Mawé, Awetí e Tupi-Guarani formam um subramo (Rodrigues e Dietrich 1997, Drude 2006) que tem sido chamado de ramo Maweti-Guarani. Outro subagrupamento reúne as famílias Ramarama e Puruborá (Galucio e Gabas 2002).

A família Tupari é a segunda maior família linguística do tronco Tupi, composta pelas línguas Mekens, Akuntsú, Wajoro, Makurap, Tupari, e a extinta língua Kepkiriwat, todas faladas no Estado de Rondônia, Noroeste do Brasil. Mekens é a língua do povo Sakurabiat [Sakirabiat] – referida tanto pelo termo Mekens quanto Sakurabiat – encontra-se extremamente ameaçada, pois possui menos de 30 falantes e não está sendo aprendida pelas novas gerações. Os Sakurabiat têm hoje uma população muito reduzida, com aproximadamente 70 pes-

soas, que vivem na Terra Indígena Rio Mequens, no município de Alto Alegre dos Parecis (RO).

O restante deste capítulo está organizado em quatro sessões. Um breve resumo dos traços tipológicos da língua Mekens é apresentado na seção “síntese dos traços tipológicos”. A seção seguinte “Estrutura argumental e sintática dos verbos em Mekens” descreve as classes de verbos e sua estrutura argumental e sintática. A seção “Padrões de alinhamento gramatical” apresenta os padrões de alinhamento gramatical, contrastando o padrão de alinhamento absolutivo das orações simples ao padrão de alinhamento nominativo encontrado nas orações complexas. O capítulo encerra com um resumo dos principais pontos abordados, destacando as características dos padrões de alinhamento gramatical encontrados na língua.

### *Síntese dos traços tipológicos*

Do ponto de vista tipológico, Mekens é uma língua do tipo verbo final (SOV), embora haja uma tendência para os sujeitos pronominais cliticizados à direita do verbo (Galucio 2001). Os argumentos nucleares não recebem marcação explícita, ou seja, não há marcação de caso nos sintagmas nominais (SN) nas funções de sujeito e objeto do verbo. Em orações transitivas cujos argumentos são expressos por SNs, a ordem dos constituintes define as relações gramaticais com referência ao verbo, conforme os exemplos (1a-b).

- (1) a. *ameko*                      *ikwaaj*      *õpa-a-t*  
          onça;cachorro      anta      matar.a.paulada-VT-PAS  
          ‘onça matou anta’
- b. *ikwaaj*      *ameko*                      *õpa-a-t*  
          anta      onça;cachorro      matar.a.paulada-VT-PAS  
          ‘anta matou onça’

Os demais argumentos e adjuntos do verbo são expressos por sintagmas posposicionais identificados de acordo com o caso semântico, locativo (2a), dativo (2b), ablativo (2c).



- (2) a. *roque se-er-a naat top se-teg=ese<sup>1</sup>*  
 roque 3c-dormir-VT COP aux.deitado. IPFV.NPST 3C-casa=LOC  
 'Roque está dormindo na sua própria casa'
- b. *tabisarã kipe ã-a aose=bõ*  
 cacique facão dar-VT homem=DAT  
 'o cacique deu o facão pro homem'
- c. *o-si teg=eri ka õt*  
 1s-mãe casa=ABL ir;vir eu  
 'Eu vim da casa da minha mãe'

Mekens apresenta propriedades gerais de línguas do tipo núcleo final (*head-final*) e núcleo marcado (*head-marking*). O núcleo dos sintagmas ocorre geralmente à direita dos constituintes, e é o núcleo que recebe as marcações morfossintáticas indicativas das relações entre os constituintes do sintagma. Observe em (3a-b) que sintagmas nominais possessivos seguem a ordem possuidor-possuído e a marcação de posse, no caso de possuidor pronominal, é realizada no núcleo do sintagma (possuído).

- (3) a. *manoe! tek*  
 Manoel casa  
 'casa do Manoel'
- b. *o-tek*  
 1s-casa  
 'minha casa'

O mesmo padrão é observado nos sintagmas verbais (SV) transitivos (4a-d). A ordem dos constituintes é OV (núcleo final) e o argumento interno do verbo, quando pronominal, é afixado à raiz verbal, que também recebe marcação de tempo e aspecto (núcleo marcado). Esse padrão é ilustrado nos exemplos (4a-b). Outra característica de línguas com núcleo marcado é que, respeitados os diversos requisitos morfossintáticos, uma oração simples pode ser expressa somente pelo verbo (4c-d).

- (4) a. *o-pe okwa kot ke õt*  
 1s-roupa lavar FUT.IM QUOT eu  
 'eu vou lavar minha roupa' / 'estou querendo lavar minha roupa'  
 (lit. 'vou lavar minha roupa, eu digo')

1. Existe uma regra morfofonêmica geral em Mekens, que sonoriza consoantes oclusivas em fronteira de morfema quando seguidas por um morfema iniciado em vogal. Assim, os fonemas /p, t, k/ mudam para /b, r, g/, respectivamente, nesse ambiente.

- b. *aose*                    *o-so-a-t*  
homem                    1S-ver-VT-PAS  
'ο homem me viu'
- c. *se-e-pibor-a-ra-r-ap*  
3C-INTVZ-chegar-VT-REP-PAS-NEG  
'ele não chegou ainda'
- d. *e-so-a-t*  
2S-ver-VT-PAS  
'ele te viu'

Como se pode observar nos exemplos (3) e (4) acima, Mekens utiliza duas das principais estratégias de codificação das relações gramaticais dos elementos definidos na estrutura argumental do verbo: marcação dos argumentos no verbo (*cross-referencing*) e ordem de constituintes. Observa-se ainda que a língua utiliza marcação de caso para argumentos oblíquos e/ou adjuntos.

### *Estrutura argumental e sintática dos verbos em Mekens*

Existem três classes de verbos lexicais em Mekens: intransitivos, transitivos e não flexionáveis. Os transitivos se subdividem em transitivos simples e bitransitivos. A classificação de verbos em termos dessas três classes ocorre também em outras línguas do tronco Tupi, como a língua Gavião, da família Mondé (Moore 1994). As propriedades e critérios de identificação dessas classes e suas subclasses serão apresentados a seguir.

#### *Verbos intransitivos*

Os verbos intransitivos selecionam apenas um argumento que funciona como sujeito (S) da oração intransitiva. A flexão de pessoa, marcada por prefixos pessoais, é obrigatória com verbos intransitivos. Nas sentenças com verbos intransitivos, os prefixos pessoais podem ser a única referência ao sujeito da oração (5a) ou manifestar concordância de sujeito com um sintagma nominal ou pronominal, presente (5b-c). Neste caso, apenas o sintagma nominal pode ser omitido, o prefixo de pessoa, não.

- (5) a. *se-kwar-a*                      *nõât*                      *piim=õ*  
           3C-caçar-VT                      NEG                      ontem=DAT  
           ‘ele não caçou ontem’/ ‘ele não foi caçar ontem’
- b. *aose*    *se-er-a*                      *kot*    *kaat*  
           homem 3C-dormir-VT                      FUT.IM    DESID  
           ‘o homem vai dormir’/ ‘o homem quer dormir’
- c. *o-aor-a-t*                      *õt*  
           1S-sair-VT-PAS                      eu  
           ‘eu sai’

Os verbos intransitivos podem ser causativizados pelo morfema causativo {mõ-; õ-}<sup>2</sup> e pelo morfema sociativo {ese-}.<sup>3</sup> Em ambos os casos, os verbos causativizados passam a subcategorizar um segundo argumento, sendo, portanto, a causativização morfológica um processo de transitivização em Mekens. Nos verbos causativizados, o prefixo pessoal representa o argumento interno (objeto direto) do verbo. Exemplos (6a-a’) ilustram o uso do morfema causativo simples e os exemplos (6b-b’) ilustram o uso do morfema sociativo.

- (6) a. *sete*    *se-er-a-t*  
           ele;ela 3C-dormir-VT-PAS  
           ‘Ele dormiu’
- a’ *i-mo-er-a-t*  
           3S-caus-dormir-VT-PAS  
           ‘Ele;ela o fez dormir’
- b. *o-e-pibor-a-r=õt*  
           1S-INTRVZ-chegar-VT-PAS=eu  
           ‘Eu cheguei’
- b’ *s-ese-e-pibor-a-ra=õt*  
           3S-SOC-INTRVZ-chegar-VT-REP=eu  
           ‘Eu trouxe isso’ (Lit. ‘Eu cheguei de novo junto com isso’)

2. Os alomorfes do morfema causativo simples são condicionados pela forma fonológica do verbo: *mõ-* ocorre com raízes iniciadas por vogais e *õ-* com raízes iniciadas por consoantes.

3. O termo ‘sociativo’ refere a um morfema de acréscimo de valência, através da adição de um argumento ao verbo, com uma semântica específica, em que o causador e o *causee* realizam juntos o evento descrito. Esse morfema é comum a diversas línguas Tupi e tem sido tradicionalmente referido pelo termo ‘comitativo’ (Alves 2004; Gabas 1999; Leite 1977; Rodrigues 1953; Seki 2000, entre outros). Galucio (2001) também refere a esse morfema em Mekens pelo termo ‘comitativo’, em trabalhos posteriores adotou a nomenclatura ‘sociativo’ (Galucio 2009; Galucio e Nogueira, no prelo)

## Verbos transitivos

Os verbos transitivos selecionam dois argumentos: o argumento interno (O) e o argumento externo (A). A ordem dos constituintes nas orações transitivas é (S)OV, sendo especialmente fixa a ordem OV. O argumento interno (O) dos verbos transitivos é realizado ou por um sintagma nominal (7a) ou por um prefixo pessoal (7b), mas os dois não co-ocorrem (7b').

- (7)
- |    |  |                 |                 |
|----|--|-----------------|-----------------|
| a. | <i>ameko</i>                               | <i>aose</i>     | <i>so-a-t</i>   |
|    | onça; cachorro                             | homem           | ver-VT-PAS      |
|    | 'a onça viu o homem'                       |                 |                 |
| b. | <i>ameko</i>                               | <i>i-so-a-t</i> |                 |
|    | onça; cachorro                             | 3S-ver-VT-PAS   |                 |
|    | 'a onça o viu'                             |                 |                 |
| b' | * <i>ameko</i>                             | <i>aose</i>     | <i>i-so-a-t</i> |
|    | onça; cachorro                             | homem           | 3S-ver-VT-PAS   |
|    | (Leitura pretendida: 'a onça viu o homem') |                 |                 |

O sujeito (A) dos verbos transitivos é expresso por um SN externo ao SV e pode ser nominal (8a) ou pronominal (8b). No caso de sujeito pronominal, este é indicado por um pronome independente, que pode ser cliticizado à direita do verbo ou ocorrer precedendo o argumento interno. Sujeito de terceira pessoa pronominal pode ser omitido (8c).

- (8)
- |    |  |                 |                     |              |           |
|----|--|-----------------|---------------------|--------------|-----------|
| a. | <i>kiakop</i>                                    | <i>se-kojpe</i> | <i>tap-poka-a-t</i> | <i>kibaa</i> |           |
|    | Kiakop   | 3c-irmã         | pelo-queimar-VT-PAS | roça         |           |
|    | <i>pi=iri</i>                                    |                 |                     |              |           |
|    | dentro=ABL                                       |                 |                     |              |           |
|    | 'Kiakop chamou a irmã dele na roça'              |                 |                     |              |           |
| b. | <i>o-iko</i>                                     | <i>na</i>       | <i>e-ko</i>         | <i>pa</i>    | <i>õt</i> |
|    | 1s-comida  | VBLZ            | 2s-ingerir          | FUT          | 1s        |
|    | '(Você) vai ser minha comida, eu vou comer você' |                 |                     |              |           |
| c. | <i>i-tap-poka</i>                                | <i>ŋgwērēp</i>  |                     |              |           |
|    | 3s-pelo-queimar                                  | terminar        |                     |              |           |
|    | 'Ele a queimou, aí acabou'                       |                 |                     |              |           |

Em orações declarativas simples, os verbos transitivos recebem marcação morfológica para apenas um de seus argumentos, semelhante ao que ocorre com verbos intransitivos. Porém, no caso dos

transitivos é o objeto que é marcado pelo prefixo pessoal e não o sujeito. Para uma comparação entre marcação de argumentos entre verbos intransitivos e transitivos vejam (7b) e (8b-c) acima. Além disso, nos verbos transitivos há contraste entre dois prefixos de terceira pessoa: o prefixo de terceira pessoa simples (*i-*) indica um objeto não reflexivo (9a-b), enquanto o prefixo correferencial (*se-*) indica um objeto reflexivo (9c). Nos verbos intransitivos, esse contraste não ocorre nas orações simples, visto que somente o prefixo correferencial é usado, conforme (10a-a') abaixo.

- (9) a. *i-so-a-r=õt*  
 3S-ver-VT-PAS=eu  
 "Eu o vi"
- b. *sete i-so-a-t*  
 ele;ela<sub>i</sub> 3S<sub>j</sub>-ver-VT-PAS  
 'Ele;ela<sub>i</sub> o; a<sub>j</sub> viu'
- c. *se-so-a-t sete espelho=bõ*  
 3C<sub>i</sub>-ver-VT-PASS ele;ela<sub>i</sub> espelho=DAT  
 'Ele<sub>i</sub> se<sub>i</sub> viu no espelho'

Nas orações simples, a marcação de sujeito dos verbos intransitivos na terceira pessoa do singular é sempre feita pelo prefixo correferencial *se-* e não pelo prefixo de terceira pessoa do singular *i-* (10a-10a'). Porém, esses dois prefixos são usados contrastivamente para controle de referência de sujeito intercláusulas, conforme apresentado na seção "controle de referência por oposição de prefixos pessoais".

- (10) a. *sete se-er-a-t*  
 ele;ela 3C-dormir-VT-PAS  
 'Ele;ela dormiu'
- a' \* *i-er-a-t te*  
 3S-dormir-VT-PAS ele;ela  
 (leitura pretendida: 'Ele;ela dormiu')

A classificação de verbos em transitivos e intransitivos pode ser verificada utilizando-se o processo de causativização morfológica, através do morfema causativo {mõ-; õ-}. Em Mekens, o uso deste morfema é restrito a verbos intransitivos. Verbos transitivos não podem ser causativizados com o morfema causativo morfológico. Portanto, a

possibilidade de ocorrência de um verbo com o morfema causativo constitui evidência morfossintática para classificá-lo como intransitivo.

Foi identificado apenas um verbo transitivo no corpus analisado de Mekens que co-ocorre com o morfema causativo. Trata-se do verbo transitivo *so* ‘ver’. Este verbo é um verbo transitivo em Mekens, apresentando uma valência sintática de dois argumentos, sendo que o argumento interno quando pronominal é marcado por prefixos pessoais, conforme ilustrado nos exemplos (9a-c) acima. A causativização do verbo *so* ‘ver’ acarreta mudança nas estruturas léxico-conceitual e sintática do verbo. A semântica do verbo causativizado *õ-so* é ‘mostrar’ ou ‘causar X ver Y’/ ‘causar Y ser visto por X’. Com relação à valência sintática, o verbo passa a ser bitransitivo, ou seja, uma subclasse dos verbos transitivos, que seleciona dois objetos (objeto direto e indireto). No verbo causativizado *õ-so* ‘mostrar’, o novo participante, o causador (*causer*) do evento assume a função de argumento externo (A) do verbo causativizado. O argumento que expressa o papel semântico de tema é o argumento interno (O) e é expresso por um prefixo pessoal, se for pronominal. Já o argumento que expressa o papel semântico de alvo, o agente *causee* do verbo causativizado é expresso por um sintagma oblíquo (objeto indireto), marcado pela posposição dativa {=*bõ*; =*õ*},<sup>4</sup> ou é omitido, conforme exemplos (11a-b).

- (11) a. *o-õ-so-a-t*  
 1S-CAUS-VER-VT-PAS  
 ‘Ele me mostrou (para alguém)’  
 b. *s-õ-so-bõ                      ãt                      ki-tob=õ*  
 3S-CAUS-VER-NEG                      tu                      1PIN-pai=DAT  
 “Não mostre isso para nosso pai”

Este é o único exemplo identificado, até o momento, de verbo transitivo que pode ser causativizado em Mekens. Entretanto, a hipótese a ser investigada é se esse verbo faz parte de uma subclasse de verbos transitivos que permite esse processo. Esta subclasse poderia envolver verbos de percepção e/ou verbos com sujeito experienciador. Verbos que pertencem a essa subclasse semântica incluem, por exemplo, verbos como *kwaksoa* ‘ouvir’. Porém ainda não dispomos

4. Os alomorfes são condicionados pela forma fonológica do verbo: *-bõ* ocorre com raízes terminadas em vogais e *-õ* com raízes terminadas em consoantes.

de informações sobre a possibilidade de causativizar esse e outros verbos semelhantes. É interessante, que na língua Wajoro também pertencente à família Tupari, o morfema causativo morfológico também ocorre somente com verbos intransitivos, à exceção do verbo *to-a* ‘ver’, que é cognato do verbo *so* ‘ver’ em Mekens, e apresenta as mesmas características (Nogueira e Galucio, no prelo). Em Karitiana (família Arikém), também do tronco Tupi, os verbos de percepção (incluindo ‘ver’, ‘ouvir’, ‘escutar’ etc) formam uma subclasse de verbos semanticamente transitivos, mas sintaticamente intransitivos (cf. Storto; Rocha, neste volume). Esses verbos podem ser causativizados com o morfema causativo {m-}, cognato do causativo das línguas da família Tupari. Uma diferença entre os verbos de percepção em Karitiana e nas línguas da família Tupari, é que, ao contrário de Karitiana, em Mekens e Wajoro, esses verbos são semântica e sintaticamente transitivos.

#### *Verbos bitransitivos: uma subclasse de transitivos*

De acordo com critérios morfossintáticos (distribuição dos prefixos pessoais, ocorrência com morfemas de alteração de valência etc), os verbos bitransitivos são analisados como uma subclasse de verbos transitivos, pois apresentam as mesmas características destes. Verbos bitransitivos distinguem-se dos transitivos simples por selecionarem um segundo objeto. Essa subclasse de verbos é classificada como sintaticamente transitivos e semanticamente bitransitivos. Em Mekens, somente um dos argumentos dos verbos bitransitivos, o objeto direto, é marcado no verbo, através dos prefixos pessoais, o segundo argumento é realizado por um SN oblíquo. Do ponto de vista da estrutura semântica, o objeto codificado no verbo é sempre o tema, enquanto o argumento que denota o papel temático de alvo é expresso pelo SN oblíquo, marcado pela posposição dativa, conforme exemplificado em (12).

- (12) *tabisārā kipe sīt ō-a-t te=bō*  
 cacique facão DEM dar-VT-PAS ele;ela=DAT  
 ‘o cacique deu a faca para ele’

## Verbos não flexionáveis

Os verbos não flexionáveis se diferenciam dos verbos transitivos e intransitivos pelo fato de não receberem marcação de pessoa, tempo ou aspecto. Os verbos não flexionáveis podem ser semanticamente transitivos ou intransitivos, ou seja, podem ter um ou dois argumentos nocionais, porém esses argumentos não são codificados no verbo. Geralmente os argumentos semânticos dessa classe de verbos são interpretados no discurso como correferentes com sintagmas previamente mencionados. Quando expresso, o sujeito (S ou A) de um verbo não-flexionável é sempre indicado por um sintagma nominal, nunca por prefixo, enquanto o objeto (O), se houver, é expresso por um sintagma oblíquo, marcado pela posposição clítica =*pe*, e não pode ser referenciado por um prefixo no verbo, conforme exemplos (13a-c).

- (13) a. *poret sete sorok neara*  
 aí;agora ele;ela afundar novamente  
 'Aí ele afundou novamente'
- b. *ejat-poor-iat tagerot sik pii*  
 2P-velho-COL virar-se parar atirar  
 'Aí o parente mais velho de vocês virou-se, parou e atirou'
- c. *sigi~sigi ~sigi te pe=kimakāj*  
 levantar~INC~INC ele;ela OBL=terra  
 'Ele começou a levantar terra'

Verbos não flexionáveis podem ser transitivizados ou intransitivizados, segundo sua classe semântica, pelos morfemas derivacionais {-ka} e {-kwa} 'transitivizadores' e {e-} 'intransitivizador'. Esse processo derivacional não altera a estrutura semântica dos verbos, somente a valência sintática. Os verbos, derivados passam a exibir as mesmas características dos verbos transitivos e intransitivos, respectivamente. Isso é ilustrado nos exemplos (14-15) abaixo. Note que em (14a'), o verbo não flexionável não pode receber o prefixo de objeto *i-*, enquanto em (14b) e (15b), o verbo transitivizado com *-ka* pode.



- (14) a. *pip*  
arremessar  
'(ele) arremessou (algo)'  
a'. \**i-pip*  
3s-arremessar  
(Leitura pretendida: 'ele arremessou algo')  
b. *i-pip-ka-t*  
3s-arremessar-TR-PAS  
'(Ele) arremessou algo'
- (15) a. *koboj*                      *soboj*  
mergulhar                      espalhar.água  
'(Ele) mergulhou e espalhou água'  
b. *i-soboj-ka*  
3s-espalhar.água-TR  
'(Ele) espalhou isso'

### Auxiliares

A língua Mekens possui uma série de auxiliares (Galucio 2001), que ocorre com verbos lexicais no aspecto imperfeito passado ou presente. Os auxiliares possuem formas supletivas que indicam a posição corporal do sujeito da oração (sentado, em pé, deitado etc.). Auxiliares também flexionam para pessoa e número, indicando concordância com o sujeito do verbo lexical, conforme (16a-c).

- (16) a. *o-er-a*                      *o-toop*  
1s-dormir-VT                      1s-AUX.deitado. IPFV.NPAS  
'Eu estou dormindo'
- b. *o-api-taka*                      *o-jě*  
1s-pensamento;vida-seguir                      1s-AUX.sentado. IPFV.NPAS  
'Eu estou pensando'
- c. *ek obaat*                      *mot-kwa*                      *o-koop*  
casa muito                      fazer-pl.ev                      1s-AUX.mov. IPFV.NPAS  
'Eu estou construindo muitas casas'

Os auxiliares são raízes de argumento único, assim como os verbos intransitivos. Porém, apresentam uma diferença na marcação de pessoa em relação a estes. Em sentenças simples, a terceira pessoa do singular é marcada no auxiliar pelo prefixo de terceira pessoa

não correferencial *i-*, conforme (17a). Já nos verbos lexicais intransitivos, terceira pessoa é marcada pelo prefixo correferencial *se-*, como demonstrado nos exemplos (17b-b') abaixo, repetidos de (10).

- (17) a. *ameko*                      *se-er-a*                      *i-toop*  
           onça;cachorro            3C-dormir-VT            3S-AUX.deitado.IPFV.NPAS  
           'O cachorro está dormindo'
- b. *sete*            *se-er-a-t*  
           ele;ela            3C-dormir-VT-PAS  
           'Ele;ela dormiu'
- b'. \**i-er-a-t*                      *te*  
           3S-dormir-VT-PAS            ele;ela  
           (leitura pretendida: 'Ele;ela dormiu')

Nesta seção, foi apresentada a estrutura argumental e valência sintática dos verbos em Mekens, os quais são classificados em três classes: intransitivos, transitivos e não flexionáveis. Vimos os critérios de identificação e as propriedades dessas classes e suas subclasses, como, por exemplo, a distribuição dos morfemas pessoais e a ocorrência com determinados morfemas de alteração de valência.

Na próxima seção, discutiremos de forma mais detalhada o sistema de alinhamento morfossintático de Mekens, em termos da codificação dos argumentos sujeito de intransitivo (S), sujeito de transitivo (A) e objeto (O). Veremos que há uma correlação entre a marcação de argumento encontrado em sentenças simples e o controle de referência de sujeito em sentenças complexas.

### *Padrões de alinhamento gramatical*

Os padrões de alinhamento gramatical em Mekens seguem as características gerais das línguas da família Tupari e de outras línguas Tupi, como, por exemplo, Karitiana, (cf. Storto e Rocha, neste volume). No nível sintático, as estratégias morfossintáticas de combinação de orações (coordenação, subordinação) seguem um padrão nominativo, no qual os sujeitos transitivos e intransitivos funcionam como pivôs sintáticos. No nível morfológico, como visto na seção anterior, a codificação dos argumentos pronominais nos verbos transitivos e intransitivos em orações simples manifesta um padrão de alinhamento absolutivo. Já com verbos auxiliares, encontramos outro padrão de alinhamento

envolvendo a codificação dos argumentos pronominais. Nesta seção, primeiro apresentaremos o padrão de alinhamento morfossintático na codificação dos argumentos dos verbos lexicais. Em seguida, o padrão de alinhamento encontrado nos auxiliares. E finalizamos com a descrição do padrão de concordância nominativo que se manifesta no nível sintático na relação entre duas ou mais orações.

*Alinhamento ergativo-absolutivo com verbos lexicais*

Semelhante ao padrão encontrado em outras línguas Tupi, a língua Mekens apresenta duas séries de morfemas pronominais pessoais: pronomes (livres) e prefixos, conforme tabela 1. Os pronomes livres ocorrem com verbos e posposições, enquanto os prefixos ocorrem com as categorias lexicais de nomes, adjetivos, auxiliares e verbos. Quando usados com nomes, os prefixos pessoais referem ao possuidor de um sintagma nominal possessivo (*e-tak* ‘tua filha’) e quando ocorrem com adjetivos referem ao nominal modificado pela raiz adjetival (*i-poot* ‘alguém ou alguma coisa velho(a)’).

Tabela 1. Morfemas pronominais pessoais

Pessoa	Pronomes	Prefixos
1s	õt	o-
2s	êť	e-
3s	te	i-; s- <sup>7</sup>
3c	sete <sup>8</sup>	se-
1PIN	kise	ki
1PEX	ose	ose-
2P	ejat	ejat-
3P	tejat	tejat-
3PC	setejat	se-

5. i- ocorre geralmente antes de consoante e s- antes de vogal.  
6. Este pronome correferencial começa a ser usado indistintamente como pronome de terceira pessoa simples, neutralizando a oposição com o pronome *te*.

Nesta seção, abordaremos somente a distribuição destes morfemas envolvendo as raízes verbais e mostraremos que a língua apresenta um padrão ergativo-absolutivo na marcação dos argumentos pronominais dos verbos lexicais. As duas séries de morfemas pessoais ocorrem com verbos transitivos e intransitivos, porém sua distribuição morfossintática e associação às funções gramaticais são distintas e definidas de acordo com a classe de verbos.

A série dos prefixos pessoais marca o argumento absolutivo: sujeito do verbo intransitivo (S) e objeto do verbo transitivo (O), conforme tabela 2. O argumento ergativo sujeito do verbo transitivo (A) é codificado pela série dos pronomes pessoais independentes, conforme tabela 3. Essa distribuição dos morfemas pessoais é que constitui o padrão de alinhamento morfossintático ergativo-absolutivo em Mekens.

Tabela 2. Morfemas pessoais absolutivos (S) e (O)

Pessoa	Singular	Plural
1	o-	ki- 'inclusiva' ose- 'exclusiva'
2	e-	ejat-
3	i-; s-	tejat-
3c	se-	se-

Tabela 3. Morfemas pessoais ergativos (A)

Pessoa	Singular	Plural
1	õt	kise 'inclusiva' ose 'exclusiva'
2	ët	ejat
3	te	tejat
3c	sete	setejat

A distribuição absoluta dos prefixos pessoais é exemplificada em (18-19) abaixo. Os prefixos pessoais são usados em verbos intransitivos, indicando o argumento (S) (18a-b) e em verbos transitivos indicando o argumento (O) (19a-b). Os pronomes livres são usados com verbos transitivos indicando o argumento (A), (19a-b). Note nos

exemplos (18a-b) que os pronomes também ocorrem opcionalmente com verbos intransitivos, indicando um sujeito enfático.<sup>7</sup> O padrão de alinhamento absolutivo resulta da distribuição dos prefixos pessoais com verbos intransitivos e transitivos, uma vez que estes marcam o argumento absolutivo (S e O).

#### Argumento S – Sujeito do verbo intransitivo

- (18) a. *e-er-a-t* (*ẽt*) *eni=ese*  
 2S-dormir-VT-PAS (2S) rede=LOC  
 'Você dormiu na rede'
- b. *o-er-a-t* (*õt*)  
 1S-dormir-VT-PAS (1S)  
 'Eu dormi'

#### Argumentos A e O – Sujeito e objeto do verbo transitivo

- (19) a. *o-so-a-t* *ẽt*  
 1S-ver-VT-PAS 2S  
 'Você me viu'
- b. *e-so-a-t* *õt*  
 2S-ver-VT-PAS 1S  
 'Eu te vi'

#### Alinhamento nominativo com verbos auxiliares

A marcação de pessoa nos auxiliares segue um padrão nominativo. A flexão nominal no auxiliar marca sempre o sujeito da oração, independente da valência do verbo lexical, conforme (20a-d) abaixo. Nas sentenças intransitivas (20a-b) pode-se observar a correferência entre a flexão pronominal no auxiliar e no verbo intransitivo, ambos referindo ao sujeito da oração. Os exemplos (20c-d) mostram sentenças transitivas com sujeito e objeto pronominais. Nesse caso, a flexão de pessoa no auxiliar é a única referência ao sujeito da oração, enquanto o prefixo pessoal no verbo transitivo marca o objeto (O).

- (20) a. *o-er-a* *o-toop*  
 1S-dormir-VT 1S-AUX.deitado. IPFV.NPAS  
 'Eu estou dormindo'

7. A opcionalidade é indicada pelo uso dos parênteses ( ).

- |    |                       |                            |               |                            |
|----|-----------------------|----------------------------|---------------|----------------------------|
| b. | <i>kirêp</i>          | <i>êt</i>                  | <i>e-er-a</i> | <i>e-toop</i>              |
|    | agora                 | voce                       | 2s-dormir-VT  | 2s-AUX. deitado. IPFV.NPAS |
|    | 'Você está dormindo'  |                            |               |                            |
| c. | <i>e-so-a</i>         | <i>o-jê</i>                |               |                            |
|    | 2s-ver-VT             | 1s- aux.sentado. IPFV.NPAS |               |                            |
|    | 'eu estou te olhando' |                            |               |                            |
| d. | <i>o-so-a</i>         | <i>e-jê</i>                |               |                            |
|    | 1s-ver-VT             | 2s- aux.sentado. IPFV.NPAS |               |                            |
|    | 'tu estás me olhando' |                            |               |                            |

Esse padrão observado em (20a-d) mostra que nos auxiliares o alinhamento é nominativo, pois o sujeito (S e A) é o argumento marcado nas raízes dos auxiliares. Já os verbos transitivos e intransitivos não mudam nessas construções, eles apresentam o mesmo padrão ergativo-absolutivo observado em orações em que não ocorrem os auxiliares.

#### *Padrão de alinhamento sintático: nominativo*

Se no nível morfológico, os verbos lexicais apresentam um padrão de alinhamento absolutivo, no nível sintático, as estratégias de combinação de orações (coordenação e subordinação) seguem um padrão nominativo, no qual sujeitos transitivos e intransitivos funcionam como pivôs sintáticos na correlação entre orações. Existem duas estratégias para controle de referência na língua: omissão de sujeitos correferenciais e controle de referência através dos prefixos pessoais. Ambas estratégias configuram um sistema nominativo, em que o controle da referência se dá a partir dos sujeitos.

Essas duas estratégias de controle de referência em orações complexas em Mekens são definidas de acordo com as classes verbais. A estratégia de omissão de sujeitos correferenciais é aplicada com verbos transitivos e verbos não flexionáveis, enquanto a estratégia de controle de referência através dos prefixos pessoais é aplicada com verbos intransitivos e auxiliares.

Em orações com verbos transitivos e em orações com verbos não flexionáveis, a opção não marcada para controle de referência é omitir o sujeito da segunda oração se este é correferente com o sujeito da primeira. No exemplo (21) abaixo, os sujeitos das duas orações são correferentes, então o sujeito do verbo transitivo na segunda oração pode ser omitido sob correferencialidade com o sujeito da primeira oração.

- (21) *sakirap aose so-a-t Ø i-seg-a*  
 macaco<sub>i</sub> homem<sub>j</sub> ver-vt-pas pro<sub>i</sub> 3s<sub>j</sub>-agarrar-vt  
 'o macaco viu o homem e agarrou nele'

Em orações transitivas com sujeitos não correferenciais, os sujeitos das duas orações são expressos, como em (22a-b) abaixo.

- (22) a. *aose sakirap so-a-t te sakirap*  
 homem<sub>i</sub> macaco<sub>j</sub> ver-vt-pas foc macaco<sub>j</sub>  
*i-seg-a*  
 3s<sub>i</sub>-agarrar-vt  
 'o homem<sub>i</sub> viu o macaco<sub>j</sub> e o macaco<sub>j</sub> agarrou ele<sub>i</sub>'  
 b. *kwamoa=iat se-pitoa aïpe ka-a*  
 pajé=COL<sub>i</sub> 3c-tabaco anjico ingerir-vt  
*i-paese=iat i-so-a*  
 3s-todos=COL<sub>j</sub> 3s-ver-VT  
 'Os pajés<sub>i</sub> fumam seu rapé e os outros<sub>j</sub> olham'

A mesma estratégia é utilizada para controle de referência com os verbos não flexionáveis, aqueles que não recebem flexão de pessoa, tempo ou aspecto. Em orações complexas com verbos não flexionáveis, o sujeito da segunda oração é omitido se for correferente com o sujeito da primeira. No exemplo em (23), a partícula de discurso *arêp* 'aí; então' é usada para enfatizar a relação entre as duas partes da sentença complexa e, por implicação, também a referência idêntica entre os sujeitos das duas orações.

- (23) *ãsi aose so-a-t arêp kwat*  
 mãe homem ver-VT-PAS aí sair  
 'Minha mãe viu o homem e (ela) saiu'

Sujeitos distintos devem ser expressos por um nome ou pronome. Quando o sujeito é o pronome de terceira pessoa, a forma pronominal usada é a do pronome de terceira pessoa não correferencial *te*. Os exemplos em (24) ilustram essa estratégia de controle de referência entre orações contendo verbos não flexionáveis. Observe em (24a) que os sujeitos das duas orações são distintos e ambos são expressos explicitamente pelo SN. A sentença (24b) é ambígua entre duas interpretações: uma leitura com sujeitos correferentes e uma leitura com sujeitos distintos, pois não há informação sobre gênero no pronome. Neste caso,

a interpretação não correferencial é favorecida, uma vez que a opção não marcada omitiria um sujeito correferencial (cf. exemplo (23) acima).

- (24) a. *ãsi aose so-a-t te aose kwat*  
 mãe homem ver-vt-pas foc homem sair  
 'Minha mãe viu o homem e ele saiu' (Lit. 'Minha mãe viu o homem, e o homem saiu')
- b. *ãsi aose so-a-t sete kwat*  
 mãe homem ver-vt-pas ele;ela sair  
 'Minha mãe viu o homem e ele saiu'

Já em sentenças com verbos intransitivos e auxiliares, devido à obrigatoriedade da indicação do sujeito através da marcação pronominal prefixada ao verbo, o controle de referência segue estratégia parcialmente diferenciada da estratégia utilizada com verbos transitivos e não flexionáveis. Embora também se aplique a estratégia de apagamento de sujeito correferencial, a principal estratégia de controle de referência em orações complexas com verbos intransitivos e auxiliares se dá através de uma oposição entre prefixos pessoais correferenciais e não correferenciais.

A oração complexa em (25) é uma oração coordenada que exemplifica a aplicação da estratégia de apagamento de sujeitos idênticos quando pelo menos o segundo verbo da oração é intransitivo. A primeira oração em (25) é uma oração transitiva na qual o SN sujeito '*margarete*' ocorre em posição de foco marcado pela partícula '*te*', a oração coordenada que segue é uma oração intransitiva simples. Nesse caso, como os sujeitos das duas orações são idênticos, o SN sujeito da segunda oração é omitido e a única leitura possível é uma em que os sujeitos são correferenciais, ou seja, o SN '*margarete*' é a referência para os sujeitos de ambas as orações.

- (25) *Margarete te Olimpio tĩkwa-a-t se-e-jarap-kwa*  
 Margarette foc Olimpio beijar-vt-pas 3c-INTVZ-alegre-tr  
*naat kop*  
 cop aux.mov. ipfv.npas  
 'Margarete beijou Olimpio e está feliz.'  
 (\* Margarete beijou Olimpio e ele está feliz)<sup>8</sup>

8. O asterisco (\*) indica que a leitura em que os sujeitos não são correferenciais é agramatical.



O exemplo (25) acima ilustra a combinação das duas estratégias de controle de referência encontradas na língua: o SN sujeito da segunda cláusula é omitido e apenas o prefixo correferencial ocorre no verbo. A presença do auxiliar na segunda oração não é relevante para a questão de controle de referência, neste caso. O uso de prefixos para indicar correferencialidade será discutido em detalhe na próxima sessão.

No caso de sujeitos diferentes, ambos devem ser expressos na oração. Assim, para se obter o sentido que é dado como não gramatical em (25) acima, sem utilizar outros recursos de controle de referência, o segundo sujeito precisa estar nominalmente expresso. Dessa forma, paralelamente à oração em (25), as orações (26a-b) também ocorrem em Mekens. Note-se que em ambas, os sujeitos das duas cláusulas são distintos. Observe que a segunda oração em (26a) é potencialmente ambígua em relação à referência do sujeito, pois não há contraste de gênero nos pronomes, porém a leitura em que os sujeitos são distintos é a menos marcada.

- (26) a. *margarete*                      *te*                      *olimpio fikwa-a-t*                      *se-e-jarap-kwa*  
           Margarete                      FOC                      Olimpio beijar-VT-PAS                      3C-INTVZ-alegre-TR  
           *sete*  
           ele;ela  
           'Margaretei beijou Olimpioj e elej ficou feliz'
- b. *olimpio te*                      *margarete fikwa-a-t*                      *se-e-jaraap-kwa*  
           Olimpio foc                      Margarete    beijar-vt-pas                      3c-intvz-alegre-tr  
           *te*    *Margarete*  
           foc    Margarete  
           'Olimpioi beijou Margaretej e elaj ficou feliz, a Margaretej'

### Controle de referência por oposição de prefixos pessoais

Além do uso extensivo da estratégia de marcação 'zero' ou simples justaposição, com omissão de sujeitos correferenciais, existe outro sistema de controle de referência de sujeitos em Mekens, que utiliza a oposição entre duas formas distintas de prefixos pessoais de terceira pessoa: 3ª pessoa singular *i-* e 3ª pessoa correferencial *se-*. O prefixo de 3ª pessoa singular *i-* é usado para indicar sujeito não correferencial, enquanto o prefixo de 3ª pessoa correferencial *se-* é usado

para indicar sujeitos idênticos ou correferenciais. Essa estratégia que utiliza prefixos pessoais para fazer a distinção entre sujeitos distintos e correferenciais é usada tanto na subordinação quanto na coordenação de orações. Porém, ela é funcional e produtiva na língua somente com sujeitos de terceira pessoa e é restrita a verbos intransitivos e auxiliares, uma vez que somente verbos intransitivos e auxiliares recebem flexão de sujeito.

Nas orações com verbos intransitivos, a oposição entre os dois prefixos de terceira pessoa (*i-* ‘3s’ e *se-* ‘3c’) é usada para controle de referência de sujeito entre orações. A continuidade ou não da referência do sujeito é marcada no verbo da segunda oração, em ordem linear, no caso de orações coordenadas, e no verbo da oração dependente, em caso de subordinação. Sujeitos correferenciais são marcados pelo prefixo *se-*, enquanto sujeitos não correferenciais são marcados pelo prefixo *i-*.

Esse sistema é interessante, pois ele adiciona uma nova dimensão à flexão de pessoa nos verbos intransitivos. Como visto anteriormente, em orações intransitivas simples, os argumentos dos verbos intransitivos são codificados pelo prefixo correferencial *se-*, e não pelo prefixo de 3ª pessoa simples *i-*, ou seja, em orações simples a concordância com sujeito intransitivo se dá somente através do prefixo correferencial *se-* e o uso do prefixo *i-* é agramatical (cf. exemplos (17) acima). Entretanto, na correlação entre duas ou mais orações, os dois prefixos de terceira pessoa são usados contrastivamente nos verbos intransitivos para distinguir entre sujeitos idênticos ou distintos, conforme exemplos (27a-b) abaixo.

As orações coordenadas em (27a-b) apresentam sujeitos idênticos, o que motiva o uso do prefixo de 3ª pessoa correferencial *se-* para indexar o argumento do verbo intransitivo na segunda parte da oração coordenada. Em (27a) o SN *ameko* ‘cachorro’ é o tópico e também o sujeito das duas orações. Da mesma forma, em (27b) o SN *aose* ‘homem’ é o sujeito e o tópico das duas orações. O prefixo correferencial no verbo da segunda oração indica a continuidade de sujeitos.

- (27) a.    *ameko*                    *aose*                    *sogo-a-t*  
           cachorro<sub>i</sub>                homem                morder-VT-PAS  
           *se-er-a*                    *naat*                    *top*  
           3c<sub>i</sub>-dormir-VT        COP                    AUX.deitado.IPFV.NPAS  
           ‘O cachorro mordeu o homem e (pro<sub>i</sub>) está dormindo (agora)’

- b. *aose*    *aramira*    *õpa-a-t*                    *se-ser-a-t*  
homem<sub>i</sub> mulher<sub>j</sub> bater-vt-pas    3c<sub>i</sub>-sair-vt-pas  
'O homem<sub>i</sub> bateu na mulher<sub>j</sub> e (pro)<sub>i</sub> saiu'

Em sentenças com orações coordenadas de sujeitos diferentes, o prefixo pronominal que indexa o argumento do verbo intransitivo na segunda parte da oração coordenada é o prefixo de 3ª pessoa não correferencial *i-*, conforme exemplo (28) abaixo.

- (28) *aramira*,    *aose*            *s-õpo*            *kaat*            *i-ser-a-t*  
mulher            homem    3s-bater            QUOT            3s-sair-VT-PAS  
'A mulher<sub>i</sub>, o homem bateu nela, dizem, e ela saiu'

Do ponto de vista semântico, a sentença (28) é exatamente paralela à sentença (27b) acima, ambas descrevem a mesma sequência de eventos. Porém, ao contrário de (27b), em que o SN *aose* é ao mesmo tempo tópico e sujeito das duas orações, na sentença (28), o SN *aramira* 'mulher' ocorre como tópico das duas orações, mas funciona como sujeito apenas da segunda oração. Na primeira oração em (28), o SN *aramira* é topicalizado à esquerda, seguido pelo sujeito da oração o SN *aose*, isso é indicado por uma pausa entoacional entre o SN topicalizado e o restante da sentença, e pela ocorrência do pronome resumptivo no verbo transitivo da primeira oração. Na segunda oração em (28), o tópico *aramira* é retomado e funciona, agora, como o sujeito do verbo intransitivo 'sair', que neste caso é marcado com o prefixo de terceira pessoa simples (não correferencial *i-*), uma vez que os sujeitos das duas orações são distintos. O exemplo em (28) evidencia o fato de que o pivô sintático para o controle de referência é o sujeito das duas orações e não o tópico.

Essa mesma estratégia de controle de referência entre sujeitos através da oposição entre os dois prefixos de terceira pessoa também é aplicada em sentenças complexas que contêm um auxiliar. Nesse caso, a distinção entre sujeitos idênticos ou diferentes é feita no auxiliar, não no verbo lexical. Tanto em sentenças transitivas quanto em sentenças intransitivas, correferencialidade ou não entre sujeitos é indicada pelo uso do prefixo correspondente no auxiliar.

Como visto anteriormente, em sentenças transitivas com verbos auxiliares não há indexação do sujeito no verbo principal. A referência

do sujeito só é indicada no auxiliar, como mostram os exemplos (29a-b). Em (29a), os sujeitos das duas orações são idênticos e o auxiliar é indexado com o prefixo pronominal correferencial *se-*. Neste caso, SN *ãsi* ‘mãe’ é interpretado como sendo o referente e o sujeito das duas orações. Já em (29b) os sujeitos das duas orações são diferentes e o auxiliar é indexado com o prefixo pronominal de 3ª. pessoa simples (não correferencial) *i-*. A única interpretação possível em (29b) é que a mãe chegou quando uma outra pessoa estava preparando chicha.<sup>9</sup>

- (29) a. *ãsii se-it-ka-r-a tiero mot-kwa*  
 mãe 3C-chorar-TR-?-VT chicha fazer.PL.EV  
*se-ko-a*  
 3C-aux.mov- IPFV.PAS  
 ‘Minha mãe<sub>i</sub> chorou quando (ela)<sub>j</sub> estava fazendo chicha’
- b. *o-si<sup>10</sup> se-e-pibor-a tiero mot-kwa*  
 1S-mãe 3C-INTVZ-chegar-VT chicha fazer-PL.EV  
*i-ko-a*  
 3S-AUX.MOV-IPFV.PAS  
 ‘Minha mãe<sub>i</sub> chegou quando ele<sub>j</sub>/ela<sub>j</sub> estava fazendo chicha’

Em sentenças complexas intransitivas que contêm um auxiliar, a distinção entre sujeitos correferenciais e não correferenciais é neutralizada no verbo intransitivo. Ou seja, independente de haver ou não correferencialidade entre sujeitos, os verbos intransitivos podem ser marcados com o prefixo correferencial *se-*, em ambas as orações. O contraste entre sujeitos correferenciais ou não é indicado somente no auxiliar, como pode ser observado nos exemplos (30a-b).

Na sentença (30), o SN *ameko* ‘cachorro;onça’ é o sujeito da oração principal e também da subordinada. Nesse caso, tanto o verbo intransitivo quanto o auxiliar na segunda oração são indexados com o prefixo pronominal de 3ª pessoa correferencial *se-*.

9. Bebida fermentada, feita geralmente com milho, mandioca ou batata.

10. Existem dois vocábulos diferentes para referir a ‘mãe’. A forma *ãsi* é usada somente na primeira pessoa e não recebe afixo de posse, enquanto a forma *-si* é um nome inalienável, vem sempre precedido de um prefixo pessoal ou nome possuidor, e é usado para todas as pessoas do discurso.

- (30) *amekoi aose sogo-a-t*  
cachorro homem morder-VT-PAS  
*se<sub>i</sub>-aor-a-ra se<sub>i</sub>-seso-a*  
3C-sair-VT-REP 3C-AUX.andando-IPFV.PAS  
'O cachorro<sub>i</sub> mordeu o homem<sub>j</sub> quando (ele<sub>j</sub>) estava saindo'/  
'O cachorro mordeu o homem, ao sair'

Por outro lado, em (31), o SN *ameko* 'cachorro; onça' é o sujeito da oração principal, mas não o da oração subordinada, por isso o auxiliar na oração subordinada é indexado com o prefixo pronominal de 3ª pessoa regular, não correferencial *i-*. O verbo intransitivo na segunda oração permanece indexado com o prefixo de 3ª pessoa coreferencial *se-*, porém a informação sobre a referência disjunta do sujeito das duas orações é expressa pelo prefixo do auxiliar.

- (31) *ameko aose sogo-a-t*  
cachorro<sub>i</sub> homem<sub>j</sub> morder-VT-PAS  
*se-aor-a-ra i-seso-a*  
3C<sub>j</sub>-sair-VT-REP 3S<sub>j</sub>-AUX.andando-IPFV.PAS  
'O cachorro<sub>i</sub> mordeu o homem<sub>j</sub> quando ele<sub>j</sub> (o homem<sub>j</sub>) estava saindo'

É possível também utilizar o prefixo não correferencial, tanto no verbo intransitivo quanto no auxiliar, quando se trata de sujeitos diferentes (32a-b). Essa dupla marcação com prefixos não correferenciais parece exercer uma função enfática na oração, mas esse tópico requer ainda mais investigação.

- (32) a. *se<sub>i</sub>-i-a te ikão*  
3C-vir-vt foc dem  
*i<sub>j</sub>-er-a i<sub>j</sub>-to-a pe=o-met<sub>j</sub>*  
3S-dormir-vt 3S-aux.deitado-ipfv.pas obl=1s-marido  
'Ele veio naquela hora quando meu marido estava dormindo'  
(Lit. Ele<sub>j</sub> veio naquela hora quando ele<sub>j</sub> estava dormindo, o meu marido<sub>j</sub>)  
b. *pagop-taip ese-kwar-a-t i-er-a*  
novo-rapaz soc-sair-VT-PAS 3S-dormir-VT  
*i-to-a*  
3S-AUX.deitado-IPFV.PAS  
'Ela<sub>i</sub> carregou o rapaz<sub>j</sub> quando ele<sub>j</sub> estava dormindo'

Embora haja semelhanças entre o sistema de controle de referência de sujeitos em Mekens, através do uso de dois prefixos distin-

tos de terceira pessoa, e os sistemas clássicos de referência cruzada (*switch-reference*), conforme descritos, por exemplo, em Haiman e Munro (1983), Stirling (1993), Foley e Van Valin (1984), o sistema encontrado em Mekens é claramente distinto de um sistema de *switch-reference*. Nos sistemas canônicos de *switch-reference*, a marcação da continuidade ou não da referência do sujeito é geralmente feita por um sistema paralelo de controle de referência, que funciona independente dos marcadores de concordância pronominais e coocorre com todas as pessoas do discurso. Este não é o caso em Mekens, onde o sistema de controle de referência de sujeitos é um uso extensivo dos prefixos pronominais e é relevante somente na terceira pessoa. Os mesmos prefixos de pessoa usados nas orações simples são utilizados de forma extensiva para indicar se há ou não continuidade referencial do sujeito entre duas orações. Galucio (2014) apresenta uma comparação entre o sistema de controle de referência de sujeito em orações complexas de Mekens e outros mecanismos conhecidos de controle de referência, como o sistema de referência cruzada (*switch-reference*), os sistemas logofóricos, sistemas obviativos e os sistemas reflexivos de longa distância, e conclui que o sistema encontrado em Mekens (e em outras línguas Tupi) não se adequa completamente a nenhum desses sistemas, embora tenha características semelhantes em vários casos.

É importante notar neste contexto que a distinção entre morfemas pronominais correferenciais e não correferenciais e seu uso para indicar correferência ou não com o sujeito de uma ou mais orações é uma característica comum a diversas línguas Tupi. Moore (1984) e Gabas (1999) descrevem a distribuição desses morfemas em duas línguas Tupi de famílias distintas, Gavião (Mondé) e Karo (Ramarama), respectivamente, e destacam a função de indicar correferencialidade com o sujeito. Jensen (1998) apresenta uma descrição do sistema pronominal em línguas da família Tupi-Guarani e reconstrói para proto-Tupi-Guarani o paradigma completo de formas correferenciais para todas as pessoas do discurso. Embora atualmente o padrão mais recorrente nas línguas Tupi-Guarani seja de distinguir entre formas correferenciais e não correferenciais somente na terceira pessoa do discurso, ainda há línguas em que a distinção opera em todas as pessoas do discurso.

A distribuição dos morfemas pronominais pessoais e as pessoas do paradigma pessoal onde esse contraste correferencial/não correfe-

rencial é marcado nas línguas Tupi difere entre as línguas da família. Porém um dos padrões mais comum é que os morfemas pronominais presos (prefixos e/ou clíticos) ocorram com nomes, verbos, adjetivos ou verbos estativos, verbos auxiliares e posposições. No caso de Mekens, os prefixos pronominais pessoais podem ocorrer com nomes, indicando o possuidor de um sintagma possessivo, com adjetivos, indicando o referente modificado pela raiz adjetival, e com auxiliares e verbos lexicais, indicando os argumentos verbais, conforme descrito nas seções anteriores.

Desta forma, o uso dos dois prefixos de terceira pessoa (*se-* e *i-*) para indicar correferência ou não com o sujeito aplica-se não somente a verbos e auxiliares, mas também a sintagmas nominais possessivos e objetos reflexivos de verbos transitivos, conforme ilustrado nos exemplos (33-34) abaixo.

- (33) a. *arēp eke Tepare Arikwayō s-anip pākaa=pe*  
 aí DEM Tepare Arikwayō<sub>i</sub> 3s<sub>j</sub>-cabeça quebrar=OBL  
*i-so-a pe=Pasiare<sub>j</sub>*  
 3s-ver-VT OBL=Pasiare  
 'Aí esse Teparé Arikwayō<sub>i</sub> viu, a cabeça quebrada dele<sub>j</sub>, do Pasiaré<sub>j</sub>'
- b. *āsi<sub>i</sub> se<sub>j</sub>-anip tap sereka naat*  
 mãe 3c-cabeça cabelo cortar COP  
*kop (sete<sub>j</sub>-ēp)*  
 AUX.MOV-IPFV.PAS ele;ela-ENF  
 'minha mãe<sub>i</sub> está cortando seu<sub>i</sub> próprio cabelo, (ela<sub>j</sub> mesma)'
- (34) a. *aose i-so-a-t*  
 homem<sub>i</sub> 3s<sub>j</sub>-ver-vt-pas  
 'o homem<sub>i</sub> o<sub>j</sub> viu'
- b. *se<sub>j</sub>-sereka-t (sete<sub>j</sub>-ēp)*  
 3c-cortar.vt-pas ele-enf  
 'ele<sub>i</sub> sei cortou, (ele<sub>j</sub> mesmo)'

Nesse sentido, embora com diversas diferenças de uso e escopo do domínio de referência, o sistema de controle de referência de sujeito de Mekens e de outras línguas do tronco Tupi se aproxima do sistema de controle de referência com sujeito das línguas da família Eskimo-Aleut, da América do Norte, que distingue também entre duas formas de pronome de terceira pessoa (uma forma correferencial e outra regular, não correferencial), para indicar quando um referente de

terceira pessoa (S/A, O ou nome possuído) em uma oração dependente é correferente com o sujeito da oração principal.<sup>11</sup>

Porém, ao contrário do padrão encontrado nas línguas Eskimo-Aleut, em Mekens, o controle de referência de sujeito entre orações complexas através do contraste entre as duas formas de terceira pessoa somente se aplica para a marcação de sujeitos em verbos intransitivos e auxiliares. Nestes casos, o contraste entre as duas formas de prefixo de terceira pessoa e sua distribuição nos verbos intransitivos e auxiliares indica se o sujeito de uma oração é idêntico ou não ao sujeito da outra oração. Já o domínio onde se aplica a relação de correferência entre o sujeito e o possuidor de um sintagma possessivo (33b) ou entre o sujeito e o objeto de um verbo transitivo (34b) é local, ou seja, não ultrapassa a fronteira de orações.

### *Observações finais*

À guisa de conclusão, oferecemos um resumo dos principais pontos abordados neste capítulo, onde discutimos as propriedades relativas à estrutura sintático-argumental dos verbos em Mekens e os sistemas de alinhamento gramatical encontrados na língua. Do ponto de vista da estrutura argumental e sintática dos verbos, além das classes de verbos transitivos e intransitivos, é interessante em Mekens a ocorrência de uma terceira classe de verbos, os verbos não flexionáveis, que podem ser semanticamente transitivos ou intransitivos, mas não seguem o padrão de marcação de argumentos das outras duas classes de verbos. Esta classe de verbos não flexionáveis foi descrita também para outras línguas Tupi, como, por exemplo, Gavião da família Mondé (Moore 1994).

Com relação aos padrões de alinhamento morfossintático, Mekens apresenta um padrão absolutivo no nível morfológico com marcação de (S) e (O) através de prefixos pronominais nos verbos lexicais. Ao nível sintático, a língua opera em um padrão nominativo com (S) e (A) funcionando como pivôs sintáticos para controle de referência. Esse padrão também se encontra em outras línguas Tupi, como Karitiana e Karo, por exemplo.

---

11. Woodbury (1983) apresenta uma descrição detalhada desse sistema em Eskimo Yup'ik Central.



O controle de referência em orações complexas é feito através de mecanismos comuns entre as línguas do mundo, como a omissão de sujeitos idênticos, no caso de verbos transitivos e não flexionáveis. Em orações com verbos transitivos, sujeitos correferenciais são opcionalmente omitidos e sujeitos distintos são necessariamente expressos. Por outro lado, uma propriedade tipologicamente interessante de Mekens é o uso extensivo da distinção entre duas formas de prefixo pessoal de terceira pessoa com verbos intransitivos e auxiliares para codificar o sistema de controle de referência em orações complexas. Para realizar esse controle de referência, Mekens emprega uma oposição existente em seu sistema gramatical e entre prefixos correferenciais e não correferenciais e a utiliza como estratégia de identificação do referente mais importante no discurso e de sua função gramatical: o sujeito. A forma correferencial *se-* é usada quando os sujeitos de duas ou mais orações são idênticos, enquanto a forma regular não correferencial *i-* é usada para indicar sujeitos distintos. Mekens controla a função de sujeito, como sendo o pivô sintático nas orações e usa a morfologia verbal, neste caso os prefixos de terceira pessoa nos verbos intransitivos e nos auxiliares para indicar se os referentes desta função são idênticos ou não.

As tabelas 4 e 5 abaixo resumem os padrões de alinhamento morfossintático e as estratégias de controle de referência em orações complexas em Mekens, conforme discutido neste capítulo.

Tabela 4. Padrões morfossintáticos de alinhamento

	Ergativo-absolutivo	Nominativo
Verbos transitivos e intransitivo	X	
Verbos Auxiliares		X

Tabela 5. Estratégias de controle de referência em orações complexas

	Sujeitos idênticos	Sujeitos distintos
Verbos transitivos e não-flexionáveis	omissão de sujeito	sujeito expresso
Verbos intransitivos e auxiliares	prefixo coreferencial <i>se-</i>	prefixo não coreferencial <i>i-</i>

## Lista de abreviaturas

1P	primeira pessoa plural
1PIN	primeira pessoa plural inclusiva
1PEX	primeira pessoa plural exclusiva
1S	primeira pessoa singular
2P	segunda pessoa plural
2S	segunda pessoa singular
3C	terceira pessoa correferencial
3P	terceira pessoa plural
3PC	terceira pessoa plural correferencial
3S	terceira pessoa singular
3PL	terceira pessoa plural
ABL	ablativo
AUX	verbo auxiliar
CAUS	causativo
COL	coletivo
COP	cópula
DAT	dativo
DEM	demonstrativo
DESID	desiderativo
DIM	diminutivo
ENF	ênfase
FOC	foco
FUT	futuro
FUT.IM	futuro imediato
INC	incoativo
IPFV	imperfectivo
INTVZ	intransitivizador
LOC	locativo
MOV	em movimento
NEG	negativo
NPAS	não passado
OBL	oblíquo
PL	plural
PL.EV	plural de evento
PRO	pronome
PAS	passado
QUOT	quotativo
REP	repetitivo
SOC	sociativo
TR	transitivizador
VT	vogal temática
VBLZ	verbalizador

## Bibliografia

- ALVES, Poliana (2004). *O léxico do Tuparí: proposta de um dicionário bilingüe*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”.
- DRUDE, Sebastian (2006). On the position of the Awetí language in the Tupí family. In: Wolf Dietrich (ed.), *Guaraní y ‘Mawetí-Tupí-Guaraní’: estudios históricos y descriptivos sobre una familia lingüística de América del Sur*, 11-46. Berlin: LIT.
- GABAS JR., Nilson (1999). *A grammar of Karo, Tupí (Brazil)*. Tese de Doutorado. Santa Barbara: Universidade da California em Santa Barbara.
- GALUCIO, Ana Vilacy (2001). *The Morphosyntax of Mekens (Tupí)*. Tese de Doutorado. Chicago: Universidade de Chicago.
- GALUCIO, Ana Vilacy (2009). “Causativização na língua Mekens.” *MOARA*, n. 32, p. 171-188. Belém: EDUFPA.
- GALUCIO, Ana Vilacy (2014). “Argument marking and reference tracking in Mekens complex clauses”, in: van GIJN, R.; HAMMOND, J.; MATIC, D.; van PUTTEN, S. e GALUCIO, A. V. (eds.) *Information structure and reference tracking in complex clauses*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, pp. 373-396.
- FOLEY, William A. e van VALIN JR., Robert D. (1984). *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAIMAN, John e MUNRO, Pamela (eds.) (1983). *Switch reference and universal grammar: Proceedings of a symposium on switch reference and universal grammar*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- JENSEN, Cheryl (1998). “Comparative Tupi-Guarani Morphosyntax”, in: DERBYSHIRE, Desmond C. e PULLUM, Geoffrey K. (eds.) *Handbook of Amazonian Languages*, vol. 4, pp. 491-618, Berlim/Nova York: Mouton de Gruyter.
- LEITE, Yonne. F. (1977). *Aspectos da fonologia e morfologia Tapirapé*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- MOORE, Denny (1984). *Syntax of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil*. Tese de Doutorado. Nova York: Universidade da cidade de Nova York.
- \_\_\_\_\_. (1994). “A Few Aspects of Comparative Tupi Syntax.” *Revista latino-americana de estudios etnolingüísticos*, vol. 8. Lima.

- NOGUEIRA, Fernanda e GALUCIO, Ana Vilacy (no prelo). "Causativização e alteração de valencia em Wajoro (Wayoró) e Mekens (Sakurabiat)." *Valencias*. Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo, Serie Coediciones II. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- RODRIGUES, Aryon D. (1953). "Morfologia do verbo Tupi." *Letras*: SEPARATA, n.º 1, pp. 121-152. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- RODRIGUES, Aryon D. (1984/1985). "Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní." *Revista de Antropologia* 27/28, pp. 33-53.
- RODRIGUES, Aryon D. and DIETRICH, Wolfgang (1997). "On the linguistic relationship between Mawé and Tupí-Guaraní." *Diachronica* XIV, pp. 265-304.
- SEKI, Lucy (2000). *Gramática do Kamaiurá*. Campinas: Editora da Unicamp.
- STIRLING, Lesley (1993). *Switch-reference and discourse representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WOODBURY, Anthony (1983). "Switch-reference, syntactic organization, and rethorical structure in central Yup'ik Eskimo", in: HAIMAN, J. and MUNRO, P. (eds.) *Switch reference and universal grammar, typological studies in language*, vol 2. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. , pp. 291-315

ESTE TÍTULO LERIA MAIS CLARAMENTE  
EM KARAJÁ DO QUE EM XAVANTE OU  
EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO COMPARATIVO  
SOBRE O PROCESSAMENTO DA ALTERNÂNCIA  
CAUSATIVA<sup>1</sup>

*Marcus Maia*  
*Rosana Costa Oliveira*  
*Sabrina Lopes dos Santos*

*Introdução*

Este artigo apresenta três experimentos psicolinguísticos de julgamento imediato de aceitabilidade de estruturas incoativas e transitivas, em pares de alternância causativa, realizados pelos autores com falantes nativos de português e das línguas indígenas brasileiras Karajá e Xavante, comparando-os com resultados obtidos para experimento similar com construções em inglês, reportados em Di Sciullo, De Almeida, Manouilidou & Dwivedi (2007). O artigo é organizado da

- 
1. Esta pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Pesquisa de campo experimental com línguas indígenas brasileiras”, apoiado pelo Edital Universal do CNPq (Processo 475929/2007-1) e coordenado pelo primeiro autor, tendo como colaboradoras Rosana Costa de Oliveira, na ocasião, bolsista de pós-doutorado (CNPq), que realizou o estudo com os Xavante e Sabrina Santos, bolsista de mestrado (CNPq), que realizou o estudo com o português, sob a orientação de Marcus Maia. Versões anteriores do estudo foram apresentadas no VI Congresso Internacional da Abralin (UFPB, março de 2009) e na 22<sup>nd</sup> Conference on Human Sentence Processing (U.C. Davis, março de 2009).

seguinte forma. Na seção II, discute-se o fenômeno da alternância causativa e resumem-se os resultados do estudo psicolinguístico realizado com falantes de inglês. Na seção III, apresenta-se o estudo psicolinguístico realizado com falantes de português. Na seção IV, apresenta-se o experimento focalizando o Xavante. Na seção V, apresenta-se o estudo com falantes de Karajá. Finalmente, na seção VI, faz-se uma discussão geral, que procura relacionar e integrar as discussões particulares sobre cada uma das línguas analisadas nas seções anteriores, e apresentam-se as conclusões do artigo.

### *A alternância causativa*

Segundo Baker (1983), nem todos os verbos intransitivos são criados igualmente.<sup>2</sup> Os verbos intransitivos inergativos, como (1), diferem dos intransitivos inacusativos, como (2), pois (1) teria uma estrutura argumental como em (1a), em que o verbo inergativo “cantar” seleciona um argumento externo que, como assumido no quadro da Teoria da Regência e Vinculação (Chomsky, 1981 e outros trabalhos), já viria marcado tematicamente da estrutura profunda como agente. Por outro lado, em (2), o verbo inacusativo “cair” teria estrutura argumental como representado em (2a), tomando apenas um argumento interno ao sintagma verbal (VP), no exemplo, o sintagma determinante (DP)<sup>3</sup> objeto “a menina”, marcado na estrutura profunda como paciente.

- (1) A menina cantou.
  - a. DP [vPV] – estrutura inergativa
- (2) A menina caiu.
  - a. [vPV DP] – estrutura inacusativa

Segundo a Generalização de Burzio (1981), que desenvolve a Hipótese da Inacusatividade de Perlmutter (1978), um verbo que não tem a opção de projetar um especificador não é capaz de atribuir caso. O DP gerado em posição de argumento interno deve, então, se mover

---

2. citando o autor, “All seemingly intransitive verbs are not created equal” (1983:1).  
3. Em português, Sintagma Determinante. Ao longo do artigo, manteremos em inglês os rótulos das categorias sintáticas.

para posição em que possa receber caso, a saber, a posição de especificador de IP, que lhe atribui caso nominativo, deixando um vestígio em sua posição de geração original. Assim, embora, tanto (1) quanto (2) apresentem ordens semelhantes na superfície, eles têm, de fato, histórias derivacionais distintas. Enquanto, em (1), o DP “a menina” seria gerado na base em posição de sujeito, em (2), o DP ocupa a mesma posição como resultado de seu movimento da posição de objeto do verbo inacusativo.

Alguns verbos inacusativos admitem a alternância causativa, tendo uma contraparte transitiva, como exemplificado abaixo:

(3) O vaso quebrou.

(4) A menina quebrou o vaso.

A alternância de transitividade, exemplificada no contraste entre (3) e (4), tem sido produtivamente investigada na literatura linguística, tanto do ponto de vista semântico, quanto do ponto de vista sintático, sendo a terminologia para se referir a cada membro do par, extremamente variável. Construções como (3), que expressam um evento em que o único argumento é paciente de um processo, têm sido denominadas de anticausativas, incoativas, ergativas, médias, enquanto construções como (4), que expressam uma relação de causalidade, são denominadas como causativas, transitivas, agentivas. A análise dessa variabilidade de valência verbal tem sido uma questão fundamental para as teorias sobre a interface entre o léxico e a sintaxe, dividindo essas teorias entre lexicalistas e construtivistas. Do lado lexicalista, Levin & Rappaport-Hovav (1995), por exemplo, advogam que o fato de que há uma tendência de os argumentos com certos papéis temáticos ocorrerem sempre nas mesmas posições sintáticas seria uma indicação de que “as propriedades sintáticas dos verbos são determinadas pelos seus significados”.<sup>4</sup>

Do ponto de vista não lexicalista ou construtivista, por outro lado, não seria a estrutura lexical de um verbo que determinaria a sua sintaxe, mas as posições sintáticas em que os argumentos são realizados é que determinariam a sua interpretação. Por exemplo, Hale & Keyser (1993), trabalho que influenciou modelos não lexicalistas, propõe que

4. ‘...syntactic properties of verbs are determined by their meaning.’ (Levin & Rappaport-Hovav, 1995: 1)

todos os verbos transitivos, mesmo os morfologicamente simples sejam constituídos por dois núcleos separados, a saber, um V° que introduz os argumentos internos do verbo e se projeta para VP, sendo o argumento externo introduzido na posição de especificador de um v°, que toma o VP como seu complemento. Harley (1995) e Marantz (1997) estendem a proposta do vizinho para as estruturas incoativas, propondo que, nesse caso, o vizinho não projetaria argumento externo.

O presente artigo pretende contribuir para essa discussão, oferecendo evidências de processamento que indicam a realidade psicológica do vizinho, quando morfologicamente realizado, comparando testes de julgamento imediato de aceitabilidade em três línguas, a saber, Xavante, Karajá e português. A lógica do teste é a de que construções com maior complexidade estrutural, como as incoativas, serão julgadas com índices de aceitabilidade menores e tempos de resposta mais demorados. A hipótese de que se parte é, portanto, a de que a marcação morfológica da anticausativa no Karajá, ao contrário do Xavante e do português, exerceria efeito de facilitação, na compreensão, sobrepujando a maior latência da complexidade derivacional do anticausativo em relação ao causativo. Nesse sentido, o processamento poderia servir de critério para a comparação de teorias, fornecendo evidências sobre a realidade psicológica dos construtos morfológicos e sintáticos em favor de um modelo, tal como o modelo da Morfologia Distribuída, em que, ao contrário de modelos lexicalistas, a computação sintática opera no interior do item vocabular,<sup>5</sup> postulando-se, por exemplo, a categoria funcional vizinho com diferentes propriedades (BECOME x CAUSE).

Fundamentados em resultados de estudos de julgamento de aceitabilidade de estruturas equivalentes em inglês, língua em que não há marcação morfológica da alternância causativa, Di Sciullo, De Almeida, Manouilidou e Dwivedi (2007) concluem que as construções anticausativas ou médias seriam menos aceitas do que as suas contrapartes causativas. Os autores sustentam que as anticausativas apresentam maior dificuldade de processamento do que as causativas, independentemente da animacidade do sujeito, tomada como controle,

---

5. A inserção do Item Vocabular é o processo que adiciona conteúdo fonológico a morfemas abstratos. Estes morfemas adquirem conteúdo fonológico somente após a derivação sintática, na Forma Fonológica, sendo, portanto, tardia. Apenas na operação de *spell out*, se dá a inserção dos itens de vocabulário, elementos contidos na lista 2 (Marantz 1997).



para garantir que os resultados obtidos seriam decorrentes da estrutura sintática mais complexa da construção intransitiva e não de efeito de tipicidade da posição de sujeito, geralmente agentiva (*typicality effect*).<sup>6</sup> Di Sciullo *et alii* (2007) investigou, portanto, se a representação gramatical mais complexa das construções incoativas teria um correlato de processamento que poderia ser indicado pelas maiores latências nos julgamentos dessas frases, comparativamente às construções causativas. Os participantes do experimento de julgamento imediato de aceitabilidade foram apresentados a construções incoativas como “This book sells well” (este livro vende bem) e a dois tipos de construções transitivas, uma delas com um agente inanimado, como “This store sells well” (esta loja vende bem) e a outra com um agente animado, como “This clerk sells well” (este funcionário vende bem). Os sujeitos viam em uma tela de computador frases desses tipos, devendo julgar, através do acionamento de teclas, se consideravam as frases aceitáveis. Os resultados obtidos indicaram que as estruturas incoativas apresentavam maiores índices de rejeição e levavam, em média, mais tempo para serem julgadas do que as transitivas.

Apresentaremos, a seguir, três experimentos de julgamento de gramaticalidade por nós realizados testando a aceitabilidade de estruturas equivalentes em português, Xavante e Karajá.

### *O experimento em português*

Esperava-se que as sentenças incoativas (exemplo: O dia clareou) ou médias (exemplo: Este bolo corta fácil) (IN) exibissem níveis de aceitabilidade significativamente menores do que as sentenças transitivas animadas (TA) e do que as sentenças transitivas inanimadas (TI), pois, como dito acima, haveria um deslocamento do NP da posição de objeto direto – chamado na literatura de movimento de NP ou movimen-

6. Em Psicolinguística experimental, o chamado Efeito de Tipicidade (*typicality effect*) refere-se ao fato de que os sujeitos de experimentos podem responder mais rapidamente a membros mais típicos de certas categorias. Daí a razão do controle introduzido nos experimentos do presente estudo, com vistas a garantir que as diferenças eventualmente encontradas entre incoativos e causativos seriam, de fato, ocasionadas pela estrutura sintática mais complexa da construção intransitiva e não pelo fato de que a posição de sujeito, tipicamente agentiva, estava ocupada por DP não agentivo.

to A (argumental) -, na qual o NP receberia papel temático de paciente, para a posição de sujeito, onde recebe caso nominativo. A maior complexidade estrutural da construção incoativa deveria traduzir-se em menores índices de aceitação dessa construção em teste de julgamento imediato de gramaticalidade do que de suas contrapartes transitivas. As medidas de tempo deveriam ser significativamente maiores para IN em relação a TA e TI em consequência, também, da complexidade existente na estrutura argumental das construções incoativas.

Assim, ao ler frases do tipo IN (exemplo 5), os sujeitos do experimento deveriam exibir maiores latências no processamento dessas frases, uma vez que são derivacionalmente mais complexas. As frases do tipo TA (exemplo 6) deveriam apresentar níveis de aceitabilidade maiores, pois, além de não apresentarem derivação através de deslocamento da posição de objeto direto, o traço [+ animado] favoreceria a interpretação de sujeito, tipicamente agentivo. Nas orações do tipo TI (exemplo 7), o sujeito é inanimado, como em IN, mas é agente, como em TA, esperando-se que o seu nível de aceitabilidade também seja significativamente maior do que o da condição IN, cujo sujeito, embora também inanimado, é derivado por movimento sintático.

## Método

**Participantes:** O experimento foi realizado com 30 falantes nativos de português, alunos de graduação da UFRJ, com visão normal ou corrigida.

**Materiais e procedimentos:** Foram construídos 15 conjuntos de frases, como exemplificados abaixo, contendo cada conjunto uma construção incoativa (IN), uma construção transitiva com sujeito [+animado] (TA), uma construção transitiva com sujeito [-animado] (TI), além de 30 distratoras. As frases experimentais foram distribuídas em um tipo de *design* conhecido como quadrado latino, em que todos os participantes viram todas as condições experimentais, mas não a mesma frase em cada condição.

(5) IN - Esse livro vende bem

(6) TA -Esse homem vende bem

(7) TI - Essa loja vende bem.

As sentenças apareciam na tela do computador durante quatro segundos, sendo, então automaticamente substituídas por um ponto de interrogação. As instruções passadas aos participantes antes do início do experimento pediam que lessem as sentenças apresentadas na tela do computador (uma por vez) e, logo que o ponto de interrogação surgisse, julgassem rapidamente se achavam a frase bem formada ou não. A mudança de tela e o julgamento para cada sentença foram realizados por meio de *button-box*, acoplada ao computador: botão amarelo para mudar a tela, botão vermelho para resposta “não” e botão verde para responder “sim”. O experimento era precedido por uma sessão de prática, durante a qual o experimentador observava se o sujeito havia entendido corretamente as instruções e realizava a tarefa sem problemas. As duas medidas obtidas foram os índices de respostas e os tempos de reação. O experimento foi desenvolvido no programa computacional *Psyscope* para plataforma *Macintosh*, no Laboratório de Psicolinguística Experimental (LAPEX) da Faculdade de Letras da UFRJ.

## Resultados

Os índices de rejeição da condição IN (Gráfico 1 e Tabela 1) foram significativamente maiores do que os índices de rejeição de TA e de TI (IN não x TA não -  $X^2 = 20,82$ ;  $p < 0,0001$ ; IN não x TI não -  $X^2 = 40$ ,  $p < 0,0001$ ).

Gráfico 1: Índices médios de julgamento das frases em português

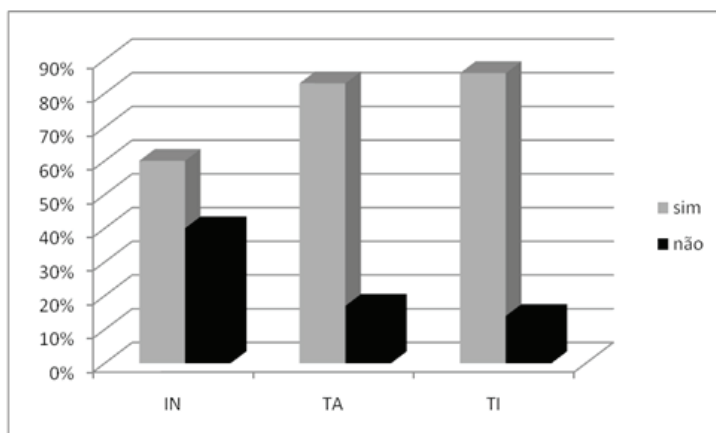


Tabela 1: Índices médios de julgamento das frases em português

condição	SIM	NÃO
IN	60%	40%
TA	83%	17%
TI	86%	14%

Entretanto, as medidas de tempo de julgamento (Gráfico 2 e Tabela 2) não divergiram significativamente entre as três condições IN x TA -  $t(298)=1,87$ ;  $p=0,06$ ; IN x TI -  $t(298)=0,10$ ;  $p=0,9$ ; TA x TI -  $t(298)=1,20$ ;  $p=0,2$ .

Gráfico 2 – Tempos médios de julgamento das frases em português

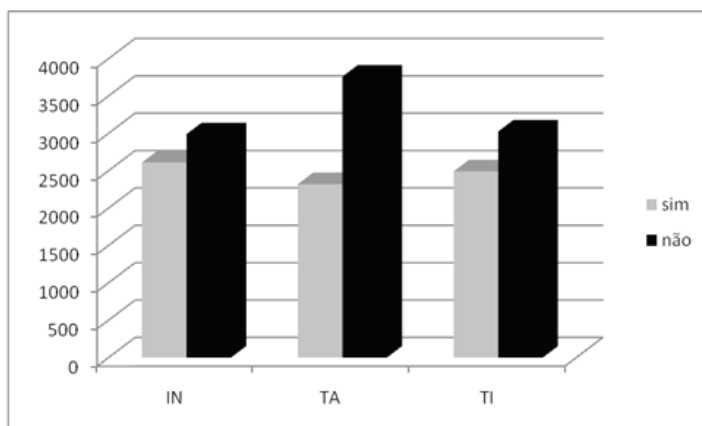


Tabela 2 – Tempos médios de julgamento das frases em português

condição	SIM	NÃO
IN	2610	2989
TA	2321	3759
TI	2492	3026

## Discussão

Embora os tempos de julgamento não tenham apresentado diferenças significativas entre as condições, o que não é incomum nesse tipo de experimento *off-line*, os índices de rejeição das construções incoativas foram significativamente maiores do que os índices das con-

trapartes causativas. Os índices mais altos de rejeição das incoativas seriam provocados pela maior complexidade estrutural dessas construções que, como analisadas acima, apresentam movimento sintático da posição de objeto para a posição de sujeito, enquanto as transitivas têm seu sujeito já gerado na base.

### *O experimento em Xavante*

A língua Xavante (família Jê/Tronco Macro-Jê) é falada por cerca de 13.000 pessoas (Funasa 2007) que vivem em nove terras indígenas na parte leste do Estado de Mato Grosso. As terras indígenas Areões, Chão Preto, Maraiwatsede, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro/Volta Grande, São Marcos e Ubawawe estão em uma região compreendida pela Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Culuene, Couto de Magalhães, Batovi e Garças (ISA). O povo Xavante se autodenomina *A'uwẽ Uptabi*, 'povo verdadeiro', onde *a'uwẽ* significa 'gente'.

Como mencionamos na introdução deste artigo, diferentes classes de verbos têm sido analisadas como causativas. Há os verbos que selecionam dois argumentos, estando o tema ou o paciente do verbo na posição de objeto. Estas construções têm sido chamadas de construções transitivas causativas. Já nas incoativas, o verbo seleciona apenas um argumento (estrutura intransitiva) e o tema se encontra na posição de sujeito.

Os exemplos a seguir mostram que as construções incoativas em Xavante possuem características semelhantes ao padrão encontrado em diversas línguas naturais. Propomos que os sujeitos em (8) e (9) em Xavante sejam derivados da posição de objeto de construções transitivas.

- (8) *'ridawa ma tsitowa*  
 Porta 3/PST<sup>7</sup> abrir  
 "A porta abriu"

7. Utilizamos nas glosas as abreviaturas recomendadas pelo Max Planck Institute nas "Leipzig Glossing Rules".

- (9) *ab're ma ato*  
buraco 3/PST fechar  
"O buraco fechou"

Uma das características das construções incoativas acima é que elas têm construções transitivas correspondentes. As sentenças (10) e (11) seriam as contrapartes transitivas de (8) e as sentenças (12) e (13), as contrapartes transitivas da incoativa em (9). Os exemplos em (10) e (12) são de construções transitivas animadas, e os em (11) e (13) são de construções transitivas inanimadas.

- (10) *aibō 'ridawa ma tsitowa*  
homem porta 3/PST abrir  
"O homem abriu a porta"

- (11) *ĩwa'u 'ridawa ma tsitowa*  
vento porta 3/PST abrir  
"O vento abriu a porta"

- (12) *pi'õ 'ridawa ma tsito*  
homem porta 3/ PST abrir  
"A mulher fechou a porta"

- (13) *ĩwa'u 'ridawa ma tsito*  
vento porta 3/PST abrir  
"O vento fechou a porta"

Podemos observar, com os exemplos acima, que as construções incoativas em Xavante, como as do português, não possuem nenhuma marcação morfológica que as diferenciem das construções transitivas, diferentemente do que ocorre, por exemplo, em Karajá, como veremos na próxima seção.

Segundo Disciullo, de Almeida, Manouilidou & Dwivedi (2007), as construções incoativas ou médias, por apresentarem uma derivação mais complexa, são mais difíceis de serem processadas e, portanto, seriam mais rejeitadas do que as causativas. A rejeição das incoativas não poderia ser atribuída à animacidade do sujeito, já que a animacidade do argumento externo foi manipulada no experimento como controle para possível efeito de tipicidade da posição de sujeito. Apresentamos, a seguir, o experimento de julgamento de aceitabilidade, realizado com falantes da língua Xavante, seguindo fundamen-

talmente os mesmos delineamentos metodológicos dos experimentos realizados com os falantes de português e de Karajá.

## Método

**Participantes:** Os dados utilizados neste estudo foram obtidos através de um experimento psicolinguístico de julgamento imediato de aceitabilidade realizado com 30 falantes nativos da língua Xavante. Os sujeitos foram recrutados entre os alunos de graduação do Programa de Ensino Superior Indígena (PROESI/UNEMAT), em Barra do Bugres, Mato Grosso, em julho de 2008.

**Materiais e procedimentos:** Este experimento levantou os percentuais de resposta e tempos de decisão em uma tarefa de julgamento imediato de aceitabilidade de construções incoativas, construções transitivas animadas e construções transitivas inanimadas, com base no julgamento de tríades de frases da língua Xavante, como as já exemplificadas acima e também nos dados abaixo (14), (15) e (16). Os exemplos em (a) são construções intransitivas incoativas, cujo sujeito seria derivado por movimento da posição de argumento interno com papel de tema ou paciente do verbo, de acordo com a hipótese que estamos testando. Os dados em (b) e (c) são exemplos de orações transitivas. Essas orações apresentam o ponto de partida da derivação da estrutura intransitiva exemplificada em (a). Os dados (b) e (c) variam somente em função da natureza, respectivamente, [+animada] ou [-animada] do sujeito das construções transitivas. Os materiais utilizados no experimento de julgamento de aceitabilidade consistiram em um total de 45 frases obtidas em trabalho de campo com consultores indígenas, sendo 15 IN (incoativas), 15 TA (transitivas animadas) e 15 TI (transitivas inanimada), formando tríades apresentadas em um *design* do tipo quadrado latino, além de 30 sentenças distratoras.

- (14) a. *ĩwapu ma dupu'u*  
bola 3/PST furar  
"A bola furou"
- b. *ba'õno ĩwapu te dza dupu'u*  
menina bola 3 FUT furar  
"A menina vai furar a bola"
- c. *ẽnẽ ĩwapu te dza dupu'u*  
pedrabola 3 FUT furar  
"A pedra vai furar a bola"

- (15) a. *buru ma dzada*  
           roça 3/PST queimar  
           “A roça queimou”  
       b. *waradzu wedepo ma dzada*  
           branco madeira 3/PST queimar  
           “O branco queimou a madeira”  
       c. *udzö wedepo ma dzada*  
           fogo madeira 3/PST queimar  
           “O fogo queimou a madeira”
- (16) a. *pidza’a ma tsipru*  
           panela 3/PST quebrar  
           “A panela quebrou”  
       b. *ai’uté pidza’a ma pru*  
           criança panela 3/PST quebrar  
           “A criança quebrou a panela”  
       c. *ênê ma pidza’a pru*  
           pedra 3/PST panela quebrar  
           “A pedra quebrou a panela”

Exemplificam-se, a seguir, algumas das 30 frases distratoras que foram apresentadas aleatoriamente e entremeadas às frases experimentais, com o objetivo de dificultar que os sujeitos adquirissem consciência dos tipos de construção que eram, de fato, o alvo do estudo.

- (17) *aibö tebe ma ti’rē*  
       homem peixe 3/PST comer  
       “O homem comeu peixe”
- (18) *aibö ma tebe ti’rē*  
       homem 3/PST peixe comer  
       “O homem comeu peixe”
- (19) *aibö hã ma tebe ti’rē*  
       homem enf. 3/PST peixe comer  
       “O homem comeu peixe”
- (20) *aibö hã tebe ma ti’rē*  
       homem enf. peixe 3/PST comer  
       “O homem comeu peixe”
- (21) \* *aibö ma tebe hã ti’rē*  
       homem 3/PST peixe enf. comer  
       “O homem comeu peixe”



(22) \* *aibö*        *tebe*        *hã*        *ma*        *ti'rẽ*  
homem   peixe       enf.       3/PST   comer  
“O homem comeu peixe”

(23) \* *tebe*        *ma*        *aibö*        *ti'rẽ*  
peixe       3/PST       homem   comer  
“O homem comeu peixe”

(24) \* *aibö*        *ma ti'rẽ*        *tebe*  
Homem   3/PST   comer   peixe  
“O homem comeu peixe”

As frases distratoras acima contêm estruturas bem formadas e estruturas agramaticais. Há sentenças com ordens vocabulares diferentes, inclusive no que diz respeito à posição do morfema *ma*, que carrega os traços de tempo e pessoa e do morfema enfático *hã*.

Os 30 falantes Xavante, todos alunos de graduação do PROESI/ UNEMAT, que participaram do experimento, foram instruídos a pressionar uma tecla verde se a sentença apresentada na tela fosse uma frase aceitável na língua Xavante, ou uma tecla vermelha se a sentença fosse inaceitável nesta língua, registrando-se como variáveis dependentes do experimento os índices de julgamento e os tempos de decisão. Antes da aplicação do experimento, cada aluno fazia uma sessão de prática, em que o experimentador observava se as instruções tinham sido bem entendidas. Os procedimentos foram, portanto, basicamente os mesmos dos experimentos com o português e com o Karajá, reportados no presente artigo.

## Resultados

Os resultados apontaram diferenças altamente significativas entre os níveis de rejeição de IN e TA ( $X^2 = 17,12$ ;  $p < 0,0001$ ), e significativas entre TA e TI ( $X^2 = 8,89$ ;  $p = 0,02$ ) e não significativo entre IN e TI ( $X^2 = 1,42$ ;  $p = 0,23$ ), como podemos observar no gráfico e tabela abaixo:

Gráfico 3: Índices médios de julgamento das frases em Xavante

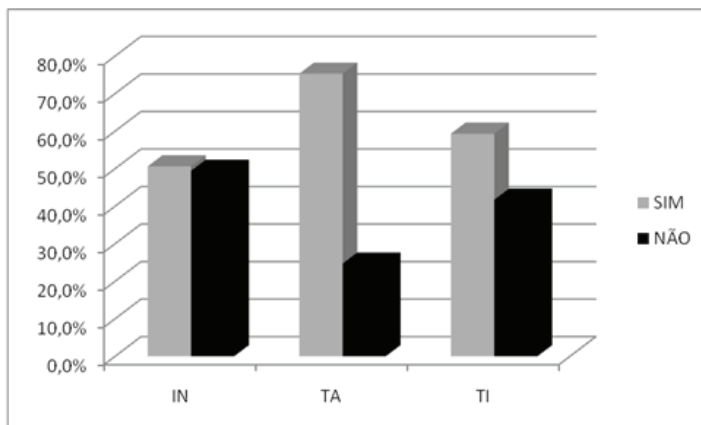


Tabela 3 – Índices médios de julgamento das frases em Xavante

condição	SIM	NÃO
IN	50,6%	49,4%
TA	75,3%	24,7%
TI	59,3%	41,7%

Os tempos médios de rejeição indicam uma diferença significativa entre IN e TI ( $T = 1,99$ ;  $p = 0,04$ ) e não significativa entre IN e TA ( $T = 1,25$ ;  $p = 0,21$ ) e TA e TI ( $T = 0,53$ ;  $p = 0,59$ ). Pode-se concluir, portanto, que a condição IN é recusada mais rapidamente que TI.

Gráfico 4 – Tempos médios de julgamento das frases em Xavante

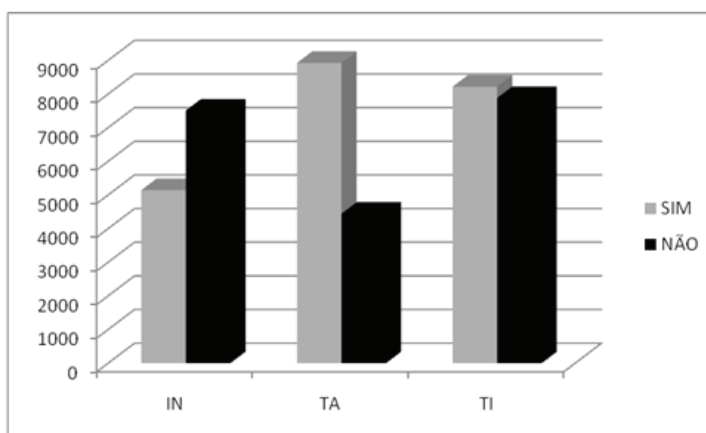


Tabela 4 – Tempos médios de julgamento das frases em Xavante

condição	SIM	NÃO
IN	5147	7514
TA	8929	4448
TI	8223	7886

## Discussão

Segundo indicam os resultados do experimento com a língua Xavante, as construções incoativas tiveram uma rejeição maior do que as causativas. Os resultados obtidos no experimento da língua Xavante apresentaram, portanto, perfil semelhante aos resultados obtidos com os experimentos do inglês e do português, diferenciando-se, como veremos a seguir, dos resultados obtidos em Karajá.

### *O experimento em Karajá*

A língua Karajá (Tronco Macro-Jê) ou *inyrybè* “fala de gente”, em Karajá, é falada por cerca de 2.800 pessoas, habitantes tradicionais da Ilha do Bananal (TO) e adjacências, ao longo dos rios Araguaia e Javaés. Há quatro variantes dialetais, a saber, o Karajá do Norte, o Karajá do Sul, o Javaé e o Xambioá, mutuamente inteligíveis, apresentando diferenças fundamentalmente restritas à pronúncia e ao léxico. A pesquisa que se apresenta nesta seção foi desenvolvida em julho de 2008, na aldeia Karajá de Santa Isabel do Morro.

Os verbos em Karajá codificam a sua valência morfologicamente, conforme exemplificado abaixo. Os dados (25), (27) e (29) ilustram as contrapartes transitivas da alternância, identificadas pelo morfema *-i-*, enquanto os dados (26), (28) e (30) mostram, respectivamente, as contrapartes incoativas, identificadas pelo morfema *-a-*.

- (25) *Karira makua heto r-i-sô-ra*  
 Karirama aquela casa 3-TR-queimar-PST  
 “Karirama queimou aquela casa”

- (26) *Kua heto r-a-sô-ra*  
 aquela casa 3-IN-queimar-PST  
 “Aquele casa queimou”

- (27) *Tii*      *wyhy*      *r-i-krò-ra*  
 Ele      flecha      3-TR-quebrar-PST  
 “Ele quebrou a flecha”
- (28) *wyhy*      *r-a-krò-ra*  
 flecha      3-IN-quebrar-PST  
 “A flecha quebrou”
- (29) *Kua*      *hawy*      *yrià*      *r-i-yka-ra*  
 Aquela      mulher      rede      3-TR-rasgar-PST  
 “Aquela mulher rasgou a rede”
- (30) *ria*      *r-a-yka-ra*  
 rede      3-IN-rasgar-PST  
 “A rede rasgou”

Observe-se que, além da alternância exemplificada acima, em que o membro transitivo do par identifica uma construção causativa lexical, em que o predicado causativo expressa uma causação direta, como definida em Bittner (1999), existe ainda a possibilidade de causatividade sintática em Karajá, caso em que o predicado causativo expressa causação indireta. Os exemplos (31) e (32) ilustram, respectivamente, a anticausativa e a causativa lexical, enquanto que o exemplo (33) mostra a causativa sintática que é identificada morfologicamente pelo morfema *-dày-*.

- (31) *uladu*      *r-a-sàbè-ra*  
 criança      3-IN-banhar-PST  
 “A criança banhou(-se)”
- (32) *isè*      *uladu*      *r-i-sàbè-ny-ra*  
 mãe dele      criança      3-TR-banhar-VB-PST  
 “A mãe banhou a criança”
- (33) *isè*      *uladu*      *r-i-sàbè-dày-ny-ra*  
 mãe dele      criança      3-TR-banhar-CAUS-VB-PST  
 “A mãe fez a criança banhar(-se)”

Além da marcação incoativa, há também marcação de reflexivo em Karajá, não se confundindo esta forma com a incoativa. O exemplo (34) exemplifica a forma causativa lexical, identificada pelo morfema *-i-*; (35) exemplifica a versão incoativa, identificada pelo morfema *-a-*, enquanto (36) ilustra a reflexivização, que é marcada morfologicamente por *-exi-*.

(34) *Tii ityky r-i-suhò-ra*  
 Ela roupa dela 3-TR-lavar-PST  
 “Ela lavou a roupa dela”

(35) *Ityky r-a-suhò-ra*  
 roupa dela 3-IN-lavar-PST  
 “A roupa dela lavou”

(36) *Tii r-exi-suhò-ra*  
 ela 3-REFL-lavar-PST  
 “Ela se lavou”

O experimento de julgamento imediato de aceitabilidade focaliza pares causativos/incoativos, como os exemplificados de (25) a (30), além de introduzir estruturas de controle e distratoras, como relatado a seguir.

## Método

### Participantes

Os sujeitos do experimento foram 30 falantes nativos da língua Karajá, que são alunos e professores do ensino médio na Escola Indígena Damiana da Cunha, na aldeia de Santa Isabel do Morro (TO). Todos foram alfabetizados em Karajá, sendo capazes de ler e escrever nessa língua com fluência.

### Materiais e procedimentos

O experimento obteve os índices e tempos de julgamento de 15 triades de frases da língua Karajá, como as exemplificadas abaixo:

(37) *Tyky r-a-su-ny-ra* (Incoativos - IN)  
 roupa 3-IN-terra-VB-PST  
 “A roupa sujou”

(38) *Hirari tyky r-i-su-ny-ra* (transitiva animada – TA)  
 menina roupa 3-TR-terra-VB-PST  
 “A menina sujou a roupa”

(39) *Beu tyky r-i-su-ny-ra* (transitiva inanimada – TI)  
 lama roupa 3-TR-terra-VB-PST  
 “A lama sujou a roupa”

O contraste entre o dado (37), de um lado, e os dados (38) e (39), de outro, exemplifica novamente a alternância causativa dos verbos inacusativos. O dado (37) instancia, em Karajá, uma construção intransitiva que, como apresentado na seção 2, a literatura tem denominado de incoativa ou anticausativa e que tem sido analisada como tendo seu sujeito derivado por movimento da posição de argumento interno com papel de tema ou paciente do verbo. Os dados (38) e (39) instanciam a contraparte transitiva causativa que seria o ponto de partida da derivação da estrutura intransitiva exemplificada em (37) que, por envolver movimento do argumento interno, seria estruturalmente mais complexa do que a transitiva. A diferença entre (38) e (39) não é sintática, mas apenas semântica, visto que elas têm estruturas idênticas, variando apenas em função da natureza [+animada] (38) ou [-animada] (39) do sujeito das construções transitivas. A exemplo dos procedimentos relatados para o inglês, para o português e para o Xavante, as condições transitiva animada e transitiva inanimada foram incluídas no experimento como controle, para garantir que os resultados obtidos no contraste causativo/incoativo sejam decorrentes da estrutura sintática mais complexa da construção incoativa e não de efeito de tipicidade da posição de sujeito.

Apresentaram-se aos participantes 15 tríades com as condições IN (incoativas), TA (transitiva animada) e TI (transitiva inanimada) em um *design* experimental em quadrado latino, de modo que todas as condições experimentais fossem vistas por todos os sujeitos, comparando-se as versões de um mesmo verbo entre sujeitos. As quinze frases experimentais de cada uma das três versões do experimento foram apresentadas aleatoriamente entre trinta frases distrativas que continham, além de estruturas bem formadas, construções mal formadas sintática e semanticamente. O experimento foi implementado através do programa *Psyscope*, apresentando-se frases para leitura com duração pré-fixada de quatro segundos. Decorrido esse tempo, aparecia na tela um ponto de interrogação, tendo sido solicitado aos sujeitos, na instrução do experimento, como tarefa, que pressionassem rapidamente uma tecla verde se considerassem que a frase lida na tela fosse uma frase aceitável na língua Karajá ou uma tecla vermelha se considerassem a frase inaceitável nesta língua, registrando-se como variáveis dependentes do experimento os índices de julgamento e os tempos de decisão. Antes da sessão experimental, os sujeitos reali-

zavam uma sessão de prática, quando o experimentador observava o seu desempenho, garantindo que a tarefa havia sido compreendida corretamente.

### Resultados

Os resultados, apresentados no gráfico e na tabela 5, abaixo, não registraram índices de rejeição significativamente diferenciados entre IN e TA ( $X^2=1,2$ ,  $p=0,27$ ), nem entre IN e TI ( $X^2=0,28$ ,  $p=0,59$ ) e nem entre TA e TI ( $X^2=0,31$ ,  $p=0,57$ ).

Gráfico 5 – Índices de julgamento das frases em Karajá

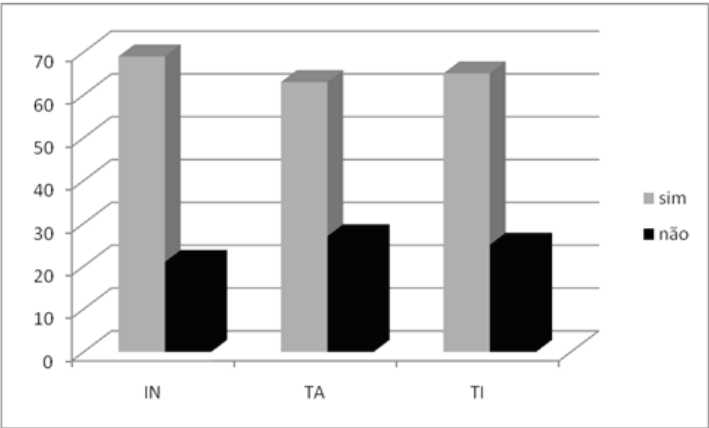


Tabela 5 – Índices de julgamento das frases em Karajá

condição	SIM	NÃO
IN	69%	21%
TA	63%	27%
TI	65%	25%

Da mesma forma, os tempos médios de rejeição não indicam diferenças significativas entre IN e TA ( $t(46)=0,58$ ,  $p=0,55$ ), nem entre IN e TI ( $t(44)=0,67$ ,  $p=0,50$ ) e nem entre TA e TI ( $t(50)=0,98$ ,  $p=0,32$ ), conforme representado no gráfico e tabela 6, a seguir.

Gráfico 6 – Tempos médios de julgamento das frases em Karajá

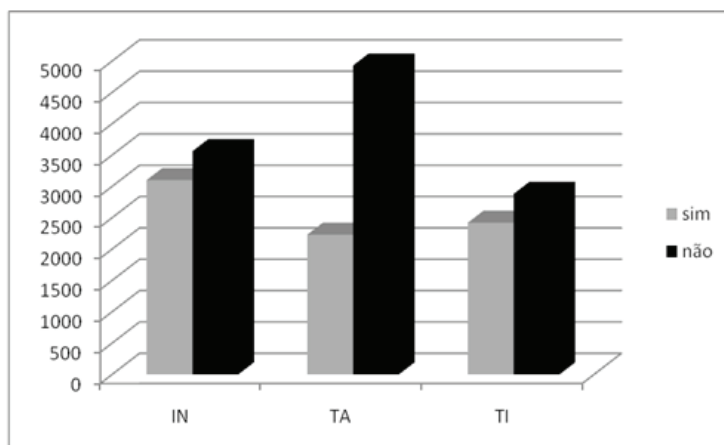


Tabela 6 – Tempos médios de julgamento das frases em Karajá

condição	SIM	NÃO
IN	3100	3561
TA	2229	4929
TI	2420	2881

## Discussão

Os resultados acima indicam claramente que, em Karajá, ao contrário do que se observou em português e em Xavante, no presente estudo, e também em inglês, conforme reportado em Di Sciullo et alii (2007), os falantes não percebem diferenças significativas entre o incoativo e as suas contrapartes transitivas, tenham estas sujeito animado ou inanimado. Os percentuais de rejeição são muito parecidos nos três casos à semelhança dos tempos de rejeição, que também não diferem significativamente entre si. Interpretam-se tais resultados como indicativos da realidade psicológica da morfologia que codifica a valência verbal em Karajá. A menor rejeição das construções incoativas em Karajá seria resultante do acesso à morfologia, que permite sobrepujar o efeito de complexidade estrutural, responsável pelos maiores índices e tempos de julgamento dessas construções tanto em português, quanto em Xavante, quanto em inglês.



Argumentamos que tais resultados, que indicam a realidade psicológica da morfologia, fornecem evidências de processamento em favor de modelos construcionistas da representação da estrutura argumental. Pode-se analisar, portanto, a alternância morfológica dos prefixos incoativo/causativo em Karajá, como a realização de dois tipos de núcleos  $v^{\circ}$ , conforme as representações arbóreas abaixo, baseadas em propostas de Harley (2006).

Figura 1 – Derivação do incoativo em Karajá

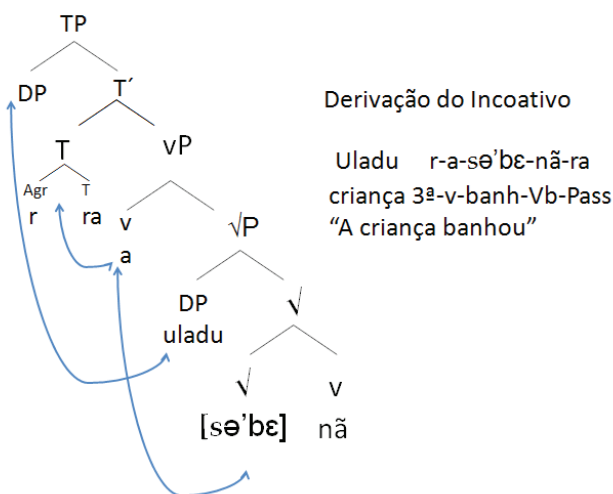
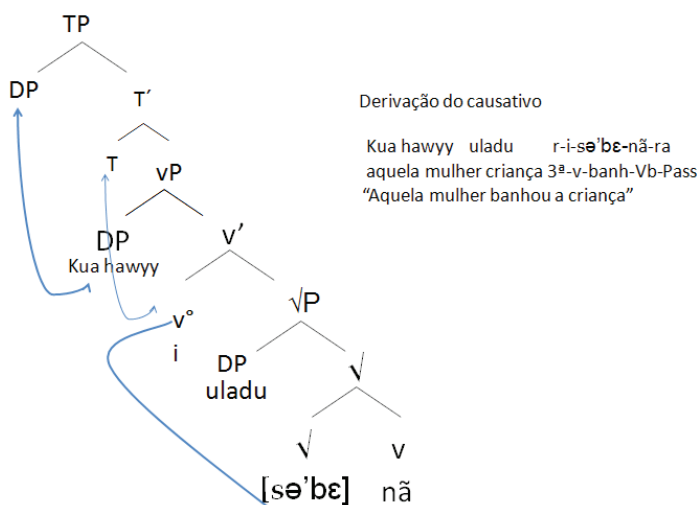


Figura 2 – Derivação do causativo lexical em Karajá



O *v*° da figura 1 é distinto do *v*° da figura 2, pois como proposto em Marantz (1997) o vizinho incoativo não seleciona argumento externo. Em ambas as construções, uma raiz verbal mais baixa move-se para o núcleo vizinho que a *c*-comanda, criando uma estrutura de adjunção mais complexa que deve, em seguida, mover-se para o núcleo T. As análises nas figuras 1 e 2, entretanto, distinguem dois tipos de realização morfológica do vizinho, a saber, o incoativo, que não projeta argumento externo tendo valor BECOME e o causativo lexical que projeta argumento externo, tendo valor CAUSE, conforme a proposta de Harley (2006) baseada em Hale & Keyser (1993, 2002).

Especula-se, finalmente, que uma análise nessas linhas, em que se faz mais sintaxe no léxico, poderia ser desenvolvida para o português e para o Xavante, considerando-se, nesses casos, no entanto, que os vizinhos, tanto o causativo quanto o incoativo não teriam manifestação fonética explícita.

### *Conclusões*

Fundamentados em resultados de estudos de julgamento de aceitabilidade de estruturas equivalentes em inglês, Di Sciullo, De Almeida, Manouilidou & Dwivedi (2007) sugerem que as construções anticausativas ou médias seriam menos aceitas do que as suas contrapartes causativas porque apresentam maior dificuldade de processamento do que estas, independentemente da animacidade do sujeito. Da mesma forma, no presente estudo, obtiveram-se resultados de julgamento visual em português e em Xavante semelhantes ao que se obteve para o inglês – as construções incoativas apresentam maior índice de rejeição do que as transitivas animadas e inanimadas.

Em contraste com esses estudos, a presente pesquisa encontrou resultados que indicam níveis de aceitabilidade semelhantes para construções na língua Karajá. Argumenta-se que os resultados indiferenciados entre os índices e tempos de rejeição obtidos no experimento com falantes de Karajá, que contrastam com os resultados obtidos em inglês, português e Xavante, podem ser compreendidos como efeito da codificação morfológica (alternância vocálica *i/a*) da alternância causativa. Enquanto que em inglês, português e Xavante as formas verbais da alternância causativa não apresentam quaisquer diferenças

morfológicas, em Karajá, por outro lado, o acesso à informação morfológica no processamento dessas construções teria permitido a equalização de sua aceitabilidade, independentemente de sua complexidade sintática diferenciada. Argumenta-se, ainda, que a realidade psicológica desses morfemas, patente na comparação translinguística, aporta evidências de processamento em favor da adoção de uma análise da representação estrutural da alternância causativa, que leve em conta a computação morfológica, na linha do que é proposto por Hale & Keyser (1993) e Harley (2006), no quadro da Teoria da Morfologia Distribuída, podendo-se considerar os morfemas *-a-* e *-i-* em Karajá como verbos leves (vizinhos) com diferentes propriedades semântico-sintáticas. O vizinho *-a-* tem valor “BECOME” e não introduz argumento externo, enquanto que o vizinho *-i-* tem valor CAUSA, podendo projetar argumento externo.

Finalmente, objetivando a produção de análise integrada sobre questões de interesse para a Linguística Teórica, para a Psicolinguística, para a Sintaxe Experimental e para o estudo de línguas indígenas, o presente trabalho pretende também vir a contribuir para estreitar o diálogo entre diferentes subáreas da Linguística, colaborando para superar o seu isolamento teórico e metodológico.

### *Bibliografia*

- BAKER, Mark (1983). “Objects, themes, and lexical rules in Italian”, in: LEVIN, L.; RAPPAPORT-HOVAV, M. e ZAENEN, A. *Papers in lexical functional grammar*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, pp. 1-46.
- BITTNER, Maria (1999). “Concealed causatives”, in: *Natural Language Semantics* 7, pp. 1–78.
- BURZIO, L. (1981). *Intransitive verbs and Italian auxiliaries*. Tese de Doutorado. Boston: MIT.
- BURZIO, L. (1986). *Italian Syntax: A Government and Binding Approach*. Dordrecht: D. Reidel.
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- DI SCIULLO, A-M.; DE ALMEIDA, R. G.; MANOUILIDOU, C. e DWIVEDI, V. D. (2007). *This poster reads clearly: Processing English middle constructions*. Finland: AMLAP conference

- HALE, K. e KEYSER, S. J. (1993). "On argument structure and the lexical expression of syntactic relations." *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press.
- HALE, K. e KEYSER, S. J. (2002). *Prolegomena to a theory of argument structure*. Cambridge, MA: MIT Press.
- HARLEY, H. (1995). *Subjects, Events and Licensing*. PhD Dissertation. Boston: MIT.
- HARLEY, H. (2006). "On the causative construction", in: MIYAGAWA, Shigeru and SAITO, Mamoru *Handbook of Japanese Linguistics*. Oxford: OUP.
- LEVIN, B. e RAPPAPORT HOVAV, M. (1995). *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge Mass: The MIT Press.
- MARANTZ, A. (1997). "No escape from syntax: Don't try a morphological analysis in the privacy of your own lexicon", in: DIMITRIADIS, A. e SIEGEL L. *et al. Working Papers in Linguistics*, vol. 4.2. University of Pennsylvania: Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium, pp. 201-225
- PERLMUTTER, D. (1978). "Impersonal passives and the unaccusative hypothesis." *Papers from the Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 4, pp. 157-189.

## VERBOS SERIAIS EM KADIWÉU

*Filomena Sândalo*

### *Introdução*

A primeira dificuldade em descrever Construções de Verbos Seriais (CVS) é a sua definição. Embora o fenômeno tenha sido frequentemente discutido por muitos linguistas, CVSs não têm uma definição clara em nenhuma teoria da gramática. Linguistas diferentes atribuíram diferentes estruturas para o que eles acreditam ser CVSs. Assim, para classificar uma estrutura como CVS, faz-se necessário estabelecer testes sintáticos em comparação com CVS de outras partes do mundo. Neste estudo, eu rotulo como CVSs estruturas que têm propriedades mono-sentencias e bi-sentenciais. Como será demonstrado mais tarde, as propriedades mono-sentenciais que caracterizam as estruturas do Kadiwéu estudadas aqui são encontradas em todas as construções rotuladas de CVSs em outras partes do mundo --- portanto este artigo argumenta que Kadiwéu, família Guaikurú, apresenta serialização verbal.

Mais especificamente, este trabalho mostra através de testes sintáticos que os supostos sintagmas preposicionais de Griffiths (1991) são parte de construções de verbos seriais. Este texto mostra que tais sentenças têm propriedades bi-sentenciais e mono-sentenciais, e as propriedades mono-sentenciais das estruturas estudadas são atestadas como serialização em outras parte do mundo, a saber: (i) argumentos precisam ser compartilhados, (ii) a negação de um núcleo

leva à negação da construção como um todo, e (iii) as ações expressas pelos núcleos são simultâneas.

Embora o principal tópico deste artigo seja serialização em Kadiwéu, em primeiro lugar, apresento, nesta introdução, um panorama geral da sintaxe desta língua. Esta apresentação panorâmica auxilia o entendimento da discussão sobre construções seriais, e das estruturas envolvidas nos testes sintáticos aplicados, que segue.

Como a presença de sintagmas nominais costuma ser opcional em línguas polissintéticas,<sup>1</sup> a presença ou ausência de sintagmas nominais não é um critério para distinguir verbos transitivos de intransitivos. Sentenças transitivas e intransitivas são separáveis pelo fato de que apenas verbos transitivos podem sofrer reflexivização e antipassivização.<sup>2</sup> Em Kadiwéu, verbos reflexivos e antipassivos são marcados pelo morfema intransitivizador *-n* e pela presença de concordância intransitiva. Como pode ser observado abaixo, o verbo *-ema:n* ‘amar’ pode ser reflexivizado (2) e antipassivizado (4); é, portanto, transitivo. O mesmo não ocorre com verbos intransitivos desta língua.

(1) yema:.  
y-ema:n  
3tran-amar  
‘Ele o ama’

(2) dinema:.  
0-d:-n-ema:n  
3intr-inverso-intran-amar  
‘Ele se ama’

1. As línguas polissintéticas, como o Kadiwéu, são línguas em que qualquer palavra, exceto o verbo, pode ser omitida, uma vez que todos os significados de uma sentença são expressos por meio de morfemas verbais. Segundo Sapir (1921), uma língua polissintética, como seu nome implica, é mais que ordinariamente sintética, a elaboração de uma palavra é extrema e conceitos que nós nunca sonharíamos em tratar de uma maneira subordinada são simbolizados por afixos derivacionais ou mudanças “simbólicas” no elemento radical, enquanto noções mais abstratas, incluindo relações sintáticas, podem também ser transmitidas pela palavra.
2. Construções antipassivas são comuns em línguas de caso ergativo. Nestas construções, o objeto direto é demovido para um objeto obliquo e o verbo é marcado por um morfema de decréscimo de valência. O verbo passa a ser marcado com concordância intransitiva. Trata-se de uma estrutura oposta à passiva, portanto. Na passiva, comum em língua de caso acusativo, o sujeito é demovido para um obliquo. Kadiwéu é uma língua ergativa (confira Nevins e Sandalo 2011).

Verbos reflexivos diferem de antipassivos pela presença do morfema *d:-* ‘inverso’ logo após o morfema de concordância com o sujeito. Antipassivas em Kadiwéu, além de serem marcadas por um intransitivizador e concordância intransitiva, são marcadas por *n-* e pela presença de enclíticos pronominais que concordam com um argumento aplicativo seguidos pelo morfema aplicativo {*wa-*}.<sup>3</sup>

- (3) jema:.  
j-ema:n  
1tran-amar  
‘Eu o amo’
- (4) inemataGawa  
i-n-ema:n-taGa-wa  
1intr-intran-amar-2-aplicativo  
‘Eu amo você’ (antipassivo)

A presença de aplicativos ocorre também em verbos que apresentem um objeto indireto. O enclítico pronominal concorda com o objeto indireto. Neste caso, o sujeito é transitivo e o morfema intransitivizador *n-* não ocorre.

- (5) jajigotaGawa                      apolikGanGa.  
j-ajigo-taGa-wa                      apolikGanGa  
1trans-dar-2-aplicativo      cavalo  
‘Eu te dou um cavalo.’

Kadiwéu apresenta os seguintes morfemas aplicativos: *gi*, *-wa*, *-dom*, *-k*, *d:i* e *lokom*.

Embora os argumentos verbais sejam frequentemente omitidos, eles podem estar presentes. A sintaxe do Kadiwéu não é trivial, uma vez que apresenta um sistema de voz inversa desengatilhado por hierarquia de pessoa na sintaxe e na morfologia de concordância. Decla-

3. Aplicativos são marcas no verbo que licenciam um argumento oblíquo. Em línguas mais conhecidas como a maioria das línguas européias, adposições fazem este papel. Aplicativos são comuns em línguas africanas. Note que o morfema aplicativo é precedido por um morfema de concordância com pessoa. Este morfema é sempre iniciado por [t] que é uma consoante epentética que ocorre quando há duas vogais em sequência. Raízes terminadas por sonorantes sofrem apagamento da sonorante final, e esta regra alimenta a regra de epêntese.

rativas apresentam as seguintes ordens de constituintes: SVO se o objeto é de terceira pessoa e SOV se o objeto for de primeira ou segunda pessoa. O Kadiwéu apresenta um sistema de voz inversa associado a uma hierarquia de pessoa (2>1>0) que causa o deslocamento do argumento interno para uma posição pré-verbal no caso de o argumento interno ser de primeira ou segunda pessoa (confira Sandalo 2011).<sup>4</sup> A voz inversa é marcada pelo morfema *d:-* que ocorre também na voz reflexiva, como visto acima (i.e. este morfema marca concordância em *vP* com um argumento deslocado, confira Nevins e Sandalo 2011). Quando o objeto é deslocado, o verbo concorda também em TP com o argumento deslocado (objeto direto).<sup>5</sup>

- (6) e: aqa:mi      Gad:ema:ni  
      e: aqa:mi      Ga-d:-ema:n-i  
      eu você      2obj-inverso-amar-pl  
      'Eu amo você.'

- (7) e: jema:                      José  
      e: j-ema:                    José  
      eu 1tran-amar              José  
      'Eu amo o José.'

Kadiwéu distingue sentenças copulares de existenciais. Embora não haja cópula aberta, há cinco verbos existenciais em Kadiwéu. Estes verbos podem, quando nominalizados, serem usados como demonstrativos.

- (8) 'estar em pé'              -*d:a*  
      'estar sentado'           -*n:i*  
      'estar deitado'           -*d:i*

4. Voz inversa ainda não é um fenômeno completamente entendido. Usa-se, em algumas línguas, a voz direta quando o sujeito é mais alto em uma dada hierarquia de pessoa ou animacidade. E usa-se a voz inversa quando o objeto é mais alto na hierarquia. Na voz inversa, o verbo é marcado por um morfema especial. Este fenômeno é bem comum em línguas norte-americanas. No Brasil, foi recentemente discutido por Sandalo (2011) e Freitas (2011).

5. Há ainda uma complexidade adicional no sistema de concordância. No caso de o sujeito ser de segunda pessoa e o objeto de primeira, o verbo concorda com o sujeito e não com o objeto deslocado, criando a hierarquia 2>1>3 na morfologia verbal. Este fenômeno é explicado por uma regra de empobrecimento de traços de primeira pessoa em Nevins e Sandalo (2011).



(9) 'estar chegando' -n:a

(10) 'estar indo' -jo

(11) estar ausente' -ka

Sentenças completivas diretas são introduzidas pelo complementizador *me*:

(12) Ana me: me Maria yema: José.  
 Ana y-me:n me Maria y-ema:n José  
 Ana 3tran-dizer COMP Maria 3tran-amar José  
 'Ana disse que Maria ama José.'

As construções de controle – nas quais o sujeito ou o objeto da sentença principal é também o sujeito da subordinada – têm a mesma estrutura. Isto é, a principal e a subordinada devem ser separadas obrigatoriamente pelo complementizador *me*.

(13) Maria yema: me yema:  
 Maria y-ema:n me y-ema:n  
 Maria 3trans-amar COMP 3trans-amar  
 'Maria quer amar.'

O complementizador *me* não é único na língua. Há ainda outros que apresentam tempo marcado como *nige* (futuro) e *naGa* (passado). Apenas subordinadas podem ter tempo claramente marcado, exceto no caso de sentenças com *me*, que têm tempo subespecificado. Orações matrizes são sempre ambíguas em relação ao tempo, se fora de contexto.

Relativas são introduzidas pelo relativizador *ane*:

(14) nGijo naqakodiwaGa ane me:ta Joao me  
 nG-i-jo a ane y-me:-te-wa João me  
 DEM-masc- n- REL 3trans-dizer-3-apl João COMP  
 indo aqakodiwaGa  
 alien-rice  
 dipoqota Maria  
 0-d:-poqon-te-wa Maria  
 3intran-inverso-pedir-3-aplicativo Maria  
 'Este arroz que João disse para Maria pedir para ele.'

Coordenadas são marcadas pela conjunção *pida* 'mas' ou *koda/oda* 'e/então':

- (15) Maria      dawe              pida      Pedro      badaGa      dawe  
          Maria      0-d:-awe          pida      Pedro      baG-daGa      0-d:-awe  
          Maria      3-inverso-      mas      Pedro      incompl-      3-inverso-rápido  
                          rápido                              neg  
          'Maria é rápida mas Pedro não é'.

A próxima seção trata especificamente de serialização, e as estruturas apresentadas nesta introdução serão frequentemente usadas nos testes sintáticos empregados.

### *Serialização em kadiwéu*

Esta seção argumenta que as estruturas analisadas por Griffiths (1987, 1991) como sintagmas preposicionais são na verdade construções com verbos seriais (CVS).

O fenômeno da serialização verbal foi primeiramente descrito como (Westermann 1930:126, citado em Awóyalé 1988) "uma sequência de verbos um após o outro...[na qual] os verbos permanecem um perto do outro sem serem conectados".

Assim, alguém poderia supor em uma primeira análise que CVSs não são tão diferentes de construções análogas em línguas mais conhecidas como as europeias. Para demonstrar que este não é o caso, em primeiro lugar, comparo estas construções com sintagmas preposicionais, uma vez que tais núcleos foram anteriormente comparados a preposições no kadiwéu.

Os testes sintáticos aplicados indicam que o segundo núcleo é claramente um verbo e não uma preposição. Em seguida, comparo CVS com estruturas bi-sentenciais como coordenação e controle, mostrando que elas diferem radicalmente de construções biclausais.

### Propriedades bi-sentenciais

Griffiths (1991:20) afirma que:

There are at least two verbs which have preposition-like properties. They both may be roughly glossed ‘employ, use’. Verb sequences in general require complementizers linking the verbs, but these verbs do not...They appear to occupy a position where we might expect a preposition.

De fato, Kadiwéu tem sete raízes que lembram “preposições” quando certas sentenças do Kadiwéu são traduzidas, uma vez que estas raízes semente podem ser traduzidas por preposições de línguas como o português e outras línguas europeias. No entanto, estas raízes podem funcionar como verbos matrizes em outras estruturas. E também podem funcionar como verbos seriais e, portanto, serem, às vezes, traduzidos como preposições. A raiz *-ati* ‘pegar’ expressa noções instrumentais, as raízes existenciais *d:i-* ‘estar deitado’, *n:i-* ‘estar sentado’, *da-* ‘estar em pé’, *jo-* ‘estar vindo’, *na-* ‘estar indo’, and *ka-* ‘estar ausente’ expressam noções existenciais/locacionais. Cada CVS em Kadiwéu apresenta uma destas raízes e um verbo de classe aberta:<sup>6</sup>

- (16) Maria    yel:wadi            oqoqo:di    yatita                    nod:a:jo.  
          Maria    y-el:owadi        oqoqo:di    y-ati-te-wa            n-od:ajo  
          Maria    3trans-matar    galinha    3tran-pegar-3-aplicativo    alienável-faca  
          ‘Maria matou galinha com faca’.

- (17) Maria    yaqadi            nekenigo    katiwed:i                    nam:e:ja.  
          Maria    y-aqadi            nekenigo    ka-tiw-e-d:i                nam:eja  
          Maria    3trans-achar    cachorro    estar ausente-para dentro-3-apl    mesa  
          ‘Maria achou um cachorro embaixo da mesa.’

- (18) dinotete                            katined:i                    etakanig:i.  
       0-d:-notete                        ka-tin-e-d:i                etaka-nig:i  
       3intran-inverso-refl-guardar    estar ausente-dentro-3-aplicativo    cesta.dim  
       ‘Guarda-se dentro do cestinho.’

6. Como mencionado anteriormente, Kadiwéu apresenta epêntese de [t] para separar duas vogais adjacentes. Assim, nota-se a presença desta oclusiva no início de muitos morfemas. Note ainda que *-e* (3pessoa) + *-wa* (aplicativo) sofre uma regra morfofonológica resultando em apenas *-a*. Dada a epêntese e a contração, temos *ta*.

- (19) apeqeni          nod:a:jo          d:itibig:im:ed:i          nam:e:ja.  
a-ipeqen-i      n-od:ajo          0-d:i-t-big:im-e-d:i      name:ja  
2trans-por-pl    alienável-faca    3intr-estar deitado-para cima-3-aplic    mesa  
‘Eu coloquei a faca em cima da mesa.’

Note nos exemplos acima que ocorre uma preposição nas traduções para o português. Alguém poderia pensar que, de fato, temos também preposições em Kadiwéu, como propôs Griffiths (1991). No entanto, o fato de uma palavra poder ser traduzida por uma preposição não significa que esta palavra é uma preposição. O primeiro problema que enfrentamos ao analisar raízes como *-ati*, *ka-*, e *d:i-* como preposições é o fato de que teremos que postular que Kadiwéu tem verbos e preposições homófonos, uma vez que estas raízes podem ocorrer como verbos principais:

- (20) Gon:el:e:giwa    yati          lod:a:jo          e          yel:wadi          oqoqo:dodi.  
Gon:ele:giwa    y-ati          l-od:ajo          me          y-el:wadi          oqoqo:di  
homem          3tran-pegar    3poss-faca    COMP    3tran-matar    galinha  
‘O homem pegou sua faca para matar galinha’

- (21) Gon:el:egiwa    tika                                  nigotGa  
Gon:el:egiwa    0-d:-ka                              n-gotGa  
homem          3intr-inverso-estar ausente      alienável-cidade  
‘O homem está na cidade’.

Embora postular que existam verbos e preposições homófonos acarreta em um léxico redundante, não há nada que impeça a existência de uma língua com verbos e preposições fonologicamente idênticos. Faz-se, portanto, necessário aplicar testes sintáticos para decidirmos se estamos lidando com verbos ou preposições.

Em primeiro lugar, vamos considerar a modificação verbal. A adjunção de certos advérbios a estruturas bi-sentenciais leva a interpretações ambíguas, uma vez que o advérbio pode ser interpretado como sendo associado ao verbo principal ou ao verbo subordinado (Shibatani, 1976). Assim, por exemplo, em português, em uma das interpretações da estrutura bi-sentencial *João fez Maria entrar na sala silenciosamente*, *silenciosamente* modifica o verbo ‘fazer’ e a sentença significa que João estava em silêncio quando ele fez Maria entrar na sala. Na outra interpretação, o advérbio modifica *entrar* e a sentença significa que Maria estava em silêncio quando ela entrou na sala. O mesmo efeito ocorre em Kadiwéu.

As sentenças rotuladas de CVSS também se comportam como bi-sentenciais. Em 23, o advérbio *notoko* ‘silenciosamente’ pode modificar tanto *-ba* ‘achar’ como *ka-* ‘estar ausente’, criando ambiguidades. Quando modifica *-ba*, a sentença significa que a ação de Maria achar o cachorro foi silenciosa. Na outra interpretação, o advérbio modifica *ka-* e a sentença significa que o cachorro estava silencioso embaixo da mesa. Em 24, o advérbio *inoqa* ‘sempre’ pode modificar ‘matar’ ou ‘pegar’. Na primeira interpretação, Maria sempre mata galinhas e na segunda Maria sempre usa uma faca quando mata uma galinha.<sup>7</sup>

- (22) me notoko Maria dibateloko ijo nekenigo  
 me notoko Maria 0-d:-ba-te-lokom i-jo nekenigo  
 COMP silenciosamente Maria 3intr-inverso-achar-3-apl masc-DEM cachorro  
 katiwed:i name:ja.  
 ka-tiw-e-d:i name:ja  
 estar ausente-para dentro-3-apl mesa  
 ‘Maria silenciosamente encontrou um cachorro embaixo da mesa.’  
 ‘Maria achou um cachorro silencioso embaixo da mesa.’

- (23) Maria yel:wadi oqoqo:di inoqa yatita nod:a:jo.  
 Maria y-el:wadi oqoqo:di inoqa y-ati-te-wa n-od:a:jo  
 Maria 3tran-matar galinha sempre 3tran-pegar-3-apl alien-faca  
 ‘Maria mata sempre galinha com faca.’  
 ‘Maria mata galinha sempre com uma faca.’

O fato de um advérbio poder modificar qualquer uma das raízes lexicais nucleares indica que nós estamos tratando com dois verbos, uma vez que podemos notar que a mesma ambiguidade não pode ser verificada em estruturas mono-sentenciais, como *Maria matou uma galinha com faca silenciosamente*. Nesta estrutura o advérbio pode apenas modificar o verbo matar.

Em segundo lugar, observamos a relativização. Na grande maioria das línguas, o objeto de uma preposição pode ser relativizado:

- (24) Maria mata galinha com uma faca

- (25) A faca com a qual Maria mata galinha

7. Supõe-se que o uso de *ka-* ‘estar ausente’ se deva ao fato de o cachorro não estar mais presente no momento da enunciação.

No entanto, o sintagma nominal que se refere ao objeto de *-ati*, *nod:a:jo* ‘faca’, não pode ser relativizado nas estruturas discutidas aqui, como demonstrado em 26. E este fato sugere que não estamos diante de um sintagma preposicional. Trata-se de uma outra estrutura. Se *-ati* fosse uma preposição, esperaríamos que a relativização de *nod:a:jo* ‘faca’ pudesse ocorrer. Para manter que temos um sintagma preposicional em 26, teríamos que procurar uma explicação alternativa para o fato de o objeto da suposta preposição não poder ser relativizado. Uma possível explicação alternativa para a agramaticalidade de 26 poderia ser postular que o Kadiwéu não permite *preposition stranding*, isto é, o deslocamento do complemento da preposição, deixando a preposição em seu local de origem. Mas o exemplo 27 mostra que este não pode ser o caso, pois o objeto de *-ati* pode ser normalmente relativizado se *-ati* estiver em outro tipo de construção:

- (26) \*ika                      nod:a:jo      ane      Maria      yel:wadi  
          i-ka                      n-od:a:jo      ane      Maria      y-el:wadi  
          masc-estar ausente      alien-faca      REL      Maria      3tran-matar  
                                       oqoqo:di      yatita  
                                       oqoqo:di      y-ati-te-wa  
                                       galinha      3tran-pegar-3-aplicativo  
          ‘Esta faca com a qual Maria matou a galinha’.

- (27) ika                      nod:a:jo      ane      datiqata                      Maria  
          i-ka                      n-od:aj:o      ane      0-d:-ati-qan-te-wa                      Maria  
          masc-DEM      alin-faca      REL      3intr-inverso-pegar-valência-3-apl      Maria  
          me                      yel:wadi      oqoqo:di  
          me                      y-el:wadi      oqoqo:di  
          COMP                      3tran-matar galinha  
          ‘Esta faca que Maria pegou para matar galinha.’

Em suma, temos evidência para acreditarmos que não estamos diante de um verbo e uma preposição, mas diante de um outro tipo de estrutura. Argumentamos aqui que se trata de CVSs.

### Propriedade mono-sentenciais

Embora os fatos acima indiquem que estamos lidando com uma estrutura bi-sentencial, várias diferenças emergem quando compara-

mos estas estruturas com verdadeiras estruturas bi-sentenciais como coordenação e subordinação. Em primeiro lugar, consideraremos a coordenação. Há pelo menos quatro tipos de evidência a favor da afirmação de que coordenação e CVSs são fundamentalmente distintas:

- (i) A coordenação permite que as partes sejam invertidas, CVSs não permitem:

- (28) Maria yaqadi lod:a:jo koda yiwilegi Ginodi.  
 Maria y-aqadi l-od:a:jo koda y-wilegi Ginodi  
 Maria 3tran-achar 3POSS-faca e 3tran-lavou louça  
 'Maria achou sua faca e lavou a louça.'
- (29) Maria yiwilegi Ginodi koda yaqadi lod:a:jo.  
 Maria y-wilegi Ginodi koda y-aqadi l-od:a:jo  
 Maria 3tran-lavar louça e 3tran-achar 3POSS-faca  
 'Maria lavou a louça e achou sua faca.'

A primeira diferença entre coordenação e CVS é que, ao contrário de coordenadas, a ordem de uma CVS não pode ser revertida:

- (30) Maria yaqadi nekenigo katiwed:i  
 Maria y-aqadi nekenigo ka-tiw-e-d:  
 Maria 3tran-achar cachorro estar ausente-para dentro-3-ap  
 'Maria achou um cachorro em baixo da mesa.'

- (31) \*katiwedi nam:e:ja Maria yaqadi nekenigo.

- (32) Maria yel:wadi oqoqo:di yatita  
 Maria y-el:wadi oqoqo:di y-ati-te-wa  
 Maria 3tran-matar galinha 3tran-faca-3-aplicativo

nod:a:jo.  
 n-od:a:jo  
 alien-faca  
 'Maria matou uma galinha com uma faca'

- (33) \*Maria yatita nod:a:jo yel:wadi oqoqo:di

- (ii) Coordenadas devem ser separadas por uma conjunção em Kadiwéu, enquanto o segundo componente de uma CVS não pode ser separado por nada:







somente nos casos em que os sujeitos de ambos os verbos são o mesmo. No caso de o segundo verbo ser inacusativo, ou seja, de compartilhar apenas o tema, não há marca de concordância no segundo verbo, como podemos observar em sentenças como 38.

Uma outra diferença é a relativização. Controle permite relativizar qualquer objeto. Este não é o caso de uma CVS, como já observado.

Construções de controle e CVSs diferem ainda significativamente no fato de que as primeiras admitem negações independentes, como qualquer estrutura bi-sentencial. CVSs, em contraste, funcionam como uma estrutura mono-sentencial e não admitem negações independentes: é apenas possível negar o primeiro verbo e isto significa negar a estrutura como um todo (i.e. Maria não matou galinha com faca, em 44)

- (42) Control: Pedro y-iGe iwal:o me daGa yad:e:gi  
y-iGe iwal:o me daGa y-ad:e:gi  
mulher COMP neg 3tran-trazer  
3tran-ordenar  
naqakodiwaGa  
naqakodiwaGa  
arroz  
'Pedro mandou a mulher não trazer arroz.'

- (43) SVC: \*Maria yel:wadi oqoqo:di daGa yatita

- (44) SVC: Maria ayel:wadi oqoqo:di yatita lod:a:jo  
Maria aG-el:wadi oqoqo:di y-ati-te-wa l-od:a:jo  
Maria neg-matar galinha 3tran-pegar-3-ap 3POSS-faca

Para traduzir uma sentença como *Maria matou galinha não com uma faca* é necessário modificar o verbo com um morfema de decréscimo de valência e criar uma subordinada. Se estivéssemos tratando de controle, não poderíamos explicar o porquê de não podermos ter negações independentes. Entretanto, é uma característica de CVSs que negação de um verbo implica na negação de toda a sentença (Sebba 1987).

Há ainda outra diferença entre CVSs e construções bi-sentenciais: estruturas bi-sentenciais admitem ações ocorrendo em tempos diferentes:

- (45) Maria    yel:wadi    oqoqo:di    nGina    noqo    me  
 Maria    3-matar    galinha    DEM    hoje    COMP  
 yibaqe    lod:a:jo    natigi    nigo  
 3-usar    3-faca    amanhã  
 'Maria matou galinha hoje para usar a sua faca amanhã.'

As ações de uma CVS, porém, são simultâneas, elas expressam somente um evento, e todos os verbos devem ser interpretados como tendo o mesmo tempo e aspecto. O mesmo padrão é atestado em outras construções seriais de outras partes do mundo (Sebba 1987).

### *Considerações finais*

Neste artigo eu tentei mostrar que a língua kadiwéu não tem preposições, já que estruturas com preposições são estruturas aplicativas, e que as estruturas analisadas por Griffiths como sintagmas preposicionais são bi-sentenciais em alguns aspectos. O fato de advérbios poderem modificar qualquer um dos núcleos indica que estas estruturas têm dois verbos. Além disso, mostrei que as estruturas analisadas têm as propriedades de CVSs apontadas em outras partes do mundo: argumentos são compartilhados, a negação de um núcleo implica na negação de toda a construção e as ações são simultâneas.

Alguns linguistas apontam para o fato de CVSs serem tipologicamente raras; por exemplo, Sebba (1987) afirma que CVSs são atestadas principalmente na África, China, sudeste asiático e em línguas crioulas. Além disso, CVSs são associadas a línguas de morfologia verbal mínima. Nagarajan (1990) (citado em McWhorter 1993) propõe que, em Tamil, INFL não conta com morfologia verbal e ele sugere que este pode ser o traço que é comum às línguas serializantes. Espero que os resultados encontrados mostrem que as CVSs necessitam de mais investigação. O Kadiwéu, uma língua polissintética ameríndia, tem CVS.

## Bibliografia

- AWÓYALÉ, Yíwolá (1988). *Complex Predicates and Verb Serialization*. Cambridge, MA: MIT Department of Linguistics Lexicon Project Working Papers 28.
- BAKER, Mark (1988). *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1989). "Object sharing and projection in serial verb construction". *Linguistic Inquiry*, vol. 20. Pp. 513-53.
- \_\_\_\_\_. (1991). "On Some Subject/Object Non-Asymmetries in Mohawk." *Natural Language and Linguistic Theory*, vol. 9, pp. 537-576.
- FREITAS, Maria Luisa de Andrade (2011). *Hierarquia de pessoa em Avá Guaraní: considerações a partir da morfologia distribuída*. Campinas: Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas.
- GRIFFITHS, Glyn (1973). "Numerals and demonstratives in Kadiwéu." *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, pp. 63-77.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Relative Clause Formation and other Word Parameters in Kadiwéu*. Reading, Inglaterra: Dissertação de Mestrado do Departamento de Linguística da Reading University.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Wh-Movement in Kadiwéu*. Reading: Tese de Doutorado. Reino Unido: Departamento de Linguística da Reading University.
- GRIFFITHS, Glyn e Griffiths, Cynthia (1976). *Aspectos da língua Kadiwéu*. Série Linguística 6. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- MCWHORTER, John (1993). "Review of *When verbs collide*." *Journal of Pidgin and Creole Languages*, vol. 8, n.º 2, pp. 310-314.
- NEVINS, Andrew e SANDALO, Filomena (2011). "Markedness and morphotactics in Kadiwéu [+participant] agreement." *Morphology*, vol. 21, n.º 2, pp. 351-378.
- SANDALO, Filomena (2011). "Person Hierarchy and Inverse Voice in Kadiwéu." *Liames* vol. 9, n.º 1, pp. 27-40.
- SAPIR, Edward (1921). *Language*. Nova York: Hartcourt, Brace & World.
- SEBBA, Mark (1987). *The syntax of serial verbs*. Nova York: Benjamins.

## AS POSPOSIÇÕES E A ESTRUTURA DOS EVENTOS<sup>1</sup>

*Andrés Pablo Salanova*

### *Introdução*

Se nos perguntarmos qual é a semântica de uma adposição numa oração eventiva, tal como (1), sem dúvida pensaremos em primeiro lugar no muito citado artigo de Davidson (1967), que propõe para a oração eventiva (1) uma semântica como em (2):

(1) Os mariachis cantaram para nós por meia hora.

(2)  $\exists e.cantar(e). Ag(e)(os\ mariachis) \wedge Benef(e)(nós) \wedge Dur(e)(meia\ hora)$

Isto é, uma oração declarativa é a afirmação de existência de um evento ( $\exists e$ ), que é um evento de cantar, que tem como agente os *mariachis*, como beneficiário *nós*, e como duração *meia hora*.

---

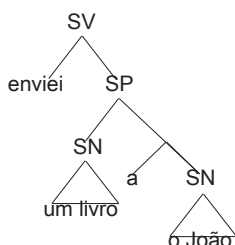
1. Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de Ikrô e Bepkamrêk Kayapó, meus principais consultores linguísticos no Djudjêkô. Agradeço igualmente à comunidade do Djudjêkô pela calorosa acolhida em numerosas viagens desde 1996. O público de Amazónicas 3 em Bogotá e de Exploring the Interfaces 1 em Montréal aportou comentários e perguntas que me permitiram aprimorar as idéias apresentadas neste trabalho. Finalmente, agradeço Maria Amélia Reis Silva por discussões sobre o assunto deste trabalho, e Vanessa Lea por proporcionar-me materiais sobre o léxico do Mëbengokre que foram de grande utilidade para recolher os dados deste trabalho no campo.

Dada esta semântica, o papel de cada adposição seria o de descrever uma maneira de um referente nominal se relacionar com o evento descrito pelo verbo. Dito de outro modo, cada adposição introduz um participante com um papel temático específico.

Outra semântica possível das adposições, não só em orações eventivas senão também em sintagmas nominais e outras construções, não relaciona sintagmas nominais com eventos senão com outros sintagmas nominais. Isto, que tem antecedentes em Larson (1988), é dado como o sentido fundamental das adposições em Hale e Platero (1996) (ver também Hale e Keyser 1993). Tome-se por exemplo a frase seguinte:

(3) Enviei um livro ao João.

Em linha com o dito pelos autores acima citados, poderíamos atribuir a esta frase uma estrutura parcial como a seguinte:



O verbo *enviar* relacionaria um evento com outro, o da ação de enviar e o da transferência de posse do livro. A natureza exata dessa relação (i.e., se é uma relação de causação ou de simples concomitância dos eventos) não nos interessa; o que é importante é que para expressar uma transferência, uma adposição relaciona diretamente dois sintagmas nominais.

Resumindo estas duas possibilidades, teríamos as seguintes denotações:<sup>2</sup>

(4)  $\lambda x.\lambda e.\text{Papel-Temático}(e,x)$

2. O leitor que conheça o trabalho de Pylkkänen (2008), notará que estas denotações são similares às propostas por essa autora para os aplicativos altos e baixos, respectivamente. Para simplificar a discussão, não trazemos à tona aqui a identidade entre aplicativos e adposições, proposta já por autores como Baker (1988).

(5)  $\lambda x.\lambda y.$ Relação( $x,y$ )

Isto é, em (4), a posposição relaciona um participante a um evento (*dançou* para *nós*), enquanto que em (5) relaciona duas entidades (*o livro* a *o João*). Pykkänen (2008) utiliza uma denotação como a de (5) serve para descrever a relação de transferência de posse nos verbos ditransitivos.

No entanto, é fato conhecido que em muitos casos as adposições, além dos dois usos descritos acima, têm também um uso gramatical.<sup>3</sup> O exemplo mais transparente disto é o da adposição *por* utilizada na construção passiva. Como já notou Marantz (1984), esta adposição não atribui um papel temático específico ao seu argumento:

- (6) a. João foi empurrado pela Maria. (agente)  
b. João foi visto por todos. (experimentador)  
c. A encomenda foi recebida pelo destinatário. (recipiente)

O que acontece neste caso é que o argumento da adposição recebe, de maneira indireta, o papel temático que a forma ativa do verbo atribuiria ao seu sujeito.

Um caso um pouco menos óbvio, mas não menos oportuno, é o da adposição *a* para marcar certos objetos em Espanhol. Cuervo (2003) nota que um objeto indireto marcado por esta adposição pode ser um recipiente ou um alvo, como se vê em (7). No entanto, se o clítico dativo está presente, a leitura em que o dativo introduz um alvo é bloqueada (cf. (8)):

- (7) a. Envié un paquete a Francia.  
mandei um pacote a França  
'Mandeí um pacote à França.'  
b. Envié un paquete a Juan.  
mandei um pacote a Juan  
'Mandeí um pacote ao João.'  
(8) a. # Le envié un paquete a Francia.  
b. Le envié un paquete a Juan.

3. Oferecemos aqui definições, já que referiremo-nos a este contraste novamente mais adiante. Dizemos que uma adposição tem um *uso gramatical* quando o papel temático atribuído ao seu complemento não depende exclusivamente dela. Nos demais casos, diremos que a adposição ocorre em seu *uso adposicional*.

Neste caso, poderíamos dizer que o papel temático do complemento da adposição depende não só da adposição, senão também de um elemento adicional externo ao sintagma adposicional, o clítico *le*.<sup>4</sup> De fato, segundo Cuervo (op. cit.), trata-se de duas construções diferentes, em uma das quais (aquela com *le*) a adposição *a* teria uma função primordialmente gramatical, enquanto que na outra ela preservaria o seu sentido léxico alativo.

Em conclusão, e falando de maneira mais geral, há muitos casos (talvez, de fato, a maioria dos casos) em que o sentido atribuído pela adposição ao seu complemento não depende exclusivamente da adposição, senão de outros elementos do predicado. Esse fato não escapou à atenção dos gramáticos tradicionais, que elaboraram o conceito de *regência* para descrevê-lo. Foi sem dúvida Cuervo (1871-1994[1998]) quem aplicou a ideia de maneira mais magistral e completa a uma língua românica.

Tradicionalmente, quando uma adposição está fortemente associada a um verbo e não transmite um papel temático próprio ao seu argumento, fala-se de verbos que regem certos casos ou adposições. Porém, com uma abordagem que abandone o “atomismo verbal” das descrições tradicionais, é possível dar-nos conta de que são certos elementos constituintes do predicado verbal, e não o verbo como um todo indivisível, os que licenciam determinados usos “gramaticais” das posposições.

No exemplo do Espanhol dado acima isto é claro: seria pouco perspicaz dizer que as duas construções diferentes com o verbo *enviar*, uma que descreve um deslocamento no espaço e outra que descreve uma transferência de posse, devem ser aprendidas e listadas no léxico separadamente. Muito mais perspicaz seria reconhecer que a mudança da função, que afeta simultaneamente o sentido do objeto dativo e o aparecimento do clítico, está ligada a um elemento que é independente de boa parte da semântica léxica do verbo, e que pode ser

---

4. Caso o leitor suspeite que (8a) não tem a leitura desejada porque *le* exigiria um objeto indireto humano ou animado, oferecemos as orações seguintes como contraexemplo:

Le encontré una solución al problema.

Le puse sal al caldo.

Estas frases, e particularmente a segunda, compartilham com (8b) a interpretação de que o objeto de *a* é modificado pela ação, interpretação que não estaria presente em uma frase sem clítico, i.e., *Puse sal en el caldo*.



associado a outros verbos que regem um argumento dativo. Voltando a Cuervo (2003), podemos dizer que na construção (8), com *le*, o verbo teria um elemento aplicativo encoberto que licencia um recipiente ou beneficiário. Chamamos este elemento encoberto de *aplicativo*, mas devemos aqui reconhecer que o sentido habitual deste termo fora da tradição gerativa é normalmente restrito aos casos em que a ele corresponde um morfema aberto (ver, por exemplo, Polinsky 2011).

Neste trabalho analisaremos a relação entre usos gramaticais de adposições e “partículas subatômicas” do verbo a partir da análise detalhada de dados do Mëbengokre, língua Jê setentrional falada por aproximadamente 10.000 indivíduos das nações Xikrin e Kayapó, nos estados do Pará e Mato Grosso.

Em Mëbengokre, como no exemplo do Espanhol que examinamos acima, não há morfologia aberta de aumento de valência. Porém, é possível observar que certas adposições estão relacionadas a componentes morfológicamente encobertos da estrutura eventiva do verbo. Ilustramos isto com uma alternância que podemos observar em verbos de mudança de estado:

- (9) a. rádio nē ka'êk  
radio nfut quebrar.n  
'O rádio quebrou.'  
b. i-je rádio ka'êk  
1-je rádio quebrar.n  
'Quebrei o rádio.'

Vê-se aqui que a adposição *-je* introduz um causante. Porém não podemos responsabilizar esse elemento na íntegra pelo papel temático de causante que o prefixo pronominal de primeira pessoa recebe. Por um lado, o sentido de causação direta só está presente quando o verbo empregado é um verbo de mudança de estado com causa externa. Com verbos de atividade, por exemplo, *je* têm o sentido de “em razão de”, e só pode ter um complemento proposicional:

- (10) a. i-pyma-je mỳr  
1-medo-je 3.chorar.n  
'Chora porque tem medo de mim.'  
b. # i-je mỳr  
1-je chorar.n prosp  
Não pode ter o sentido de 'faço ele chorar.'

Por outro lado, a transitividade inerente do verbo “quebrar”, usado na construção (9b), é confirmada quando o verbo aparece em sua forma finita, já que ali o pronome que aparecia como um sintagma oblíquo se torna um pronome nominativo:<sup>5</sup>

- (11) ba rádio kate  
1nom rádio quebrar.v  
'Quebrei o rádio.'

- (12) \* i-pyma nẽ muwa  
1-medo nfut chorar.v  
'Não é uma maneira possível de dizer 'o medo de mim fez ele chorar.'

Em vista destes últimos exemplos, podemos concluir que não é suficiente dizer que há uma relação entre o sentido da adposição e um aspecto da semântica eventiva do verbo. É preciso que esse aspecto semântico faça parte da estrutura que é visível à sintaxe, de outro modo não poderíamos diferenciar entre a possibilidade de transitividade em (11) e sua impossibilidade em (12). Seguindo o programa de Marantz (1997), Borer (2005-2013), Kratzer (2003), e Pykkänen (2008), entre outros, propomos que essa interface é efetuada por elementos morfológicos, às vezes encobertos, que acrescentam camadas de estrutura eventiva à estrutura mínima projetada pelo predicado lexical.

Mesmo se ficarmos só no Mëbengokre, poderíamos estender o exercício a várias das adposições da língua. A adposição dativa *mã*, por exemplo, introduz recipientes, alvos, beneficiários e experienciadores, segundo a estrutura eventiva do predicado junto ao qual ela aparece. A adposição locativa *bê* introduz sujeitos de uma predicação nominal equativa, malefactivos, e locativos. E assim por diante.

5. De fato, a transitividade parece básica quando passamos à forma finita do verbo, já que nesse caso é impossível termos a construção intransitiva sem um prefixo anticausativo no verbo:

- a. rádio nẽ aj-kate  
rádio NFUT ANTICAUS-quebrar.v  
'O rádio quebrou.'
- b. # rádio nẽ kate  
rádio NFUT 3.quebrar.v  
Só tem as leituras: 'O rádio quebrou ele' e 'Ele quebrou o rádio'.

Aqui, porém, para não nos perdermos em minúcias semânticas que são sempre difíceis de confirmar em campo, examinaremos em pormenores um caso que, como no caso da adposição *je*, é acompanhado de uma alternância de estrutura argumental. Fazemos então um pequeno parêntese para introduzir essa noção antes de passar ao problema do uso da adposição *o* do Mëbengokre em construções causativas.

Falamos em *alternâncias de estrutura argumental* quando uma proposição com um sentido essencialmente idêntico no que diz respeito às relações temáticas pode ser expressa por dois marcos sintáticos diferentes. Dois exemplos disto encontram-se a seguir:

- (13) a. O João lambuzou manteiga na camisa.  
b. O João lambuzou a camisa com manteiga.
- (14) a. O João viu a Maria.  
b. A Maria foi vista pelo João.

Enquanto que em alguns casos é possível constatar diferenças de sentido entre as duas construções que podem ser atribuídas diretamente à contribuição semântica das adposições, em outros as adposições cumpririam principalmente uma função gramatical.

Determinar em que categoria entra cada caso de alternância de estrutura argumental examinado em uma língua particular nem sempre é tarefa fácil, e neste trabalho não temos a pretensão de generalizar automaticamente as nossas conclusões a casos superficialmente similares ao que examinaremos. Se, por um lado, na alternância passiva exemplificada em (14) o sentido parece não mudar, na alternância locativa exemplificada em (13) há um contraste sutil entre uma afetação completa da camisa em *O João lambuzou a camisa com manteiga*, contra uma afetação parcial desta em *O João lambuzou manteiga na camisa*. No caso que tratamos abaixo, argumentamos que há uma identidade de sentido completa entre as duas construções que alternam em alguns casos, enquanto que em outros a identidade de sentidos é apenas parcial.

Este é portanto o quadro geral para tratarmos de um problema particular: o uso da posposição *o* do Mëbengokre na alternância causativa.

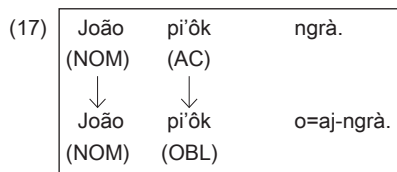
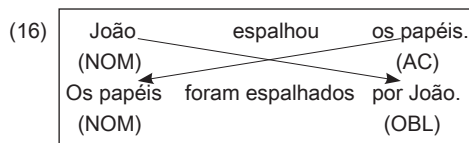
## O problema

Em Mëbengokre, existe a seguinte alternância de estrutura argumental:

- (15) a. ba pi'òk ngrà  
1nom papel espalhar.v  
'Espalhei os papéis.'
- b. pi'òk nê aj-ngrà  
papel nfut aj-espalhar.v  
'Os papéis se espalharam.'
- c. ba pi'òk o=aj-ngrà  
1nom papel o=aj-espalhar.v  
'Espalhei os papéis.'

Como pode ver-se nestes exemplos, o prefixo *aj-* em (15b) transforma um verbo transitivo em intransitivo. Como na voz passiva de línguas melhor conhecidas, o argumento que é suprimido é o agente ou causa, isto é, o argumento externo. Este pode ser reintroduzido se, além de *aj-*, está presente o proclítico fonológico *o=*.

A alternância seria idêntica à voz passiva do português ou inglês se não fosse pelo fato que o argumento agente ou causa reintroduzido em (15c) aparece em um caso direto (nominativo), e não em um caso oblíquo:



Neste trabalho, o nosso ponto de partida é que o prefixo *aj-* representa a voz passiva. Argumentaremos que o elemento *o=*, que reintroduz o agente, deve ser considerado uma adposição instrumental.<sup>6</sup> Na seção 3, apresentamos uma análise da construção baseando-nos

6. Há, no entanto, uma diferença entre a intransitivização com o elemento *aj-* e a voz passiva: em frases como (15b), não há uma causa implícita, como sim há em *o papel foi espalhado*. É por isto que em outros trabalhos temos dado a *aj-* a designação de ANTICAUSATIVO. Este termo, porém, não daria conta do que ocorre em (15c).

em Baker *et al.* (1989), e explicamos a peculiaridade de o agente ser reintroduzido no caso nominativo. Finalmente, na seção 4 apresentamos e discutimos algumas complicações.

Suponhamos, então, que em (15) temos um alternância entre uma construção ativa e uma passiva, com e sem reintrodução do agente. Defender que isto é assim diante de outras possibilidades (isto é, que *aj-* seja uma espécie de reflexivo, ou algum outro tipo de intransitivizador) nos imporia uma discussão conceitual que pouco nos ajudaria na interpretação dos dados. Por este motivo, passaremos por cima do elemento *aj-*, e nos concentraremos imediatamente no elemento *o=*.

Enquanto que o *o=* nas construções que examinamos aqui parece ser um proclítico fonológico do verbo, há muitos usos documentados em que *=o* é um enclítico fonológico de sintagma nominal.<sup>7</sup>

Nesses casos, não duvidaríamos em considerar que *o* é uma posposição, dada a sua distribuição idêntica à de outras posposições da língua. O sentido de *o* seria aproximadamente o de instrumental ou comitativo assimétrico ('levo junto comigo' vs. o mais simétrico 'vamos juntos'). Os casos mais transparentes do uso instrumental da adposição *o* encontram-se quando o predicado principal é um verbo transitivo:

- (18) a. ba kàx o tep nhrênh  
1nom faca o peixe cortar  
'Cortei o peixe com faca.'  
b. ba bô o ami-m kikre  
1nom palha o refl-dat casa  
'Faço casa pra mim com (teto de) palha.'

---

7. De fato, na ortografia mais difundida para o Mëbengokre, introduzida pelo Summer Institute of Linguistics na década de 1980, e usada principalmente nas traduções da mitologia cristã, *o* escreve-se junto com o sintagma nominal que o precede, como os demais enclíticos nominais e, em particular, as adposições, inclusive em casos como o do segundo exemplo, em que o seu uso parece mais próximo do uso gramatical deste elemento (exemplos obtidos de Vários autores 1996, com segmentação morfológica nossa):

- a. ... kônkrã-o nhỹ-n ku-m rax jarẽ-n ... (Mat 8:2)  
joelho-o sentar-e ele-a grande dizer-e  
'... ajoelhou-se [sentou-se com os joelhos] e alabou-o.'  
b. ... Jeju ã me-o mex-o ba-o ane. (Mat 8:17)  
Jesus assim gente-o bem-o estava-o fazer  
'... assim ia Jesus fazendo o bem às pessoas. [lit., fazia assim com estando com o bem com as pessoas]'

O sentido “comitativo assimétrico” aparece de maneira mais clara quando o verbo principal é um verbo intransitivo de movimento; nestes casos, o complemento de *o* é um acompanhante, possivelmente involuntário, do sujeito da ação:

- (19) a. ba kikre mã tẽ  
1nom casa a ir.v  
‘Vou pra casa.’  
b. ba kikre mã tep o tẽ  
1nom casa a peixe o ir.v  
‘Levo o peixe pra casa.’

Em construções com verbos intransitivos de movimento, a leitura estritamente instrumental não está excluída, mas nestes casos ela se expressa preferencialmente com a adposição locativa ‘ã:

- (20) kàmranhtỳx ‘ã kikre mã tẽ  
carro em casa para ir.v  
‘Vou pra casa de carro.’

Finalmente, ressaltamos algo que já dissemos acima: que mesmo nos casos em que o elemento *o* não é estritamente uma adposição instrumental senão comitativa, ele não permite uma leitura comitativa “simétrica”; para ter esta leitura, é necessário utilizar a adposição *kôt*, ou a conjunção *mẽ* junto com o advérbio flexionável *ro’ã*:

- (21) ba i-kamy kôt tẽ  
1nom 1-irmão com ir.v  
‘Fui com o meu irmão.’  
(22) ba i-kamy mẽ ar i-ro’ã tẽ  
1nom 1-irmão e pl 1-junto ir.v  
‘Eu e meu irmão fomos (nós) juntos.’

Tendo portanto estabelecido que *o* é uma posposição instrumental, resta-nos dizer que não é implausível que seja esta mesma adposição a que reintroduz os sujeitos “demovidos” pela passivização. De fato, o instrumental está entre os reintrodutores de “agentes” de passiva mais comumente encontrados nas línguas do mundo. Damos como exemplo o russo em (23), em que o instrumental é um caso mor-

fológico, e o Purépecha (dados de Chamoreau 2008) em (24), em que é uma adposição:

- (23) a. voditel' ostnavlivaet mašinu  
motorista parar carro  
'O motorista para o carro.'  
b. mašina ostanavlivaetsja milicionerom  
carro parar.pass policial.instr  
'O carro é parado pelo policial.'
- (24) Maria intskunasti ma karakata Pablu ximpo  
Maria dar.pass um livro Pablo instr  
'Um livro foi dado à Maria pelo Pablo.'

Estes são os casos que gostaríamos de comparar à “voz passiva” do Mëbengokre. Nas orações seguintes, similares às de (15), a estrutura é superficialmente a mesma que encontramos em (19). Porém, quando o predicado principal é um verbo passivizado mediante *aj-*, é impossível falar em posposição instrumental sem acrescentar uma aclaração sobre o seu uso gramatical: o participante que é introduzido nos exemplos (25b) e (26b) é justamente o sujeito suprimido pela passivização:

- (25) a. ngôj nê aj-kate  
panela nfut aj-quebrar.v  
'A panela quebrou.'  
b. ba ngôj o= aj-kate  
1nom panela o aj-quebrou.v  
'Quebrei a panela.'
- (26) a. pi'ôk nê a-kuno  
livro nfut aj-perder.v  
'O livro se perdeu.'  
b. ba pi'ôk o= a-kno  
1nom livro o aj-perder.v  
'Esqueci o livro.'

O participante que aparece no caso nominativo em (25b) é o mesmo que é sujeito na construção ativa com o verbo *kate*, 'quebrar'. No caso de *akuno*, a semântica da construção passiva é ligeiramente idiomática, mas, como em *ajkate*, o participante que aparece em caso nominativo em (26b) corresponde aproximadamente ao agente da construção ativa.

A grande ressalva, já mencionada acima, tem a ver com a realização morfológica do argumento introduzido. Porque, no lugar de (25b), não temos algo como em (27), em que a morfologia de instrumental está presente diretamente no sujeito reintroduzido, como em Purépecha e russo?

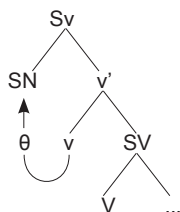
- (27) \* ij-o ngôj aj-kate  
1-o panela aj-quebrar.v

Para argumentar em favor de nossa intuição diante deste aspecto problemático da construção, precisamos primeiro entrar nos pormenores da análise.

### *Uma análise*

O que proporemos agora para exemplos como (25) e (26) baseia-se na proposta de Baker *et al.* (1989) para as construções passivas do inglês. Expomos esta ideia de maneira resumida a seguir, sem nos preocupar por seguir ao pé da letra a formalização destes autores.

O argumento externo de um verbo é um sintagma nominal no especificador de um sintagma que chamaremos Sv, mas que também poderia ser chamado SVoz. A maneira como o verbo lexical estabelece uma relação temática com este argumento é indireta, e não nos preocuparemos por torná-la explícita aqui. Assumiremos que o argumento externo do verbo lexical é um argumento de v, e recebe deste o seu papel temático:<sup>8</sup>

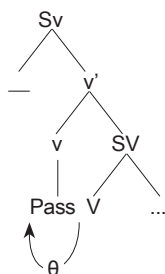


Segundo Baker *et alii* (*op. cit.*), o morfema da voz passiva absorve o papel temático externo de um verbo. Isto é, funciona como o seu sujeito, mesmo que seja um núcleo funcional e não um sintagma,

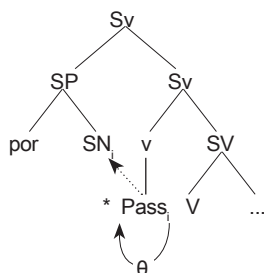
8. Nas árvores seguintes, as setas com θ representam a atribuição de papéis temáticos.



e que se manifeste como morfologia verbal. Na árvore seguinte, o traço (–) representa a posição do sujeito da oração ativa, deixada vazia em virtude da relação temática que já existe entre o sintagma verbal e o morfema de voz passiva. Esta posição, se não preenchida, será omitida das árvores que seguem.



Os autores fazem uma analogia entre o morfema de voz passiva e um clítico pronominal como o que se encontra nas línguas românicas. Como em algumas destas línguas, o clítico pode ser “duplicado” por um sintagma nominal, como ocorre com o clítico dativo em (8b). No caso específico da voz passiva, este seria o sintagma encabeçado pela adposição *por*. Nestes casos, *por* não teria conteúdo semântico, e, em particular, não atribuiria nenhum papel temático ao seu complemento, senão que simplesmente transmitiria o papel temático absorvido por Pass, uma operação que na árvore seguinte indicamos mediante um asterisco:

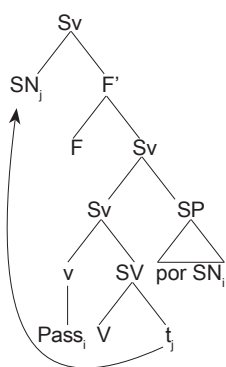


Isto é o que a voz passiva faz em termos de relações semânticas. Passemos ao que ocorre em termos de atribuição de caso.

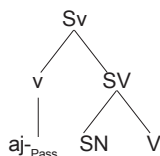
A passivização respeita o que costuma chamar-se a “generalização de Burzio”: a possibilidade de marcar um argumento no caso acusativo está atrelada à atribuição de papel temático a um argumento externo. A morfologia de voz passiva, ao absorver o papel temático

externo e impedir que este seja atribuído diretamente a um sintagma nominal no especificador de Sv, elimina ao mesmo tempo a possibilidade de o verbo atribuir caso acusativo a um de seus complementos.

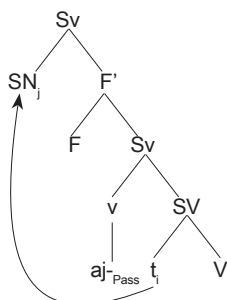
Com isto, obtemos aquilo que vemos ocorrer na passiva: o complemento do verbo, sem caso, tem que mover-se a uma posição mais alta, que aqui chamaremos o especificador de SF. Nesta posição obterá o caso nominativo:



Passemos agora ao que ocorreria em Mëbengokre. Propomos que para (25a) e (26a) teríamos inicialmente o seguinte:



Como na passiva em português, o sintagma nominal que é interno ao SV se move à posição de especificador de SF, que é atemática em virtude do morfema de voz passiva, e recebe caso nominativo.



As coisas começam a diferir da construção passiva do português quando o agente é reintroduzido. Mesmo se é a presença do elemento *o* que permite a reintrodução do agente, e *o* tem toda a aparência de ser uma posposição, os argumentos parecem ser licenciados de forma “transversal”. Na construção passiva com agente, exemplificada em (25b) e (26b), o *o* atribui caso não ao argumento que é introduzido, senão àquele que já estava aí em (25a) e (26a). O argumento introduzido (o agente ou a causa) aparece em um caso direto, como sujeito da oração retransitivizada.

Se não tentarmos forçar demais a analogia com a construção passiva do português, veremos que não há nenhum paradoxo aqui. Vamos por partes.

Em primeiro lugar, ao contrário do que ocorre com o sintagma adposicional que introduz o agente na passiva em português, o sintagma adposicional encabeçado por *o* está claramente dentro do SV. Em segundo lugar, lembremos que, como *por* na construção passiva, *o* neste caso não tem qualquer relação temática com o seu complemento.

No lugar de dizer que é *o* que atribui o caso ao sintagma nominal que parece ser um complemento, diremos que ele é a manifestação morfológica de um caso oblíquo atribuído por algum outro elemento. Proporemos que *aj*- se desdobra em duas variantes: uma em que há uma causa no seu especificador, e outra em que não há uma causa no seu especificador. Na primeira, que é a descrita até aqui, este núcleo tem um caso a atribuir, que porém não é o caso acusativo, como na generalização de Burzio, senão um caso oblíquo, indicado por  $\sigma$ :

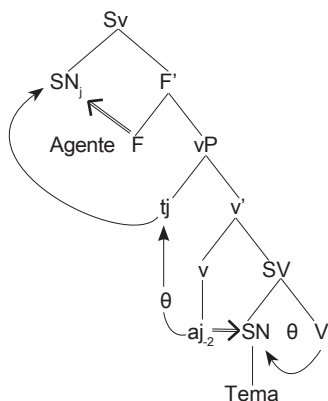
- (28) *aj*-1: não tem argumento causa no especificador, e não atribui caso.  
*aj*-2: tem um argumento causa no especificador, e atribui caso instrumental, indicado pela adposição *o*.

Como em português e inglês, a absorção do papel temático do argumento externo pelo morfema de voz passiva *aj*-1 comporta também a perda do caso acusativo, deixando o argumento interno sem caso. Este argumento sobe ao especificador de SF para obter caso nominativo, como mostramos acima. Porém, o Mëbengokre não contaria com uma posposição que possa se adjungir em uma posição suficientemente alta como para atribuir caso a um agente,<sup>9</sup> caso queira-

9. Em Salanova (2011) apresentamos a noção de que a adjunção em Mëbengokre é muito limitada, e de fato está restrita a sintagmas adposicionais dentro do sintagma

mos expressá-lo na construção passiva. O único recurso que existe é atribuir o caso instrumental. Porém, para que este seja licenciado, tem que haver uma mudança no elemento que está em *v*.

Resumindo, enquanto que a árvore precedente indica o que ocorre quando o elemento em *v* é *aj*-1, no caso em que se trata de *aj*-2 temos a árvore seguinte, onde a linha dupla representa a atribuição de caso:



Antes de passar a alguns problemas levantados por esta análise, queremos fazer uma breve recapitulação sobre o contraste que existe entre os usos claramente posposicionais de *o*, apresentados em (18) e (19), e o uso gramatical que ocorre com os verbos na voz passiva com *aj*-. Se tomarmos as duas construções seguintes, veremos que a diferença é simplesmente que em (29) a posposição não atribui qualquer papel temático ao seu complemento, deixando de ser uma posposição e transformando-se em marcador de caso. Em (30), ao contrário, tudo está no lugar onde é gerado, e as relações temáticas e de caso são todas estritamente locais; em particular *pi'ók* recebe caso oblíquo e papel temático instrumental da adposição:

- (29) ba pi'ók o aj-ngrà  
1nom papel o aj-espalhar  
'Espalho os papéis.'

- (30) ba pi'ók o màtkà nhipêx  
1nom papel o avião fazer  
'Faço aviões com papel.'

---

verbal. Não desenvolvemos esta idéia aqui.

Resta dizer que o uso gramatical de *o* só é permitido quando há morfologia de voz passiva nos verbos, e em outros poucos casos que abordaremos na seção 5. Dito de outro modo, o *o* como marcador de caso só pode existir dentro de um sintagma verbal que está c-comandado por um núcleo funcional *v*<sup>o</sup> que contém a voz passiva.

### *Causação externa e causação interna*

Devemos notar, porém, que nem sempre os verbos intransitivizados por *aj-* mudam a expressão dos seus argumentos radicalmente quando *o* é introduzido. Tomemos o exemplo seguinte:

- (31) a. kën nê aj-kamê  
pedra nfut aj-puxar.v  
'A pedra se mexe.'  
b. ba mûm kën o= aj-kamê  
1nom para.lá pedra o aj-puxar.v  
'Puxo a pedra para lá.'

À primeira vista, este caso é idêntico aos de (25) e (26): um verbo intransitivizado é retransitivizado mediante *o*; o participante afetado pela mudança de estado passa a ser o complemento de *o*, enquanto que o sujeito é a causa da mudança, fazendo com que a tradução literal do exemplo seja 'eu faço que a pedra se mexa'. Porém, exemplos como (31b) apresentam uma diferença semântica sutil e crucial. Salanova (no prelo) se baseia nessa diferença semântica para dar a esses exemplos uma análise muito diferente:

- (32) Um exemplo espontâneo de uso de *ajkamê* (no lugar de *kamê*):  
ba mûm waxi o= aj-kamê  
1nom para.lá linha o= aj-puxar.v  
'Puxo a linha de pesca para lá (eu preciso me afastar também).'
- (33) Contexto: estou em um trator, mexendo na terra.  
a. ba pyka kamê  
1nom terra puxar.v  
'Puxo a terra para fora.'  
b. ba pyka o= aj- kamê  
1nom terra o= aj- puxar.v  
'Puxo terra para fora (mas neste caso eu vou junto).'

O sentido de (33b) implica a construção intransitiva seguinte, algo que representamos de maneira esquemática em (35):

- (34) ba aj- kamẽ  
1nom aj- puxar.v  
'Me mexo.'

- (35) oajkamẽ(a,b) → kamẽ(a,b) ∧ ajkamẽ(a)

Isto é, *o=aj-kamẽ* implica que o sujeito mexeu (*kamẽ*) o objeto, mas também que o sujeito mesmo se mexeu (*aj-kamẽ*). Se tivéssemos aqui um causativo "clássico", a implicação seria diferente:

- (36) oajkamẽ(a,b) → ajkamẽ(b) ∧ causa(a,ajkamẽ(b))

Nesta interpretação causativa clássica, que não corresponde a (33b) mas a (33a), só o objeto se mexe (*ajkamẽ*), enquanto que o sujeito é apenas a causa deste movimento.

Resumindo, orações como (31b) têm uma estrutura em que o sujeito do verbo que é retransitivizado continua sendo o sujeito da construção intransitiva de (31a), e o segundo argumento, complemento de *o*, é simplesmente um acompanhante na ação. Isto é, (31b) deve ser tratado como outros verbos de movimento, não derivados mediante um morfema intransitivizador, onde o complemento de *o* é simplesmente um acompanhante:<sup>10</sup>

- (37) ba mũm kën o=aj-kamẽ  
1nom pra.lá pedra o=aj-puxar  
Lit., 'Me mexo pra lá junto com a pedra.'

- (38) ba kikre mã tep o=tẽ  
1nom casa a peixe o=ir.v  
'Levo peixe pra casa.' (Lit., 'Vou pra casa com o peixe.')

- (39) ba a-mã a-kĩnhdjà o=bôx  
1nom 2-dat 2-presente apl=chegar.v  
'Trouxe um presente pra você.' (Lit., 'cheguei com um presente')

10. O primeiro *aj-* do exemplo (40) é simplesmente um alomorfe de *a-*, o prefixo de segunda pessoa, exigido diante de certos temas iniciados em vogal, e não deve ser confundido com o *aj-* que é assunto deste trabalho.

- (40) ba aj-o=i-kato  
 1nom 2-o=1-sair.v  
 'Levo você pra fora.' (Lit., 'Saio com você.')

A conclusão que precisamos tirar disto é a seguinte: como o *se* do português, o *aj-* do Mëbengokre tem ao menos duas facetas: em alguns casos, aqueles que exploramos largamente na seção precedente, ele é um morfema de voz passiva; em outros, ele efetua um outro tipo de intransitivização, que por ora chamaremos simplesmente “ativa”. A escolha entre os dois usos de *aj-* não é livre, mas é determinada pela semântica verbal: nos verbos cuja causação é externa (*quebrar*, *perder*), *aj-* é passivo; em aqueles cuja causação é interna (*mexer*), *aj-* é ativo. Enquanto que o intransitivizador *aj-*, com duas duas variantes *aj-1* e *aj-2* apresentadas acima, ocorre com marcador de caso *o*, junto aos verbos com *aj-* cuja semântica é de causação interna, ocorre apenas o *o* posposicional com sentido comitativo assimétrico ou instrumental, como com outros verbos intransitivos de movimento.

Sem querer fazer deste assunto um tema central do trabalho, sugerimos que nesses últimos casos *aj-* não atribui um papel temático “completo” ao seu especificador, mas simplesmente faz com que o argumento interno do verbo seja interpretado como volitivo ou agentivo, além de ser um tema. Isto é, *aj-* nesses casos se aproximaria de um reflexivo.

### *Assuntos restantes*

Precisamos tratar um contexto adicional em que *o* parece ter um uso similar ao que tem nas orações passivas consideradas acima.

Quando o predicado principal é um substantivo ou sintagma nominal, *o* pode ser usado para introduzir um participante que se transforma na entidade denotada pelo sintagma nominal, ou, no caso de o predicado ser um sintagma nominal com leitura “adjetival”, adquire a propriedade denotada por este. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (41) a. i-nhõ bikwa  
 1-pos parente  
 'meu parente' ou 'Tenho parente.'

- b. a-bê i-nhõ bikwa  
2-es 1-pos parente  
'Você é o meu parente/amigo.'
- c. ba aj-o i-nhõ bikwa  
1nom 2-o 1-pos parente  
'Fiz de você o meu parente/amigo.'
- (42) a. tep  
peixe  
'peixe' ou 'Há peixe.'
- b. wajanga nê ku-bê tep  
pajé nfut 3ac-es peixe  
'O pajé é um peixe.'
- c. wajanga nê ij-o tep  
pajé nfut 1-o peixe  
'O pajé transformou-me em peixe.'
- (43) a. kupip nê mej  
esteira nfut bom  
'A esteira está em bom estado.'
- b. ba ajte kupip o mej  
1nom novamente esteira o bom  
'Consertei a esteira.'

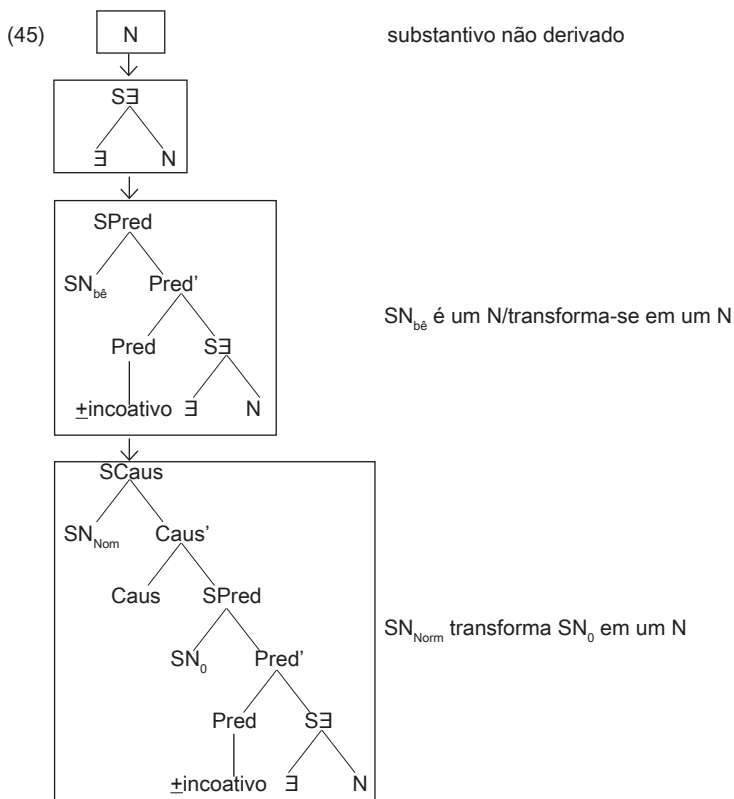
É com base principalmente em exemplos como estes que alguns autores (confira Oliveira 1998) consideram que *o* é um verbo leve com sentido causativo. Para uma ponderação desta hipótese, remetemos o leitor a Salanova (no prelo). Aqui argumentaremos que *o* nestes casos não é nada diferente do que é nas orações passivas.

De fato, não temos aqui uma alternância como temos na passiva, em que argumentos com o mesmo papel temático se expressam em lugares diferentes da estrutura segundo a construção. O que temos é um acréscimo sucessivo de participantes à predicação, segundo a complexidade aspectual do que se quer expressar. Podemos resumir isto assim:

(44)	Construção	Estrutura argumental	Exemplo
	Referencial	SN	tep 'peixe'
	Existencial	SN <sub>pred</sub>	tep 'há peixe'
	↓		
	Essiva	SN-bê SN <sub>pred</sub>	i-bê tep 'sou peixe'
	↓		
	Incoativa	(Adv) SN-bê SN <sub>pred</sub>	(arým) i-bê tep 'me transformo em peixe'
	↓		
	Causativa	SN SN-o SN <sub>pred</sub>	ga ij-o tep 'você me transforma em peixe'



A análise que propomos é simplesmente que os novos argumentos são acrescentados pela morfologia (invisível) que transforma um substantivo existencial em um predicado de mudança de estado:



Isto é, uma raiz nominal pode formar vários predicados denominais: (a) um existencial, sem argumentos; (b) um predicativo estativo ou incoativo, com um único argumento oblíquo; (c) um causativo, com um argumento oblíquo e um argumento direto. Estas são operações lexicais que só estão disponíveis para as raízes nominais. As raízes verbais, por virem já do léxico com a estrutura necessária para predicar, não têm a mesma flexibilidade em sua estrutura argumental.

Por limitações de espaço, não iremos mais longe na discussão dos predicados denominais, mas o leitor notará sem dúvida que a solução para estes pode seguir as mesmas linhas da solução que demos para os verbos intransitivizados com *aj*-. cada elemento nulo sucessivo na derivação de predicados denominais introduz novos argumentos,

e vem com certas propriedades de atribuição de caso específicas. De fato, o morfema causativo nulo teria exatamente as mesmas propriedades que o *aj*-2 apresentado acima.

### *Conclusões*

Em Salanova (no prelo), comparamos a nossa abordagem a uma em que *o* é um elemento causativo. Não voltamos a oferecer aqui uma argumentação detalhada para defender a nossa proposta de análise diante de propostas alternativas. Porém, como notamos nesse trabalho, todos os usos de *o*, exceto os que são discutidos aqui, não deixam sombra de dúvida de que *o* é uma simples posposição. Ao ligar os usos mais “gramaticais” do *o* a morfemas específicos do predicado, fazemos um avanço importante com respeito à ideia de que *o* é um elemento causativo: explicamos porque ele só tem o sentido causativo em contextos muito específicos, e não pode ser usado nesta função de maneira mais geral. Isto é, a maioria dos verbos do Mëbengokre não são causativizados mediante o acréscimo de *o*, senão através de uma série de construções analíticas relativamente transparentes, em que o elemento causativo vem após o verbo causativizado, como se esperaria em qualquer língua em que o núcleo é final.

### *Bibliografia*

- BAKER, M. (1988). *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- BAKER, M.; K. Johnson, e Roberts, I. (1989). “Passive arguments raised.” *Linguistic Inquiry* 20, pp. 219-297.
- BORER, Hagit (2005-2013). *Structuring sense (3 vols.)*. Oxford: Oxford University Press.
- CHAMOREAU, Claudine (2008). “Looking for a new participant. The Purepecha passive”, in: Estrada Fernández, Z.; Wichman, S.; Chamoreau, C. e González, A. Álvarez (eds.) *Studies in voice and transitivity*. Munich: Lincom, pp. 125-143.

- CUERVO, Cristina (2003). *Datives at large*. Tese de Doutorado. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.
- CUERVO, Rufino José (1871-1994[1998]). *Diccionario de construcción y régimen de la lengua castellana* (8 vols.). Barcelona: Editorial Herder.
- DAVIDSON, Donald (1967). "The logical form of action sentences", in: Rescher, N. (ed.) *The logic of decision and action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. [Reprinted in: P. Ludlow (ed.) *Readings in the philosophy of language*.]
- HALE, Ken e Keyser, Samuel J. (1993). "On argument structure and the lexical expression of syntactic relations", in: Hale, Ken e Keyser, S. J. (eds.) *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, EUA: MIT Press, pp. 53-109.
- HALE, Ken e Platero, Paul (1996). "Navajo reflections on a general theory of lexical argument structure", in: YOUNG, Robert W. (ed.); Jelinek, Eloise; Midgette, Sally; Rice, Keren e Saxon, Leslie *Athabaskan language studies in honor of Robert Young*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- KRATZER, Angelika (2003). *The event argument and the semantics of verbs*. Ms., UMass Amherst. Disponível em: [semanticsarchive.net](http://semanticsarchive.net).
- LARSON, Richard (1988). "On the double object construction." *Linguistic Inquiry* 19, pp. 335-391.
- MARANTZ, Alec (1984). *On the nature of grammatical relations*. Cambridge, EUA: MIT Press.
- MARANTZ, Alec (1997). "No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon", in: Alexis Dimitriadis *et al.* (ed.) *Proceedings of the 21st annual Penn Linguistics Colloquium*. Philadelphia: UPenn WPL, pp. 201-225.
- OLIVEIRA, Christiane Cunha de (1998). "Some outcomes of the grammaticalization of the verb *o 'do'* in Apinajé." *Santa Barbara Papers in Linguistics* 8, pp. 57-59.
- POLINSKY, Maria (2011). "Applicative constructions", in: Dryer, Matthew e Haspelmath, Martin (eds.) *World Atlas of Linguistic Structures Online*, capítulo 109. Max Planck Digital Library. Disponível em <http://wals.info/chapter/109>. Acesso em: 2013-11-12.
- PYLKKÄNEN, Liina (2008). *Introducing arguments*. Cambridge, EUA: MIT Press.

- SALANOVA, Andrés Pablo (2011). "Relative clauses in Mebengokre", *in*: Muysken, Pieter, van Gijn, Rik e Haude, Katharina (eds.) *Subordination in South American languages*. Amsterdam: John Benjamins.
- SALANOVA, ANDRÉS PABLO (2014). "Semántica causativa, sintaxis aplicativa", *in* Francesc Queixalós, Stella Telles e Ana Carla Bruno (eds.) *Incremento de valencia en las lenguas amazónicas*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- VÁRIOS AUTORES (1996). *Mêtindjwýnh kute memã kabẽ ny jarẽnh. O novo testamento na língua Kayapó*. Niterói: Liga Bíblica do Brasil.

# A INVESTIGAÇÃO DA ESTRUTURA ARGUMENTAL: POR UMA CONFLUÊNCIA DOS INSTRUMENTAIS ANALÍTICOS

*Esmeralda Vailati Negrão  
Evani Viotti*

## *Introdução*

Os estudos sobre as línguas indígenas brasileiras e o conhecimento por eles produzido, como tudo, têm história. Sem a pretensão de aqui reconstruir detalhadamente a história da linguística indígena brasileira, cremos que, em linhas gerais, é possível sugerir que ela segue as diferentes perspectivas detectadas por Bonvini na história da linguística africana.<sup>1</sup> É possível, então, reconhecer nessa história, primeiramente, o estudo dos administradores e missionários, que produziram gramáticas e dicionários, com a finalidade de tornar as línguas acessíveis aos diferentes atores sociais que delas precisavam se utilizar. Segue-se a esse período, o dos linguistas descritivistas, geralmente formados na tradição da gramática comparativa indoeuropeia, que produziram descrições das línguas com o fim de elaborar reconstruções históricas de famílias linguísticas. Em ambos os casos, o suporte analítico advinha do conjunto de conceitos da tradição gra-

---

1. Esse assunto foi tratado em conferência proferida no Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, por ocasião do décimo aniversário do Grupo de Estudos de Linguística Africana da USP (GELA), na qual o Prof. Bonvini busca analisar a inserção desse grupo na história da linguística africana.

matal. Eles passavam à margem dos debates teóricos da jovem ciência, a linguística.

A partir dos anos 60, o cenário muda: as línguas não indoeuropeias começam a ser estudadas em uma perspectiva diferente. Preocupados em explicar a capacidade humana para a linguagem, os linguistas, principalmente os americanos, voltam-se para o estudo das propriedades da gramática dessas línguas com o intuito de construir uma teoria linguística geral.

Se a descrição minuciosa por vezes se ressentia da falta do olhar mais focado, formatado pela teoria, a análise engajada numa determinada vertente teórica às vezes obscurece o entendimento de fenômenos mais gerais da gramática das línguas humanas. O desafio está em encontrar o ponto de equilíbrio entre essas duas perspectivas. Os estudos sobre as gramáticas das línguas naturais, em suas diferentes vertentes teóricas, já produziu um corpo de conhecimentos suficiente para que se possa garantir uma conversa mais integrada entre as diferentes análises propostas para as várias línguas. Este capítulo visa a apresentar alguns conceitos analíticos direta ou indiretamente relacionados à estrutura argumental dos verbos, como um primeiro passo para o estabelecimento de um diálogo entre diferentes abordagens dos fenômenos gramaticais das línguas indígenas tratadas neste livro.

### *A noção de transitividade*

O primeiro ponto que queremos abordar é a visão excessivamente restrita de transitividade de que têm se valido a análise das mais variadas línguas. Nos estudos sintáticos, a noção de transitividade tem sido geralmente atrelada à estrutura argumental dos verbos que constroem as sentenças de uma dada língua. Quando o verbo expressa uma eventualidade em que dois participantes estão envolvidos, temos um verbo transitivo. Mas transitividade é uma noção de natureza semântica: trata-se da conceitualização de eventualidades em que há uma transferência de energia de um participante para outro(s). Além disso, transitividade é um atributo de uma sentença – não de um verbo – e envolve bem mais do que o número de argumentos que o verbo toma. A transitividade é também um atributo gradiente: uma sentença

não é categoricamente transitiva ou intransitiva; sentenças podem ser mais ou menos transitivas. É isso o que nos ensinam Hopper e Thompson (1980). A partir do estudo de um grande número de línguas, eles mostram que transitividade é um fenômeno universal que abrange dez parâmetros; são as características desses parâmetros que vão definir o grau de transitividade de uma sentença.

A tabela abaixo elenca os dez parâmetros propostos por Hopper e Thompson para o cálculo do grau de transitividade de uma sentença:

Tabela 1 – Parâmetros para cálculo do grau de transitividade  
(Adaptada de Hopper e Thompson 1980).

Parâmetro	Alta transitividade	Baixa transitividade
Participantes	2 ou mais	1 ou menos
Agentividade do participante mais proeminente	Participante altamente agentivo	Participante de baixa agentividade
Afetação do participante menos proeminente	Participante totalmente afetado	Participante não afetado
Individuação do participante menos proeminente <sup>2</sup>	Participante totalmente individuado	Participante não individuado
Volitividade	Ação volitiva	Ação não volitiva
Quinese	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Modalidade	Realis	Irrealis
Polaridade	Afirmatividade	Negatividade

Cada um desses parâmetros contribui para codificar a real efetivação ou a intensidade com que a ação é transferida de um participante para outro. Essa contribuição é de alguma maneira cumulativa, ou seja, quanto mais uma sentença exibir parâmetros ranqueados como de alta transitividade, mais transitiva ela vai ser. Além disso, nenhum

2. O participante mais proeminente é aquele que, em geral, funciona como sujeito de uma sentença. O participante menos proeminente é aquele que funciona, no mais das vezes, como objeto direto do verbo.

desses parâmetros é categórico, no sentido de que nenhum deles é unicamente responsável pela transitividade global da sentença (McCleary 1981, p.14). Vejamos, então, como o cálculo de transitividade deve ser entendido.

No que diz respeito ao parâmetro *participantes*, uma sentença como 1 é mais transitiva do que 2, que, por sua vez, é mais transitiva do que 3.

(1) O João chutou a bola

(2) O João correu

(3) Choveu

Até aí, não há novidade: está tudo conforme a noção sintática tradicional de transitividade fortemente atrelada à estrutura argumental dos verbos. *Chutar* é um verbo que toma dois argumentos; consequentemente, a sentença da qual participa é mais transitiva do que aquela construída com *correr*, que é um verbo que toma apenas um argumento. *Chover* é um verbo que não tem argumentos, o que faz com que ele tenha um nível baixo de transitividade. Mas, quando combinamos esse parâmetro com outros, a situação muda. As sentenças 1 (acima) e 4 (abaixo) codificam eventualidades que envolvem o mesmo número de participantes, mas 1 é mais alta em transitividade do que 4, por causa de quatro parâmetros: o de *agentividade do participante mais proeminente*, o de *afetação do participante menos proeminente*, o de *volitividade* e o de *quinese*.

(4) O João viu a bola

A eventualidade de chutar é uma ação (quinese), que depende da vontade (volitividade) e da agência (agentividade) do participante mais proeminente da sentença. Em virtude dessas características, a afetação do participante menos proeminente também aumenta. No caso da eventualidade expressa pela sentença 4, trata-se de uma percepção expressa pelo verbo *ver*, e não uma ação. Apesar de essa percepção envolver dois participantes – o que vê e o que é visto – ela não implica nem volição, nem agentividade por parte do participante mais



proeminente (*o João*), nem a afetação do participante menos proeminente (*a bola*).

Ao comparar duas sentenças como 1 (acima) e 5 (abaixo), que podem ser consideradas equivalentes em termos de agentividade, volitividade, quinese e afetação do participante menos proeminente, verifica-se a interferência do parâmetro *pontualidade* no cálculo do grau de transitividade. A ação de chutar é pontual, ou seja, ela começa e termina no mesmo momento; diferentemente, a ação de pintar envolve um processo que decorre em um certo período de tempo. Por isso, a sentença 1 é mais alta na escala de transitividade do que a sentença 5.

(5) O João pintou a casa.

Tomemos, agora, uma sentença como a oração matriz de 6 abaixo, ressaltada em itálico. Apesar de conter o mesmo verbo e o mesmo número de argumentos da oração 5, a oração matriz de 6 é mais baixa em transitividade do que 5 por causa do parâmetro *aspecto*: em 5, o aspecto é perfectivo, enquanto que na oração matriz de 6, o aspecto é imperfectivo.

(6) *O João estava pintando a casa* quando começou a chover.

Todos esses exemplos reforçam a ideia de que a noção de transitividade está diretamente relacionada à concepção semântica de transferência de energia entre participantes de uma eventualidade. Isso fica bastante claro no que tange aos parâmetros *modalidade* e *polaridade*. Na oração subordinada da sentença 7, ressaltada em itálico, o grau de transitividade é baixo, apesar de o verbo ser ativo, pontual, e de ele ter dois argumentos. Isso se explica porque se trata de uma *hipótese* de ação – a modalidade é *irrealis* – e não de uma ação efetivamente realizada, em que tenha de fato ocorrido uma transferência de energia entre os participantes. A baixa transitividade da sentença 8 se explica por argumentação semelhante: porque a sentença é negativa, a ação não se efetivou; portanto, não chegou a haver uma transferência de energia de um participante para outro.

(7) *Se o João chutar a bola*, ele faz um gol

(8) O João não chutou a bola

No que diz respeito à afetação do participante menos proeminente, além da situação já discutida a propósito do exemplo em 4 acima, o contraste pode se estabelecer também a partir da consideração da conceitualização quantificacional associada ao participante de menor proeminência. Desse modo, uma sentença como 9 é mais transitiva que 10, que, por sua vez, é mais transitiva que 11. Essa diferença está relacionada à gradação da afetação do participante *café* pela ação de *tomar* feita pelo participante *o João*, expressa pelos quantificadores (ou falta deles, como em 11) que se aplicam aos sintagmas nominais que codificam o participante menos proeminente.

(9) O João tomou todo o café

(10) O João tomou um pouco de café

(11) O João tomou café

A individuação do participante de menor proeminência é um parâmetro do cálculo do grau de transitividade que tem dupla face: ele se refere tanto à possibilidade de individuação do participante em termos de suas características semânticas próprias, ou em termos de sua distintividade em relação ao participante de maior proeminência. No primeiro caso, são mais individuados os participantes codificados por nomes próprios, por sintagmas nominais definidos, específicos, referenciais e contáveis. Nesse sentido, 12 é mais transitiva que 13, porque, em 12, o participante menos proeminente é específico e definido, enquanto em 13, ele é indefinido (podendo ser específico ou genérico); e 14 é mais transitiva que 15, porque, em 14, o participante menos proeminente é definido e específico, enquanto, em 15, ele é genérico.

(12) O João beijou a Maria

(13) O João beijou uma menina

(14) O João leu aquela revista que estava em cima da mesa

(15) O João leu revista o dia inteiro

No segundo caso, o baixo grau de transitividade pode ser apreciado a partir de pares como os seguintes:

- (16) O João viu o Pedro
- (17) O João se viu no espelho
- (18) A cabeleireira penteou a Maria
- (19) A Maria se penteou

Nas sentenças 16 e 18, os dois participantes da eventualidade são distintos entre si; diferentemente, em 17 e 19, trata-se de um único e mesmo participante, que é, ao mesmo tempo, a fonte da energia transferida e o elemento afetado por ela.<sup>3</sup> Entretanto, nesses casos, por menor que seja a distintividade entre a fonte de energia e a entidade afetada por ela, em uma língua como português brasileiro, de um ponto de vista morfosintático, a fonte de energia é codificada por um sintagma nominal – *o João*, em 17, e *a Maria*, em 19 – e a entidade afetada por ela é codificada por outro sintagma nominal – o pronome clítico *se*, em ambos os casos.<sup>4</sup>

E o que dizer de sentenças como 20 e 21?

- (20) O João correu de manhã
- (21) O Pedro caminhou de tarde

Esses são casos em que não há qualquer diferenciação conceitual entre a fonte de energia e o elemento afetado por ele. Trata-se do caso mais extremo de baixa distintividade de participantes de uma eventualidade (Kemmer 1993, p. 73).

- 
- 3. A sentença 17 é uma sentença normalmente chamada *reflexiva*. A sentença 19 é uma sentença chamada *média*. Voltamos à distinção entre elas mais adiante.
  - 4. Existe uma diferença dialetal, especialmente nos casos de sentenças médias, como 19. O dialeto mineiro tem sido notado como um dialeto que parece preferir não usar o clítico *se* em sentenças que expressam eventualidades de cuidado corporal, codificadas por verbos como *pentear(-se)*, *barbear(-se)*, *vestir(-se)*, *lavar(-se)*, *maquiar(-se)*.

O parâmetro de distintividade de participantes de uma eventualidade pode, então, ser capturado por uma escala como a seguinte:

Evento de dois participantes distintos	Evento codificado por sentença reflexiva (sentença 17)	Evento codificado por sentença média (sentença 19)	Evento de um único participante
+	_____		-

A ideia de que transitividade é uma propriedade gradiente das sentenças calculada a partir de dez diferentes parâmetros tem ainda a consequência de diferenciar pares de sentenças como 20 e 21, de um lado, e 22 e 23, de outro:

(22) O João morreu

(23) O bebê nasceu

Pelos parâmetros de *agentividade do participante*, de *volitividade* e de *quinese*, o primeiro par de sentenças exibe um grau maior de transitividade do que o segundo.<sup>5</sup> Ainda, dentro desse quadro, uma sentença que codifica uma eventualidade da qual participam duas entidades pode ter um grau menor de transitividade do que uma sentença que expressa uma eventualidade com um único participante. O evento denotado em 24 envolve apenas um participante, *o João*, que é o único argumento do verbo *correr*; em 25, o evento envolve dois participantes, que correspondem aos argumentos do verbo *saber* – *o João* e *francês*. Mas 24 exibe um maior grau de transitividade que 25, porque (i) o único participante do evento é agentivo; (ii) ele age por sua vontade; (iii) o evento de *correr* envolve movimento (quinese); e (iv) a forma verbal expressa o aspecto perfectivo. Em 25, (i) o participante com proeminência primária (*o João*) não é agentivo; (ii) ele não necessariamente sabe francês por vontade própria; (iii) o evento de *saber*

5. Teorias sintáticas, como a Gramática Gerativa, vão capturar essa diferença entre os verbos monoargumentais separando-os em duas classes verbais distintas. A primeira, que abrange os verbos presentes em 20 e 21, é a dos verbos chamados *intransitivos* ou *inergativos*. A segunda, que abrange os verbos presentes em 22 e 23, é a dos verbos chamados *ergativos*, *inacusativos*, *anticausativos*. Ver, entre outros, Burzio 1986.

não envolve movimento (quinese); e (iv) a forma verbal expressa o aspecto imperfeito.

(24) O João correu de manhã

(25) O João sabe francês

Essa gradação de transitividade tem sido entendida como uma gradação na elaboração semântica que imprimimos a uma eventualidade que queremos expressar. Quanto mais transitiva é uma sentença, mais elaborada é a eventualidade que ela descreve. Como visto, essa elaboração diz respeito a (i) o grau de efetivação com que se concebe a transferência de energia – mais forte em eventualidades que envolvem ações volitivas, pontuais, contidas em um tempo delimitado (perfectivas), que levam a uma afetação de um dos participantes de tal ordem que seu estado se modifica; e (ii) a granularidade com que se concebem os participantes da eventualidade – mais forte quando os participantes são definidos, específicos e distinguíveis entre si.

#### *A marcação dos graus de transitividade*

Até onde se saiba, nenhuma língua natural escapa dessa semântica de transitividade. Mas as línguas se diferenciam sim, e muito, pelas maneiras que escolhem para marcar os diferentes graus de transitividade que suas sentenças expressam. Numa língua como o português, a diminuição de grau de transitividade de uma mesma eventualidade pode ser expressa pelo uso do clítico *se*. Uma sentença como 26 é altamente transitiva porque, entre outros fatores, distingue semanticamente os dois participantes, de tal modo que eles são expressos por dois sintagmas nominais plenos. Numa sentença como 27, não existe diferença entre o participante que é a fonte de energia e aquele que é afetado por ela, o que leva a uma diminuição na transitividade da eventualidade expressa pela sentença. Essa diminuição de transitividade causada pela identidade entre a fonte de energia e o elemento por ela afetado, em português, pode ser morfologicamente marcada pelo uso do clítico *se*.

(26) Maria vestiu a filha com cuidado

(27) Maria se vestiu com cuidado

Diferentemente, numa língua como o inglês, não existem marcas morfológicas para codificar essa diminuição da transitividade de uma determinada eventualidade. Em 28, os dois participantes da eventualidade de transferência de energia são totalmente distintos, e vêm expressos por dois sintagmas nominais plenos. Em 29, a fonte de energia e o elemento afetado por ela não se distinguem, e não é necessário o uso de nenhuma marca morfológica para assinalar essa diminuição de transitividade.<sup>6</sup>

(28) Mary dressed her daughter carefully

(29) Mary dressed carefully

Essa ausência de marcas morfológicas é também atestada em sentenças de baixa transitividade do português. Alguns dialetos contemporâneos – em particular o de Minas Gerais – preferem uma estrutura como a em 30, sem o clítico *se*, para a expressão de uma eventualidade em que coincidem a fonte de energia e o elemento afetado. Essa característica do dialeto mineiro está de acordo com o que acontece em possivelmente todos os dialetos do português brasileiro, com sentenças construídas com verbos como *ir* e *rir*, que preferem não marcar a baixa transitividade por meio do clítico *se*, como nos exemplos 31 e 33. Mesmo assim, ainda encontram-se sentenças como as em 32 e 34, em que a baixa transitividade é expressa pela presença do clítico.<sup>7</sup>

---

6. Dentre as línguas indígenas brasileiras, as línguas da família Tupari, como o Wayoró (descrito por Antônia Fernanda Nogueira 2013), e como o Mekéns (descrito por Galucio, neste volume) têm um morfema {e-} que, de acordo com as especialistas, funciona como intransitivizador. Segundo Nogueira, esse morfema aparece em construções reflexivas, médias e anticausativas.

7. Os casos em que a diminuição de transitividade é causada pela não distinguibilidade entre os participantes de uma eventualidade, podendo ser marcada ou não pela presença do clítico *se*, parecem diferir dos casos em que a diminuição de transitividade se dá pela baixa saliência ou ausência do participante que corresponde à fonte de energia, como aqueles exemplificados entre 40 e 43 abaixo. Voltaremos a essa diferença quando tratarmos desses exemplos.

- (30) Maria vestiu com cuidado
- (31) O João foi para o exterior sem dar adeus à família
- (32) O João se foi para o exterior sem dar adeus à família
- (33) Ao final da festa, todos riram das confusões e dos malentendidos
- (34) Ao final da festa, todos riram-se das confusões e dos malentendidos

Além dessa diferença relativa às maneiras de marcar a diminuição da transitividade associada às eventualidades, as línguas se diferenciam pelo modo como prototipicamente escolhem conceitualizar a eventualidade de transferência de energia de um participante para outro. Algumas línguas preferem partir do participante que corresponde à fonte de energia, dando proeminência a ele e expressando, na sentença, toda a cadeia de ação que leva à afetação do outro participante; outras línguas preferem partir do participante que corresponde ao elemento afetado pela transferência da energia, dando a ele (e não à fonte de energia) uma proeminência conceitual. Ou seja, as línguas do primeiro tipo prototipicamente expressam alta transitividade; as do segundo preferem prototipicamente expressar baixa transitividade.

Essa distinção entre línguas de um grupo e de outro é, em geral, capturada pelo sistema de caso. As primeiras são línguas do sistema nominativo-acusativo; as segundas pertencem ao sistema ergativo-absolutivo. Isso significa que estruturas sentenciais não marcadas das línguas do sistema nominativo-acusativo são aquelas em que são codificados tanto o participante que corresponde à fonte de energia quanto aquele que é afetado pela energia, sendo o primeiro deles o mais proeminente. O participante mais proeminente é aquele que recebe o caso nominativo, que, via de regra, corresponde à ausência de morfologia; o participante menos proeminente é aquele que recebe o caso acusativo, em geral codificado morfologicamente. Nas línguas do sistema ergativo-absolutivo, a situação se inverte: suas sentenças não marcadas são aquelas em que apenas o participante afetado é codificado, tendo, portanto, proeminência absoluta. Esse participante recebe o caso absoluto, que normalmente corresponde à ausência de morfologia. Caso seja de interesse a expressão da fonte de energia, o sintagma nominal que vier a codificá-la receberá caso ergativo, em geral codificado morfologicamente.

O alemão, que é uma língua do sistema nominativo-acusativo, comporta-se da maneira descrita acima: o participante que corresponde à fonte de energia é o mais proeminente, e o sintagma que o codifica recebe caso nominativo, não associado a marcas morfológicas. O sintagma nominal que codifica o participante afetado pela transferência de energia recebe caso acusativo, que se associa a marcas morfológicas. É isso o que se observa em uma sentença como 35:

- (35) Der Mann            hat            einen Apfel            gegessen.  
 O homem(nom)    teve(perf)    uma maçã(ac)        comida  
*O homem comeu uma maçã.*

Essa sentença tem um grau alto de transitividade: ela expressa uma ação realizada volitivamente pelo participante de proeminência primária (*der Mann*); essa ação afeta o participante de proeminência secundária (*einen Apfel*), que é bastante distinto do participante de proeminência primária. Ela está no modo indicativo, é afirmativa e a eventualidade que ela expressa é circunscrita no tempo, o que é codificado pelo uso do aspecto perfectivo (*hat gegessen*). O que queremos apontar aqui é que o participante que corresponde à fonte de energia (codificado por *der Mann*) está no nominativo (ausência de morfologia), enquanto o participante afetado pela transferência de energia (codificado por *einen Apfel*) recebe a marca morfológica de caso acusativo (o morfema *-en* aplicado ao artigo indefinido *ein*).

Nas línguas do sistema ergativo-absolutivo, em que prototipicamente a conceitualização do evento parte do participante afetado, a estrutura sentencial canônica é monoargumental. Como dito, o único participante da sentença é aquele que é afetado pela transferência de energia. Ele é expresso por um sintagma nominal que recebe o caso absolutivo – o caso associado à ausência de marcas morfológicas. Se o participante que corresponde à fonte de energia for expresso na sentença, o sintagma nominal que vier a codificá-lo receberá a morfologia de caso ergativo. É isso o que acontece no samoano:<sup>8</sup>

- (36) 'ua            oti            le            teine.  
 perf            morrer        a            menina(abs)  
*A menina morreu.*

8. Exemplos adaptados de Langacker (1991, p. 379, exemplos (2) (a) e (b)).



- (37) Na            fufulu            e            le tama            le ta'avale.  
           passado lavar            erg            o menino            o carro(abs)  
           *O menino lavou o carro.*

Em 36, *le teine* – o sintagma nominal que codifica o participante afetado – não apresenta marcas morfológicas de caso. Isso significa que ele está no caso absolutivo. Em 37, *le ta'avale*, sintagma nominal que corresponde ao participante afetado pela ação de lavar, também não recebe marcas morfológicas de caso, o que indica que está no caso absolutivo. Por outro lado, o sintagma nominal *le tama*, que codifica o participante que corresponde à fonte de energia, está marcado com o caso ergativo por meio do morfema *e*, que o precede.<sup>9</sup>

Não se pode conceber esses sistemas linguísticos – o nominativo-acusativo que tende para a expressão de uma mais alta transitividade, e o ergativo-absolutivo que tende para a expressão de uma transitividade mais baixa – como sendo rígidos a respeito dessas tendências. O que o exemplo em 37 nos mostra é a estratégia que uma língua do sistema ergativo-absolutivo emprega para escapar da preferência por sentenças de baixa transitividade, adicionando um participante que corresponde à fonte de energia e marcando o sintagma que o codifica com caso ergativo. Os exemplos 27, os entre 30 e 34 do português, e o exemplo 29 do inglês mostram como línguas do sistema nominativo-acusativo também driblam sua preferência por alta transitividade. Quando um único participante é conceitualizado tanto como a fonte de energia quanto como o elemento afetado, esse tipo de baixa transitividade pode ser expresso pela presença do clítico *se* (no caso do português), ou, simplesmente, sem o clítico (tanto em português quanto em inglês), em uma sentença monoargumental.

Dentro desse quadro de base semântica, o entendimento que se faz daquilo que a literatura chama *verbos de alternância causativa* é o de que se trata simplesmente da expressão de uma diminuição de

9. Dentre as línguas indígenas brasileiras, o Kuikuro, da família Karib (analisada por Santos e Franchetto, neste volume), é um exemplo de língua do sistema ergativo-absolutivo que marca a ergatividade com um morfema de caso no sintagma nominal. Karitiana da família Tupi (analisada por Storto e Rocha, neste volume) é uma língua que expressa a ergatividade por meio de marca morfológica no verbo, codificando a concordância com seu argumento interno.

transitividade aplicada a certas eventualidades.<sup>10</sup> Os exemplos 38 e 39 exprimem a alta transitividade prototípica de sentenças das línguas do sistema nominativo-acusativo, em que, entre outros parâmetros, estão satisfeitos o parâmetro de dois ou mais participantes, o de agentividade e volitividade do participante mais proeminente (o que corresponde à fonte de energia), e o da afetação do participante menos proeminente. Os exemplos 40 e 41 refletem uma diminuição de transitividade: só um participante da eventualidade – o elemento afetado – é claramente expresso na sentença, e, apesar de a presença do clítico *se* indicar uma conceitualização não proeminente de uma fonte de energia não específica, os parâmetros de agentividade e a volitividade têm um grau bem mais baixo do que nas sentenças 38 e 39. Uma ainda maior diminuição de transitividade se vê nos exemplos 42 e 43: nesses casos, a ausência do clítico *se* parece indicar que nem mesmo há uma conceitualização de agência. Seguindo Langacker (1991, p. 389), temos chamado sentenças como essas *construções absolutas* (Negrão e Viotti 2010, 2011). Essas construções expressam exclusivamente a parte da conceitualização semântica correspondente ao resultado da eventualidade. Por isso é que apenas o participante afetado é expresso nas sentenças.

(38) O menino quebrou o vaso

(39) O João abriu a janela

(40) O vaso se quebrou

(41) A janela se abriu

(42) O vaso quebrou

(43) A janela abriu

A discussão sobre essa diminuição de transitividade no âmbito dos estudos sintáticos tem sido profícua. Nessa área, a hipótese para explicar sentenças como 42 e 43 é a de que o sintagma nominal

---

10. A alternância causativa é conhecida por outros rótulos, como alternância inacusativa, ergativa, incoativa e anticausativa. Cada um desses rótulos carrega um certo viés teórico que ressalta um dos aspectos dos verbos que participam dessas alternâncias, em detrimento de outros (Chagas de Souza 2000, p.14).

que corresponde ao participante afetado se move para uma posição estrutural em que possa receber/checar caso nominativo, porque supostamente está impedido de receber/checar caso acusativo. A explicação para a impossibilidade de o argumento temático receber/checar caso acusativo é a chamada *Generalização de Burzio*, segundo a qual verbos que não atribuem papel temático a seus argumentos externos (em geral, aqueles que correspondem ao participante que é a fonte de energia), não podem atribuir caso acusativo a seus argumentos internos (em geral, aqueles que correspondem ao participante afetado). A proposta é, então, a de que, em sentenças como 42 e 43, porque os verbos não têm um argumento externo correspondente à fonte da energia de eventualidade, eles não permitem o recebimento/checagem de caso acusativo pelo seu argumento interno correspondente ao participante afetado. Como se assume, também, que nenhum sintagma nominal argumental possa ficar sem receber/checar caso, o único argumento dessas sentenças é forçado a se mover para uma posição em que ele possa receber/checar caso nominativo.<sup>11</sup> Por causa disso, verbos que permitem a alternância de transitividade exemplificada acima são, quando em sua versão monoargumental, por vezes chamados *inacusativos* (Perlmutter 1978). Eles são tratados, também, como verbos *ergativos* (Burzio 1986), pela semelhança que existe entre as sentenças que constroem e as sentenças canônicas das línguas do sistema ergativo-absolutivo: sentenças de baixa transitividade, com um único sintagma nominal em posição de argumento do verbo, codificando o participante afetado pela eventualidade expressa pelo verbo.<sup>12</sup>

11. Essa generalização tem sido questionada tanto em termos teóricos quanto empíricos (ver, entre outros, Viotti 1999, Chagas de Souza 2000).

12. Verbos *inacusativos* se diferenciam de outros verbos monoargumentais, como *correr*, *andar* etc., chamados *intransitivos*, ou *inergativos*. De fato, de um ponto de vista semântico, existe uma diferença entre eles: no caso dos primeiros, o único argumento do verbo corresponde a um participante que foi afetado pela eventualidade expressa pelo verbo, sem ter tido nenhuma agência nela; no caso dos últimos, o único argumento do verbo corresponde a um participante que, ao mesmo tempo, causou a eventualidade e foi afetado por ela. Quanto à marcação casual, o problema existe apenas no âmbito de uma teoria sintática como a Gramática Gerativa, que atrela o recebimento/checagem de caso a posições estruturais. Em outras teorias que assumem que caso está relacionado à proeminência dos participantes da eventualidade expressa pela sentença, em havendo apenas um participante, esse participante será marcado com o caso não marcado da língua – o nominativo, no caso das línguas do sistema nominativo-acusativo.

Quando se fala em *diminuição* de transitividade, em princípio o que está em jogo é o padrão do sistema nominativo-acusativo, que, como já visto, canonicamente prefere expressar alta transitividade. O que estamos querendo dizer com isso é que não achamos apropriado falar de alternância causativa a propósito de fenômenos de línguas do sistema ergativo-absolutivo, na medida em que a estrutura canônica dessas línguas é aquela que expressa baixa transitividade. O que acontece de diferente nas línguas do sistema ergativo-absolutivo é um *aumento* de transitividade, quando uma fonte de energia ou causa é expressa na sentença e associada ao caso ergativo. Trata-se, portanto, de dois sistemas linguísticos que se movem em direções opostas: o sistema nominativo-acusativo parte de um *default* de alta transitividade e tem estratégias especiais para diminuir a transitividade; o sistema ergativo-absolutivo parte de um *default* de baixa transitividade e tem estratégias especiais para aumentar a transitividade.

Dentro do mesmo raciocínio, parece-nos inadequado falar de *verbos inacusativos* a propósito de alguns verbos de línguas do sistema ergativo-absolutivo, como tem acontecido em diversos trabalhos feitos na área de estudos da sintaxe, como, por exemplo, Pesetsky e Torrego (2011). Primeiro, pelo que falamos acima: línguas do sistema ergativo-absolutivo são línguas que preferem a baixa transitividade, o que faz com que a ideia de alternância causativa – pelo menos como tem sido elaborada – não se aplique a elas; segundo, porque caso acusativo é um caso que pertence a um outro sistema linguístico, que não o ergativo-absolutivo. Se línguas do sistema ergativo-absolutivo não têm caso acusativo para atribuir normalmente, como é que elas podem ter verbos definidos por não atribuir caso acusativo em circunstâncias particulares?<sup>13</sup>

13. É bastante provável que todas as línguas, embora se alinhem mais fortemente ao padrão de um dos sistemas (nominativo-acusativo ou ergativo-absolutivo), apresentem características dos dois sistemas. Um exemplo de ergatividade que aparece em uma língua do sistema nominativo-acusativo é o refletido nos exemplos 42 e 43 do português brasileiro. Características de acusatividade também aparecem em línguas do sistema ergativo-absolutivo. Nesses casos, as línguas são chamadas línguas de ergatividade cindida. Um dos tipos mais comuns de ergatividade cindida é aquele em que as marcas de ergatividade só aparecem em sentenças no tempo passado ou no aspecto perfectivo. Em línguas em que a ergatividade é cindida, se ficar provado que, nas sentenças em que não há marcas de ergatividade, os verbos se comportam como verbos do sistema nominativo-acusativo, podendo alternar entre uma versão transitiva e uma não transitiva, como nos pares

## *A importância da distinção dos dois sistemas linguísticos*

O compromisso dos estudos recentes sobre as línguas indígenas brasileiras com os enfoques teóricos trazidos para o âmbito desses estudos representou uma mudança de paradigma importante para a área. Fenômenos linguísticos antes descritos nas suas particularidades, mas por vezes tidos como idiosincrasias de uma determinada língua, passam a ser entendidos como processos gramaticais comuns a conjuntos de línguas, independentemente do fato de essas línguas pertencerem ou não à mesma família linguística. Mais ainda, a descrição das gramáticas particulares de cada uma dessas línguas tem permitido a observação e análise de fenômenos que acabam por nos revelar alguns aspectos gramaticais de línguas já fartamente descritas e analisadas – como as línguas germânicas e românicas – que ainda não haviam sido notados. O fato de podermos, hoje, afirmar que certas línguas indoeuropeias constroem algumas de suas sentenças segundo o padrão ergativo-absolutivo é um desses fenômenos.

Em trabalho antológico, Dixon (1994) afirma que a ergatividade das línguas do mundo se manifesta em dois níveis: o morfológico e o sintático. A ergatividade morfológica é caracterizada como um padrão gramatical em que o sujeito das sentenças intransitivas é tratado da mesma maneira que o complemento das sentenças transitivas. Ele exemplifica esse padrão com sentenças da língua dyirbal:<sup>14</sup>

- (44)    *nyuma*                *banaga-nyu*  
         pai+ABS           voltar-ÑFUT  
         Pai(S)<sup>15</sup> voltou.

- (45)    *yabu*                *banaga-nyu*  
         mãe+ABS        voltar-ÑFUT  
         Mãe (S) voltou.

---

38-42 e 39-43, quem sabe aí se possa falar de verbos inacusativos. Mesmo assim, pensamos que é preciso cautela no uso do termo, na medida em que, de um ponto de vista semântico, as mudanças de transitividade que acontecem em um e outro sistema são conceitualmente muito diferentes.

14. O dyirbal é uma língua aborígine da Austrália. Os dados do dyirbal apresentados neste artigo foram compilados de Dixon (1994).  
15. Dixon trabalha com três relações primitivas: o sujeito da sentença intransitiva (S), o sujeito da sentença transitiva (A) e o objeto da sentença transitiva (O).

(46)  $\eta$ uma            yabu- $\eta$ gu            bura-n  
pai+ABS       mãe-ERG       ver-ÑFUT  
Mãe (A) viu pai (O).

(47) yabu             $\eta$ uma- $\eta$ gu            bura-n  
mãe+ABS    pai-ERG       ver-ÑFUT  
Pai (A) viu mãe (O).

Nos exemplos acima, o sujeito das sentenças intransitivas (44 e 45) e o objeto das sentenças transitivas (46 e 47) aparecem na forma absolutiva – que é a forma não marcada nessa língua – enquanto o sujeito das transitivas é marcado com o caso ergativo.

Além da ergatividade morfológica, o dyirbal apresenta também a ergatividade sintática. Em línguas com ergatividade sintática, em processos de coordenação e/ou subordinação que envolvem uma relação anafórica entre constituintes das orações envolvidas, essa relação se estabelece entre o sujeito da intransitiva (S) e o objeto da transitiva (O). Essa condição sobre a função sintática dos argumentos das sentenças que vão ser encaixadas, relacionados anaforicamente, é chamada *pivô* (Dixon 1994). Portanto, em dyirbal, a condição sobre o processo de coordenação ou subordinação de sentenças é pivô S/O.

Para ficar claro o processo, vamos exemplificar a coordenação primeiramente construindo exemplos em português. Partindo de sentenças como as entre 48 a 51 (que são a versão em português das sentenças entre 44 e 47 acima), podemos formar uma sentença coordenada como 52:

(48) O pai voltou  
Pai (S) voltou

(49) A mãe(S) voltou  
Mãe(S) voltou

(50) A mãe viu o pai  
Mãe(A) viu pai(O)

(51) O pai viu a mãe  
Pai(A) viu mãe(O)

(52) A mãe viu o pai e voltou  
Mãe(A) viu pai(O) e f (S=A) voltou

Em 52, o sujeito não expresso da coordenada intransitiva está ligado anaforicamente ao sujeito da coordenada transitiva, ou seja, foi a mãe que viu o pai e foi a mãe que voltou. Portanto em línguas do sistema nominativo-acusativo a condição sobre o processo de combinação de sentenças é pivô S/A. Esse não é o caso em uma língua com padrão de ergatividade sintática. Observe o processo de coordenação de sentenças do dyirbal:

- (53)    *ɲuma*            *yabu-ɲgu*            *bura-n*            *banaga-nyu*  
          pai+ABS       mãe-ERG       ver-ÑFUT       voltar-ÑFUT  
          Mãe(A) viu pai(O) e ele(S) voltou.

Em 53, o sujeito vazio da sentença coordenada intransitiva recebe a mesma interpretação do **objeto** da sentença coordenada transitiva, ou seja, (S/O).

A pergunta, então, é: como fazer para construir uma sentença em que a coordenação se dê a partir da relação anafórica estabelecida entre o sujeito de uma intransitiva e o sujeito da transitiva? Ou seja, se quisermos fazer uma sentença, em dyirbal, que expresse a ideia de que a mãe viu o pai e **ela** voltou, como devemos proceder? Dixon explica que, nesse caso, os falantes do dyirbal precisam fazer uso de uma construção chamada *antipassiva*, exemplificada em 54:

- (54)    *ɲuma*            *bural-ɲa-nyu*            *yabu-gu*  
          pai+ABS       ver-ANTIPASS-ÑFUT       mãe-DAT  
          *Pai(S) viu mãe.*

O entendimento da construção antipassiva fica mais claro quando ela é comparada com uma sentença canônica da língua. Observem que o significado da antipassiva em 54 é o mesmo da sentença 47 acima. Mas em 54, o morfema de antipassiva, que aparece no verbo, faz com que o constituinte sujeito da transitiva (A) agora assuma a forma do caso absolutivo, em vez do caso ergativo, e o constituinte objeto (O), marcado com absolutivo em 47, seja realizado com um caso dativo. Para a construção da relação anafórica entre dois constituintes sujeitos de sentenças coordenadas é esse tipo de inversão entre ergativo e absolutivo e entre absolutivo e dativo que deve ocorrer. Observem o exemplo 55:

- (55)    *nyuma*                    *bural-ŋa-nyu*                    *yabu-gu*    *banaga-nyu*  
           *pai+ABS*                *ver-ANTIPASS-ÑFUT*                *mãe-DAT*    *voltar-ÑFUT*  
           *Pai(S) viu mãe e ele(S) voltou.*

Em 55, o sujeito da coordenada transitiva na forma de absolutivo pode estabelecer uma relação anafórica com o sujeito da coordenada intransitiva, também na forma de absolutivo (pivô S/O). Portanto, em dyirbal, para que seja estabelecida a relação anafórica entre constituintes argumentais das sentenças envolvidas em processos de coordenação ou de subordinação, ambos os constituintes precisam estar na forma absolutiva. A construção antipassiva, justamente ao possibilitar que argumentos portadores de caso ergativo em sentenças biargumentais assumam a forma absolutiva, possibilita, também, a referência anafórica exemplificada em 55.

Esse tipo de fenômeno linguístico evidencia que, em uma língua como o dyirbal, claramente pertencente ao sistema ergativo-absolutivo, grande relevância é dada ao argumento não agente/não causador da eventualidade. Essa proeminência está associada a uma preferência pela baixa transitividade.

Um estudo feito por Cooreman (1994) sobre as antipassivas corrobora essa ideia. Em um estudo tipológico que tomou como evidência construções antipassivas em dezenove línguas, Coorman aponta que existem dois tipos de construções antipassivas: a antipassiva descrita em termos de sua função semântico-pragmática e a antipassiva que resulta da ergatividade sintática, e que ele chama *estrutural*. A função semântico-pragmática geral que perpassa as características particulares das antipassivas nas línguas analisadas é o fato de essa construção indicar um certo grau de dificuldade na individuação do argumento O, que sofre o efeito advindo da atividade desencadeada por um agente A. Ou seja, a antipassiva semântico-pragmática compartilha com a passiva a propriedade de alterar a relação de proeminência dos argumentos de uma sentença transitiva. No caso das passivas – construções comuns nas línguas do sistema nominativo-acusativo – é o agente de uma sentença transitiva que perde sua posição proeminente na sentença; no caso das antipassivas – comuns nas línguas do sistema ergativo-absolutivo – é o argumento tema de uma sentença transitiva que perde proeminência.

Nas antipassivas estruturais, essa função semântico-pragmática de inversão de proeminência entre os argumentos não se verifica.



Cooreman propõe, então, que a antipassiva estrutural seja entendida como uma extensão da antipassiva semântico-pragmática. A ideia é a de que a construção antipassiva de natureza semântico-pragmática é cooptada para exercer outras funções, uma das quais é a de preencher uma lacuna na língua. A lacuna diz respeito ao fato de que, em línguas ergativas, o argumento marcado com o caso ergativo não está disponível para estabelecer a relação de pivô de sentenças coordenadas e relativas, diferentemente do que acontece nas línguas do sistema nominativo-acusativo, nas quais tanto a relação A/S quanto a relação O/S estão disponíveis para a construção de sentenças relativas. Para Cooreman, a existência de construções antipassivas estruturais, nas línguas ergativas, vem preencher essa lacuna.

Mais uma vez, estamos diante de uma argumentação que reforça que os padrões de transitividade estão na base da diferença que existe entre os sistemas nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo. Como as línguas do sistema nominativo-acusativo preferem a alta transitividade, tanto a relação de anaforicidade do tipo A/S, quanto a relação do tipo O/S são possíveis em processos de coordenação e subordinação. Diferentemente, nas línguas do sistema ergativo-absolutivo, que preferem a baixa transitividade, apenas um argumento pode participar dessa relação.

De um ponto de vista descritivo e teórico, essas análises trazem evidência bastante sólida para a argumentação de que o sistema ergativo-absolutivo tem propriedades semânticas e morfossintáticas muito distintas das do sistema nominativo-acusativo e, conseqüentemente, para a importância da diferenciação entre os dois sistemas. De um ponto de vista metodológico, a elucidação do padrão gramatical de ergatividade morfológica e sintática de uma língua do sistema ergativo-absolutivo, como o dyirbal, permite avaliar o problema enfrentado pelos pesquisadores empenhados em oferecer uma descrição adequada do funcionamento dessas línguas, ao mesmo tempo em que buscam explicar os fenômenos observados com as ferramentas teóricas da ciência linguística. O desafio é explicar sem deixar de ater-se à descrição acurada.

Nesse sentido, Massam (2006), ao propor uma análise para a estrutura sentencial do niueano,<sup>16</sup> uma língua do sistema ergativo-ab-

---

16. O niueano é uma língua da Polinésia.

solutivo, explicita as armadilhas em que caem os pesquisadores que tentam estabelecer uma equivalência entre os dois casos do sistema ergativo-absolutivo e os casos do sistema nominativo-acusativo. Ela conclui que os casos do sistema ergativo-absolutivo exibem um comportamento complexo, particular a esse sistema. Embora o absolutivo compartilhe com o nominativo o fato de ser o caso primário e não marcado, distancia-se dele na medida em que os constituintes que o portam têm um comportamento muito mais próximo dos constituintes internos regidos pelo verbo, o que o aproxima dos constituintes que exibem caso acusativo nas línguas do sistema nominativo-acusativo. O caso ergativo, por sua vez, embora exiba a propriedade de ser o caso secundário, propriedade que poderia aproximá-lo do caso acusativo, não pode ser correlacionado nem com o acusativo, nem com o nominativo, uma vez que está associado a dois traços: agentividade (volição) e transitividade. O constituinte de uma sentença transitiva exibirá marcas de caso ergativo em niueano se e somente se for um constituinte que carregue o papel semântico do agente volicional de uma sentença que tem outro constituinte já na forma de absolutivo. As sentenças aplicativas do niueano são usadas como evidência para sua argumentação:

- (56) Ne        tohitohi        a        Sione aki        e        pene.  
 Pass.        escrevendo        AbsP17 Sione com        AbsC        caneta  
*Sione estava escrevendo com uma caneta.*
- (57) Ne        tohitohi        aki        e/\*a        Sione        e        pene.  
 Pass.        escrevendo        com        ErgP/\*AbsP        Sione        AbsC        caneta  
*Sione estava escrevendo com uma caneta.*

Na sentença 56, o argumento instrumental é um argumento oblíquo, introduzido pela preposição *aki* e realizado por meio de um nominal marcado com o caso absolutivo para nomes comuns. Nesse caso, embora o outro argumento, *Sione*, carregue o papel semântico de agente volicional, ele é marcado com o caso absolutivo para nomes

17. Em niueano, os morfemas de caso que antecedem os nomes são morfemas *port-manteau* que carregam tanto informações de caso quanto informações sobre o pertencimento dos nomes às subclasses *nome próprio* ou *nome comum*. Assim, pronomes e nomes próprios (marcados com P nas glosas) recebem marcação diferente da dos nomes comuns (marcados com C).

próprios, pois a sentença não é uma sentença transitiva, já que o outro argumento é um argumento oblíquo. Diferentemente, na sentença 57, o morfema *aki* é acrescentado ao complexo verbal e o argumento oblíquo instrumental torna-se um objeto direto do verbo, marcado com caso absolutivo para nomes comuns. O importante é que o argumento aplicado passa agora a ser um argumento interno, marcado com absolutivo. A sentença 57, então, passa a exibir o comportamento de uma sentença transitiva, na qual o outro argumento, *Sione*, que carrega o papel semântico de agente volicional, pode ser marcado com o caso ergativo para nome próprio. Não é objetivo deste artigo discutir a análise proposta por Massam para as construções aplicativas do nieuano. No entanto, é importante ressaltar que a autora se distancia de análises como a de Pytkäinen (2008), referenciada no artigo, justamente pelo fato de que, para Massam, o sistema ergativo-absolutivo tem propriedades particulares que precisam ser reconhecidas. Como discutido em Negrão e Viotti (2011), ao postular que argumentos aplicativos são introduzidos na sentença por meio da seleção e projeção de núcleos funcionais aplicativos, a partir de uma estrutura argumental canônica comum a todas as línguas, Pytkäinen neutraliza a distinção entre as propriedades de línguas do sistema ergativo-absolutivo e línguas do sistema nominativo-acusativo. Essa neutralização não só acarreta uma perda do poder descritivo da análise para as línguas do sistema ergativo-absolutivo, como também elimina a possibilidade de entendimento de certas propriedades encontradas nas línguas do sistema nominativo-acusativo, uma vez que as línguas podem ser permeáveis a influências de um sistema sobre o outro, haja vista o grande número de línguas naturais consideradas como portadoras de uma ergatividade cindida.

### *Considerações finais*

Procuramos mostrar que o estudo da estrutura argumental dos verbos das diferentes línguas e o sistema de marcação de caso estrutural, associado à diferenciação tipológica entre línguas nominativo-acusativas e línguas ergativo-absolutivas não deve ser dissociado da noção semântica de transitividade. Transitividade é uma propriedade semântica de sentenças, não apenas de verbos. Essa propriedade não

é limitada à caracterização do número de argumentos que verbos tomam, mas abrange também a caracterização semântica desses argumentos: que tipo de determinante e quantificador eles recebem, qual seu nível de individuação e de distinguibilidade em relação a outros argumentos etc. Além disso, o tipo de quantificação da eventualidade expressa pelo verbo também entra no cálculo da transitividade de uma sentença, deixando claro, então, que transitividade é uma propriedade de toda a proposição. Mostramos, também, que a preferência pela alta transitividade caracteriza fortemente as línguas do sistema nominativo-acusativo, de modo a distingui-las fortemente das línguas do sistema ergativo-absolutivo, que se caracterizam por uma preferência pela alta intransitividade. Deixar a transitividade semântica de lado em busca de uma neutralização das diferenças entre as línguas desses dois sistemas leva a uma perda tanto de poder descritivo quanto de poder explicativo.

### *Bibliografia*

- BURZIO, Luigi (1986). *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- CHAGAS DE SOUZA, Paulo (2000). *A Alternância Causativa no Português do Brasil: Defaults num Léxico Gerativo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- COOREMAN, Ann (1994). "A Functional Typology of Antipassives", in: FOX, Barbara A. and HOPPER, Paul J. (eds.) *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 49-88.
- DIXON, R. M. W. (1994). *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOPPER, Paul J., and THOMPSON, Sandra A. (1980). "Transitivity in Grammar and Discourse." *Language* 56 (2), pp. 251–299.
- KEMMER, Suzanne (1993). *The Middle Voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- MASSAM, Diane (2006). "Neither absolutive nor ergative is nominative or accusative", in: JOHNS, Alana; MASSAM, Diane and NDAYIRAGIJE, Juvenal (eds.) *Ergativity*. Emerging Issues, Dordrecht: Springer, pp. 27-46.

- NEGRÃO, Esmeralda V. e VIOTTI, Evani (2010). "A Estrutura Sintática das Sentenças Absolutas No Português Brasileiro." *Revista Linguística da ALFAL* 23, pp. 37–58.
- NEGRÃO, Esmeralda V. e VIOTTI, Evani (2011). "A Ergativização do Português Brasileiro: Uma Conversa Continuada com Carlos Franchi", in: HORA, Dermeval da e NEGRÃO, Esmeralda V. (orgs.) *Estudos da Linguagem. Casamento entre Temas e Perspectivas*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, pp. 37–62.
- MCCLEARY, Leland E. (1982). "Transitivity and Grounding in a Portuguese Narrative Text". Dissertação de Mestrado. Los Angeles: Universidade da Califórnia.
- NOGUEIRA, Antonia Fernanda de Souza (2013). "Descrição e Análise do Prefixo {e-} INTR da Língua Wayoro (Ayuru, tronco Tupi)." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol 8, n.º 2, Belém, pp. 325-341.
- PESETSKY, David and TORREGO, Esther (2011). "Case", in: BOECKX, Cedric (ed.) *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 52-72.
- PYLKÄNEN, L. (2008). *Introducing arguments*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- VIOTTI, Evani (1999). *A Sintaxe das Sentenças Existenciais do Português do Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.



## SOBRE OS AUTORES

**Ana Vilacy Galucio** é linguista, pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi e professora do Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado) da Universidade Federal do Pará. Obteve seu doutorado em Linguística na Universidade de Chicago (2001), com a tese “Morphosyntax of Mekens (Tupi)”, a primeira descrição desta língua altamente ameaçada, e o pós-doutorado em 2012 na Universidade de Radboud, em Nijmegen. Sua trajetória acadêmica é dedicada ao estudo e documentação de línguas Amazônicas, especialmente línguas da família Tupi. Coordena o projeto de implementação do Centro de Documentação de Línguas Indígenas da Amazônia no Museu Goeldi, um acervo digital moderno das diversas línguas da região. Recebeu o Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade (2006), na categoria Salvaguarda dos Bens de Natureza Imaterial, com o projeto de Documentação da língua Puruborá.

**Andrés Pablo Salanova**, natural de Buenos Aires, estudou matemática na Universidade de Brown (Providence, EUA), e teve sua iniciação formal à linguística como bolsista de especialização pelo CNPq no Setor de linguística do Museu Nacional em 1995-6. Passou um total de aproximadamente um ano entre os Xikrin e Kayapó em várias viagens ao campo desde 1996 até o presente. cursou mestrado na Universidade Estadual de Campinas com apoio da Fapesp, e doutorado no Massachusetts Institute of Technology (Cambridge, EUA), com apoio da própria instituição e da National Science Foundation. Tem publicado trabalhos descritivos sobre vários aspectos da estrutura da língua Mëbengokre (falada pelos Xikrin e Kayapó), desde a fonologia à semântica do aspecto, assim como trabalhos teóricos e comparativos, muitas vezes em colaboração com outros especialistas. Em 2012 foi professor visitante no doutorado em linguística da Universidade de Buenos Aires, e em 2013 na pós-graduação em linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2007 é professor no departamento de linguística da Universidade de Ottawa, no Canadá, onde ministra tanto cursos teóricos em sintaxe e morfologia quanto cursos voltados à pesquisa de campo.

**Angela Chagas** é professora da Faculdade de Letras (Fale/ILC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Pará e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Atua na área de documentação, descrição e análise de línguas indígenas brasileiras. Desenvolveu pesquisa com a língua Apurinã (Aruák) desde a iniciação científica até o mestrado. Em seu doutoramento investigou a morfologia verbal da língua Ikpeng (Karib). É membro fundadora do Núcleo de Estudos em Línguas Indígenas – NELI. Faz parte do projeto de estudo comparativo das línguas pekodianas (Ikpeng-Arara-Bakairi) da família Karib.

**Bruna Franchetto** é Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. É coordenadora do Projeto de Documentação de Línguas Indígenas do Museu do Índio-FUNAI-RJ desde 2009 e, a partir de 2012, membro titular da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). É professora associada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ e docente dos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e em Linguística da UFRJ. Atua nas áreas de estudos de línguas indígenas, teoria da gramática, documentação linguística, etnologia.

**Esmeralda Vailati Negrão** é doutora em Linguística pela University of Wisconsin – Madison, Estados Unidos e realizou estágio de pós-doutorado, com bolsa CNPq, na University of California-Los Angeles, Estados Unidos. É professora titular do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, orientadora de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Linguística da USP e pesquisadora 1-B do CNPq. Com pesquisas focadas nas áreas da sintaxe do português, publicou capítulos de livros e artigos em periódicos especializados, no país e no exterior. Organizou, com Mary Kato, e nele publicou capítulo, o livro “Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter” (Vervuet Verlag), obra de referência sobre o tema. Publicou também, em parceria, capítulos nos livros “Mas o que é mesmo gramática?” (Parábola), “Introdução à Linguística” I e II (Contexto), entre outros.

**Evani Viotti** é bacharel em Direito e Linguística pela Universidade de São Paulo, é doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (1999), e fez pós-doutoramento em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2000-2001). Atualmente, é professora do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. Seu interesse de pesquisa é a investigação de questões que emergem do contato e da interação entre diferentes ‘sistemas’ semióticos em situações de uso. Em especial, destacam-se as relações entre língua e gesto nas línguas de sinais, e a emergência da gramática do português brasileiro a partir do contato do português do século XVI com línguas africanas e indígenas faladas no território colonial.



**Filomena Sândalo** é doutora pela Universidade de Pittsburgh e é atualmente Professora Associada III na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora de Produtividade em Pesquisa do CNPq. A professora e pesquisadora tem pós-doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e foi pesquisadora visitante daquela instituição em 2001 e 2010-2011. Conta com publicações nas áreas de fonologia, morfologia e sintaxe de línguas indígenas da América do Sul e português. Suas publicações de maior destaque incluem o livro *A Grammar of Kadiwéu* (MIT Occasional Papers in Linguistics 11, 1997) e os artigos (i) *Markedness and morphotactics in Kadiwéu [+participant] agreement*, revista *Morphology* (dordrecht), v. 21, p. 351-378, 2011, (ii) *Clitic Placement and Grammaticalization in Portuguese* no livro *Challenging Clitics*, Amsterdam: John Benjamins, p. 119-134, 2013, e (iii) *Some Notes on Phonological Phrasing in Brazilian Portuguese*, MIT Working Papers In Linguistics, Cambridge, MA, v. 42, p. 285-310, 2002.

**Ivan Rocha da Silva** é bolsista Fapesp de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, onde desenvolve o projeto intitulado “Estrutura argumental dos verbos em orações subordinadas em Karitiana: valência verbal e sua interação com núcleos funcionais de aspecto”. Fez mestrado em Linguística no mesmo programa (bolsa CNPq), tendo defendido em 2011 a dissertação intitulada “A estrutura argumental da língua Karitiana: desafios descritivos e teóricos”. Suas áreas de interesse são estrutura argumental, sintaxe e semântica verbal, subordinação e descrição das línguas ameríndias.

**Kristine Stenzel** é professora do Departamento de Linguística e Filologia e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutourou-se em Linguística em 2004 na University of Colorado, EUA, e desenvolveu estudos de pós-doutoramento entre 2005 e 2007 no Museu Nacional/UFRJ. Sua pesquisa focaliza a descrição, análise e documentação de línguas amazônicas, em especial Kotiria (Wanano) e Wa'ikhana (Piratapuyo), da família linguística Tukano Oriental. Seus interesses incluem tipologia linguística bem como fenômenos de contato e mudança linguística, particularmente no contexto regional do Alto Rio Negro. Tem publicações sobre assuntos diversos nas áreas de fonologia, morfossintaxe e semântica, e incluem uma Gramática de Referência da língua Kotiria, publicada em 2013.

**Luciana Storto** fez mestrado em Linguística na PennState University e doutorado no Massachusetts Institute of Technology. Seus estágios Pós-Doutorais foram realizados no Museu Nacional/UFRJ, no Museu de Arqueologia e Etnologia/USP e na Universidade de Edimburgo. Atua como professora doutora MS-3.2 no Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo desde 2003, onde criou um grupo de pesquisas em línguas indígenas em parceria com Ana Müller. Trabalha

principalmente com os temas nasalidade, acento tonal, duplicação, caso, concordância, subordinação, estrutura argumental, tópico e foco.

**Mara Santos** é doutora em Linguística pela UFRJ (2007) e foi pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação de antropologia, museu nacional-UFRJ, de 2009 a 2011. Possui especialização em gramática gerativa e cognição, pelo museu nacional (UFRJ), 2000, e especialização em Línguas indígenas brasileiras, também pelo museu nacional (UFRJ), 1998. É Professora da Licenciatura Intercultural Indígena da Unifap, atua nas áreas de estudos de línguas indígenas, teoria da gramática, documentação linguística e educação escolar indígena.

**Marcus Maia** é Doutor em Linguística pela University of Southern California (1994), com estágio pós-doutoral na City University of New York (2004). É professor associado de Linguística no Departamento de Linguística e no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ e pesquisador do CNPq. Atua nas áreas de Psicolinguística, Teoria da Gramática e Línguas Indígenas Brasileiras.

**Rosana Costa de Oliveira** é Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ / 2007 / 2002). Possui Especialização em Gramática Gerativa e Cognição, pelo Museu Nacional (UFRJ / 2000), e Especialização em Línguas Indígenas Brasileiras, também pelo Museu Nacional (UFRJ / 1998). Atua como Professora Adjunta na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desenvolve projetos nas áreas de morfologia, sintaxe e processamento correferencial da Língua Portuguesa e Línguas Indígenas brasileiras.

**Sabrina Lopes dos Santos** é Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo defendido dissertação sobre o processamento da alternância causativa em português em 2010, sob a orientação de Marcus Maia.

**Sidi Facundes** (Sidney da Silva Facundes) – possui graduação em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Pará (1990), cursos de aperfeiçoamento pela Linguistic Institute pela University Of California At Santa Cruz (1991), Ohio State University (1993) e University of New Mexico (1997), especialização em Curso Intensivo de Linguística Indígena pela Museu Paraense Emílio Goeldi (1988), mestrado em Linguística pela University of Oregon (1994), doutorado em Linguística pela State University Of New York At Buffalo (2000), e aperfeiçoamento em Instrumentos Computacionais de Análise Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991). Atuou como professor visitante na Mahidol University e Thammasat University, ambas na Tailândia. Desde 2002 é professor adjunto da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase

em Teoria e Análise Linguística. Atua principalmente nos seguintes temas: apurinã, Aruak, gramática descritiva, língua indígena, linguística descritiva.

**Suzi Lima** concluiu seu bacharelado e licenciatura em Português/Linguística (2005) e mestrado em Linguística (2008) na Universidade de São Paulo onde desenvolveu sua pesquisa sobre a estrutura argumental da língua Yudja (Juruna) sob orientação da professora Dra. Luciana Storto. É doutora em Linguística pela University of Massachusetts Amherst (2014) e desenvolveu um projeto de pós-doutorado no departamento de Psicologia da Harvard University (2014). Sua pesquisa focaliza a descrição, análise e documentação de aspectos semânticos e pragmáticos de línguas indígenas brasileiras. É professora adjunta do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

---

Esta obra foi impressa em papel offset 75 gs. Instrução Normativa SRF nº 71 de 24 Agosto de 2001. Na capa foi utilizado Papel Supremo 250 gs., laminação fosca. Impressão e acabamento por processo digital *book on demand* da **GRÁFICA PSI7** a partir de arquivos do editor.

---